



ISSN: 2318-2695

ANO XXX, N. 3, JUL./DEZ. 2019



GEONORDESTE

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE – UFS
SÃO CRISTÓVÃO – SE
2019.3**

ISSN 2318-2695

REVISTA GEONORDESTE



Ano XXX

Nº 3

**São Cristóvão – SE
Julho – Dezembro de 2019**

**As contribuições assinadas são de responsabilidade exclusiva dos
autores**

GEONORDESTE (Publicação do) Programa de Pós-Graduação
em Geografia, Universidade Federal de Sergipe – Ano 1, n.º. 1,
1984. São Cristóvão: Universidade Federal de Sergipe, 2019, n.º 3.

Semestral

1984 – 2019, III – XXX

1. Geografia – Brasil – Nordeste – Periódicos. I- Universidade
Federal de Sergipe, Programa de Pós-Graduação em Geografia.

CDU 91 (812/813) (05)

ISSN 2318-2695

GEONORDESTE é editada pelo Programa de Pós-Graduação em
Geografia, da Universidade Federal de Sergipe. Avenida Marechal
Rondon, S/N, Didática II, Cidade Universitária Professor José Aloísio
de Campos, CEP: 49.100-000, São Cristóvão (SE). Tel.: (79) 2105-
6782. E-mail geonordeste@gmail.com

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE

Reitor

Ângelo Roberto Antonioli

Vice-Reitora

Iara Maria Campelo Lima

Pró-Reitor de Pós-Graduação e Pesquisa

Lucindo José Quintans Junior

Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Geografia – PP GEO

Profa. Dra. Ana Rocha dos Santos

Editor Responsável

Prof. Dr. José Wellington Carvalho Vilar, Universidade Federal de Sergipe (UFS) e Instituto Federal de Sergipe (IFS), Brasil

Conselho Editorial

Prof. Dr. José Wellington Carvalho Vilar, Universidade Federal de Sergipe (UFS) e Instituto Federal de Sergipe (IFS), Brasil

Profa. Dra. Sônia de Souza Mendonça Menezes, Universidade Federal de Sergipe (UFS), Brasil

Comissão Editorial

Dra. Alberlene Ribeiro Oliveira (PPGEO - UFS)

Dra. Priscila Pereira Santos (PPGEO - UFS)

Dra. Solimar Guindo Messias Bonjardim (PPGEO - UFS)

Dr. Francisco Jablinski Castelhana (PPGEO - UFS)

Dra. Vanilza da Costa Andrade (PPGEO - UFS)

MSc. Juliana Antero da Silva (PPGEO - UFS)

MSc. Handresha da Rocha (PPGEO - UFS) - Revisão de resumos em língua inglesa

Dr. José Wellington Carvalho Vilar (IFS – UFS) – Revisão de resumos em língua espanhola

Dr. Christian Jean-Marie Boudou (UFS) - Revisão de resumos em língua francesa.

Comissão Científica desta Edição

Profa. Dra. Maria do Socorro Ferreira da Silva (Universidade Federal do Mato Grosso do Sul)

Prof. Dr. Joao Edmilson Fabrini (Universidade Federal da Grande Dourados – UFGD)

Prof. Dr. Lucas Gama Lima (Universidade Federal de Alagoas - UFAL)

Profa. Dra. Maria de Fátima Ferreira Rodrigues (Universidade Federal da Paraíba – UFPB)

Profa. Dra. Auceia Matos Dourado (Universidade Federal de Alagoas - UFAL)

Prof. Dr. Marco Túlio Mendonça Diniz (Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN)

Prof. Dr. Flamarion Dutra Alves (Universidade Federal de Alfenas – UNIFAL - MG)

Prof. Dr. Geraldo Inácio Martins Brasil (Universidade Federal de Alagoas - UFAL)

Profa. Dra. Fernanda Viana de Alcântara (Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia - UESB)

Prof. Dr. Jânio Roberto Diniz dos Santos (Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia - UESB)

Profa. Dra. Jocimara Souza Britto Lobão (Universidade Estadual de Feira de Santana - UEFS)

Profa. Dra. Meirilane Rodrigues Maia (Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia - UESB)

Profa. Dra. Miriam Clea Coelho Almeida (Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia - UESB)

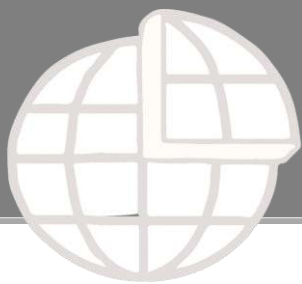
Profa. Dra. Geisa Flores Mendes (Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia - UESB)

Profa. Dra. Ana Rocha dos Santos (Universidade Federal de Sergipe - UFS)

Profa. Dra. Neise Mare Souza Alves (Universidade Federal de Sergipe – UFS)

Profa. Dra. Anézia Maria Fonsêca Barbosa (UFS – Universidade Federal de Sergipe)

Prof. Dr. Neilson Santos Meneses (UFS – Universidade Federal de Sergipe)



NOTA EDITORIAL

Todos aqueles que fazem a GeoNordeste, periódico da Pós-Graduação em Geografia (PPGEO) da Universidade Federal de Sergipe (UFS), no seu trigésimo ano de existência e profícua contribuição à ciência geográfica e áreas afins, sentem-se honrados em oferecer ao público leitor a terceira edição do ano de 2019. Na presente edição, estão publicados quinze artigos sobre temas e abordagens variadas no campo da Geografia Agrária, Geografia Urbana, Epistemologia da Geografia, Geografia da População, Climatologia, Geografia Cultural, Geografia Econômica e Cartografia Geológica. Esse leque abrangente de contribuições corrobora o espírito livre, aberto e plural que sempre caracterizou a revista GeoNordeste.

Além desses artigos, vale registrar o trabalho da seção memória em homenagem póstuma à profa Dra. Adelci Figueiredo Santos, um dos baluartes que contribuiu vivamente para a criação e consolidação da Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Sergipe.

Um agradecimento especial aos muitos colaboradores da GeoNordeste, sem os quais a revista não alcançaria três décadas de circulação, algo difícil de conquistar dadas as condições da ciência no Brasil.

Vida longa à GeoNordeste!

Boa leitura a todos!

Dr. José Wellington Carvalho Vilar

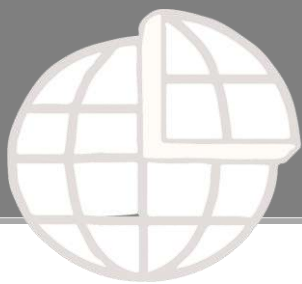
Professor do IFS-PPGEO-UFS

Editor-chefe da GeoNordeste

Dra. Sônia de Souza Mendonça Menezes

Coordenadora Adjunta do PPGEO-UFS e Professora do DGE-UFS

Conselho Editorial da GeoNordeste



**POLUIÇÃO DO AR E CLIMA:
PERSPECTIVAS FUTURAS PARA O AGLOMERADO URBANO DE CURITIBA,
PARANÁ**

**AIR POLLUTION AND CLIMATE:
FUTURE PERSPECTIVES FOR CURITIBA'S URBAN CORE, PARANÁ**

**CONTAMINACIÓN DEL AIRE Y CLIMA:
PERSPECTIVAS FUTURAS PARA EL NÚCLEO URBANO DE CURITIBA, PARANÁ**

DOI 10.33360/RGN.2318-2695.2019.i3.p.06-24

Francisco Jablinski Castelhana

Pós-doutorando do Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGEO)
da Universidade Federal de Sergipe
E-mail: ficastelhana@gmail.com

Francisco de Assis Mendonça

Professor Titular do Departamento de Geografia Universidade Federal do Paraná (UFPR)
E-mail: chico@ufpr.br

RESUMO:

O presente trabalho tem como objetivo analisar dados históricos de clima e poluição do ar no aglomerado urbano de Curitiba, traçando tendências e procurando elucidar cenários futuros da qualidade do ar na região com base nas suas relações com a variabilidade climática local. Foram utilizados dados da estação meteorológica automática do Sistema Meteorológico do Paraná (SIMEPAR) em Curitiba e de cinco estações de monitoramento da qualidade do ar do aglomerado urbano de Curitiba, uma área que conta com cerca de 3.256.463 habitantes (IBGE, 2018) dispersos em onze municípios. A relação entre as variáveis climáticas e a variação de poluentes na região foi descrita estatisticamente revelando que ozônio troposférico e o material particulado (PTS) são os poluentes com mais fortes relações com o clima. Este estudo analisará também, tendências climáticas e dos poluentes para a cidade, buscando a elaboração de cenários para estes poluentes com base em suas relações com as variáveis meteorológicas. Os resultados apontam grande possibilidade de crescimento para o ozônio troposférico, tendo em vista os cenários climáticos desenhados, já para o PTS, os cenários climáticos indicam também uma grande possibilidade de aumento de dias com alta concentração deste poluente.

Palavras-chave: Poluição do Ar; Curitiba; Variabilidade Climática; Cenários Futuros.

ABSTRACT:

The current research aims to analyze historical data of climate and air pollution in Curitiba's Urban Core, projecting trends and purposing future scenarios for the air quality in the region, based on its relationship with the local climate variability. Data from the automatic meteorological station from the Parana's Meteorological System (SIMEPAR) at Curitiba were collected together with air quality data from five monitoring stations across Curitiba's urban core. The area counts with 3.256.463 inhabitants (IBGE, 2018) divided in eleven municipalities. The relationship between the climate variables and the air pollutants on the study area was statistically described. The Total Suspended Particles (TSP) and the Tropospheric Ozon are the pollutants with the highest level of relation with the climate variability. This study will analyze the climate and air pollution trends looking for the elaboration of scenarios for those pollutants, based on their relations with the meteorological variables. The results reveals great possibilities for an increase on the ozon levels, based on the climate variability trends. For the TSP, the climate scenarios indicate a scenario of increase on the days with high concentrations of this pollutant.

Keywords: Air Pollution; Climate Variability; Curitiba; Future Scenarios.

RESUMEN:

Este artículo tiene como objetivo analizar los datos históricos del clima y la contaminación del aire en el área urbana de Curitiba, rastreando tendencias y tratando de dilucidar escenarios futuros de calidad del aire en la región en función de su relación con la variabilidad climática local. Los datos de la estación meteorológica automática de SIMEPAR en Curitiba y de cinco estaciones de monitoreo de la calidad del aire se utilizaron en el área urbana de Curitiba, un área con aproximadamente 3.256.463 habitantes (IBGE, 2018) dispersos en once municipios. La relación entre las variables climáticas y la variación de los contaminantes en la región estudiada fue estadísticamente descrita al dar fe de que las partículas suspendidas totales (PTS) y el ozono troposférico son los contaminantes con el mayor grado de relación con la variabilidad climática. Por lo tanto, este estudio analizará el clima y las tendencias de los contaminantes para la ciudad, buscando elaborar escenarios para estos contaminantes en función de su relación con las variables meteorológicas. Los resultados indican una gran posibilidad de crecimiento para el ozono troposférico, considerando los escenarios climáticos diseñados. Para el PTS, los escenarios climáticos también indican una gran posibilidad de aumentar los días con alta concentración de este contaminante.

Palabras clave: Contaminación del Aire; Variabilidad Climática; Curitiba; Escenarios Futuros.

1 INTRODUÇÃO

É de conhecimento que os níveis de poluição do ar mantêm uma relação próxima com distintas variáveis. Segundo McCormac (1971), é possível estimar a intensidade da poluição do ar com base em dois fatores principais, o índice de emissão e o índice de dispersão. O índice de emissão se relaciona diretamente com variáveis ligadas à produção capitalista do espaço urbano tais como, mobilidade urbana, planejamento urbano, economia, política entre outras, revelando-se como um fenômeno de complexa análise.

A literatura tem apontado aumentos nos níveis de poluição a partir da análise destas distintas variáveis que contribuem para os níveis de emissão indicando que o aumento no nível de poluição está ligado de forma mais determinante aos índices de emissão em relação aos de dispersão.

Jimenez e Torrecilla (2007) apontam que diferentes níveis de SO₂ em Madrid na Espanha correspondem diretamente a diferentes tipos de aquecedores utilizados pela cidade. De acordo com os autores, nas áreas de mais baixo nível social, os aquecedores são mais baratos, movidos a combustíveis de pior qualidade e influenciando diretamente nos níveis de poluição da cidade e revelando uma relação entre segregação socioespacial e poluição do ar na capital espanhola.

Czerneck *et al.* (2017) atestaram a influência de queima de madeira e lenha doméstica nas regiões de baixa renda da Polônia, revelando novamente uma relação entre condições sociais e poluição do ar.

Em estudo realizado na cidade de São Paulo pela CETESB (2015) revelou-se que entre 40% e 60% do material particulado da cidade provém de veículos, relacionando as deficiências no transporte público e ausência de outros modais, aos altos níveis de poluição enfrentados pela cidade.



Kumar *et al.* (2016) também identificaram percentuais nas emissões a partir de contribuições das chamadas fontes pequenas tais como pizzarias e churrascarias e outros serviços alimentares movidos a queima de carvão e lenha. Os autores apontaram a ausência de legislação e fiscalização para estas causas como um dos gatilhos para este problema, relacionando hábitos culturais com níveis de poluição.

A relação entre o clima e a poluição, por outro lado, situa-se como outro campo já bem estudado pela academia. O clima representa uma variável importante na compreensão dos níveis de qualidade do ar mesmo sendo considerado como uma parte do índice de dispersão.

Derisio (2012) aponta a velocidade do vento, direção do vento, temperatura e precipitação como aqueles fatores com maior relação nos níveis de poluição.

Segundo os últimos relatórios sobre o cenário futuros do Clima do Painel Intergovernamental de Mudanças Climáticas (IPCC), sabe-se que a dinâmica climática vem passando por profundas modificações, afetando uma série de fatores ligados ao clima, entre eles, os níveis de qualidade do ar.

Conhecendo a relação entre as variáveis climáticas, como parte dos índices de dispersão na qualidade do ar a nível local, e também os cenários de mudanças climáticas desenhados, este artigo visa discutir os cenários futuros para os níveis de poluição do ar para o aglomerado urbano de Curitiba, capital do Paraná, sul do Brasil, com base nos cenários climáticos prospectados para a região.

A área de estudo conta com mais de 3 milhões de habitantes, dispersos em onze municípios diferentes. Curitiba é conhecida por seu planejamento urbano, todavia, a cidade enfrenta sérios problemas no âmbito da qualidade do ar (CASTELHANO, 2019).

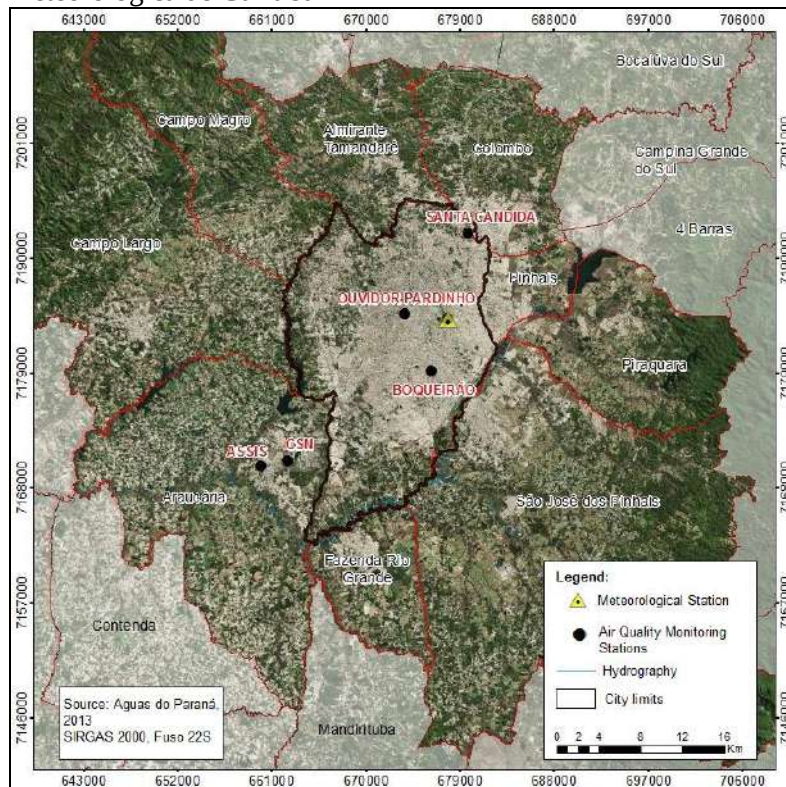
O presente trabalho tem como objetivo demonstrar a relação entre os níveis de poluentes na cidade de Curitiba com algumas variáveis meteorológicas para então, com base nas tendências futuras de ditas variáveis meteorológicas, prospectar cenários futuros para a poluição do ar em dita cidade.

2 MATERIAIS E MÉTODOS

Para o cumprimento do objetivo supracitado, foram coletados dados horários dos poluentes Ozônio Troposférico (O_3), Material Particulado (PTS) e Dióxido de Enxofre (SO_2) para cinco estações de monitoramento da qualidade do ar no Aglomerado Urbano de Curitiba. Os dados coletados correspondem ao período de 2005 a 2014, totalizando dez anos de dados.

Junto aos dados de poluição, foram coletados dados meteorológicos de temperatura (máximas, mínima e máxima) e precipitação da estação meteorológica do Sistema Meteorológico do Paraná (SIMEPAR). A localização das cinco estações de qualidade do ar, bem como da estação meteorológica podem ser visualizadas pela figura 1. Os dados coletados foram tratados estaticamente junto ao software Excel e posteriormente com o software R.

Figura 1: Localização das Estações de Qualidade do Ar e Meteorológica de Curitiba



Fonte: Instituto Ambiental do Paraná (2019) e Simepar (2019).

Elaboração: Castelhana (2019)

Em um primeiro momento, os dados climáticos foram correlacionados com as séries de poluição. Para compreender-se a relação entre os níveis de temperatura e poluição optou-se pela criação e análise de gráficos de dispersão envolvendo as variáveis supracitadas em escala horária, através do software R com o auxílio do pacote de dados car (FOX; WEISBERG, 2011), desenvolvido para auxiliar na geração de gráficos e visualização de séries e modelos temporais.

Junto a tais plotagens foram geradas linhas suavizadas unidimensionais, apontadas por Lima (2001) como uma ferramenta estatística capaz de descrever a tendência de uma variável Y em função de apenas uma variável X, sendo esta uma ferramenta própria para o estudo da dependência de duas variáveis.



O método suavizador utilizado foi o Modelo Aditivo Generalizado ou MAG (GAM em inglês), apontado por Conceição *et al.*, (2001) como:

[...] uma extensão do modelo linear generalizado (MLG) [...]denotando uma função não paramétrica estimada através de curvas de alisamento. [...] não é necessário assumir uma relação linear entre $g(\mu_i)$ e as variáveis explicativas, como no MLG. De fato, não é necessário nem mesmo conhecer previamente a forma dessa relação, mas é possível estimá-la a partir de um conjunto de dados. Essa função estimada ($j(x_{ij})$), também chamada de curva alisada, em muitas situações, nada mais é do que algum tipo de média dos valores Y_i na vizinhança de um dado valor x_i . A curva alisada permite então descrever a forma, e mesmo revelar possíveis não linearidades nas relações estudadas, uma vez que não apresenta a estrutura rígida de uma função paramétrica (CONCEIÇÃO *et al.*, 2001, p. 209).

A utilização de um modelo aditivo generalizado na análise de correlações como as aqui propostas substitui a utilização de coeficiente linear e é particularmente interessante, pois retrata detalhadamente a complexa relação não-linear entre as variáveis aqui apresentadas (PEARCE *et al.*, 2011).

Tal técnica estatística já foi muito utilizada para estudos envolvendo poluição atmosférica como visto em Dominici *et al.* (2002), Lima (2001), Tobias e Saez (2004), Peng *et al.* (2006) e mais recentemente e com mais detalhes por Belusic *et al.*, (2015).

A análise da relação entre chuva e poluentes pautou-se em outra análise. Para a análise referente à precipitação, o procedimento seguido foi de categorização dos tipos de chuva segundo proposta de Pinheiro (2016), e observação do comportamento dos poluentes para cada categoria.

A proposta de Pinheiro subdivide os tipos de chuva na região do Aglomerado Urbano de Curitiba (AUC) em cinco tipos de acordo com os valores registrados por dia. Assim têm-se chuvas ligeiras (0,1 a 2,5 mm), moderadas (entre 2,5 e 7,5 mm), intensa (7,5 e 15 mm), muito intensa (entre 15,0 mm e o valor do percentil 95%) e por fim, as extremas (acima do percentil 95%), além disto, ainda foi proposta uma sexta categoria para os dias sem chuva.

Contudo, para observar com maior clareza a afinidade entre as categorias de chuva e os níveis de poluentes optou-se por trabalhar com oito categorias listadas na tabela 1. A proposição de tais categorias se deu embasada por testes estatísticos e observações dos dados de poluentes mediante situações de chuva. Foram gerados *boxplots* para cada poluente em cada estação de coleta, indicando a flutuação dos valores de poluição sob cada categoria de chuva, possibilitando uma análise concisa do comportamento de cada poluente em relação à precipitação junto ao software R.

Tabela 1: Categorias de Chuvas Propostas

CATEGORIA	QUANTIDADE DIÁRIA DE CHUVA
Seco	0,0 mm
Categoria 1	0,1 mm até 2,5 mm
Categoria 2	2,6 mm até 5 mm
Categoria 3	5,1 mm até 7,5 mm
Categoria 4	7,6 mm até 10 mm
Categoria 5	10,1 mm até 12,5 mm
Categoria 6	12,6 mm até 15 mm
Categoria 7	>15,1 mm

Fonte: Adaptado de Pinheiro (2016).**Elaboração:** Castelhana (2019).

Com o detalhamento da relação entre variáveis climáticas e poluição, partiu-se para a análise da variabilidade climática de Curitiba. Neste ponto, o objetivo é de determinar quais as tendências observadas na variabilidade climática local para então compreendermos de que forma tais alterações poderão afetar os poluentes da cidade.

Para melhor interpretar e dar maior consistência estatística a esta análise buscou-se a série histórica mais longa disponível. Assim, para a análise de variabilidade climática histórica em Curitiba, foram coletados cinquenta e sete anos de dados meteorológicos diários (1961-2017) da estação oficial do INMET, alocada no centro politécnico junto a estação utilizada anteriormente pertencente ao SIMEPAR e apontada pelo mapa da figura 1.

Para avaliar a variabilidade climática de Curitiba, buscou-se realizar uma análise estatística com base nos vinte e sete índices de mudanças climáticas propostos por Peterson *et al.*, (2001) e recomendados pela Organização Mundial Meteorológica. Os índices utilizam-se de dados em escala diária de temperatura máxima, temperatura mínima e precipitação, sendo conhecidos como “Índices ETCCDI”¹.

Estes índices foram criados com o objetivo de facilitar a análise de alterações climáticas extremas a partir de dados em escala diária, suas análises em conjunto a testes estatísticos de tendência revelariam possíveis alterações ou variâncias nos climas em escala local. Foram selecionados apenas doze dentre os vinte e sete índices propostos pelo ETCCDI que de alguma forma podem vir a demonstrar relações com os poluentes analisados nesta pesquisa.

¹ Sigla para Expert Team on Climate Change Detection and Indices, parte do World Climate Research Programme, parte por sua vez da Organização Meteorológica Mundial e da ONU.



Dentre os analisados estão seis índices que trabalham diretamente com a variável temperatura. São eles: número de dias de verão (SU) que registra uma contagem anual de dias em que a temperatura máxima diária ultrapassou os 25 °C; número de noites tropicais (TR) que contabiliza anualmente os dias em que a temperatura mínima é superior a 20 °C; temperaturas máximas das máximas (TXX), que aponta o valor máximo da temperatura máxima por mês; temperaturas máximas mínimas (TXN), que registra o menor valor mensal dentre os registros de temperatura máxima; temperatura mínimas máximas (TNX) que registra o maior valor mensal dentre as temperaturas mínimas e as temperaturas mínimas das mínimas (TNN) que registram os menores valores mensais das temperaturas mínimas.

Os outros seis índices debruçam-se sobre os dados de chuva diária, são eles: chuva mensal máxima diária (RX1DAY) que registra o valor máximo de chuva diária por mês; índice simplificado de intensidade de chuva (SDII) que registra a quantidade de chuva dividida pelo número de dias com chuva por ano; dias com registro de chuva acima de 2,5 mm (RNNMM); dias secos contínuos (CDD), que registra o número máximo de dias seguidos sem chuva por ano; dias úmidos contínuos (CWD), que registram a contagem anual de dias consecutivos com registros de chuvas e por fim o total de precipitação anual (PRCPTOT).

A análise de tendência dos índices previamente gerados se deu através do cálculo de tendências de Mann e Kendall (MANN, 1945; KENDALL, 1975). Tal técnica aponta a existência ou não de uma tendência monotônica ao crescimento ou a queda nos valores analisados. O Teste de Mann Kendall se encaixa como um teste estatístico não paramétrico, portanto, ideal para analisar tendências de series históricas consideradas sem distribuições normais e sem a necessidade de independência entre os dados amostrais, tornando-o um dos testes de tendência mais utilizado nas análises de series históricas de dados climáticos (PINHEIRO, 2016; MOREIRA & NAGHETTINI, 2016), assim como, também amplamente utilizado em conjunto ao cálculo dos índices climáticos supracitados (RAZAVI *et al.*, 2016; KEGGENHOFF *et al.*, 2014).

A aplicação do teste de Mann Kendall se sucedeu através do pacote Kendall para R, e gera como resultados os valores “*p-value*” e “*tau*” que apontam a presença ou não de tendências monotônicas e o seu sentido (positivo ou negativo) respectivamente.

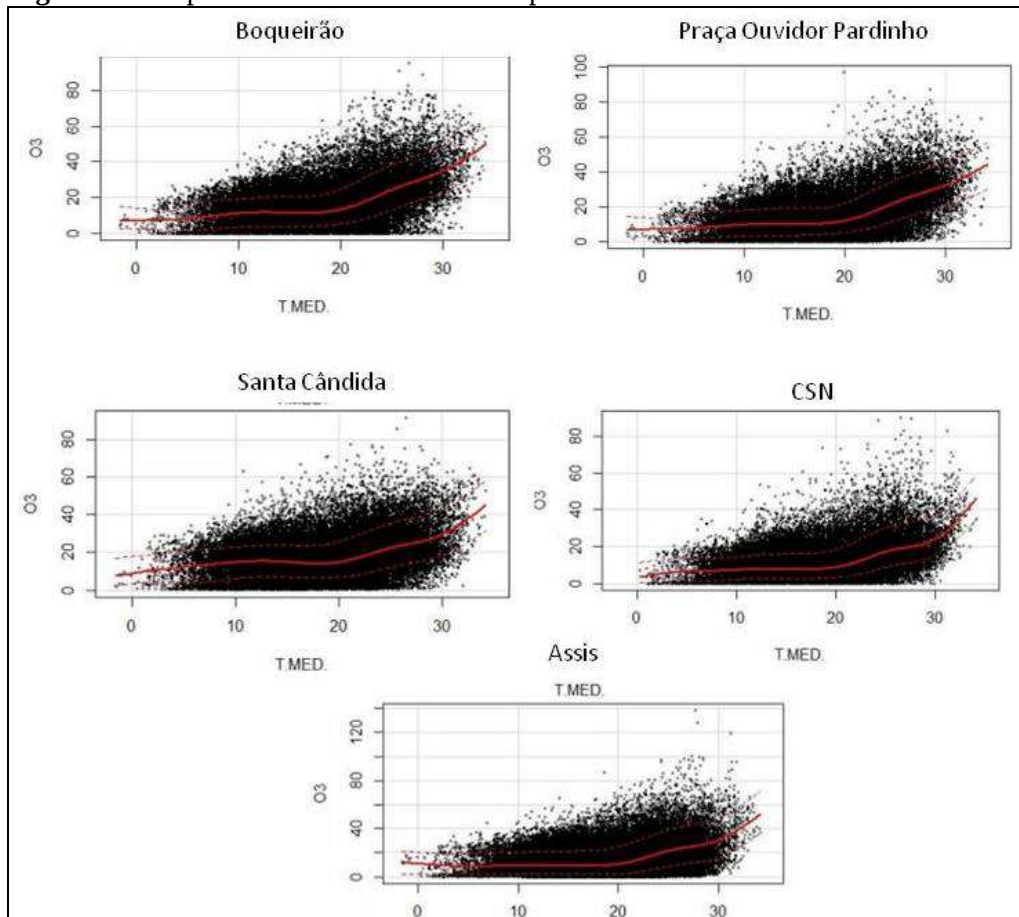
Considerou-se para o teste aplicado, o nível de significância de 95% que indica ou não a presença de tendências monotônicas. Considera-se como indicador de tendência os valores de *p-value* inferiores a 0,05. Já o valor de tau, se positivo, indica uma tendência ao crescimento, e quando negativo, aponta uma tendência ao decréscimo.

3 CLIMA E POLUIÇÃO DO AR EM CURITIBA

3.1 TEMPERATURA E POLUIÇÃO DO AR EM CURITIBA

As análises estatísticas revelaram que apenas o poluente ozônio troposférico apresenta algum tipo de relação com a variação de temperatura na cidade de Curitiba (Figura 2). Percebeu-se que a curva de dispersão se torna ascendente a partir de temperaturas superiores a 20°C. Após este limite, a relação entre os níveis do poluente e o aumento da temperatura torna-se praticamente linear, em todas as cinco estações analisadas.

Figura 2: Temperatura Média e Ozônio Troposférico – Curitiba/ 2005-2014



Fonte: IAP (2015) e SIMEPAR (2019)

Elaboração: Castelhana (2019)

Tais resultados já eram esperados por conta do processo particular de formação do ozônio a nível troposférico. O NO₂, segundo Baird (2002), é o responsável pela transformação química que gera o ozônio (O₃). Segundo o autor, o primeiro poluente tem como fonte principal a queima de combustíveis fósseis por veículos.

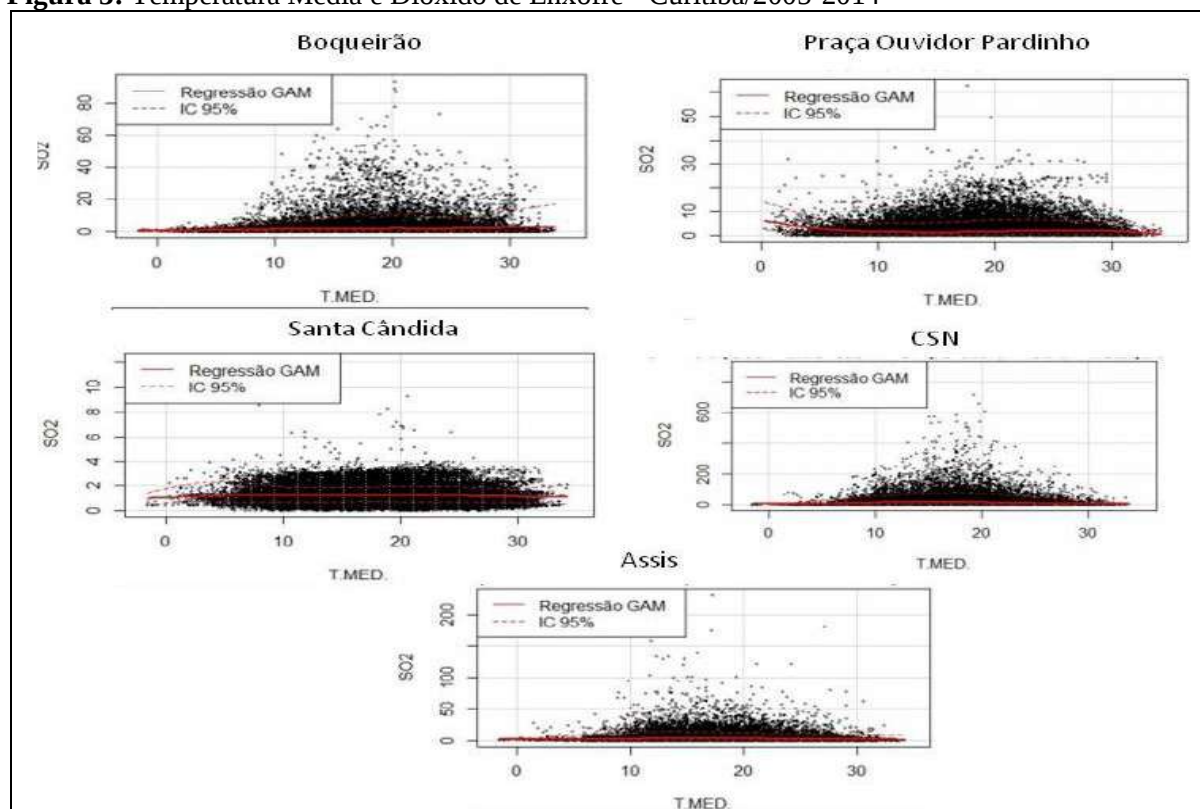


De acordo com Schirmer e Lisboa (2008) o NO_2 é altamente sensível à luz e radiação, sofrendo o processo de fotólise (quebra de sua composição química em decorrência da ação da radiação). Esse processo tem como resultado a dissociação da molécula de NO_2 em NO em um oxigênio atômico, que tem a possibilidade de reagir com o O_2 da atmosfera e com compostos orgânicos voláteis (VOC), formando o O_3 , outro poluente.

O material particulado e o dióxido de enxofre por outro lado, mostram-se com uma relação quase inexistente com a variação de temperatura, indo contra o apontado pela literatura, que indica o calor como uma forma de dispersão em decorrência da formação de correntes convectivas (MCCORMAC, 1971; DERÍSIO, 2012).

A figura 3 indica a relação encontrada entre os níveis de SO_2 nas cinco estações analisadas neste estudo com a variação de temperatura média para o mesmo período.

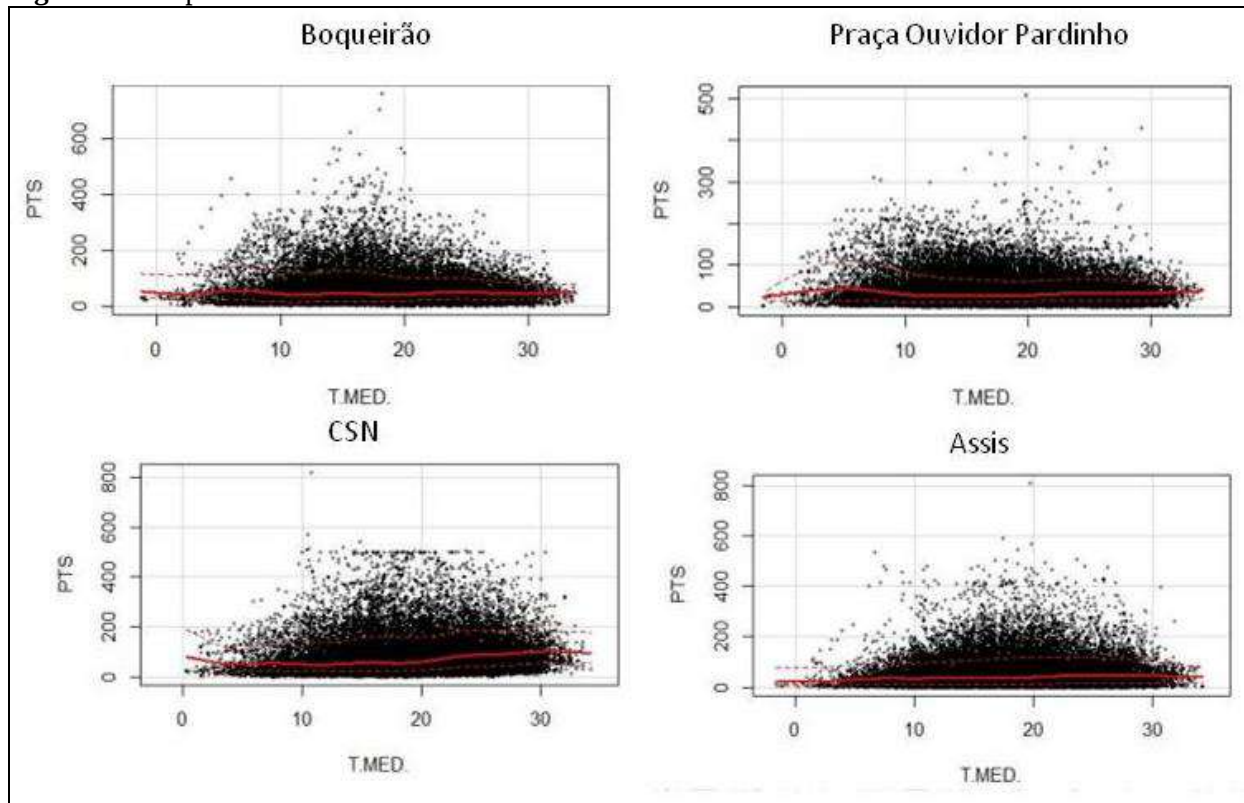
Figura 3: Temperatura Média e Dióxido de Enxofre - Curitiba/2005-2014



Fonte: IAP (2015) e SIMEPAR (2019)

Elaboração: Castelhana (2019)

A ausência de padrão observada em todas as estações e demonstradas tanto na figura 3 quanto na figura 4 revela uma fraca relação entre as variáveis aqui analisadas. No caso do PTS, a estação Santa Cândida apresentou diversas falhas ao longo do período analisado, de modo que se optou por suprimir os dados de dita estação para a presente análise.

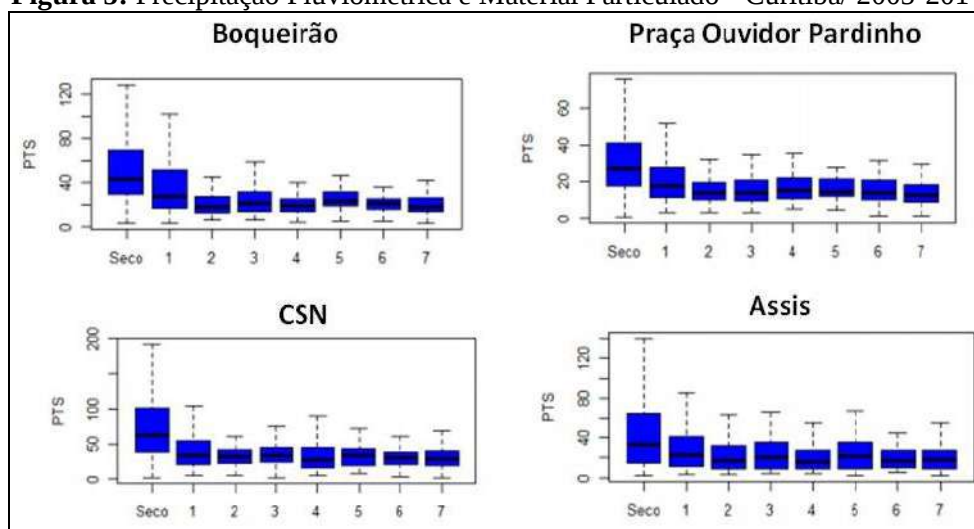
Figura 4: Temperatura Média e Material Particulado - Curitiba/ 2005-2014**Fonte:** IAP (2015) e SIMEPAR (2019)**Elaboração:** Castelhana (2019)

3.2 PRECIPITAÇÕES PLUVIOMÉTRICAS E POLUIÇÃO DO AR EM CURITIBA

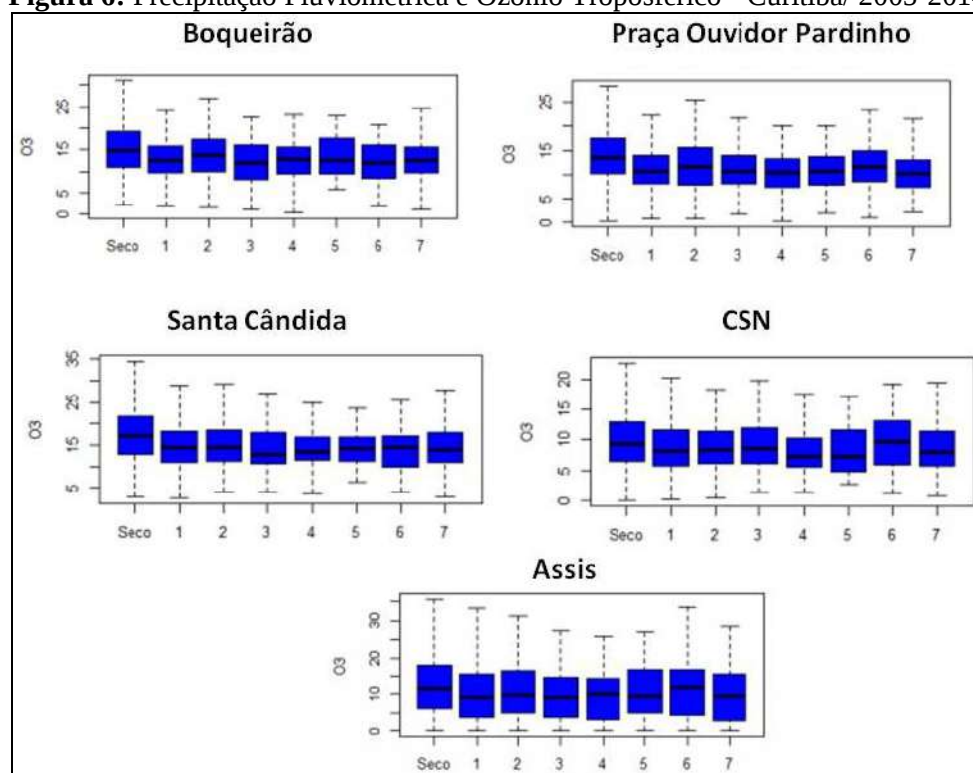
Analisando a relação entre os níveis de chuva e os valores de poluição, percebe-se que, dentre os compostos analisados, o material particulado foi aquele que se mostrou com relações mais fortes ante as chuvas.

O poluente mostrou-se sempre com seus mais altos níveis ao longo dos dias em que não houve registros de chuvas. Dias com chuva de até 2,5 mm ainda registraram valores relativamente elevados em relação aos demais. Tal fato ocorreu em todas as estações analisadas e pode ser visualizado pela figura 5.



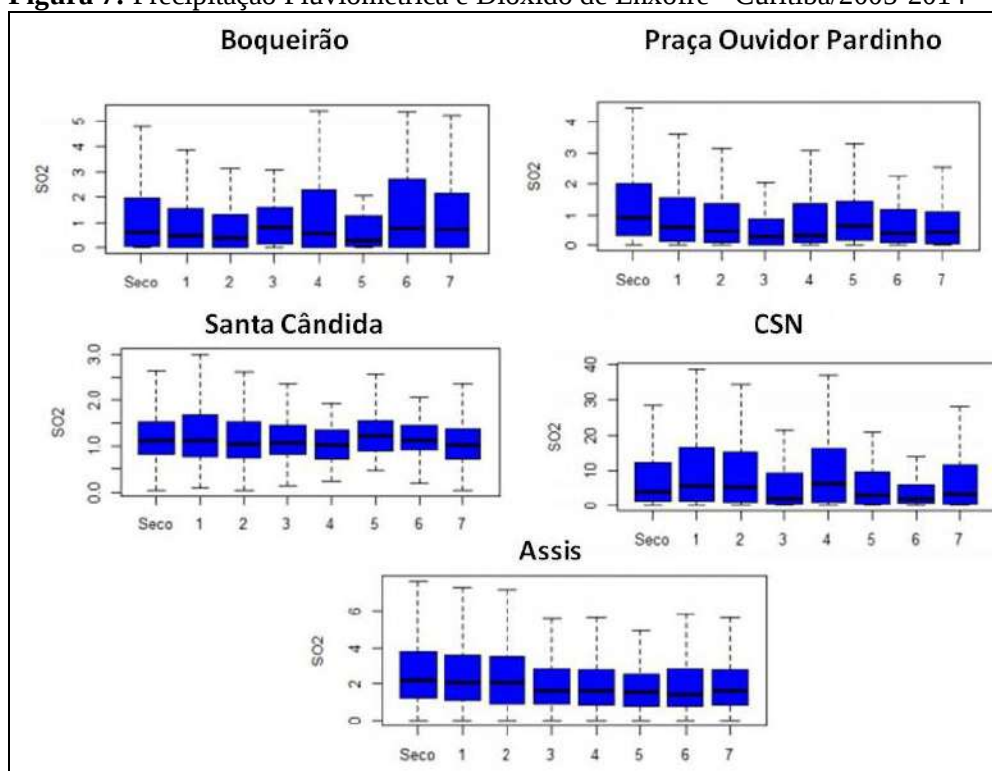
Figura 5: Precipitação Pluviométrica e Material Particulado - Curitiba/ 2005-2014**Fonte:** IAP (2015) e SIMEPAR (2019)**Elaboração:** Castelhana (2019)

No caso do ozônio troposférico, que havia demonstrado relações fortes com a temperatura, em momentos de chuva, sua variação não apresenta grandes alterações. Embora os maiores valores sejam registrados em momentos sem chuva, percebeu-se que a oscilação entre categorias de chuva foi pouca (Figura 6).

Figura 6: Precipitação Pluviométrica e Ozônio Troposférico - Curitiba/ 2005-2014**Fonte:** IAP (2015) e SIMEPAR (2019)**Elaboração:** Castelhana (2019)

Finalizando a análise entre precipitação e poluição, a figura 7 nos mostra a variação do dióxido de enxofre de acordo com os tipos de chuva. Este poluente foi o que apresentou as relações mais fracas. Os *boxplots* revelam que, apenas nas estações Assis e Praça Ouvidor Pardiniho os maiores valores do poluente foram registrados em momentos sem chuva. É possível notar que, em alguns casos, os maiores valores do poluente foram registrados em momentos com registros de chuvas nas categorias até 2.5mm e acima de 15mm. Conclui-se que o dióxido de enxofre ao longo do período coletado, apresenta relações muito fracas ou inexistentes com as oscilações climáticas de Curitiba.

Figura 7: Precipitação Pluviométrica e Dióxido de Enxofre - Curitiba/2005-2014



Fonte: IAP (2015) e SIMEPAR (2019)

Elaboração: Castelhana (2019)

4 VARIABILIDADE CLIMÁTICA E TENDÊNCIAS EM CURITIBA

A análise das séries históricas de dados climáticos, aliado à geração dos índices ETCCDI, utilizados nesta pesquisa, revelou algumas tendências e alterações no cenário climático de Curitiba dos anos 1960 até os dias atuais que podem impactar em possíveis alterações nos níveis de poluição do ar na cidade.

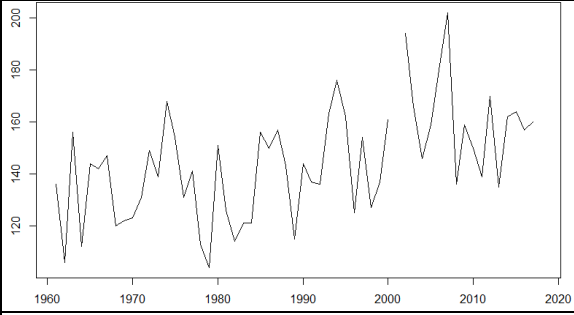
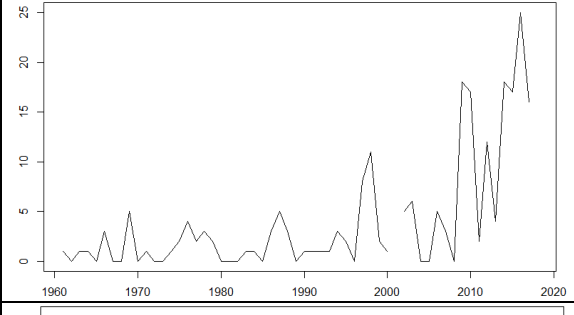
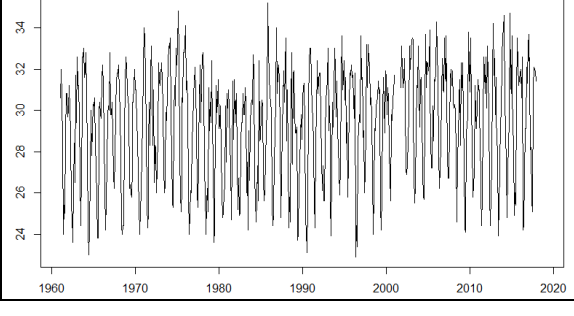
Os testes de Mann Kendall aplicados aos índices escolhidos revelaram tendências positivas em sua quase plenitude no âmbito dos índices relativos à temperatura. A tabela 2 apresenta os

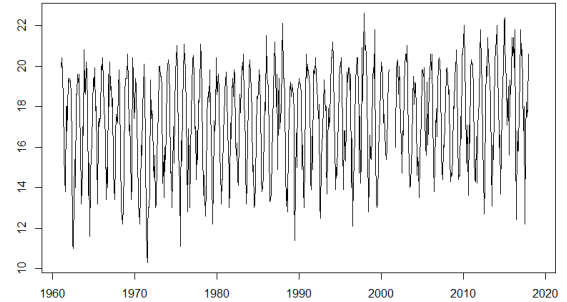
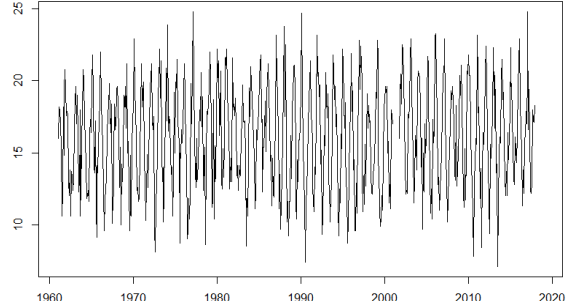
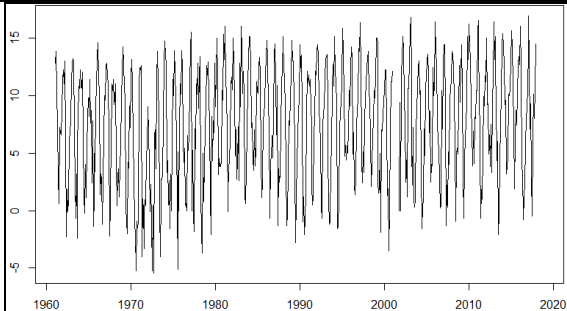


resultados deste teste estatístico sintetizado, trazendo o p-valor, tau, direção da tendência e a série temporal analisada. O único índice que abarcava a variável térmica sem tendências registrada foi o TXN (temperaturas mínimas das máximas).

Os valores indicam que a cidade de Curitiba tem apresentado aumentos significativos de temperatura. As temperaturas mínimas também apresentaram tendências positivas, tanto no índice que calcula as temperaturas mínimas mais baixas (TNN) quanto o que aponta as temperaturas mínimas mais elevadas (TNX). Estes índices, aliados às Temperaturas máximas das máximas (TXX) que também apresentaram tendências positivas, indicam um aumento gradual nas temperaturas de Curitiba nos últimos cinquenta e sete anos, sem necessariamente aumentar a amplitude térmica.

Tabela 2: Índices de Variabilidade Térmica e Tendências em Curitiba – 1961-2017

ÍNDICE ETCCDI	TAU	P-VALOR	TENDÊNCIA	SERIE TEMPORAL
SU	0,344	0,0001945	Ascendente	
TR	0,404	0,000035	Ascendente	
TXX	0,0962	0,00020266	Ascendente	

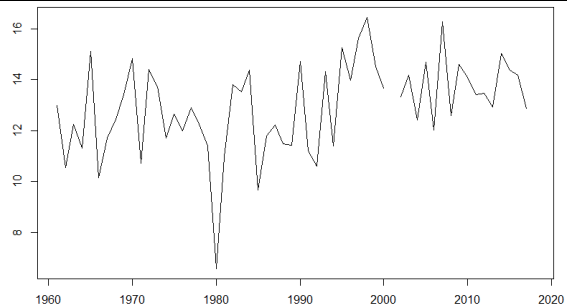
TNX	0,125	0,00000143	Ascendente	
TXN	0,036	0,16365	Ausente	
TNN	0,11	0,0000206	Ascendente	

Fonte: INMET (2019)

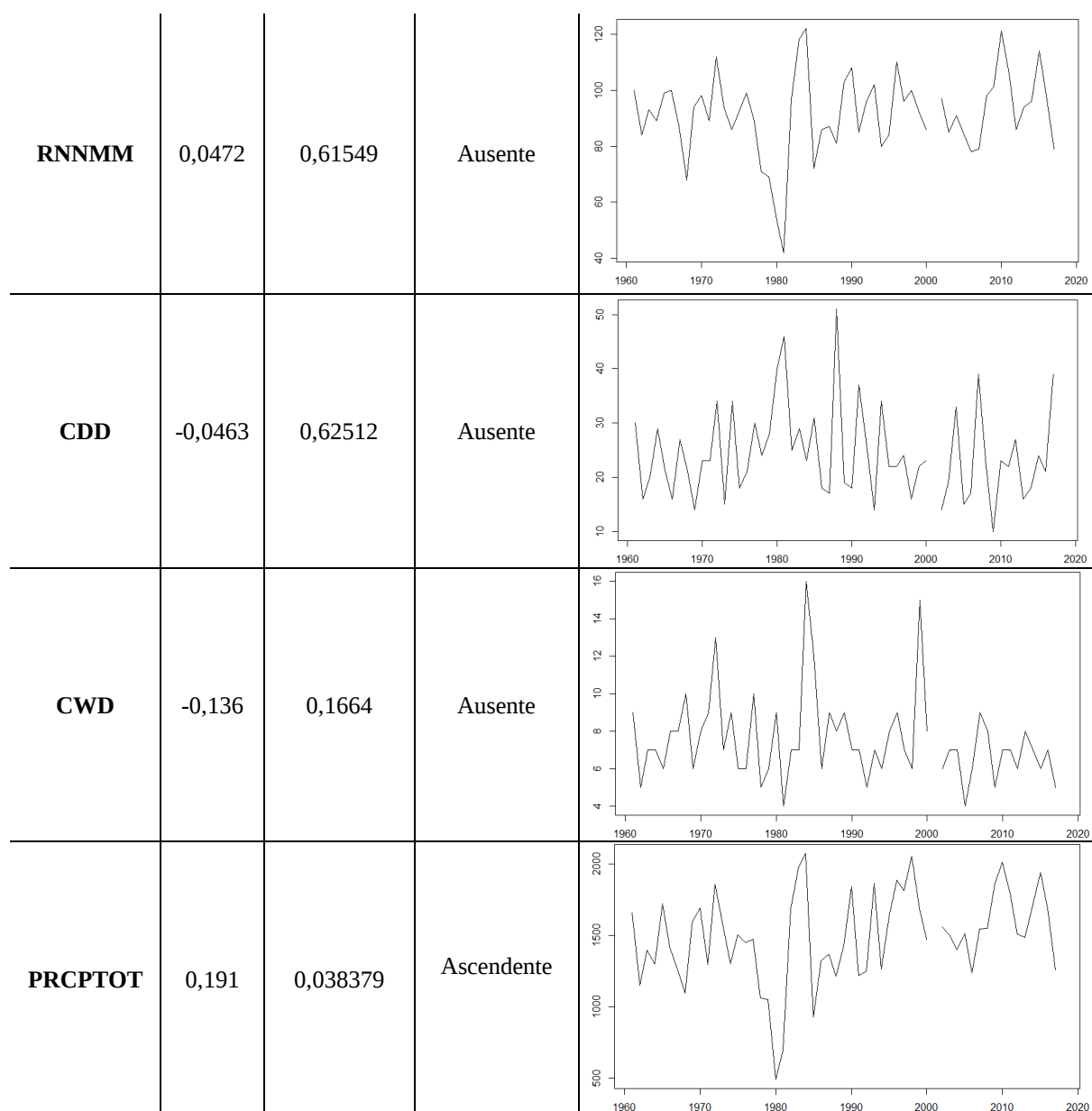
Elaboração: Castelhana (2019)

Os índices referentes à chuva demonstraram resultados peculiares. Não foram detectadas tendências nos índices que calculam dias contínuos secos ou com chuva, todavia, observou-se uma tendência ao aumento no total de chuva e também na intensidade da chuva. Isto pode indicar uma possível alteração na dinâmica de chuvas da cidade, em que o volume total será maior, todavia, o período de precipitação será menor. A tabela 3 revela os dados e tendências de cada índice de pluviometria calculado.

Tabela 3: Índices de Variabilidade de Precipitação e Tendências em Curitiba – 1961-2017

ÍNDICE ETCCDI	TAU	P-VALOR	TENDÊNCIA	SÉRIE TEMPORAL
SDII	0,242	0,0087401	Ascendente	





Fonte: INMET (2019)

Elaboração: Castelhana (2019)

5 DISCUSSÃO

Os resultados obtidos permitem-nos admitir que, dentre os três poluentes analisados nos pontos da cidade de Curitiba, apenas dois apresentaram relações significantes com a condição climática, o ozônio troposférico e o material particulado.

Os dados permitem-nos concluir que os poluentes apresentam dinâmicas distintas entre si, em decorrência de suas composições e processos de formação. Além disso, a localização das estações de monitoramento, em função de características geográficas diversas, como fluxo de

veículos, indústrias ou áreas verdes, apresenta impacto nos valores finais e dinâmicas temporais dos poluentes igualmente.

As relações observadas, todavia, mostraram-se semelhantes em todos os pontos de coleta, permitindo-nos aferir que o ozônio troposférico apresenta forte correlação direta com os níveis de temperatura, e que o material particulado se mostra com mais intensidade em dias sem registros de chuva.

A literatura aponta que a umidade relativa do ar e a precipitação são fatores climáticos chaves na determinação dos valores de poluição, todavia, tal fato depende do poluente analisado, conforme vimos.

Derisio (2012), Branco e Murgel (2004) e McCormac (1971) são exemplos de autores que apontam tanto a relação das chuvas quanto de temperaturas elevadas com a facilidade na dispersão de poluentes como um todo. Tal fato acabou por ser parcialmente comprovado, visto que, as variações na temperatura apresentaram relações diretas apenas como o ozônio, e relações estas envolvendo o aumento do poluente e não a sua diminuição.

No âmbito da variabilidade climática, observou-se que, ao longo do período estudado, cinquenta e sete anos, a cidade de Curitiba tem apresentado fortes tendências ao aumento de sua temperatura. Não foi o objetivo deste trabalho discutir as causas deste aumento, mas a ocorrência do mesmo foi estatisticamente comprovada.

Segundo os estudos apresentados, tal incremento pode agir diretamente nos níveis de ozônio troposférico da cidade. O poluente em questão foi relatado por Castelhana (2019b) como o único poluente da cidade com tendências estatísticas ao crescimento nos últimos dez anos.

O referido autor complementa que, o poluente NO₂, um dos responsáveis pela formação do ozônio, tem apresentado tendências a queda, e que aumentos na temperatura da cidade poderiam ser os responsáveis pela tendência observada no ozônio.

O presente artigo confirma a hipótese levantada anteriormente, comprovando que de fato tanto o ozônio tem forte correlação com a temperatura, como o fato de que as temperaturas têm aumentado na cidade.

O aumento de ozônio detectado por Castelhana (2019b) pode, portanto, vir a ser uma consequência direta no incremento das temperaturas da cidade.

No caso do material particulado, as tendências observadas no âmbito das chuvas sugerem que as condições atmosféricas futuras para a cidade podem potencializar a concentração de dito poluente, dado a tendência a aumento na intensidade das chuvas, que se associa a chuvas mais concentradas.



6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho propôs possíveis perspectivas futuras para os níveis de poluição de ar de Curitiba com base apenas na relação entre qualidade do ar e variáveis climáticas. Levando em conta um cenário hipotético em que, os níveis de emissões permaneçam iguais, e que observemos apenas as mudanças climáticas detectadas, podemos afirmar que a poluição do ar na cidade pode aumentar.

O cenário desenhado para Curitiba, reforça a necessidade de buscar a redução de suas emissões através de novos programas de transporte e assegurar a importância de estudos entorno das mudanças climáticas.

O IPCC, órgão internacional responsável pela elaboração e divulgação de relatórios referentes a mudanças climáticas, não inseriu em sua lista de consequências causadas pelas mudanças climáticas, um possível aumento na poluição em decorrência das condições climáticas, alertando-nos apenas para o fato de que, temperaturas mais elevadas levariam a um maior uso de resfriadores artificiais que podem aumentar os níveis de emissão de poluentes. Assim, reforça-se o caráter exploratório e pioneiro de dito estudo.

Sabe-se que no Brasil, infelizmente poucos são os dados referentes a qualidade do ar. As redes são escassas e nem sempre os dados apresentam qualidade, sendo este, um dos principais obstáculos para a pesquisa geográfica no âmbito da qualidade do ar.

Todavia, os resultados apresentados por esta pesquisa podem e devem ser replicados em outros grandes centros, de modo a averiguar outras possíveis consequências das alterações climáticas nos níveis de qualidade do ar.

REFERÊNCIAS

BAIRD, C. **Química Ambiental**. 2. ed. Bookman: Porto Alegre, 2002.

BELUSIC, A.; HERCEG-BULIC, I.; KLAIC, Z. B. Using a generalized additive model to quantify the influence of local meteorology on air quality in Zagreb, **Geofizika**, v. 32, p. 47-77, 2015.

BRANCO, S. M.; MURGEL, E. **Poluição do Ar**. 2. ed. Editora Moderna: São Paulo, 2004.

CETESB. Companhia Ambiental do Estado de São Paulo. **Qualidade do ar no estado de São Paulo 2014**, 2015. Disponível em: <<http://ar.cetesb.sp.gov.br/publicacoes-relatorios/>>. Acessado em: 26/06/2019.

CASTELHANO, F. J. **Qualidade do Ar no AUC (Agglomerado Urbano de Curitiba/PR) - Configuração Atual e Perspectivas no Âmbito das Mudanças Climáticas Globais**. Tese de Doutorado. UFPR, 2019.

CASTELHANO, F. J. Ozônio troposférico e mudanças climáticas: evidências introdutórias em Curitiba/PR, **Revista de Geografia**, v. 8, p. 35-43, Juiz de Fora, UFJF, 2019.

CONCEIÇÃO, G. M. S.; SALDIVA, P. H. N.; SINGER, J. M. Modelos MLG e MAG para análise da associação entre poluição atmosférica e marcadores de morbi-mortalidade: uma introdução baseada em dados da cidade de São Paulo, **Revista Brasileira de Epidemiologia**, v. 4, n. 3, p. 206-219, 2001.

CZERNECKI, B.; POLROLNICZAK, M.; KOLENDOWICZ, L.; M. KENDZIERSKI, S.; PILGUJ, N. Influence of the Atmospheric Conditions on PM10 Concentrations in Poznan, Poland, **Journal of Atmospheric Chemistry**, v. 74, p. 115-139, 2017.

DERISIO, J. C. **Introdução ao Controle de Poluição Ambiental**. Oficina de Textos: São Paulo, 2012.

DOMINICI, F.; MCDERMONTT, A.; ZEGER, S. L.; SAMET, J. M. On the Use of Generalized Additive Models in Time-Series Studies of Air Pollution and Health, **American Journal of Epidemiology**, v. 156, n. 3, p. 193-203, 2002.

FOX, J.; WEISBERG, S. **An R Companion to Applied Regression** 2. Edição. Sage, 2011.

JIMENEZ, A. M., TORRECILLA, R. C., Environmental Justice and Sulphur Dioxide Atmospheric Pollution. In Madrid: a Spatio-Temporal Analysis and Assessment with Gis, **Boletín de La A.G.E.**, n. 44, p. 391-394, 2007.

KEGGENHOFF, I., ELIZBARASHVILI, M., AMIRI-FARAHANI, A., KING, L. Trends in daily temperature and precipitation extremes over Georgia, 1971–2010, **Weather and Climate Extremes**, v. 4, p. 75-85, 2014.

KENDALL, M. G. **Rank correlation methods**. 4. Edição. London: Charles Griffin, 1975.

KUMAR, P. ANDRADE, M. F, YNOUE, R. Y, FORNARO, A., FREITAS, E. D., MARTINS, J. MARTINS, L. D., ALBUQUERQUE, T. e ZHANG, Y., New directions: From biofuels to wood stoves: The modern and ancient air quality challenges in the megacity of São Paulo, In: **Atmospheric Environment**, v. 140, p. 364-369, 2016.

LIMA, L. P., **Modelos Aditivos Generalizados**: aplicação a um estudo epidemiológico ambiental, Dissertação de Mestrado, USP, São Paulo, 2001.

MANN, H. B. Nonparametric tests against trend. *Econometrica*, vol. 13, n. 3, p. 245- 259 p. In: **The Econometric Society**, 1945.

McCORMAC, B. M., **Introduction to the Scientific Study of Atmospheric Pollution**, D. Reidel Publisinhg Company, 1971.

MOREIRA, J. G. V., NAGHETTINI, M., Detecting Monotonous Time Trends as Related to Type I and Type II Errors: Case Study in Annual Maximum Daily Precipitation Series Observed in the State of Acre, In: **Revista Brasileira de Meteorologia**, v. 31, n. 4, p. 394-402, 2016.

PEARCE J. L., BERINGER, J. NICHOLLS, N., HYNDMAN, R. J., TAPER, N. J., Quantifying the influence of local meteorology on air quality using generalized additive models, In: **Atmospheric Environment**, v. 45, p. 1328-1336, 2011.



PENG, R.D., DOMINICI, F. e LOUIS, T.A., **Model choice in time series studies of air pollution and mortality**, Journal of the Royal Statistics Society, v. 169, parte 2, p. 179-203, 2006.

PETERSON, T. C., FOLLAND, C., GRUZA, G., HOGG, W., MOKSSIT, A. PLUMMER, N., **Report on the Activities of the Working Group on Climate Change Detection and Related Rapporteurs**, ETCCDI, 2001.

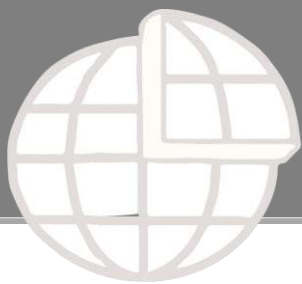
PINHEIRO, G. M. **Variabilidade Temporo-Espacial da Pluviosidade da Bacia do Alto Iguaçu**, Tese de Doutorado, UFPR, Curitiba, 2016.

RAZAVI, T. SWITZMAN, H. ARAIN, A. COULIBALY, P., Regional climate change trends and uncertainty analysis using extreme indices: A case study of Hamilton, Canada, In: **Climate Risk Management**, v. 13, p. 43-63, 2016.

SCHIRMER, W. N.; LISBOA, H. M. Química da Troposfera: constituintes naturais, poluentes e suas reações. In: **Tecnológica Santa Cruz do Sul**, v. 12, n. 2, p. 37-46, 2008.

TOBIÁS, A. e SAEZ, M. Time-series regression to study the short-term effects of environmental factors on health, **Document de treball**, Girona (Espanha), 2004.

Recebido em 03 de Janeiro de 2020
Aprovado em 03 de Fevereiro de 2020



**O CULTIVO DA PALAVRA E A SIGNIFICAÇÃO DO ESPAÇO:
UMA PROPOSTA DE LEITURA DO POEMA ORAÇÃO DO MILHO, DE CORA
CORALINA**

**THE CULTIVATION OF THE WORD AND THE MEANING OF SPACE:
A PROPOSAL TO READ THE POEM PRAYER OF CORN, BY CORA CORALINA**

**LA CULTURE DU MOT ET LE SENS DE L'ESPACE:
UNE PROPOSITION DE LIRE LE POÈME PRIÈRE DE MAÏS, PAR CORA CORALINA**

DOI 10.33360/RGN.2318-2695.2019.i3.p.25-39

Eguimar Felício Chaveiro

Professor do Instituto de Estudos Socioambientais da Universidade Federal de Goiás (IESA-UFG)
Coordenador do Grupo Espaço, Sujeito e Existência da (UFG)
E-mail: eguimar@hotmail.com

Ricardo Júnior de Assis Fernandes Gonçalves

Professor da Universidade Estadual de Goiás (UEG)
Pesquisador do Grupo Espaço, Sujeito e Existência (UFG)
Pesquisador do Grupo Política, Economia, Mineração, Ambiente e Sociedade (PoEMAS)
Universidade Federal de Juiz de fora (UFJF)
E-mail: ricardo.goncalves@ueg.br

Angelita Pereira de Lima

Professora da Faculdade de Informação e Comunicação da Universidade Federal de Goiás (FIC-UFG)
Pesquisadora do Grupo Espaço, Sujeito e Existência (UFG)
E-mail: angelitalimaufg@gmail.com

Juliana Ramalho Barros

Professora do Instituto de Estudos Socioambientais da Universidade Federal de Goiás (IESA-UFG)
E-mail: juliana@ufg.br

RESUMO:

Cora Coralina, poetisa goiana, de vasto reconhecimento nacional na atualidade, produziu uma obra que, vinculada às circunstâncias, aos episódios e ao papel histórico de sua cidade de origem – a cidade de Goiás – traduz-se numa fonte consistente à reflexão entre espaço, literatura e existência. Especificamente no poema Oração do milho, tanto os gradientes composicionais, como os estéticos e políticos, são demonstrações de sua sensibilidade e de sua coragem. O seu milho reza – e grita e denuncia. A leitura do poema, além disso, descortina um notável entrelaçamento de escalas. O debate entre o milho e o trigo, ponto central da espessura criadora do poema, e a declaração do valor do milho no mundo do trabalho e da alimentação dos camponeses no período da troca simples, entrelaça, também, vida, espaço e representação. Pode-se, então, interrogar: como o milho, conteúdo de uma oração, simboliza a vida concreta dos marginalizados de Goiás? O vasto repertório de diálogos com professores e pesquisadores que efetivam trabalhos no campo da geografia interseccionada com literatura e as mãos dadas com várias redes, oferecem a seiva teórica e pedagógica para a execução desse trabalho.

Palavras-chave: Geografia; Literatura; Espaço; Existência.

ABSTRACT:

Cora Coralina, a poet from the state of Goiás, widely acknowledged nationally nowadays, produced a work that, linked to the circumstances, to episodes and the historic role of her city of origin - the City of Goiás - translates into a consistent source for reflection between space, literature and existence. Specifically in the poem Prayer of corn, both the compositional gradients, such as the esthetic and politicians, are demonstrations of her sensitivity and her courage. Her corn prays - and shouts and denounces. Moreover, the reading of the poem unveils a remarkable interweaving of scales. The debate between maize and wheat, the central point of the creative thickness of the poem, and the declaration of the value of corn in the world of work and the supply of peasants in the period of simple exchange, twine, also, life, space and representation. One can then ask: how the corn, contents of a prayer, symbolizes the concrete life of the marginalized people in Goiás? The wide repertory of dialogs with teachers and researchers who intentionally work in the field of geography that intersects with literature, and hands with multiple networks, offer the theoretical and pedagogical sap for the implementation of this work.

Keywords: Geography; Literature; Space; Existence.

RÉSUMÉ:

Cora Coralina, une poétesse de l'État de Goiás, jouissant d'une large reconnaissance nationale, a produit une œuvre qui, liée aux circonstances, aux épisodes et au rôle historique de sa ville d'origine - la ville de Goiás - se traduit par une source de réflexion cohérente entre l'espace, la littérature et l'existence. Spécifiquement dans le poème prière de maïs, les gradients de composition, esthétiques et politiques sont des démonstrations de sa sensibilité et de son courage. Votre maïs prie - et crie et dénonce. De plus, la lecture du poème révèle un remarquable entrelacement d'échelles. Le débat entre le maïs et le blé, élément central de l'épaisseur créative du poème, et la déclaration de la valeur du maïs dans le monde du travail et de l'alimentation paysanne dans la période de simple échange, entrelace, également, vie, espace et représentation. On peut alors se demander: comment le maïs, contenu d'une prière, symbolise-t-il la vie concrète des marginalisés à Goiás? Le vaste répertoire de dialogues avec des professeurs et des chercheurs qui travaillent dans le domaine de la géographie, entrecroisés avec la littérature, et se tenant par la main avec divers réseaux, offrent la sève théorique et pédagogique nécessaire à la réalisation de ce travail.

Mots-clés: Géographie; Littérature; Espace; Existence.

1 INTRODUÇÃO

São vários os motivos, as justificativas e as contribuições pedagógicas e científicas originadas da relação entre geografia e literatura. Aliás, mais que uma relação, poder-se-ia dizer que o texto literário e o texto geográfico, portanto arte e ciência, ao se encontrarem produzem um novo dispositivo da interpretação, da linguagem e da significação política do saber.

Autores contemporâneos como Almeida (2003), Amorim Filho (2006), Suzuki (2008), Marandola Jr. e Gratão (2010), Chaveiro (2015) e Gonçalves (2018), ao desenvolverem pesquisas sobre a interlocução entre geografia e literatura asseguram que é da tradição clássica da geografia a incursão no texto literário para o procedimento de construção do denominado conhecimento geográfico. Com efeito, quando o geógrafo lê literatura e quando os literatos inventam suas obras ficcionais, há em ambos a mediação do espaço. A interseção desses dois campos narrativos do mundo, a geografia e a literatura, reforça, a partir da mediação do espaço, a leitura da realidade, incluindo nessa leitura os aportes libertos da imaginação. Como se tem dito, o geógrafo recoloca

seu prisma de leitura da realidade, tendo como fonte a literatura, não para adornar o texto, mas, para gerar uma profundidade em sua análise.

É fácil aos acostumados com uma inscrição positivista, racionalista e instrumental dos critérios de cientificidade olharem a intersecção entre geografia e literatura apenas pela via de uma ornamentalidade ou de um esteticismo performático da ciência. Podem considerar, desavisados do acúmulo de reflexão e produção no campo, que o texto literário apenas ornamenta o discurso científico e, pela via da ornamentação, faz o pensamento eximir-se do real. Em muitos casos, esse estranhamento decorre de uma alienação ao mundo funcional, e por essa alienação tudo que não é estratégico e financeiro é reconhecido como firula.

Ao contrário dessa postura, o que se quer quando se propõe interseccionalizar geografia e literatura é recriar os sentidos humanos da ciência, incluir na significação pedagógica e científica a sensibilidade; a ação da imaginação; a capacidade de superar o adestramento linguístico e laboratorial dos modos instrumentais da ciência; abrir o campo discursivo às escalas da ação, da existência; dramatizar o próprio olhar, torná-lo vivo e atento à todas experiências humanas no espaço; construir uma crítica invocada pelo critério estético. Por isso, convém repetir: o geógrafo lê literatura não para eximir-se do mundo, mas para adentrá-lo. Não foge da compreensão e da interpretação, alarga-os.

O artigo propõe uma leitura do poema *Oração do milho*, da poetisa goiana Cora Coralina, com o intuito de demonstrar a aglutinação entre crítica, imagem, estética e força da linguagem. Os vários trabalhos já desenvolvidos nesse campo; a interlocução com autores e professores da Rede de Pesquisa Geografia, Turismo e Literatura (ENTREMEIO) e do grupo Geografia, Literatura e Arte (SIGEOLITERART), a efetiva pulsão pedagógica gerada no interior do grupo de pesquisa e extensão Espaço, Sujeito e Existência; a interlocução direta e parceira com professores de sociossemiótica, da Universidade Federal do Tocantins – Campus Araguaina; e com professores que trabalham a narrativa literária por meio do jornalismo literário, da Faculdade de Informação e Comunicação (FIC), da Universidade Federal de Goiás (UFG), estabelecem o arco dialógico que sustenta as reflexões que serão apresentadas.

Uma questão-chave permeia e governa as reflexões: o poema *Oração do milho*, de Cora Coralina, pode facultar uma leitura multiescalar e multitemática de poderes constituídos numa etapa histórica de Goiás?



2 O MUNDO DE CORA CORALINA

A relação entre biografia e estética ou entre a experiência de vida de um literato e a sua obra, como quer Paz (1984) e Bosi (1991), é uma matéria aberta, necessária de ser refletida e relativamente misteriosa. Imagens infantis, episódios singulares, história familiar, religiosa, dramas pessoais, sonhos – e um curso infinito de signos apreendidos na ordem do viver – se juntam ao tempo, ao espaço, à estrutura social e histórica, à cultura. E nessa junção oferecem ao literato ou a qualquer outro tipo de artista, as condições de criação. Mas no processo criativo o íntimo se coaduna com o além; o que é sentido, vivenciado e experienciado pode transbordar, pois a imaginação recolhe a vida e a transfigura. Transfigura a vida para vê-la melhor.

Cora Coralina, Anna Lins dos Guimarães Peixoto Bretas, nasceu em 20 de agosto de 1889, na cidade de Goiás (GO). O seu primeiro livro de reconhecimento nacional - Poemas dos Becos de Goiás e estórias mais - foi publicado em 1965, quando já tinha 75 anos de idade. A sua vida simples no interior de Goiás e a sua sensibilidade arguta com os episódios e histórias banais e corriqueiras do interior, lhe renderam uma ausência positiva: Cora esteve fora dos modismos literários hegemônicos. Essa ausência é página segura de sua originalidade.

Conforme Marques (1978, p. 1),

Para a poetisa goiana, Cora Coralina, existir é uma maneira de resistir, coexistir, transistir. Sua vitalidade, ela suga-a de um profundo enraizamento tribal e telúrico, colorido por uma desafetação e verve de intenção que eu diria séria, tal a postura pedagógica que inconscientemente assume, de Mestra de todos nós, de propedeuta de vida. Livre, turbulenta, receptiva, cultivadamente rude, ergue-se das matrizes do seu belo livro Poemas dos becos de Goiás e estórias mais, como matriarca provida de tenazes liames carnaís e espirituais com as castas de sua gente.

Embora Cora Coralina tenha publicado seus livros de maneira tardia, a escrita literária sempre esteve presente em sua vida. A escrita em verso ou prosa foi matéria criativa de sua percepção da realidade concreta do sertão goiano. Já na adolescência havia construído o hábito rotineiro de narrar episódios de sua vida pessoal e da cidade de Goiás. Contudo, o seu reconhecimento teve a contribuição de Carlos Drummond de Andrade (1902-1987). O poeta mineiro já consagrado, na década de 1980 lhe escrevera uma carta publicada no jornal do Brasil. Ao referir-se sobre o livro Vintém de Cobre: meias confissões de Anninha (1983), Drummond (1983, p. 1), escrevera,

Minha querida amiga Cora Coralina:

Seu Vintém de Cobre é, para mim, moeda de ouro, e de um ouro que não sofre as oscilações do mercado. É poesia das mais diretas e comunicativas que já tenho lido e amado. Que riqueza de experiência humana, que sensibilidade especial e que lirismo identificado com as fontes da vida! Aninha hoje não se pertence. É patrimônio de nós

todos, que nascemos no Brasil e amamos a poesia [...].
 Não lhe escrevi antes, agradecendo a dádiva, porque andei malacafento
 e me submeti a uma cirurgia. Mas agora, já recuperado, estou em
 condições de dizer, com alegria justa: Obrigado, minha amiga!
 Obrigado, também, pelas lindas, tocantes palavras que escreveu para
 mim e que guardarei na memória do coração.
 O beijo e o carinho do seu.

Se as palavras do poeta mineiro lançavam a Cora como “patrimônio de nós todos, que nascemos no Brasil e amamos a poesia”, a matéria prima de sua poesia originava dos costumes da gente de Goiás; dos sujeitos que com ela convivem; das pedras, dos becos, dos muros, das avenças; e também a vida rural de Goiás no período da troca simples; incluía também o trabalho, as crenças, os sonhos das moças e os seus medos. Em várias situações poéticas o tom crítico de sua poesia, tecida com simplicidade, mostrava a força de um destemor aos preconceitos. No poema “Mulher da vida”, isso fica registrado:

Mulher da Vida,
 Minha irmã.
 De todos os tempos.
 De todos os povos.
 De todas as latitudes.
 Ela vem do fundo imemorial das idades
 e carrega a carga pesada
 dos mais torpes sinônimos,
 apelidos e ápodos:
 Mulher da zona,
 Mulher da rua,
 Mulher perdida,
 Mulher à toa.
 Mulher da vida,
 Minha irmã.

Com um versejamento simples e cônica da significação poética, Cora Coralina elabora os seus versos de maneira a ser compreendida pelo leitor; reconhece que a sua poesia, ao tratar de assuntos circunstanciais de um tempo, possui um valor histórico. Ou seja, é uma poesia na qual se registra a memória da relação de um povo com o espaço. Araújo e Moraes (2010, p. 349) dizem que

Seu estilo pessoal, sua maneira de escrever, cujo teor autobiográfico mescla ficção e realidade, sem comprometer sua escrita para uma descrição puramente historiográfica, revela a natureza dos conteúdos relatados de forma a insinuar mais do que descreve. Sua trajetória, ela ironicamente define: “é uma estória ou meias confissões.



O realismo poético de Cora Coralina, como em vários outros literatos nacionais, não dispensou a leitura atenta. O seu gosto por ler se juntava ao gosto de viver a vida pacata de uma doceira do interior, o mesmo gosto de conversar com as pessoas, andar pela cidade, fazer anotações dos causos ouvidos. O fato de a cidade de Goiás ter sido um espaço de episódios cruciais na história do território goiano, incluindo a escravidão, o processo colonial, a extinção de povos indígenas, a violência praticada por coronéis e latifundiários. Ademais, transformada na primeira capital de Goiás, era nessa cidade que chegavam as novidades da metrópole, jornais, livros, ensinos de línguas estrangeiras e também as possibilidades de frequentar museus e bibliotecas. Desse modo, essa sociedade contraditória sustentou a poesia de Cora com dois móveis substanciais da literatura: a realidade e a cultura universal. O poema Oração do milho revela essas características.

3 ORAÇÃO DO MILHO – UMA ORAÇÃO CRÍTICA

Que leiamos com dedicada atenção o poema de Cora.

Senhor, nada valho.
 Sou a planta humilde dos quintais pequenos
 e das lavouras pobres.
 Meu grão, perdido por acaso,
 nasce e cresce na terra descuidada.
 Ponho folhas e haste, e, se me ajudardes, Senhor,
 mesmo planta de acaso, solitária,
 dou espigas e devolvo em muitos grãos
 o grão perdido inicial, salvo por milagre,
 que a terra fecundou.
 Sou a planta primária da lavoura.
 Não me pertence a hierarquia tradicional do trigo,
 de mim não se faz o pão alvo universal.
 O justo não me consagrou Pão de Vida
 nem lugar me foi dado nos altares.
 Sou apenas o alimento forte e substancial
 dos que trabalham a terra,
 alimento de rústicos e animais de jugo.
 Quando os deuses da Hélade corriam pelos bosques,
 coroados de rosas e de espigas,
 e os hebreus iam em longas caravanas
 buscar na terra do Egito o trigo dos faraós,
 quando Rute respigava cantando nas searas de Booz
 e Jesus abençoava os trigais maduros,
 eu era apenas o bró nativo das tabas ameríndias.
 Fui o angu pesado e constante do escravo
 na exaustão do eito.
 Sou a broa grosseira e modesta do pequeno sitiante.
 Sou a farinha econômica do proprietário, sou a polenta
 do imigrante e a amiga dos que começam a vida

em terra estranha.
 Alimento de porcos e do triste mu de carga,
 o que me planta não levanta comércio,
 nem vantagem dinheiro.
 Sou apenas a fartura generosa
 e despreocupada dos paióis.
 Sou o cocho abastecido donde ruma o gado.
 Sou o canto festivo dos galos
 na glória do dia que amanhece.
 Sou o cacarejo alegre das poedeiras
 à volta dos ninhos.
 Sou a pobreza vegetal agradecida a vós,
 Senhor,
 que me fizestes necessário e humilde.
 Sou o milho!

Como se vê nos versos, nas imagens e nas estrofes do poema, de maneira simples e encadeada, a oração do milho é uma forma de ler o espaço. O milho, com voz narrativa própria, sem aceitar ser visto por um olhar de comoção, diz o próprio espaço de onde originou-se: a ameríndia.

A conversa com Deus, em tom de oração torna-se uma crítica ao cristianismo ou à representação do cristianismo como religiosidade do colonizador. Mas não é uma crítica por fora, pois o próprio milho ora. O modo irônico de pautar a injustiça – “eu não pertenço ao reino dos Justos” – aparece como uma crítica à cultura cristã ocidental e a um sistema de valores em que o trigo é o emblema simbólico.

No tom irônico da oração combativa, subliminarmente critica-se o processo colonizador que, além de minérios, solo, corpos, tratou de se empenhar em desfazer dos gostos, dos modos de falar, inclusive da cultura alimentar dos lugares colonizados. Bosi (1991), no livro *A Dialética da Colonização*, explica o processo denunciando uma “barbarização ecológica”, asseverado pela pilhagem de territórios, sujeitos e suas manifestações culturais. Ainda, expressão contínua do avanço das fronteiras de exploração de terras, águas e florestas por megaempreendimentos capitalistas, resultando na expropriação compulsórias de populações originárias.

Assim, ao referir-se à colonização, Bosi (1991) diz que

A barbarização ecológica e populacional acompanhou as marchas colonizadoras entre nós, tanto na zona canavieira quanto no sertão bandeirante; daí as queimadas, a morte, a preação dos nativos. Diz Gilberto Freyre, insuspeito no caso porque apologista da colonização portuguesa no Brasil e no mundo: “o açúcar eliminou o índio”. Hoje poderíamos dizer: o gado expulsa o posseiro; a soja, o sitiante; a cana, o morador. (BOSI, 1991, p. 22).

A voz combatente do Milho de Cora ao incidir sobre a colonização, demonstra que o processo de domínio ocorreu junto à “barbarização ecológica”, efetivando uma violência no regime



de crença; nos modos de vida; e, inclusive, nos esquemas de valores atribuídos aos símbolos religiosos. O fato da hóstia consagrada ser feita de trigo e representar a crença do colonizador, portanto um sinal hierárquico do “pão alvo universal”, em contraposição, o milho, planta do acaso, fecundado no milagre da casualidade, alimento dos rústicos, inferiorizado, silenciado e apagado do *status* da representação dominante, ao invés de um símbolo de um Deus acima da vida, esteve presente entre os marginalizados.

O Milho, ao falar em nome do marginalizado, isto é, do camponês, do imigrante, do escravo, do operário e do sitiante, é também uma marca de classe. Fora dos esquemas de domínio do Estado, das terras, dos minérios – artefatos do colonizador e de seus aliados –, sendo efetivo no trabalho, na alimentação, no modo de vida de quem é dominado e dominado se constitui para o dominador, numa labuta de resistência e de empenho constrói uma vida fora dos altares, dos palácios, das insígnias de comando. Não é insígnia do altar, mas valor do chão.

A oração do milho ao invés de pedir salvação e milagre a um Deus distante, se apresenta como salvação e como milagre concreto: a vida do trabalhador. No enredo da vida concreta, alimento substancial, mediante o qual se produz a broa, a pamonha, a polenta, o angu, o milho transpõe o corpo humano e torna-se substancial também na criação do porco, da galinha, do burro. De maneira que trabalho e alimento numa comunhão possível de um mundo simples, operam as bases do que o escritor Carmo Bernardes (1979) chama vida terrosa; ou o que temos denominado de “escrita dos calos”.

Sem forças produtivas avançadas, plantado em pequenas lavouras mantidas no esforço de todos os membros da família, dependentes do benefício da chuva, as pequenas lavouras de milho esclarecem o papel do espaço como dimensão da existência. A dimensão existencial do espaço e a dimensão espacial da existência se efetivam numa condição histórica determinada: o milho de Cora emana do período da troca simples, ou seja, do que se denomina de tradição rural de Goiás antes da incidência da modernização capitalista e da troca acumulada.

Refere-se, assim, ao que Chaveiro e Borges (2015) denominam de fazenda-roça goiana:

Mais que uma sociabilidade, plataforma de poder, funções econômicas, organização da vida, modos de morar, de vestir, de cantar, falar, ao envolver o tema no lume da reflexão geográfica há que ultrapassar o substrato da paisagem. Desta feita, ao referir-se sobre a Fazenda-roça goiana não faz menção apenas a uma unidade empírica, que tem representação efetiva nas paisagens dos séculos XVIII, XIX e se estende até o século XX com força agenciadora até o período atual. Trata-se de uma construção histórico-espacial que remonta ao modo como o território goiano se institucionalizou (CHAVEIRO; BORGES, 2015, p. 442).

Nesse lance histórico-espacial o trabalho simples, a alimentação simples e todo um efetivo cultural e de sociabilidades simples correspondem à troca simples. Essa fase inclui uma espacialidade marcada pelo trabalho manual; pela moradia de casa de pau-a-pique; pelas pequenas distâncias; pelo cristianismo de roça¹ e por constituir o enraizamento cultural do sujeito goiano cristalizado na ruralidade e numa ordem simbólica de domínio da oligarquia patronal apoiada no controle de terras e da violência contra o camponês. Cora é deste mundo; deste mundo retira as imagens, os episódios, as motivações para, nele, transbordá-lo; arraigada nele, universaliza-o.

De acordo com Marques (1978, p. 3),

Beiradeando mais o lado da realidade do que o da linguagem, ela ensaia preferentemente a polpa de suas vivências, ou melhor dito, os dados da sua circunstância concreta. Se não inova, repoeiza – e com que convincentes poderes! – dilatados espaços brasileiros, sem deixar, por isso, de restabelecer o tráfego com a universalidade do humano.

A relação entre forma e conteúdo, assim como entre experiência e estética, em se tratando dessa arte antiga, rica e complexa, a poesia, como se sabe, emerge das profundezas do poeta. Nem sempre o poeta possui consciência de que matéria vital a sua poesia é feita. Muitos poemas são feitos de assombros infantis, de sonhos, imaginações ou de experiências difíceis e dramáticas.

Interessa-nos, na leitura do poema *Oração do milho*, enxergar, no processo de composição do poema, os móveis estéticos e de conteúdos com os quais o poema é edificado. A voz narrativa do milho, antepondo-se e bradando contra o silenciamento e o preconceito a um povo e a um continente, necessita de um apoio de conhecimento da narrativa bíblica. A narrativa de eventos bíblicos em versos simultâneos cumpre essa operação: “Quando os hebreus iam em longas caravanas”; “Buscar na terra do Egito o trigo dos faraós”; “Quando Rute respigava cantando nas searas de Booz”; “E Jesus abençoava os trigais maduros”, é triunfalmente rebatido: “Eu era apenas o bró nativo das tabas ameríndias”.

No plano da composição, ao começar o poema tomando a voz irônica que “nada valho” e terminando o texto agradecendo ao Senhor dizendo que é a “pobreza vegetal”, mas é “necessário e humilde”, o milho explode-se metaforicamente: passa a ser o povo de um continente; e os traços identitários desse povo: o sitiante, o imigrante, o proletário. De maneira que espaço, modo de vida,

¹ Chaveiro e Borges (2015) referem-se ao Cristianismo de roça como uma cartografia de crenças, superstições, festividades, ritos e eventos que ajudaram na formação da mentalidade do sertanejo goiano estruturado na denominada fazenda-roça goiana. “Junta-se a ele, a trama das superstições, que vai desde o medo de assombração, de mula sem cabeça, do lobisomem, do capeta até os recados agourentos da coruja, do gavião sem pena, do sapo. Daí o costume – e a necessidade imperial - de fazer orações quando acorda, quando se toma as refeições, quando se passa por um cruzeiro, ao dormir e nos intervalos de uma boa prosa. Os códigos do cristianismo educam, protegem e fazem unir fazendeiro e camponês, todos sob a mira e sob a proteção do Deus cristão” (CHAVEIRO; BORGES, 2015, p. 460).



classe social e existência são compreendidos num mundo concreto, o mundo do oprimido. O elogio à necessidade e à humildade, diferente do trigo, marca uma preferência política: o que é simples pode ser justo; o que está no altar pode ser injusto.

A seiva ética de um esquema de valores arrolados na origem, nas características e na significação do milho, outorga à oração poética uma marca política e uma interrogação sobre os dispositivos de um regime de crença que se estendeu junto a empresa colonizadora. Mas o poema não nega cabalmente o cristianismo, apenas retorce-o ao que lhe é originário: a simplicidade, a humildade, a compaixão. E esses valores não são interpretados apenas como componentes de uma subjetividade eximida do mundo concreto. O trabalho duro, a alimentação advinda do próprio esforço de trabalho; a moradia simples, a fala terrosa – e todas as características de uma vida ruralizada e de uma espacialidade constituída no trabalho manual – se apresentam como fonte concreta dessa subjetividade lograda além do dinheiro e do comércio. Cora dentro do cristianismo faz a crítica; critica-o, mas não o dispensa como legado de sua experiência cultural. Lazzaretti (2015, p. 88), ao propor uma análise intertextual do poema, explica que,

Deste modo, sob a perspectiva do catolicismo (na qual Cora Coralina foi criada), pode-se dizer que o poema segue a estrutura própria de uma oração, pois se inicia com um ato de humildade, que, segundo Santo Agostinho, é uma disposição necessária para a oração (AGOSTINHO *apud*: CIC, 2000, p. 657). Posteriormente, segue-se um ato de reconhecimento da própria realidade (de seu valor e importância) e o agradecimento a Deus por ter lhe feito “necessário e humilde”. Essa atitude de gratidão a Deus está em consonância com o aspecto religioso (ênfático pela alusão a fatos bíblicos) presente na linguagem do poema, e que se apresenta como uma das possibilidades de abordagem intertextual.

Fazer a crítica por dentro, ou seja, não desfazer do mundo objetivo e mental do qual se origina, faz com que a poeta se junte à pessoa: Anninha abraça Cora, uma se constitui da outra. Quando o rico espectro da produção geográfica contemporânea se abre para conectar, interseccionar e aproximar geografia, arte e literatura, o que está posto – nessa abertura de sentido – é a potencialização da palavra, ou a necessidade de superar os vícios do pensamento esquematizado e *sloganizado*.

4 POR UMA AMPLIAÇÃO DA DICÇÃO GEOGRÁFICA

O poema *Oração do milho*, de Cora Coralina, exige um procedimento de leitura complexo. A forma de linguagem própria do gênero poesia e as categorias que pavimentam o texto poético, a metáfora, os versos, as estrofes, o ritmo, as imagens, são tecidos numa teia invisível. A produção de

sentido do texto poético exige, assim, outra movimentação do pensamento. É esse movimento diferenciado que pode alargar a dicção geográfica, ou, pelo menos, motivar um rasuramento no protocolo academicista que tende a inspirar uma paralisia da imaginação.

O poema de Cora, em toda a sua edificação, responde pelo que é compreendido em Barthes (2001, p. 104): “toda matéria de vida é matéria de contar histórias”. No exemplo do poema de Cora, poder-se-ia dizer: toda matéria de vida é matéria de produzir poesia. Junto a relação entre vida, história e poesia, fica patenteado um pressuposto básico, mediante o qual a geografia brasileira, que se ocupa em enriquecer a leitura do espaço, tem efetivado: qualquer narração produz o mundo, mas o mundo é a substância de qualquer narração.

O legado desse pressuposto aclara o entendimento de que a experiência de sujeito-do-mundo e de sujeito-no-mundo, atravessado por conflitos de classes, de gêneros ou de outro quesito é junto, uma experiência de linguagem tramada espacialmente. Assim sendo, a dimensão espacial da vida (BERDOULAY, 2012; MOREIRA, 2011) suscita uma atenção: dizer é também viver. A vida se consagra no espaço dito, interrogado, narrado, poetizado.

Quando Paul Claval (2008), sintetiza que “aprender geografia é saber como as pessoas vivem”. O que se tem denominado “potência do vivido”, conforme demonstra a riqueza do poema Oração do milho, não se reduz a apenas uma escala espacial. Se a experiência do viver é espacialmente constituída na escala da relação do corpo com o lugar, o espaço é, também, tramado geopoliticamente por esferas de dominação externas. Essas esferas, além da pilhagem territorial (PERPETUA, 2016), da extinção de povos indígenas; do controle de componentes naturais como a água, o minério; da exploração de força do trabalho, agem ideologicamente roubando a palavra, inferiorizando, silenciando as tramas de dominação. A oração do milho é um grito contra esse silenciamento.

No caso específico da ação de saber da geografia o que se conquista é o reconhecimento de que a narrativa geográfica possui uma literariedade, não confundida com a literariedade de um conto, de uma novela, de um romance ou de uma poesia, mas a literariedade própria da linguagem que, ao incidir sobre o objeto, produz a sua imagem e, ao produzir, conduz esse objeto à consciência.

Desta feita, a núpcia entre conceito, experiência e imaginação se traduz numa possibilidade de alargamento de visão geográfica do mundo. É isso que se requer quando se propõe a ler geograficamente o poema de Cora. Intervir na estrutura de narração da geografia e tomar a geografia como uma das formas de narrar, compreende a dimensão espacial e vital da linguagem. Barthes (2001), demonstra isso dizendo que,



Inumeráveis são as narrativas do mundo. É de início uma variedade prodigiosa de gêneros, eles próprios distribuídos em substâncias diferentes, como se toda matéria fosse boa para o homem confiar-lhe a sua narrativa: a narrativa pode ter como suporte à linguagem articulada, oral ou escrita, a imagem, fixa ou móvel, o gesto e a mistura ordenada de todas essas substâncias; está presente no mito, na lenda, na fábula, no conto, na novela, na epopeia, na história, na tragédia, no drama, na comédia, na pantomima, no quadro pintado (pense-se no Santa Úrsula de Capaccio), nos vitrais, no cinema, nas histórias em quadrinhos, nas notícias de jornal, na conversa. Além disso, sob essas formas quase infinitas, a narrativa está presente em todos os tempos, em todos os lugares, em todas as sociedades; a narrativa começa com a própria história da humanidade; não há, não houve em algum lugar povo algum sem narrativa; todas as classes, todos os grupos humanos têm as suas narrativas, e muitas vezes essas narrativas são apreciadas em comum por homens de culturas diferentes, até mesmo oposta; a narrativa zomba da boa e da má literatura; internacional, trans-histórica, a narrativa está sempre presente, como a vida (BARHES, 2001, p. 103-104).

Como está explicitado nas palavras de Barthes (2001), os dispositivos da linguagem possuem uma força na realização da vida humana, que, sempre e implacavelmente possui ligação com o espaço. Mais que isso: a linguagem é o patrimônio humano para que possa representar o espaço, representar a si e agir (BERDOULAY, 2012). Conforme se leu no poema de Cora, a linguagem é o que se tem para enfrentar e desestabilizar as formas de dominação dos imaginários e das ideologias que se impõem na vida dos sujeitos empobrecidos dos países pobres.

Como foi pontuado, o cultivo da palavra no esmero prodigioso de Cora Coralina, ao fazer o milho bradar contra a dominação e informar a vida dos sujeitos de um tempo do espaço goiano, recoloca as dimensões éticas e políticas para serem abraçadas pela estética. Estética e política ou imagem e vida, num único consórcio, supera o formalismo academicista, a crítica denunciante, o vício burocrático da linguagem corriqueira. A linguagem se abre, abre-se a interpretação do espaço. E o que parece ser mais decisivo é o entendimento de que a batalha da vida é, sempre – e em todos os percursos – uma batalha de linguagem.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O milho de Cora Coralina, no poema Oração do milho, é situado geograficamente: pertence ao reino ameríndio e, por isso, não pertence aos dominadores: a Europa do trigo. É um milho situado socialmente: está presente na vida de escravos, sitiantes, operários, imigrantes. É um milho que acena ao domínio geopolítico, ao domínio de classe e se coloca ao lado dos injustiçados, dos humildes e dos explorados. É um milho regional – diz o lugar como expediente metafórico – mas é

universal porque sublinha o horror do colonialismo. É um milho da dureza do trabalho e das possibilidades de alimentação. É a vida concreta.

O milho – gradiente total de um tipo de vida – é situado historicamente: trata-se de pensar a vida goiana no ordenamento socioespacial da troca simples. E de revelar as dimensões simbólicas tramadas na política dos coronéis; a dureza do trabalho camponês; a moradia simples e a crença religiosa. No estrato dessa vida total, especificada na troca simples, a vida terrosa depende das mãos do trabalho duro para produzir o próprio alimento, a moradia, os caminhos, domesticar os animais.

Esse milho situado social, espacial e historicamente, como componente de uma leitura contemporânea, torna-se dispositivo da memória. A poesia, como de resto todos os gêneros da arte literária, ao incidir com, sobre e pela palavra, faz da vida algo memorizável. A memória de um espaço-tempo, como peça enraizadora da sociabilidade goiana, é, ao mesmo tempo, testemunha e fundamento para se ler a transformação espacial. O milho, emblema do enraizamento goiano, evoca e sinaliza os rumos das transformações espaciais estimuladas pela modernização conservadora.

A vida da poetisa, com a sua experiência e com a sua sensibilidade, ela própria fundada pelos signos de sua composição, exemplifica o veredito valioso de Gabriel García Márquez (2003): viver para contar. A ligação entre vida e poesia, conjunção complexa tal como o sujeito humano, sob a mediação do espaço, traduz o que, a partir do final dos 1970 e com força a partir dos 1990, é uma conquista teórica da geografia brasileira: vislumbrar a dimensão espacial da vida; observar que a experiência humana, ela toda, sofre a mediação ativa do espaço e o espaço é constituído pela experiência humana. Mas a experiência é social e, por isso, invocada numa guerra de poderes.

As reflexões desenvolvidas mediante a proposta de uma leitura geográfica do poema aludido indicam que é da essência e do dever de qualquer campo científico problematizar o seu modo de dizer. Quando Paz (1984) diz que não há mudança no escopo do pensamento sem mudança de linguagem, isso instrui os geógrafos a tecerem uma crítica de linguagem no seu modo de dizer.

Ampliar o léxico geográfico, combater vícios do denunciamento, do academicismo e do formalismo e, especialmente, enriquecer as plataformas de leitura e da percepção do espaço, encontram na literatura uma condição substantiva. O que parece enriquecer esses planos é a junção entre conceito, experiência e imaginação aglutinando geografia e arte. Em se tratando das implicações das sociedades mundializadas e do aceleração da produção acadêmica, consoante ao que se requer atualmente, a intersecção entre geografia e literatura recoloca os planos da análise; exige da leitura, da reflexão e da percepção geográficas maior acuidade e maior concentração.



A luta contra a esterilidade do pensamento beneficia-se da ampliação de linguagem provocada pela leitura poética. Como se viu no teor fino da composição de Cora Coralina, a poesia é também grito, combate, luta por justiça.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Maria Geralda de. Em busca do poético do Sertão: um estudo de representações. In: ALMEIDA, Maria Geralda de; RATTS, Alex. J. P. (Org.). **Geografia: leituras culturais**. Goiânia: Alternativa, 2003.

ANDRADE, Carlos Drummond de [Rio de Janeiro, 7 out. 1983]. Carta de Drummond. In: CORALINA, Cora. **Vintém de cobre: meias confissões de Aninha**. 4ª ed. p. 23. 1983.

AMORIM FILHO, O. Bueno. **A pluralidade da geografia e o papel das abordagens fenomenologias no fazer geográfico**. Curitiba (PR), UFPR, 2006.

ARAÚJO, M. Melo & MORAES, A. C. Cora Coralina: memória e representação do eu na construção da consciência social. **Letrônica**, Porto Alegre v. 3, n. 1, p. 345-354, jul. 2010.

BARTHES, Roland. **A aventura semiológica**. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

BERDOULAY, Vicent. Espaço e cultura. In: CASTRO, Iná Elias et.al. (Org.). **Olhares geográficos: modos de ver e viver o espaço**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012. p. 101-131.

BERDOULAY, Vicent; ENTRIKIN, J. Sujeito e lugar: perspectivas teóricas. In: MARANDOLA, Eduardo; HOLZER, Werter. **Qual é o espaço do lugar?** São Paulo: Perspectiva, 2012. p. 93-116.

BERNARDES, Carmo. **Jurubatuba**. São Paulo: Livraria Cultura Goiana Editora, 1979.

BOSI, Alfredo. **Dialética da colonização**. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

BRITTO, Clóvis Carvalho; SEDA, Rita Elisa. **Cora Coralina - Raízes de Aninha**. Editora Ideias & Letras, 2011.

CHAVEIRO, Eguimar Felício. Dizibilidades literárias: a dramaticidade da existência nos espaços contemporâneos. **Geograficidade**, Rio de Janeiro/RJ, v. 5, n. 1, 2015.

CHAVEIRO, Eguimar Felício; BORGES, Júlio, César Pereira. Fazenda-roça goiana: matriz espacial do mundo sertanejo em Goiás. **CAMPO-TERRITÓRIO: Revista de Geografia Agrária**, Uberlândia/MG, v. 10, n. 20, p. 440-467, jul. 2015.

CORALINA, Cora. **Oração do Milho**. In: Poemas dos becos de Goiás e estórias mais. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1965.

CLAVAL, Paul. Uma, ou algumas, abordagem(ns) cultural(is) na Geografia Humana? In: SERPA, A. (Org.). **Espaços culturais: vivências, imaginações e representações**. Salvador: EDUFBA, 2008. p. 13-29.

CORALINA, Cora. **Villa Boa de Goyaz**. Global Editora, 2001.

DENÓFRIO, Darcy França; CAMARGO, Goiandira Ortiz de. **Cora Coralina**: celebração da Volta. Câne Editorial, 2006.

GONÇALVES, Ricardo Junior de Assis Fernandes. “Narrativas da terra”: a questão agrária em Goiás na literatura de Bernardo Élis. **REVELLI**, Inhumas/GO, v. 10 n. 2. p. 339 – 357, Junho/2018.

LAZZARETTI, Jildonei. A gratidão do humilde: uma análise do poema Oração do milho de Cora Coralina. **Revista Estudos de Letras**, Cárceres – MT, 2015, p. 82-92.

MARANDOLA Jr. Eduardo; GRATÃO, Lúcia Helena B. (Org.). **Geografia e literatura**: ensaios sobre geograficidade, poética e imaginação. Londrina: EDUEL, 2010.

MARQUES, Oswaldino. Cora Coralina – professora de existência. In: CORALINA, Cora. **Poemas dos becos de Goiás e estórias mais**. 2ª ed. Goiânia/GO: Editora da UFG, 1978. p. 01-05.

MÁRQUEZ, Gabriel García. **Viver para contar**. Rio de Janeiro, Record, 2003.

MOREIRA, Ruy. **Pensar e ser em Geografia**. 2ª ed. São Paulo: Contexto, 2011.

ORLANDI, Eni, P. Entre letras, o mundo. **ENTREMEIO – Revista de Estudo do discurso**, 2018, p. 219-227.

PAZ, O. **O arco e a lira**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984.

SUZUKI, J. C. Modernidade, cidade e indivíduo: uma leitura de A Rosa do Povo. **Percursos: Sociedade, Natureza e Cultura**, Curitiba, n. 7, p. 23-33, 2008.

TAHAN, Vicência Bretas. **Cora Coragem, Cora Poesia**. Global Editora, 1989.

Recebido em 04 de Novembro de 2019

Aprovado em 03 de Dezembro de 2019





DINÂMICA E TENDÊNCIAS RECENTES DO TRABALHO JUVENIL NA REGIÃO NORDESTE (2012-2017)

DYNAMICS AND RECENT TRENDS OF YOUTH WORK IN BRAZILIAN NORTHEAST REGION (2012-2017)

DINÁMICA Y TENDENCIAS RECIENTES DEL TRABAJO JUVENIL EN EL NORDESTE DE BRASIL (2012-2017)

DOI 10.33360/RGN.2318-2695.2019.i3.p.40-55

Evânio Mascarenhas Paulo

Doutorando em Economia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS)
E-mail: evanio_paulo@hotmail.com

Christiane Luci Bezerra Alves

Professora Adjunta do Departamento de Economia da Universidade Regional do Cariri (URCA)
E-mail: chrisluci@gmail.com.br

RESUMO:

O texto analisa componentes de mercado de trabalho juvenil na região Nordeste, com um enfoque nas condições de inserção e manutenção de jovens no mercado de trabalho. Nota-se nos últimos anos que os instrumentos que determinam as decisões laborais da juventude atravessam um período de reconfiguração, o que por sua vez tem impactos importantes no processo de tomada de decisão da juventude. O banco de dados utilizado na pesquisa provém da Pesquisa Nacional por Domicílios Contínua (PNAD-contínua). Os resultados mostram que os níveis de participação dos jovens no mercado de trabalho vêm diminuindo ao longo dos anos e que, de forma geral, os jovens enfrentam condições bastante precarizadas, relativa aos demais grupos do mercado de trabalho.

Palavras-chave: Juventude; Mercado de Trabalho; Nordeste.

ABSTRACT:

The text analyzes components of the youth labor market in the Northeast, with a focus on the their conditions of insertion and maintenance in the labor market. It is noted in recent years that the instruments that determine the decisions of youth employment traverse a period of reconfiguration, which has turn, important impacts on the process of decision making of youth. The database used in the study comes from the National Survey (PNAD). The survey results show that levels of youth participation in the labor market see decreasing over the years and young people face very precarious conditions in the labor market compared with other groups.

Keywords: Youth; Job Market; Northeast.

RESUMEN:

El texto analiza componentes de mercado de trabajo juvenil en la región Nordeste, con un enfoque en las condiciones de inserción y mantenimiento de los jóvenes en el mercado de trabajo. Se observa en los últimos años que los instrumentos que determinan las decisiones laborales de la juventud atraviesan un período de reconfiguración, lo que a su vez tiene impactos importantes en el proceso de toma de decisión de los jóvenes. La base de datos utilizada en la investigación proviene de la Encuesta Nacional (PNAD). Los resultados muestran que los niveles de participación de los jóvenes en el mercado laboral disminuyen a lo largo de los años y que, en general, los jóvenes se enfrentan a condiciones muy precarias, relativas al mercado de trabajo en su conjunto.

Palabras clave: Juventud; Mercado de Trabajo; Nordeste Brasileño.

1 INTRODUÇÃO

A necessidade de afirmação da autonomia pessoal e financeira, a escolha de uma vocação e a própria afirmação da sua identidade cultural, impõem aos jovens contemporâneos a necessidade de inserção no mercado de trabalho. Desse modo, a juventude, vista não apenas na percepção cronológica, mas também psicossocial, corresponderia a uma fase fundamental de um processo evolutivo, no qual o indivíduo é chamado a fazer importantes escolhas pessoais que interferem e, por vezes, determinam seu papel e posição na sociedade.

Há que se reconhecer que a organização socioeconômica brasileira, somada a elementos cotidianos da vida juvenil, têm direcionado cada vez mais cedo os jovens para o mercado de trabalho, fato que gera preocupação tendo em vista os possíveis reatamentos sobre desempenhos escolares e sobre a qualidade e condições de suas escolhas. A experiência demonstrada na literatura revela que, na maioria das vezes, esse processo conduz à inserção em postos de trabalho em caráter precoce e em padrões precários, antecipando a saída da escola, resultando em dificuldades na continuidade dos estudos, e quase sempre na interrupção completa do ciclo escolar, possivelmente comprometendo as oportunidades futuras (GONZAGA, 2011). Por outro lado, a transição para uma vida produtiva e remunerada demanda dos jovens investimentos na educação formal, na formação e qualificação profissional, prolongando a vida escolar e adiando o ingresso ao mundo do trabalho, o que provavelmente tem influência no tipo de inserção profissional, que costuma ser mais vulnerável quando o ingresso acontece precocemente sem que os ciclos de qualificação mínimos tenham sido completados, como defende Gonzaga (2011).

Adicionalmente, uma parcela significativa da juventude acaba por escapar da oferta formal de educação e emprego, alimentando um grupo que desperta especial interesse da sociologia brasileira, ao mesmo tempo que se revela uma fonte de preocupação por aqueles responsáveis pela condução de políticas sociais para a juventude, seja de cunho social ou educacional, que são os jovens que nem trabalham e nem estudam. Assim, essas variadas distinções acerca da realidade dos jovens revelam a importância e os desafios vinculados à juventude, que despertam interesse no contexto social brasileiro.

Vale ressaltar, ainda, que para a Organização Internacional do Trabalho (2009, p. 9), “a superação de todas as formas de discriminação e a promoção de modalidades de crescimento que fomentem o desenvolvimento humano e gerem trabalho decente constituem requisitos determinantes para a redução da pobreza, a autonomia das mulheres e o fortalecimento da



democracia”. Nesse rol de prioridades, em busca da eliminação de distorções no mercado de trabalho, o emprego juvenil deve fazer parte das ações de políticas públicas, seja qual for a esfera de planejamento governamental.

Neste trabalho, pretende-se resgatar a trajetória de construção de um campo de reflexão acerca da condição dos jovens no mercado de trabalho da região Nordeste, a partir dos dados da Pesquisas Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD - contínua) para os seguintes anos selecionados: 2012, 2015 e 2017. Uma vez que se busca uma avaliação das dinâmicas recentes experimentadas, bem como traçar apontamentos sobre os dilemas da juventude, em contexto de crise e reestruturação do mercado de trabalho. É importante que se tenha como referência a urgência de estudos que busquem o entendimento das especificidades de um mercado que sofre o impacto das próprias distorções estruturais que marcam a região Nordeste, cuja leitura histórica revela a grande assimetria nos padrões de distribuição de renda e os latentes problemas socioeconômicos, configurando-se como a segunda região mais populosa do país e que concentra o maior número de pessoas abaixo da linha de pobreza e extrema pobreza.

Além disso, são históricas as assimetrias em padrões de desenvolvimento dentro da própria região, numa fragmentação espacial que reforça as chamadas “ilhas de prosperidade” regionais, médios e grandes centros urbanos regionais que concentram grande parte da estrutura produtiva em detrimento de regiões de menores aglomerações populacionais. Há ainda que se ressaltar como o Nordeste sente os impactos do desmantelamento das políticas de caráter regional no Brasil, fruto da crise fiscal experimentada pelo Estado brasileiro pós anos 1980. Ademais, sua dinâmica econômica recente permanece atrelada às políticas de incentivos fiscais e atração de investimentos localizadas e que ainda não foram capazes de promover um desenvolvimento integrado e socialmente desejável na região que, mesmo insuficiente, tem sido interrompido pelo cenário recessivo de meados da segunda década dos anos 2000. Desta forma, no cenário de incerteza e crise, experimentado pela economia brasileira, os efeitos adversos da desestruturação de mercado de trabalho devem ser sentidos, de modo mais intenso, pelos grupos que já se encontram em condição de maior vulnerabilidade. Esses padrões tendem, portanto, a ter efeitos não negligenciáveis na dinâmica do mercado de trabalho regional, impondo o desafio de políticas públicas inclusivas, capazes de contribuir para a redução dos níveis de vulnerabilidade econômica e social de substancial parte da população, particularmente das parcelas que sofrem com as históricas formas discriminação dentro do mercado de trabalho, como mulheres, jovens e não brancos.

Assim, o trabalho oferece uma contribuição sobre a trajetória recente do mercado de trabalho juvenil, no contexto de incertezas e crise observado entre os anos de 2012 a 2017. Nesse

percurso, os dilemas da juventude são investigados sob o prisma do cenário recessivo que se generaliza pelo mercado de trabalho juvenil, identificando-se como ele aprofunda dificuldades intrínsecas desse grupo da população.

2 JUVENTUDE: BREVE REGISTRO DE UM CONCEITO

A busca de orientação na definição do grupo a ser classificado como juventude, neste trabalho, envolve algumas reflexões de ordem metodológicas e conceitual. Pelo enfoque das Nações Unidas, que define juventude pela idade do indivíduo, jovem é a pessoa que se encontra na faixa etária compreendida entre 15 e 24 anos. Nesse sentido, ao se considerar o grande número de estudos presentes na literatura especializada que contempla tal caracterização¹, o estudo da juventude, proposto neste trabalho, pretende estender e adaptar tal conceito ao contexto brasileiro, o qual só permite a contratação formal de indivíduos a partir de seus 18 anos de idade. Assim, considerando o aparato legal brasileiro e visando a utilização de um conceito operacionalizável, serão considerados os indivíduos inseridos no grupo etário de 18 a 29 anos.

Para autores como Pochmann (2007), juventude pode ser conceituada como uma forma de vida que se estende por muito mais tempo que a simples etapa de 15 a 24 anos, já que esta também não encontra relação com a definição de preparação para a vida adulta. Além disso, ainda para Pochmann (2004), como o perfil demográfico nacional tem evoluído no que diz respeito à sensível elevação da expectativa de vida da população, também a ideia de transitoriedade que marca a vida juvenil merece ser reconsiderada:

Atualmente, quando a expectativa média de vida se encontra ao redor dos 70 anos, aproximando-se rapidamente dos 100 anos de idade para as décadas vindouras, torna-se fundamental identificar que está em curso um alargamento da faixa etária circunscrita à juventude para algo entre 16 e 34 anos de idade (POCHMANN, 2004, p. 11).

É importante notar, portanto, que não há uma definição clara ou padrão acerca do conceito de juventude, sendo a mesma heterogênea e possuidora de um conjunto de singularidades. Ter presente essa complexidade, no entanto, é fundamental para evitar equívocos no uso desse conceito, principalmente, quando se trata da formulação e da implantação de políticas públicas dirigidas a esse segmento da população. O contexto econômico, social, histórico e cultural é outro fator que afeta uma possível caracterização.

¹ Para uma caracterização mais precisa sobre a estrutura de precarização da juventude no mercado de trabalho, consultar COELHO; AQUINO (2010) e ANDRADE (2008).



A análise do mercado de trabalho nesse ensaio tem por base os dados provenientes da Pesquisa Nacional por Amostra de domicílios, na sua versão contínua (PNAD-contínua). Os microdados são referentes aos primeiros trimestres dos anos de 2012, 2015 e 2017, fornecendo, assim, um registro atual das características socioeconômicas da juventude e dos seus dilemas no Nordeste brasileiro. A PNAD-contínua é realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e a amostra foi expandida tendo como fator de expansão o peso amostral relativo à pesquisa para pessoas, fornecido pela PNAD contínua.

3 OS JOVENS E SEUS DILEMAS NO MERCADO DE TRABALHO

A inserção no mercado de trabalho representa sempre um desafio não apenas para a juventude, mas também para outros grupos etários mais amadurecidos. Todavia, dado a menor carga de experiência, a menor qualificação profissional e propensão a ocupar atividades consideradas de menor especialidade, a juventude se depara com obstáculos mais significantes no enfrentamento de dilemas associados à iniciação de qualidade no mercado de trabalho, seja em economias desenvolvidas ou em desenvolvimento.

A entrada precoce no mercado de trabalho é uma realidade constante da juventude brasileira, muito embora se verifique recentemente alterações nessa tendência, conforme Andrade (2008), cujos dados mostrados mais à frente ajudam a corroborar. Os anos 2000, principalmente, são marcados pela acentuação e consolidação de processos de mudanças dentro do mundo juvenil, que envolvem um maior tempo da permanência na escola, em grande parte em caráter de exclusividade e o tempo dedicado à educação, de forma geral. Contribuem também para esse processo a afirmação de programas sociais, como o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI) e mudanças mais estruturais, como o desenvolvimento das redes e possibilidade de acesso ao ensino superior, com o aumento no número de instituições e/ou de vagas em âmbito federal, estadual e privado, além do suporte financeiro, através de programas de financiamento ou subsídios à educação superior, que permitem aos jovens a continuidade dos seus ciclos de estudos e uma maior qualificação profissional. Esses fatores corroboram para retardar sua entrada no mercado de trabalho.

Todavia, a segunda década dos anos 2000 é marcada por ajustes do mercado de trabalho em resposta à conjuntura econômica e política do país. De um lado, o revés da trajetória de crescimento que caracterizou parte da primeira década dos anos 2000, de outro, a estagnação persistente ao longo da segunda década, reflexo do esgotamento do modelo de crescimento recente baseado no aquecimento do consumo e sustentado pela elevação no preço das *commodities* no mercado

internacional, que se refletiu, especialmente, no aumento do desemprego e da informalidade (IPEA, 2013).

Sobre o quadro político, as instabilidades do cenário que levou à saída da presidente Dilma Rousseff e a tensões do processo eleitoral de 2018, refletiram-se sobre o mercado de trabalho, sobretudo, pela dissolução de mecanismo de respostas e ações que pudessem mitigar os efeitos da crise econômica sobre o mercado de trabalho (DE ALMEIDA; DA SILVA LIMA 2016).

Não obstante a consolidação desses novos fenômenos, a inserção precoce dos jovens nas atividades laborais pode representar em muitos casos a única possibilidade de afirmação social e familiar. As próprias mudanças observadas na organização da produção e do trabalho são acompanhadas pelo aumento das tensões entre trabalho e vida familiar, o que pode ter reflexos indesejados no desenvolvimento pessoal e social desses jovens, como apontado pela Organização Internacional do Trabalho (2009). No caso da iniciação profissional precoce, o conflito e a dificuldade de conciliação das novas atividades com a formação educacional, quase sempre inibem o processo de qualificação profissional, interferindo diretamente no macroprocesso de desenvolvimento educacional e cultural desses jovens, comprometendo inclusive sua inserção social. Essa dinâmica contribui para ampliar os mecanismos que alimentam a pobreza em regiões onde a vulnerabilidade social já se faz presente de modo ativo, pois contribui para manutenção de elos entre os processos da dinâmica social que sustentam as cadeias de pobreza e vulnerabilidade, conforme ressalta, ainda, a Organização Internacional do Trabalho (2010, p. 10):

um jovem que inicia sua trajetória laboral prematuramente, é quase certo que não conclui uma educação suficiente e, portanto, estará fadado a trabalhar em troca de uma baixa remuneração, em situação de desvantagem para prosperar e para dar a seus filhos melhores oportunidades do que as que teve.

Se o adiamento da entrada no mercado de trabalho estiver associado à permanência na escola e não à falta de oportunidades geradas por ambos, estaria se constituindo o que o Costa (2010, p. 27) caracteriza por “moratória social”, fenômeno que corresponde a

um crédito de tempo que permite ao jovem protelar as exigências sociais típicas da vida adulta, especialmente relativas ao casamento e ao trabalho, e possibilita-lhe um maior contato com experiências e experimentações que podem favorecer o seu pleno desenvolvimento, não apenas em termos de formação educacional e aquisição de treinamento e capacitação, mas também em termos de outras vivências típicas que fazem parte da sociabilidade juvenil.



No entanto, esse processo deve ser melhor revisitado pela sociologia e antropologia brasileiras e analisado com cautela, já que evidências, muitas das quais serão abordadas nesse ensaio, mostram um aumento no número de jovens que não dedicam seu tempo e esforço nem ao mercado de trabalho, nem às atividades educacionais, sinalizando que outros fenômenos sociais, ainda não completamente esclarecidos, estão a atuar nas decisões de que caminho os jovens brasileiros estão a escolher. Adicionalmente, Costa (2010, p. 30) ainda chama atenção para o fato de que:

os jovens menos preparados/escolarizados, leia-se os mais pobres, certamente enfrentarão dificuldades de inserção no mercado de trabalho ainda maiores, o que contribuirá para a manutenção da pobreza, violência, a presença juvenil em atividades ilegais e demais sequelas, o que ratifica a necessidade de políticas públicas cada vez mais eficazes e eficientes focadas nesse segmento.

Além das exigências em termos de formação educacional, o acúmulo de experiências profissionais e pessoais também representa uma importante demanda dos empregadores nas ofertas de trabalho, isso em virtude da necessidade de redução de investimentos em qualificação e treinamento de mão de obra. Esse componente se constitui, portanto, numa barreira à entrada dos jovens no mercado de trabalho e, também, um grave paradoxo, na medida em que o mercado, para efetivar a contratação de um profissional, demanda certo acúmulo de experiência na vaga ofertada e o jovem, como na maioria dos casos está buscando o primeiro emprego, tende a “nunca” estar apto à obtenção de uma vaga. Desta forma, “nunca” acumula a experiência necessária (SANTOS; SANTOS, 2011).

Estratégias com o propósito de viabilizar a integração social e econômica dos jovens são pensadas e implementadas em diversos países como forma de evitar a supressão e frustração do futuro desempenho socioeconômico desse grupo da população, marcado por fragilidades e incertezas que, quando crônicas, comprometem a sustentação da ordem social. Para o segmento juventude, especialmente no contexto brasileiro, as estratégias de políticas públicas enfrentam ainda o desafio das heterogeneidades que marcam o interior do segmento juvenil em aspectos como: escolaridade, renda familiar, acesso a um trabalho de qualidade, nível salarial, tempo de busca por trabalho, acesso à qualificação, dentre outros (COSTA, 2010).

4 INDICADORES CONJUNTURAIS DO TRABALHO JUVENIL

Os dados da tabela 1 apresentam indicadores estruturais do mercado de trabalho geral e da juventude para região Nordeste do Brasil (considerando o recorte feito nessa pesquisa, com pessoas entre 18 e 29 anos de idade). Aponta-se, inicialmente, ao se analisar a síntese desses dados, que, de forma geral, a condição do jovem no mercado de trabalho do Nordeste costuma ter relativamente maior vulnerabilidade e precarização que os demais trabalhadores de outros grupos etários, analisados em seu conjunto. Esta vulnerabilidade se revela, especialmente, em uma maior taxa desemprego, além de outras condições de precarização como piores rendimentos provenientes do trabalho, como se demonstra mais à frente.

Tabela 1: Nordeste – Indicadores selecionados do Mercado de Trabalho Geral e Juvenil

Dimensão do Mercado de Trabalho	Mercado de Trabalho Geral			Mercado de Trabalho Juvenil		
	2012	2015	2017	2012	2015	2017
Idade Ativa	46.487,327	47.989,145	49.110,753	11.067,588	10.820,838	10.635,915
Economicamente ativa	23.057,388	24.222,665	24.137,315	7.411,705	7.232,637	6.911,462
Economicamente inativa	14.816,724	15.563,990	16.986,160	3.655,883	3.588,201	3.724,452
População Ocupada	20.937,634	22.020,070	20.368,762	6.199,610	6.032,378	5.034,290
População Desocupada	2.119,754	2.202,595	3.768,553	1.212,095	1.200,259	1.877,172
Dimensão do Mercado de Trabalho	Mercado de Trabalho Geral %			Mercado de Trabalho Juvenil %		
	2012	2015	2017	2012	2015	2017
Taxa de Participação	49,6	50,5	49,1	67,0	66,8	65,0
Taxa de Ocupação	90,8	90,9	84,4	83,6	83,4	72,8
Taxa de Desemprego	9,2	9,1	15,6	16,4	16,6	27,2

Fonte: IBGE/PNAD-contínua

Uma análise mais criteriosa do mercado de trabalho requer um exame das condições conjunturais de oferta e demanda de mão de obra nesse mercado e, isso, pode fornecer subsídios para o entendimento de dilemas que permeiam o emprego juvenil nesse mercado. Nesse sentido, a redução absoluta ocorrida entre 2012 e 2017 na participação dos jovens (menos 500.243 jovens na população economicamente ativa e menos 431.673 na população em idade ativa, nas comparações semestrais de cada ano) indica um processo de reestruturação da oferta de trabalho juvenil, explicado tanto pela dinâmica natural das populações, já que em um determinado estágio se costuma verificar uma tendência a reduzir o número de pessoas jovens na população, mas também por mecanismos que atuam no próprio mercado de trabalho e na configuração do tecido social.

Assim, as características do mercado de trabalho, marcado por uma maior precarização em relação aos jovens, acaba atuando no sentido de restringir a “atratividade” que o mercado de trabalho exerce sobre os jovens, consequência da maior seletividade, de piores condições de



trabalho e remuneração, em relação a outros grupos etários e, também do próprio desejo dos jovens em buscar melhores condições de qualificação, que retarda sua entrada no mundo do trabalho e induz a saída daqueles que já fazem parte do mesmo, para ampliar suas bases de qualificação, a fim de garantir reinserção posteriormente em melhores condições. Desta forma, segundo Braga (2011, p. 51), “a taxa de participação dos jovens é influenciada pela dinâmica demográfica, associada à união de fatores econômicos, sociais e culturais da localidade”.

Ainda segundo a autora, a maior ou menor disponibilidade da força de trabalho dos adolescentes está condicionada, em grande medida, à decisão familiar diante de fatores como pobreza ou impossibilidade de acesso ao sistema educacional ou ineficiência do mesmo. Logo, a suavização desses fatores, sentida nas últimas décadas, implica uma reacomodação da estrutura etária da oferta de trabalho, no sentido de tornar mais escasso o trabalho juvenil, com a redução sucessiva de sua participação na população ativa, como reproduzido na realidade nordestina nos anos de 2012 e 2017 e captados pelos dados da tabela 1.

Sobre o desenho do trabalho juvenil em termos relativos, a taxa de participação, um indicativo da dimensão do mercado de trabalho ou, se preferir, da oferta de trabalho, em geral, reduz-se para ambos os grupos analisados ao longo dessa série, porém, de forma mais intensa e constante para os jovens, o que corrobora a percepção de que os jovens constituem um grupo mais vulnerável a ajustes estruturais ou a rebatimentos conjunturais do mercado de trabalho.

Em período mais recente, destaca-se, em particular, o ajuste nas condições de emprego pós-crise econômica de 2008 e as consequentes acomodações nos anos que se seguem, como aumento do desemprego, da informalidade e estagnação dos rendimentos do trabalho, somados aos desdobramentos da crise política e econômica que o Brasil enfrenta na segunda década dos anos 2000 e seus consequentes efeitos sociais sobre a configuração do mercado de trabalho. Com isso, as crises econômicas recentes têm efeitos ampliados sobre o mercado de trabalho juvenil, dada sua menor capacidade de defesa em relação a estas crises.

Por outro lado, a taxa de ocupação, que pode ser usada para indicar o desempenho da demanda por trabalho, no caso dos jovens, é menor do que a do mercado de trabalho geral, o que indica haver uma preferência relativa por mão de obra de outros grupos etários. A taxa de ocupação fornece, assim, avaliações importantes sobre os caminhos trilhados pelos jovens no mercado de trabalho. A análise dos seus componentes, em termos absolutos, mostra, considerando as comparações semestrais entre os anos de 2012 e 2017, que cerca de 1.165.320 jovens deixaram de compor o total de população ocupada na região Nordeste, um processo contínuo entre os anos estudados. Nesse sentido, a variação da taxa de ocupação juvenil, seja relativa ou absoluta, e o

processo de saída dos jovens do mercado de trabalho, estão de algum modo conectados e são explicados em grande parte por fenômenos próprios desse mercado. Atente-se que a redução na população em idade ativa é menor que a redução da população de jovens economicamente ativos e ocupados, o que nos leva a inferir que a dinâmica natural das populações, embora ainda mantenha uma influência sobre esse processo, explicaria apenas uma pequena parte da performance da taxa de participação, deixando dinâmicas, no próprio mercado de trabalho, como forças indutoras desse processo, além de mudanças nas configurações sociais e postura dos próprios jovens em relação a seus objetivos mais prioritários. No caso da variação da taxa de ocupação, soma-se o aprofundamento do desemprego juvenil, fenômeno que será abordado posteriormente.

Esses elementos corroboram com a ideia de que no processo de recrutamento e seletividade da mão de obra, muitos indivíduos na condição juvenil acabam sendo excluídos, restando-lhes o desemprego e possibilidades mais precárias de iniciação na vida profissional ou simplesmente deixar de participar do mercado de trabalho e buscar realizações em outros aspectos da sociabilidade juvenil.

Análises do Centro Ruth Cardoso (2011, p. 2) vão afirmar que “a oferta de educação profissional aos jovens não tem levado em conta a demanda real ou potencial da estrutura produtiva, avaliada tanto do ponto de vista qualitativo (quais são as qualificações efetivamente demandadas) quanto quantitativo”. Assim, fenômenos como esse seriam responsáveis por diminuir o interesse em demandar trabalho juvenil por aqueles que têm a decisão de contratar, e a recíproca seria verdadeira, já que os jovens, ao não verem suas aspirações sendo concretizadas ou contempladas pelo mercado de trabalho, permanecem mais tempo se dedicando a sua qualificação com vista a melhorar essa condição. Já outros não veem essas aspirações serem contempladas nem mesmo pelos sistemas de educação e acabam abandonando ambos.

Há que se notar, nesse sentido, que as flutuações recentes na estrutura de produção, marcada por uma estagnação sistêmica e, portanto, na estrutura de demanda por mão de obra, passam a condicionar as modificações na oferta e demanda de trabalho. Esse processo sugere que são os interesses do capital que prevalecem sobre as condições de acessibilidade dos jovens na vida profissional de forma digna e que determinam as condições e os ciclos de qualificação e educação, que por vez, em alguns casos, são interrompidos pelas forças do mercado. Tal conjunto de determinantes tem resultado em precarização do trabalhador juvenil, como será ainda destacado, ou, em última instância, estão ligados ao processo de frustração dos jovens com o mercado de trabalho, já que lhes são exigidas habilidades e capacitações das quais os trabalhadores juvenis não podem fornecer em seus ciclos iniciais de inserção e que o sistema de educação, falho, não dispõe.



Adicionalmente, no caso da região Nordeste, a existência de um “reservatório” de mão de obra semiqualficada e subocupada, além das pressões por inovações tecnológicas, permite a manutenção de fortes exigências no recrutamento de indivíduos junto ao mercado de trabalho. Dessa forma, os jovens que não detêm as habilidades consideradas importantes para o mercado tendem a ficar subocupados em postos precários, ou a se manterem fora deste, ampliando seu aprendizado, para pressioná-lo, num segundo momento, onde suas chances de acesso são maiores e suas condições de entrada sejam melhores.

Outro notável dilema da juventude é o desemprego. Observa-se que a taxa de desemprego entre os jovens é expressivamente superior à registrada nos outros segmentos da população, em qualquer dos anos analisados, sendo essa diferença mais intensa no ano de 2017 (27,2% para os jovens e 15,6% para o mercado geral), conforme os dados da Pnad-contínua para os anos selecionados pela pesquisa. Além disso, apesar de os jovens representarem 28,6% da população economicamente ativa, quando o assunto é o desemprego, as pessoas desse grupo representam cerca 49,8% da massa de desempregados na região Nordeste, em 2017.

Esses dados indicam a permanência de um profundo “hiato de desemprego” entre jovens e não jovens no Nordeste, que também se repete para o caso nacional. Em 2017, a participação de jovens no total da população ocupada era de apenas 24,7%, com uma tendência de queda ao longo do recorte temporal proposto, enquanto que os não jovens ocupavam uma parcela bem mais expressiva, de 75,3%.

A tabela 2 apresenta os números de ocupados segundo cada categoria e sua trajetória nos anos 2012, 2015 e 2017, tanto para o mercado de trabalho geral quanto juvenil. A análise dos dados mostra a pequena diminuição, de 69,1% para 68,4%, na taxa de assalariamento da força juvenil de trabalho, sendo essa taxa superior ao mercado de trabalho geral. Verifica-se, também, a redução de 19,2% no emprego com carteira assinada no mercado de trabalho juvenil, além de uma redução de 18,8% da população juvenil ocupada.

Tabela 2: Nordeste – Número de Trabalhadores por categoria ocupacional

Dados do Mercado de Trabalho	Mercado de Trabalho Geral			Mercado de Trabalho Juvenil		
	2012	2015	2017	2012	2015	2017
Trabalho assalariado	11.717,078	12.439,929	11.398,762	4.282,456	4.198,747	3.451,106
Com carteira assinada	5.467,292	6.168,677	5.420,614	2.174,078	2.271,888	1.756,087
Sem carteira assinada	3.260,310	3.214,856	3.126,092	1.530,793	1.418,841	1.302,212
Setor público com carteira	297,546	289,197	227,242	55,181	47,918	35,004
Setor público sem carteira	766,178	805,949	671,053	269,779	267,183	188,240
Militar e estatutário	1.925,752	1.961,249	1.953,760	252,625	192,917	169,563
Trabalho doméstico	1.385,952	1.50,912	1.377,318	383,079	331,160	276,206
Com carteira assinada	260,235	294,097	285,061	48,732	45,403	37,909
Sem carteira assinada	1.125,717	1.156,814	1.092,258	334,348	285,757	238,297

Empregador	655,722	675,611	759,920	64,681	75,064	63,123
Conta-própria	6.448,135	6.632,283	6.233,556	1.152,142	1.135,998	1.007,342
Trabalhador familiar auxiliar	730,747	821,337	599,206	317,252	291,409	236,514
Total	20.937,634	22.020,070	20.368,762	6.199,610	6.032,378	5.034,290

Fonte: IBGE/PNAD - Contínua.

Resultados como os apresentados sintetizam muitas das relações até aqui apresentadas. A dinâmica populacional tem um efeito apenas parcial na redução do emprego total juvenil, já que a redução da população jovem no Nordeste corresponde a somente 3,9% nos anos estudados, mas a redução da população juvenil ocupada é bem superior a isso, conforme tabela 2. Assim, os resultados do trabalho juvenil estão circunscritos na dinâmica do mercado de trabalho e seguem uma tendência de deterioração, aprofundada pela reversão na dinâmica do nível de atividades sentida pelo país nesse período. O processo recessivo se faz sentir em todas as categorias do emprego juvenil, sendo especialmente intensa entre os jovens empregados no setor público, uma categoria que acumulou uma redução de 31,3% (somando-se empregos públicos com carteira e sem carteira assinada). Isso reflete diretamente os efeitos da crise fiscal generalizada do setor público brasileiro, caracterizada em meados dessa década.

Nota-se ainda, que muito embora, no ano de 2017, cerca de 68,6% do mercado de trabalho de jovens ser assalariado, 43,2% das relações assalariadas eram informais e, verifica-se, ainda, interrupção da tendência de queda da informalidade sentidas nos últimos anos. Logo, um patamar considerável dos jovens é ocupante de postos de trabalho com vínculos precários, baixos rendimentos e menor produtividade, características já conhecidas do mercado de trabalho informal brasileiro e nordestino. O setor informal caracteriza-se, principalmente, pela inexistência de registro em carteira e de garantias ao trabalhador que nele atua. Desse modo, a presença dos jovens nesse segmento do mercado de trabalho evidencia indícios de uma forte vulnerabilidade econômica e social.

De forma geral, considerando o nível de ocupação (variação da população ocupada) do mercado de trabalho, o período em análise mostra o mercado como um todo com uma performance negativa, refletindo os ajustes sentidos no período, com uma redução de 2,72%, e o emprego juvenil com uma performance ainda mais preocupante, sentindo mais pesadamente os efeitos desses ajustes, ao apresentar uma taxa de crescimento negativa bem superior entre 2012 e 2017 (-18,8%).

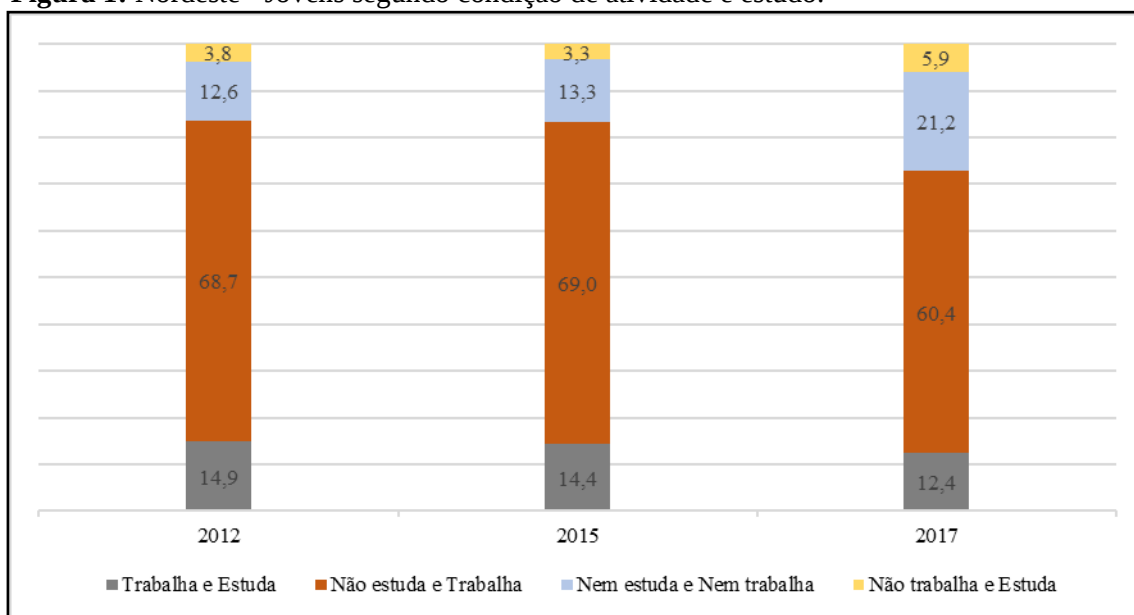
A saída dos jovens do mercado de trabalho parece ser um fenômeno consolidado. Pontua-se, nesse processo, que tal saída se dá nos mercados em que as condições são mais precárias. As evidências apontam para um caminho nesse sentido, pois são notadas reduções expressivas no número de jovens em postos de empregado por conta própria (-144.800 pessoas), no trabalho



doméstico (-106.873 pessoas, principalmente no trabalho doméstico sem carteira) e no trabalho assalariado sem carteira assinada (-228.581 pessoas), segmentos do mercado de trabalho que costumam estar associados a um maior nível de precarização. Além desse processo, que sintetiza a dinâmica mais natural de saída dos jovens do mercado de trabalho, fenômeno de natureza mais conjuntural, como as crises econômicas e políticas de ajuste que o país enfrentou nesse período, intensificam e aceleram esse processo e provocam reduções também nos setores do mercado de trabalho mais atingidos pela crise, como nesse caso, o setor público, onde o emprego juvenil se reduz fortemente.

Desse modo, as mudanças nas demandas dos jovens ocorreram simultaneamente ao processo de desestruturação do mercado de trabalho, conforme evidenciado anteriormente. O resultado dessa combinação envolve indício de precarização das relações de trabalho juvenis de modo ainda mais intenso, o que potencializa os dilemas enfrentados pela juventude. O cenário econômico mais favorável no início dos 2000 não promove alterações estruturais nas condições que os jovens se deparam na busca de oportunidades no quadro laboral, seja em escala nacional ou regional e à medida que o cenário de desestruturação do mercado de trabalho se generaliza na década seguinte, é exatamente o trabalho juvenil o mais atingido por seus efeitos.

A figura 1 relaciona os jovens segundo situação de atividade e estudo. A proporção de jovens que trabalham e estudam diminuiu de 14,9% para 12,4%, ao passo que em contrapartida, aumentou o número de jovens ociosos que não estudam nem trabalham. Essa categoria já representa a segunda maior participação no total da juventude no Nordeste e sinaliza o elevado grau de ociosidade da mão de obra juvenil que, em parte, é explicada pela seletividade do mercado de trabalho e por deficiências no sistema educacional, ao impedir que os jovens que concluem seus ciclos regulares de estudos ingressem no mercado laboral e/ou continuem seus estudos nos ciclos superiores. Além disso, essa categoria teve um aumento significativo devido às crises recentes, demonstrando que os desajustes sazonais aprofundam a condição de ociosidade da população juvenil. Adicionalmente, a precariedade e/ou ineficiência de políticas públicas que preparem o jovem para o primeiro emprego ajudam a perpetuar essa estrutura.

Figura 1: Nordeste - Jovens segundo condição de atividade e estudo.

Fonte: PNAD-contínua/IBGE, 2012; 2015; 2017

Em relação aqueles que só trabalham e não estudam, houve uma forte redução (de 68,7%, em 2012, para 60,4%, em 2017), associada à reestruturação do mercado de trabalho diante da recessão, sendo que essa categoria representa a maior parte do total de jovens na região Nordeste. No caso dos jovens que apenas estudam, a participação é bastante pequena, demonstrando que a partir dos 18 anos de idade as pressões para que os jovens entrem no mercado de trabalho se intensificam e que as possibilidades de continuar os estudos em ciclos superiores ainda são limitadas entre os jovens do Nordeste a partir dessa idade.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Observa-se que os principais indicadores levantados neste trabalho ressaltam o caráter precário da condição juvenil no mercado de trabalho. Nota-se, também, o aumento da seletividade no recrutamento de mão de obra, que impõe aos jovens do Nordeste condições precárias de ocupação maiores que em outras regiões do país. Desse modo, e dadas as dinâmicas naturais da população e a reestruturação do mercado de trabalho na região, assiste-se a um processo de perda de participação da juventude no mercado de trabalho, que vem se acentuando nos últimos anos, tornando as expectativas em relação aos jovens ainda mais incertas.

A pesquisa aponta, também, que tradicionais dilemas da juventude, como o desemprego, ainda são bem presentes e foram pesadamente agravados pelos ajustes sentidos recentemente, como



a reversão da tendência de crescimento, sendo os jovens nordestinos a ampla maioria da massa de desempregados na região. Ainda é possível acrescentar que essas dificuldades são enfrentadas de modo diferente entre a juventude. Os jovens mais pobres, devido às condições ainda mais precárias a que estão submetidos, reagem ao dilema emprego-escola, por conseguinte, de maneira bem mais traumática que aqueles de melhor condição financeira, como demonstrado em trabalhos como de Braga (2011). Dessa truculência a que os jovens são expostos nessa fase da vida decorrem problemas como violência, drogas e tantas outras sequelas sociais que marcam e estereotipam a juventude contemporânea.

Sobre os jovens e sua entrada no mercado trabalho, ressalta-se que além de velhos dilemas da juventude, como a necessidade de complementar a renda familiar, novas forças impulsionadoras parecem estar ganhando peso no condicionamento das decisões da juventude, como a satisfação de necessidades de consumo, a busca de construção da própria identidade e, sobretudo, a busca pela afirmação de sua autonomia. Muitas das aspirações e desejos, uma parte da juventude não vê possibilidade de serem contemplados pela inserção precoce, e provavelmente precária, no mercado de trabalho. Ao mesmo tempo, essa mesma parte muitas vezes desiste por vislumbrar limitadamente que suas aspirações possam ser contempladas, ou que consigam acessar a oferta do sistema de educação, principalmente em ciclos superiores, e, assim, não participam de nenhum dos dois pilares de construção da dignidade pessoal, o trabalho e a educação. Fenômeno, que como demonstrado aqui, é potencializado pelos ajustes sazonais do mercado de trabalho em tempos de crise, estando a juventude circunscrita aos círculos mais afetados pelos ciclos negativos desse mercado.

Essas implicações demonstram a centralidade dessa temática para as questões ligadas às políticas sociais e econômicas do país através de duas importantes constatações: i) o grande número de jovens desocupados e ii) um igualmente grande número de jovens que trabalham, mas, em geral, em condições precárias e informais. Isso mostra que as ações políticas que visam ao melhoramento do acesso da juventude ao mundo do trabalho, adotadas nos últimos anos, estão sendo insuficientes ou ineficientes ao promover seus objetivos.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, C. C. Juventude e Trabalho: Alguns Aspectos do Cenário Brasileiro Contemporâneo. **Mercado de trabalho, IPEA**, 37, p. 25-32, novembro de 2008.

BRAGA, T. Inserção dos jovens nos mercados de trabalho metropolitanos: Uma década de desigualdades entre os grupos etários. **Bahia Análise & Dados**, v. 21, n. 2, p. 43-62, 2011.

CENTRO RUTH CARDOSO. **Juventude e mercado de trabalho: realidade e perspectivas**. 2ª ed. São Paulo: Centro Ruth Cardoso, 2011.

COELHO, R. N.; AQUINO, C. A. B. DE. Inserção Laboral, Juventude e Precarização. **Psicologia Política**, 2010.

COSTA, M. de O. **Educação e trabalho juvenil em um contexto de crescimento econômico: a realidade do Ceará**. Fortaleza: Instituto de Desenvolvimento do Trabalho, 2010.

DE ALMEIDA, Adjovanes Thadeu S.; DA SILVA LIMA, Vitória TL. Dilma Rousseff na imprensa brasileira: Da reeleição ao processo de impeachment. **Revista Encontros**, v. 14, n. 26, p. 102-113, 2016.

GONZAGA, L. L. Os jovens e seus desafios no mercado de trabalho. **Bahia Análise & Dados**, v. 21, n. 1, p. 63-74, 2011.

IPEA. Mercado de Trabalho Conjuntura e Análise. **Report**, 2013.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO – OIT. **Trabalho e família: rumo a novas formas de conciliação com responsabilidade social**. Brasília: [s.n.]. Disponível em: <http://www.oit.org.br/sites/default/files/topic/gender/pub/trabalho_e_familia_275.pdf>.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO – OIT. **Trabalho decente e juventude na América Latina. Avanços e propostas**. Lima: [s.n.]. Disponível em: <http://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---americas/---ro-lima/documents/publication/wcms_235577.pdf>.

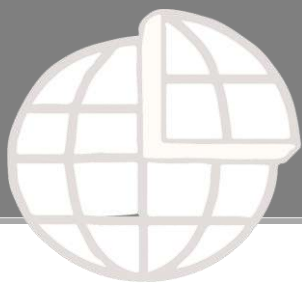
POCHMANN, M. Educação e Trabalho: como desenvolver uma relação virtuosa? **Educação & Sociedade**, v. 25, n. 87, p. 383-399, 2004.

POCHMANN, M. **A batalha pelo primeiro emprego: a situação atual e as perspectivas do jovem no mercado de trabalho brasileiro**. 2ª ed. São Paulo: Publisher Brasil, 2007.

SANTOS, C. E. R.; SANTOS, M. S. Os jovens e o mercado de trabalho nas grandes regiões brasileiras: realidade, dificuldades e possibilidades no contexto recente. **Bahia Análise & Dados**, v. 21, n. 1, p. 25-42, 2011.

Recebido em 22 de Fevereiro de 2018
Aprovado em 25 de Setembro de 2019





IMIGRAÇÃO ITALIANA NO ESPÍRITO SANTO: ASPECTOS HISTÓRICOS E SINAIS CONTEMPORÂNEOS

ITALIAN IMMIGRATION IN THE ESPÍRITO SANTO STATE: HISTORICAL ASPECTS AND CONTEMPORARY SIGNS

IMMIGRATION ITALIENNE DANS L'ÉTAT D'ESPÍRITO SANTO: ASPECTS HISTORIQUES ET SIGNES CONTEMPORAINS

DOI 10.33360/RGN.2318-2695.2019.i3.p.56-75

José Lazaro Celin

Professor Adjunto da Universidade Federal do Espírito Santos (UFES)

E-mail: jlcelin@gmail.com

RESUMO:

Este artigo utiliza dados estatísticos e censitários, além de dissertações e teses, como fontes de pesquisa para relacionar características sociais e econômicas contemporâneas ao processo de colonização estrangeira ocorrido no Estado do Espírito Santo na segunda metade do século XIX. Resgata as especificidades da corrente italiana entre os imigrantes, enfatizando seu caráter majoritário em relação a outras nacionalidades, seus hábitos e formas de adaptação à nova terra, cujo epicentro era sempre a família e a religião. Disto resultou um sistema de valores transmitido por gerações, fundado no trabalho e na cooperação e solidariedade entre os membros do grupo, constituindo um verdadeiro capital social que explica o surgimento e dinamismo de várias atividades econômicas, incluindo, dentre outras, confecções, cerâmica, mobiliário e agroturismo, não por outra razão, marcantes nas regiões de colonização estrangeira em território capixaba.

Palavras-chave: Imigração Italiana; Dinâmica Populacional; Economia Capixaba.

ABSTRACT:

This article uses statistical and census data as well as theses and dissertations as research sources to relate social and economic characteristics to contemporary foreign colonization process occurred in Espírito Santo in the second half of the nineteenth century. Rescues the specificities of the Italian chain among foreign immigrants, emphasizing its major character in relation to other nationalities, their habits and ways of adapting to the ground mist, whose epicenter was always the family and religion. The result was a system of values transmitted for generations, based on the work and cooperation and solidarity between group members, constituting a true capital that explains the emergence and dynamics of various economic activities, including, among others, clothing, ceramics, furniture and agritourism, for no other reason, striking in the areas of foreign colonization in Espírito Santo territory.

Keywords: Italian Immigration; Population Dynamics; Economy of the Espírito Santo.

RESUMÉ:

Cet article utilise des données statistiques e de recensement, ainsi que des mémoires et de thèses, comme sources des recherche pour relier les caractéristiques sociales et économiques contemporaines du processus de colonisation étrangère survenu dans l'État d'Espírito Santo au cours de la seconde moitié du XIX siècle. Il rappelle les spécificités du courant italien chez les immigrants, en soulignant leur majorité par rapport aux autres nationalités, leurs habitudes et leurs façons de s'adapter au nouveau territoire, dont l'épicentre a toujours été la famille et la religion. Il en est résulté un système de valeurs transmis de génération en génération, fondé sur le travail, la coopération et la solidarité entre les membres du groupe, constituant un véritable capital social qui explique l'émergence et le dynamisme de diverses activités économiques, notamment les confiseries, la céramique, le mobilier. et l'agrotourisme, pas pour une autre raison, marqué dans les régions de colonisation étrangère sur le territoire d'Espírito Santo.

Mots-clés: Immigration Italienne; Dynamique des Populations; Économie - Territoire de l'Espírito Santo.

1 INTRODUÇÃO

A história do estado do Espírito Santo remonta a 23 de maio de 1535, data da chegada de Vasco Fernandes Coutinho, primeiro donatário da capitania. Três séculos se passaram sem que essa pequena parte do Brasil¹ tivesse destaque na vida brasileira, sob qualquer ponto de vista. Sua população permaneceu diminuta e restrita a pequenos núcleos próximos do litoral e sua economia, estagnada até meados do século XIX². A partir de então, começa uma nova fase da história regional, cujo marco inicial corresponde à chegada dos primeiros imigrantes europeus à então província do Espírito Santo, em 1847, dando origem à colônia de Santa Izabel³.

Nas décadas seguintes, verificou-se um afluxo relativamente intenso de imigrantes estrangeiros para o Espírito Santo⁴, proveniente de diversas regiões da Europa, fato que perdurou até as primeiras décadas do século XX. Os números relativos à imigração bruta para o Espírito Santo apresentam disparidades, a depender da fonte consultada. Dados do Arquivo Público do Estado do Espírito Santo indicam que entraram no estado 47.026 imigrantes no século XIX, dos quais 35.033 (74,5%) eram de origem itálica, e que outros 7.129 estrangeiros de diversas origens chegaram no século XX, contados até 1973 (APEES, 2015). Por sua vez, um relatório consular italiano calculava em 50 mil apenas os italianos emigrados para o Espírito Santo até o primeiro ano do século XX (RIZZETTO, 1905).

Mas, afinal, quais foram os impactos da imigração italiana em terras capixabas? Como teriam influenciado e reagido os imigrantes italianos ao novo meio? Que características contemporâneas poderiam atestar a presença italiana no Espírito Santo? Diante desses questionamentos, o objetivo do presente artigo é contextualizar historicamente o fenômeno migratório estrangeiro no Espírito Santo, identificando as características demográficas e culturais da corrente italiana, e apontar indícios atuais que conduzam a uma origem comum, à Itália. Para tanto, levantou-se e apreciou-se a bibliografia disponível sobre o tema, complementada por dados estatísticos e censitários. No que tange à fase contemporânea, recorreu-se às conclusões de três trabalhos acadêmicos que procuram articular teoria e evidências sobre algumas características culturais que marcam os ítalo-descendentes.

¹ Em sua conformação atual, o estado do Espírito Santo representa 0,5% da superfície brasileira.

² As causas desse isolamento são amplamente discutidas, fugindo aos objetivos deste artigo. Ao leitor interessado, recomenda-se a leitura de Celin (1984).

³ Inicialmente foram alocadas nessa colônia 38 famílias alemãs vindas da região do Ruhr (GIEMSA; NAUCK, 1950, p. 455).

⁴ Apesar dos entraves, mas levando-se em conta o tamanho da província e a sua população original, o contingente de imigrantes alocados em terras capixabas veio a ser um dos mais intensos do Brasil durante a Grande Imigração.



A estrutura do texto está organizada em cinco seções, além desta Introdução e das Conclusões. Na segunda seção, busca-se analisar a situação econômica e social da Itália e do Brasil na segunda metade do século XIX, cenários da emigração/imigração. Na seção seguinte, apresentam-se algumas das razões que situaram o Espírito Santo na rota da grande imigração⁵. Na quarta seção, avaliam-se os impactos da imigração italiana na formação econômica, territorial e social do estado do Espírito Santo. A quinta e última seção mostra que os impactos da colonização italiana no Espírito Santo vão muito além do aumento inicial da população regional, deixando marcas que permanecem até os dias atuais.

2 ITÁLIA E BRASIL NA SEGUNDA METADE DO SÉCULO XIX

A Itália tal como é conhecida ainda não existia em meados do século XIX. Nessa época, a Península Itálica era dividida em várias unidades politicamente independentes entre si que, de acordo com as decisões do Congresso de Viena, passaram a ser dominadas por franceses, austríacos e pela Igreja Católica.

Fato coevo, a Revolução Industrial avançava em todo o continente, desintegrando as antigas relações feudais, promovendo o crescimento das cidades e a intensificação do comércio. Com vistas à continuidade do crescimento e à expansão de suas atividades no exterior, a burguesia desejava a unificação de toda a região. Desde 1848, foram várias as tentativas nesse sentido, e as intensas guerras delas decorrentes duraram aproximadamente 20 anos. Em 1860 a unificação estava praticamente concluída, sendo Vitor Emanuel II proclamado rei da Itália. Veneza e Roma ainda resistiram, mas por pouco tempo, sendo a primeira anexada em 1866 e a segunda em 1870⁶.

A nova realidade era especialmente difícil para pequenos camponeses, que ou deixavam a terra natal ou se submetiam às condições opressoras consubstanciadas entre o alto custo de uso da terra e o baixo preço obtido no mercado pelos seus produtos. As pressões econômicas e populacionais, reforçadas por intensa propaganda a favor da emigração, fizeram com que cerca de 7,4 milhões de italianos procurassem as Américas entre 1876 e 1914 (KLEIN, 1989). Os destinos mais procurados sempre foram Estados Unidos, Argentina e Brasil, tendo surtido grande efeito campanhas no norte da península a favor da emigração para as terras brasileiras⁷.

⁵ A chamada “Grande Imigração” refere-se à saída em massa de pessoas da Europa (principalmente das Penínsulas Itálica e Ibérica) em direção às Américas e à Oceania, durante aproximadamente 70 anos, entre 1850 e 1920. Sobre isso, ver Beiguelman (1981), cujo livro tornou-se importante referência e objeto de várias edições.

⁶ A Igreja Católica, mesmo com Roma anexada, não aceitou a perda de seus territórios. Somente em 1929, com a assinatura do Tratado de Latrão, entre o Papa Pio XI e o Estado Italiano, essa questão foi resolvida, criando-se o Estado do Vaticano, com área de 0,44 km², sob o governo da Igreja Católica.

⁷ Um desses materiais dizia: *Partire subito per l’America, pel Brasile, a far fortuna* (DERENZI, 1974, p. 46).

O Brasil de meados dos oitocentos competia com outros destinos, aos olhos dos europeus que emigravam. Como atrativos, dispunha de terras em abundância, subvencionava em parte os custos dos imigrantes e, a essa época, encontrara o produto responsável pela reinserção comercial do país no mundo, o café. Uma vez esgotados os ganhos com a mineração do ouro – meados do século XVIII –, o Brasil entrará numa estagnação econômica secular, só superada pelo desenvolvimento da cafeicultura, a qual conheceu uma expansão sem limites até o fim do século, mas que continuou dominando a vida nacional pelo menos até os anos 1930, quando o país inicia uma trajetória nitidamente industrializante.

Entretanto a expansão do café não se fez sem percalços, dado que o avanço da atividade dependia da oferta abundante de braços para a lavoura. Furtado (1972) e Graham (1973) afirmam que, com a gradativa dificuldade de utilização da mão de obra escrava a partir de 1850 e a proibição da escravatura a partir de 1888, e não podendo contar com significativas correntes migratórias internas, o problema da mão de obra para a cafeicultura só teve solução duradoura com a chegada de milhares de trabalhadores imigrantes, principalmente no último quarto do século XIX.

No entanto, a abertura do país aos imigrantes é precedida de controvérsias, principalmente quanto ao método de sua execução. Altos representantes do Império advogavam a formação de núcleos coloniais como meio de se promover a imigração espontânea e em larga escala, visando à transição da mão de obra cativa para o trabalho livre no país. Outros, mais imediatistas, ligados à cafeicultura, propugnavam a destinação direta dos imigrantes à grande lavoura. Embora a estratégia de núcleos coloniais implicasse necessariamente uma visão de prazo mais longo, não escapava a algumas vozes oficiais e possibilidade de atender de forma mais imediata a necessidade da grande lavoura, levando o governo imperial a certa contemporização no trato do problema⁸. Esse processo, um pouco mais lento no século XX, prolonga-se até a década de 1930, quando a corrente migratória da Europa para a América declina drasticamente. Durante a Grande Imigração, 1,4 milhão dos estrangeiros ingressantes no país – um terço do total – é de origem italiana (Tabela 1).

⁸ A imigração subsidiada abarcou o período de 1870 a 1930, sendo inicialmente promovida diretamente pelos fazendeiros, mas gradativamente assumida pelos governos regionais e central. Para uma discussão da controvérsia sobre imigração e colonização no Parlamento brasileiro, sugere-se a leitura de Lazzari (1980).



Tabela 1: Brasil: total de imigrantes segundo a nacionalidade (1884/1939)

Nacionalidade	Total	%
Italianos	1.412.263	34,0
Portugueses	1.204.394	29,0
Espanhóis	581.718	14,0
Japoneses	185.799	4,4
Alemães	170.645	4,1
Sírios e Turcos	98.962	2,4
Outros	504.936	12,1
Total	4.158.717	100,0

Fonte: OLIVEIRA (2001, p. 23)

A imigração foi decisiva para atender as necessidades de trabalho em larga escala na expansão da cafeicultura, sobretudo em São Paulo. Em outras Províncias/Estados, ainda bastante despovoadas, como Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná, mas também no Espírito Santo, a imigração foi fundamental para o povoamento e a ocupação de grandes vazios territoriais. Nos lugares onde vigorou a colonização, constituiu uma organização econômica e social bem distinta do resto do país, marcada por ausência do latifúndio e grande parcelamento da propriedade da terra, produzindo uma variedade de produtos voltada para o mercado interno (PRADO JÚNIOR, 1994).

3 ESPÍRITO SANTO: UM PEDAÇO DO NOVO MUNDO

As guerras anteriores à unificação da Itália ocasionaram grande êxodo de comunidades do norte da península, principalmente das regiões do Vêneto, da Lombardia, da Emilia Romagna, do Piemonte e do Trentino-Alto Adige. O mapa da província do Espírito Santo⁹ circulava fartamente entre os camponeses dessa área, como peça decisiva para que o Espírito Santo figurasse na rota de imigração. Descende daquelas regiões a quase totalidade dos italianos dirigidos a essa província, orientados muito mais por uma lógica de povoamento do que por qualquer outra razão.

De acordo com Rocha (2000), o resultado da imigração estrangeira no Espírito Santo só pode ser compreendido à luz da política imperial, baseada na criação de colônias oficiais de povoamento e na ausência de maior poder político da “grande lavoura” na província.

Em reforço à política central, sucessivos pronunciamentos das autoridades provinciais no Espírito Santo apontavam para o principal motivo da imigração: o vazio demográfico e, por consequência, o marasmo econômico da província “[...] que tanto precisa de homens válidos que

⁹ “Mappa Geral da Provincia do Espirito Santo, relativo as Colonias e Vias de Comunicação, editado por C Krauss, e publicado por Ordem de S. Ex. o Sr. Conselheiro Antônio Francisco de Paula Souza, Ministro e Secretario d’Estado dos Negocios d’Agricultura Commercio e Obras Publicas, 1866”. Distribuído como propaganda para a emigração, trazia legendas às margens escritas em português, francês, alemão e inglês (MUNIZ, 1997, p. 189-191).

fecundem com seu trabalho os fertilíssimos terrenos [...] em condições de receber mais de 200.000 imigrantes [...] mas ainda despovoados e incultos”¹⁰. Assim, as perspectivas de atração recaíam na grande quantidade de terras devolutas e nos subsídios oficiais à imigração, tanto do governo central quanto do regional, justificados pela diminuta população¹¹ e pela necessidade de animar economicamente a então província que passara ao largo de todos os ciclos de prosperidade experimentados pelo país até essa época.

Na segunda década do século XIX, a população do Espírito Santo era de aproximadamente 36 mil habitantes, dos quais menos de um quarto era de brancos (23,2%), enquanto dois terços compunham-se de mulatos e pretos cativos (36%), localizados em dez vilarejos ao longo do litoral. De 1847 até o final do século XIX, um contingente maior do que esse (perto de 40 mil imigrantes) aportou na província (APEES, 2015), o que por si só revela o impacto gerado nessa região do Brasil, em termos de ânimo econômico e de crescimento populacional, embora esses números possam ainda estar subestimados, como se verá adiante¹².

4 O PROCESSO IMIGRATÓRIO EM PERSPECTIVA

4.1 DINÂMICA POPULACIONAL

Com base na conhecida periodização proposta por Rocha (2000), pode-se dividir esse processo em três fases, sendo a primeira (1847/1881) amparada em subsídios governamentais e marcada pela criação das colônias de Santa Izabel (1847), Rio Novo (1855), Santa Leopoldina (1857) e Castelo (1880). Nessa fase teriam entrado na província 13,8 mil indivíduos de diversas nacionalidades (Tabela 2).

Tabela 2: Fases do processo imigratório no Espírito Santo (1847-1896)

Fases	Período	Número de imigrantes
I	1847-1881	13.828
II	1882-1887	1.375
III	1888-1896	21.497
Total	-	38.700

Fonte: ROCHA (2000, p. 102-123, a partir de Relatórios Provinciais e do Ministério da Agricultura).

¹⁰ Relatório do presidente da província Antonio J. Rodrigues, em 5 de outubro de 1886, p. 22-24.

¹¹ De acordo com a notável *Estatística da Província do Espírito Santo escrita no ano de 1828*, elaborada por Ignacio Accioli de Vasconcellos, a população do Espírito Santo compunha-se de 35.879 almas, divididas em 8.336 brancos (23,2%), 5.361 índios (14,9%), 7.617 pardos livres (21,2%), 2.735 pardos cativos (7,6%), 1.617 pretos livres (4,5%) e 10.213 pretos cativos (28,5%).

¹² De acordo com o Arquivo Público Estadual do Espírito Santo, o número total de imigrantes chegados ao Espírito Santo no século XIX atingiu 47.026 indivíduos (Ver Tabela 3).



A segunda fase (1882-1887) é caracterizada pela suspensão de alguns favores governamentais e por uma reorientação da finalidade imigratória, destinando os imigrantes a grandes propriedades no sul da província, o que ocasionou uma diminuição sensível na sua entrada (apenas 1,4 mil indivíduos).

Por fim, a terceira fase (1888-1896) representa o auge do processo imigratório no Espírito Santo, quando entraram na província 21,5 mil indivíduos. Essa etapa foi caracterizada por novos incentivos e pela criação de núcleos populacionais, a exemplo de Costa Pereira (1889) e Afonso Cláudio (1890), ao sul; Antônio Prado (1887), Acioly de Vasconcellos (1887) e Muniz Freire (1893) no vale do rio Doce; Demétrio Ribeiro (1890) no vale do Piraqueassu; Santa Leocádia (1888) e Nova Venécia (1892) no vale do rio São Mateus.

No que se refere especificamente aos italianos, 26 de agosto de 1858 marca a fase de colonização dos imigrantes piemonteses em terras capixabas. Partindo do Porto de Gênova, vieram 388 pessoas, acompanhadas de um capelão, um médico, o representante da empresa e sua mulher¹³. Esses foram os primeiros imigrantes a chegar, em grupo, ao Espírito Santo.

Mas foi a partir de 1875 que os fluxos em direção ao Espírito Santo tornaram-se mais frequentes, totalizando em torno de 47 mil imigrantes estrangeiros até a virada do século XIX, dos quais 35 mil (74,5%) eram de origem italiana (Tabela 3). A viagem desde a Península Itálica durava de 24 a 26 dias até os portos de Vitória ou do Rio de Janeiro, de onde os imigrantes tomavam navios brasileiros em direção aos vários portos do Espírito Santo – Vitória, Anchieta (então, Benevente), São Mateus, Piúma, Guarapari e Santa Cruz – ou seguiam de trem para as colônias do sul da província.

Tabela 3: Espírito Santo: total de imigrantes segundo a nacionalidade (1812-1973)

Países de origem	Século XIX		Século XX		Total	
	Número	%	Número	%	Número	%
Itália	35.033	74,5	1.633	22,9	36.666	67,7
Alemanha	4.013	8,5	853	12,0	4.866	9,0
Espanha	2.942	6,3	527	7,4	3.469	6,4
Portugal	2.080	4,4	1.347	18,9	3.427	6,3
Polônia	699	1,5	898	12,6	1.597	2,9
Líbano	1	0,0	568	8,0	569	1,1
Áustria	295	0,6	131	1,8	426	0,8
Estados Unidos	167	0,4	219	3,1	386	0,7
San Marino	360	0,8	3	0,0	363	0,7
Holanda	329	0,7	13	0,2	342	0,6
Outros	1.107	2,4	937	13,1	2.044	3,8
Total	47.026	100,0	7.129	100,0	54.155	100,0

Fonte: APEES (2015)

¹³ Na verdade, tratava-se de um grupo de valdenses com destino à Argentina. “Il 26 agosto 1858 la nave *Bella Dolinda* si fermò nel porto di Rio de Janeiro con um centinaio di persone dirette a Buenos Aires. Alcuni emigrante piemontesi, circa trenta, aiutati dal console del Re di Sardegna (Truqui), si fermarono in Brasile e si trasferirono nella colonia di Santa Izabel (Espirito Santo)” (CASTIGLIONI; REGINATO, 2009, p. 200-201).

À exceção de Nova Venécia, fundada por italianos ao norte da província, primeiramente os imigrantes ocuparam o centro-sul do Espírito Santo e, num segundo momento, sobretudo a partir dos anos 1930-1940, estenderam o movimento de ocupação em direção ao norte, mas pelo interior do estado. A ponte sobre o rio Doce, em Colatina, concluída em 1928, foi um fator decisivo nesse processo.

Os italianos chegados ao Espírito Santo constituíram uma imigração tipicamente rural, cujo principal desafio foi lidar com novo meio, novo clima, nova topografia, novo período de estações do ano e a necessária adaptação a novas culturas agrícolas, como café, feijão, mandioca e frutas tropicais. Trata-se, como já frisado, de um processo de colonização, atestado pelo fato de a grande maioria ser composta de famílias inteiras, com um número significativo de crianças e jovens, e com a maioria (66%) composta por pessoas com até 30 anos de idade (APEES, 2015).

O maior fluxo de imigrantes aconteceu na década de 1890, embora a imigração oficial de italianos para o Espírito Santo tenha sido interrompida em 1895. Segundo Cellin (2000) e Guizzardi (2004), dentre muitas características, essas famílias eram geralmente numerosas entre os pioneiros, e assim continuaram até a terceira geração de seus descendentes¹⁴. Não só o impacto proporcionado pelos primeiros imigrantes, mas principalmente a alta taxa de crescimento dos descendentes de italianos alçaram o crescimento da população capixaba a taxas bem superiores à média do Brasil (Tabela 4), superando em muito o crescimento médio das populações dos estados do Sul, tomados aqui para efeito de comparação, em função de também experimentarem um processo semelhante de grande imigração no mesmo período. É notável ainda que, no período considerado, exceto durante a década de 1890, a população capixaba tenha crescido num ritmo acima daquele apresentado pela população de São Paulo¹⁵.

Tabela 4: Taxa de crescimento da população em alguns estados selecionados (1872-1930)

Estados	1872 a 1890	1890 a 1900	1900 a 1910	1910 a 1920	1920 a 1930
Espírito Santo	2,84	4,43	4,97	3,91	2,81
São Paulo	2,83	5,12	4,23	3,49	2,50
Paraná	3,84	2,75	4,76	3,70	2,66
Santa Catarina	3,24	1,22	3,26	3,68	2,64
Rio Grande do Sul	3,95	2,50	3,33	3,20	2,28
Brasil	1,92	1,91	2,94	2,84	2,00

Fonte: IBGE, Recenseamento do Brasil (1920) e Anuário Estatístico do Brasil (1939-1940).

¹⁴ Por necessidade e segurança, a população de descendentes multiplicou-se largamente, até a terceira geração. Segundo Rizzetto (1905, p. 476), “Questi italiani appartenenti, quase tutti, alla regione veneta dove abita la razza, credo, più prolifica d’Italia, qui si riproducono com una facilità meravigliosa; in media ogni famiglia possiede dai sette ai nove figli; è una popolazione quindi in continuo aumento”.

¹⁵ A população do Espírito Santo, que era de 82.137 habitantes, em 1872, passa para 135.997, em 1890; 209.783, em 1900; 457.328, em 1920, e 650.000, em 1930. Em 58 anos, a população capixaba aumentou em aproximadamente oito vezes.



De população rarefeita e restrita ao litoral, todo o centro-sul do Espírito Santo encontrava-se ocupado nas décadas de 1930-1940. Porém, o norte do estado – em sentido lato, toda a parte ao norte o rio Doce, composta apenas por três municípios, nessa época – apresentava ainda um grande vazio demográfico. Não obstante, a densidade demográfica no Espírito Santo multiplicou-se por 7,3, entre 1872 e 1930, passando de 1,84 para 13,50 habitantes por quilômetro quadrado (Tabela 5), crescendo relativamente mais do que em qualquer dos estados escolhidos para comparação, inclusive São Paulo.

Tabela 5: Densidade demográfica em alguns estados selecionados (1872/1930)

Estados	População por km ²					
	1872	1890	1900	1910	1920	1930
Espírito Santo	1,84	3,04	4,70	6,97	10,14	13,50
São Paulo	3,39	5,60	9,23	13,17	18,57	23,79
Paraná	0,63	1,25	1,64	2,38	3,43	4,46
Santa Catarina	1,68	2,99	3,37	4,90	7,04	9,14
Rio Grande do Sul	1,57	3,15	4,03	5,58	7,65	9,59
Brasil	1,19	1,68	2,04	2,04	2,74	3,60

Fonte: IBGE, Recenseamentos gerais. Para 1910 e 1930, cálculos elaborados pelo autor, de acordo com dados do Anuário Estatístico do Brasil, v. 5, 1939-1940

Dessa vez, um segundo movimento – por meio de migrações internas, compostas por descendentes de imigrantes – reproduziria ali, sem muitas modificações, todo o sistema cultural e de exploração econômica consolidado nas primeiras áreas de imigração. Isso perdura até a década de 1960, quando a fronteira agrícola se esgota e o café entra na pior crise. Se em termos numéricos, o contingente de italianos é menor do que aquele dirigido a outros estados, sobretudo a São Paulo, do ponto de vista relativo o fenômeno é muito significativo em terras capixabas. O Espírito Santo era o sétimo estado do Brasil em número de imigrantes em 1900, mas o segundo quanto à proporção de estrangeiros em sua população (15,7%). Além disso, era onde se verificava a maior representatividade de italianos entre a população de estrangeiros, 67% em 1920, e 61% em 1940 (BASSANEZI, 1998).

4.2 TRADIÇÃO *VERSUS* ASSIMILAÇÃO E SUAS MÚLTIPLAS MANIFESTAÇÕES

Os imigrantes chegados ao Espírito Santo não tinham outra saída senão buscar sobreviver de acordo com as condições do meio. Como observa Cavati (1973, p. 83), “aprenderam a comer feijão com farinha e carne seca, mas não deixaram a polenta e o macarrão de lado”. A polenta tornou-se um produto emblemático, porquanto presente nas três principais refeições do dia: matinal, almoço e jantar. O macarrão normalmente compunha o almoço de domingo. Assim, são vários os indícios de

assimilação e de adaptação, que vão da alimentação à arquitetura, à arte e à religião, formando um caldo cultural, sem o qual não se pode compreender a formação socioeconômica desse estado.

Embora fosse o café quase que exclusivamente a única cultura destinada ao mercado, o mesmo chão que o produzia também era utilizado para culturas diversas, como milho, feijão, mandioca, cana-de-açúcar e algumas fruteiras, destinadas tanto ao consumo humano quanto à criação de animais. Ao mesmo tempo, também era comum a incorporação de equipamentos e instalações destinadas a usos específicos, visando racionalizar o uso dos recursos e mitigar as dificuldades do meio. Na paisagem rural do Espírito Santo era frequente encontrar, por exemplo, moinhos de fubá, máquinas de pilar café, geradores de eletricidade e casas de farinha (quitungos) “tocados” a água.

Quase obrigatórios eram os paióis, currais, chiqueiros, galinheiros e uma horta, conferindo às propriedades um alto grau de suficiência, que as fazia depender do mercado apenas em relação aos bens não produzidos localmente, como tecidos, querosene e sal, sendo raro também o uso de mão de obra contratada. Necessidades adicionais de trabalho, como em épocas de colheitas ou de construções, eram geralmente supridas pelo recurso ao mutirão¹⁶, outra característica marcante do sistema de produção ali adotado durante praticamente um século.

A baixa circulação monetária gerou uma economia pouco dinâmica do ponto de vista capitalista, embora tivesse engendrado uma forma de vida reconhecidamente saudável¹⁷. Na base desse processo encontra-se um espectro de valores com manifestações muito peculiares nos campos familiar, artístico e religioso. A família sempre foi cultuada como base de toda a estrutura de valores nas colônias de imigrantes italianos. A divisão do trabalho se fazia entre os seus próprios membros e o emprego de assalariados ou meeiros era raro nos primeiros tempos. Geralmente, depois da primeira refeição do dia, ainda antes de o sol raiar, partiam todos para a lavoura e só paravam para almoçar em torno de nove horas da manhã¹⁸. Antes do retorno, ainda faziam uma ou duas paradas para alimentação e o dia de trabalho terminava com o sol se pondo.

¹⁶ “O colono é um sitiante que tem de executar todos os trabalhos, contando, apenas, com o auxílio das pessoas da família; quando esta não pode levar a cabo a tarefa, recorre ele à ajuda dos vizinhos. Quase nunca lança mão de braços assalariados” (WAGEMANN, 1949, p. 60).

¹⁷ Tanto na perspectiva de viajantes estrangeiros que passaram pelo Espírito Santo, como na observação de pesquisadores do início do século XX, passados os primeiros tempos, a vida rural na região serrana desse estado apresentava elevado nível de sanidade por causa do clima e dos hábitos simples, mas muito favoráveis de alimentação e de habitação. Veja-se, por exemplo, Wagemann (1949, p. 66) e Giemsa e Nauck (1950, p. 560). Importante salientar que a carência de médicos levou a maioria dos colonos a apropriar-se dos recursos dados pela fitoterapia e a desenvolvê-los. Somente em caso de febre alta se recorria ao “remédio comprado”. Cellin (2000, p. 61) enumera vários hábitos narrados por descendentes, como o uso de “purgante” (composto de erva-de-santa-maria com óleo de rícino) para combater vermes; chá de castanha-mineira, encontrada nas matas, para os males do estômago; óleo-vermelho, em vários tipos de preparo, para depurar o sangue, e assim por diante.

¹⁸ Dentre muitas histórias de vida, cita-se aqui a de Paulo Brumatti, filho de imigrante italiano, nascido em 1917. Ele conta que “chorava muito tentando resistir à força do pai, que o obrigava a acompanhar na lavoura ainda com três anos



Muitos imigrantes trouxeram consigo habilidades que se mantiveram e se desenvolveram no novo meio. Pode-se afirmar, por exemplo, que a carpintaria no Espírito Santo tem a marca do imigrante italiano (CELLIN, 2000). Junto à tradição, as necessidades imediatas do novo meio levaram o imigrante a utilizar intensivamente um recurso muito abundante: a madeira. Seu uso se fez farto e diversificado, na construção de casas, incluindo ornamentos internos e externos; na fabricação de móveis e utensílios domésticos; na fabricação de equipamentos e utensílios para a lavoura; na arte religiosa, incluindo a fabricação de bancos de igreja, de santos e altares; e na arte funerária, incluindo a fabricação de caixões, túmulos e lápides.

Era comum entre as mulheres a prática do crochê, da brolha, do bordado, da marca, da costura e da pintura em tecidos, além da feitura de colchões de palha e de travesseiros de penas de aves. Entre os homens sobressaíam a cestaria, além de peneiras, balaies e vassouras. Em função dessas especialidades, muitos acabavam dedicando boa parte do tempo ao atendimento de necessidades do entorno, sendo muito conhecidos os carpinteiros, ferreiros, balaieiros, sapateiros, costureiras, parteiras e até igrejeiros (construtores de igrejas)¹⁹.

Guizzardi (2004, p. 599) salienta que tal “concentração de pessoas com fortes laços de parentesco, de histórias de vida em comum, de formação baseada nos traços de italianidade, no apego à família, ao cultivo dos valores religiosos e humanistas, favoreceu diretamente a união e a cooperação”. O trabalho e a ajuda mútua sempre constituíram traços marcantes da população ítalo-capixaba, solidificando sua presença e participação em setores fundamentais para a economia do estado, a exemplo da indústria e comércio de vestuário, moveleiro, alimentos e bebidas, cerâmica, construção civil e na diversificação da oferta turística. Mas a mobilidade social ocorre de fato com a segunda e a terceira gerações. Ainda segundo Guizzardi (2004), uma vez estabelecidas, essas famílias puderam mandar os filhos à escola, diversificando sua formação, e migrar para outros setores de atividade, aumentando sua presença nas profissões liberais, no comércio, na indústria e na prestação de serviços.

Nas colônias, novos hábitos e técnicas foram surgindo em todos os setores da vida. Aproveitava-se de tudo um pouco e reciclava-se o que fosse possível, em função da pouca inserção dessas populações no mercado. Latas de querosene vazias, por exemplo, viravam tabuleiros para

de idade”. Não podendo ir à escola, pois tinha que ajudar na lavoura, aprendeu a ler e a recitar tabuada com o pai, sempre à noite, depois da jornada de trabalho. Necessitando ganhar dinheiro, Paulo começou a aprender, também com o pai, o ofício da carpintaria e da marcenaria. Aprendeu, como aprendera a ler e escrever, sozinho com o pai, nas horas calmas. Nascia, assim, um dos mais importantes grupos empresariais moveleiros no Espírito Santo (GUIZZARDI, 2004, p. 596-597).

¹⁹ Nas observações de Wagemann (1949, p. 31), de modo geral, em toda a região colonizada, as populações eram autossuficientes. Esse autor verificou que nas pequenas “aglomerações”, como Figueira, com 170 a 200 habitantes, onde predominavam os italianos, havia profissionais variados, tais como 12 vendedores, dois padeiros, um ferreiro, um médico, um farmacêutico e uma casa de beneficiar café.

assar pão ou formas para fazer queijos, ou ainda “raladores” de queijos ou utensílios para armazenar mantimentos e conservar alimentos na banha de porco²⁰, já que refrigeradores pertenciam a um futuro distante. O vinho foi substituído pela cachaça, reservando-se aquele para ocasiões especiais. A farinha de mandioca ficou logo conhecida e o seu preparo foi logo dominado, surgindo amiúde as casas de farinha ou “quitungos”. Feitos de forma diferente, mas obedecendo a uma origem comum, vários pratos hoje conhecidos têm origem nos primeiros tempos de colonização italiana no Espírito Santo, misturando tradição, necessidade e experimentação. Assim, sedimentou-se um novo padrão alimentar que, aliado a outras manifestações culturais e religiosas, compõe o mosaico da tradição italiana no Espírito Santo, um dos principais fundamentos do agroturismo na atualidade²¹.

Se se recordar que até a chegada dos imigrantes europeus, na segunda metade do século XIX, o Espírito Santo era praticamente despovoado, a transformação da paisagem rural, principalmente no centro-sul e no norte desse estado, muito deve à presença dessa população, sendo a construção rural um dos seus traços distintivos. A trajetória dos italianos no Espírito Santo ocorreu em etapas bem definidas, desde a ocupação da floresta até a integração das comunidades rurais na vida nacional, muitos anos depois. Segundo Posenato (1997), cada uma dessas situações equivaleu a um período arquitetônico bem característico. O primeiro período correspondeu à fase de ocupação e desbravamento da terra, fase de construções provisórias, choupanas, cabanas e palhoças, destinadas ao abrigo em meio às intempéries e à segurança contra animais da selva.

Passados os primeiros anos da ocupação da terra, o ritmo da atividade produtiva já estava organizado e, mesmo se não proporcionasse acumulação de capitais, provia farta alimentação. Além da terra, havia madeira em abundância, e nessa fase a casa permanente foi edificada. O terceiro período corresponde à época em que os primeiros imigrantes, já maduros, podiam contar com a força de trabalho dos filhos adultos. Chegara o momento de providenciar uma habitação mais condizente com o tamanho da família e com a tradição cultural norte-italiana. Passadas as primeiras décadas desde a chegada dos imigrantes, os antigos patrões da Itália, os sofrimentos e as dificuldades iniciais na chegada ao Brasil tinham cedido lugar à abundância e à prosperidade. A casa tornou-se um monumento (ainda que inconsciente) à autoafirmação individual. Em sua

²⁰ Dessa necessidade nasceu uma das mais apreciadas formas de consumir carne suína, a famosa carne assada imersa na banha, em latas de querosene, o que permitia a sua conservação por semanas e até meses. Há que se esclarecer, entretanto, que esses “utensílios”, antes de serem utilizados, eram submetidos a um rigoroso ritual de limpeza e preparação (CELLIN, 2000, p. 41-42). A mesma autora (p. 44-46) enumera cerca de 30 modalidades sob as quais as carnes, verduras e legumes eram manuseados e consumidos pelos imigrantes e seus descendentes.

²¹ Ao leitor interessado, recomenda-se consultar um pequeno livro editado pelo SEBRAE-ES, em 1995, intitulado *Cozinha rural da região do agroturismo capixaba*, bastante ilustrativo, acerca da herança cultural alimentar em onze municípios que compõem a Região do Agroturismo de Montanha do Espírito Santo.



imponência e semelhança à tradição italiana, simbolizava a euforia pela propriedade da terra e o orgulho pela liberdade, vivida em plenitude.

Posenato (1977; 1998) e Muniz (1997) descrevem minuciosamente a construção rural do imigrante italiano no Espírito Santo, notável pela funcionalidade e pelo conforto térmico derivados dos materiais e técnicas utilizados, unindo tradição e assimilação. O símbolo maior dessa arte construtiva foi a casa de estrutura de madeira, afastada do solo por *pilotis*, com paredes de taipa e telhado em *scandoli*²², materiais quase sempre obtidos artesanalmente, sendo raro o uso de vidros ou ferragens industrializadas.

5. SINAIS CONTEMPORÂNEOS DA PRESENÇA ITALIANA NO ESPÍRITO SANTO – ALGUMAS APROXIMAÇÕES

Durante muito tempo, afirma Reginato (2000), o governo italiano pouco fez para preservar a memória dos seus cidadãos emigrados. Em raras ocasiões essas massas humanas espalhadas mundo afora foram lembradas, como no período entre guerras, quando as emigrações foram quase totalmente bloqueadas, já na perspectiva de incrementar a população peninsular de acordo com as diretrizes do governo nacional fascista. Essa posição mudou substancialmente após 1950, com a criação das “Regioni”, que, em função de sua maior autonomia administrativa e política, estabeleciam contatos diretos com os descendentes dispersos pelo mundo. Dessa convergência de interesses afloram institutos e organizações diversas, criados principalmente nos últimos 30 anos, que reforçam, de um lado, o interesse em estar presentes onde vivem os seus antigos filhos e, de outro, destes últimos em não esquecer a própria origem²³.

Entretanto, as análises mais conhecidas da imigração estrangeira no país somente se referem ao Espírito Santo de forma periférica, tornando esse fenômeno o que Petrone (1997) denominou “imigração esquecida”, embora sua contribuição, sobretudo na arquitetura – mesclando elementos italianos e luso-brasileiros – constitua um “patrimônio cultural único no mundo” (POSENATO, 1998, p. 247). Cada reconstrução histórica da contribuição dos italianos emigrados ao crescimento e

²² As *scandoli* eram tabuinhas de madeira, cuidadosamente produzidas para cobertura de casas e construções em geral. Eram usadas em substituição às telhas e outras formas de cobertura, mais caras e de difícil acesso. Na cidade de Santa Teresa, centro-sul do Espírito Santo, encontra-se de pé e bem conservada uma construção, datada de 1875, com características e dimensões expressivas para o período em análise. O imigrante Virgílio Lambert foi seu construtor e primeiro proprietário.

²³ O trabalho da autora Joelma Cellin (2000) é o resultado prático desse mútuo interesse. Em 1997, foi instituído pela Regione Piemonte um prêmio reservado a jovens estudantes de origem piemontesa para a melhor tese de bacharelado na Universidade Federal do Espírito Santo ou em outra instituição do Espírito Santo, abordando a temática da presença italiana nesse estado. Dentre as várias instituições ativas, podem-se mencionar a *Associação Piemontesa*, em Vitória (ES), e inúmeros grupos artísticos, como o grupo de danças *Città di Torino*, em Castelo (ES).

desenvolvimento dos países onde se estabeleceram, diz Fassino (1997, p. 7), “[...] nos ajuda, sem nenhuma retórica, a compreender que extraordinário recurso tem a Itália”.

No Espírito Santo, o fenômeno se configurou essencialmente como imigração de colonização, predominando conjuntos familiares, instalados em áreas de escassa população, terras desertas e/ou cobertas por florestas e precário sistema de comunicação. Chegada à década de 1960, uma razoável parcela dessa população – cerca de 30% – ainda vivia no meio rural (COLBARI, 1998). No âmbito acadêmico, a relação de teses e dissertações sobre o tema tem possibilitado comparações que atestam a permanência e o desenvolvimento de fatores semelhantes entre a velha pátria e o novo mundo. Com vistas a sistematizar alguns desses aspectos, selecionaram-se aqui algumas abordagens diretas e outros trabalhos delas derivados que identificam a herança cultural italiana sob múltiplos pontos de vista.

A partir de uma pesquisa sobre seis cidades com forte presença de descendentes de italianos no Espírito Santo²⁴, Bombassaro e outros (2004, p. 586) enfatizam que “não só nelas, mas por extensão de correlatividade [...] a participação dos imigrantes italianos e de seus descendentes foi fundamental para a operação de transformações sócio-culturais significativas”. São mudanças que vão desde nova concepção valorativa do trabalho à adoção do lazer como prática vital a uma existência satisfatória; desde o reconhecimento do valor do saber local à recuperação em novo nicho da expressão do patrimônio cultural preservado na travessia; desde a informalização da comunicação até a reconfiguração da partilha do poder político nas unidades municipais e federativas da nova terra.

A análise comparativa com o caso da Itália é um importante referencial, principalmente quando se considera a experiência italiana em setores tradicionais como o têxtil, de vestuário, de móveis e de calçados. Rodrigues (2004) assinala que o norte da Itália se constitui em berço de milhares de pequenas empresas surgidas da continuidade histórica de unidade familiar, oriunda do período medieval. Afirma também que os fatores culturais característicos dos processos produtivos da região norte do Espírito Santo são muito semelhantes aos presentes na região da Terceira Itália²⁵, tais como união, cooperação e competitividade.

De fato, tal se aplica aos empreendedores de sistemas produtivos em aglomerados setoriais do norte do Espírito Santo, como cerâmica, móveis e vestuário. Sua hipótese fundamental é que o

²⁴ Trata-se de uma pesquisa envolvendo seis cidades capixabas – Santa Teresa, São Roque do Canaã, Colatina, Marilândia, São Gabriel da Palha e Nova Venécia – contempladas pela investigação do projeto “Cultura e processo produtivo: a influência do humanismo latino na formação dos aglomerados produtivos da região norte do Espírito Santo”.

²⁵ Denomina-se Terceira Itália a região norte daquele país, caracterizada por inúmeros distritos industriais descentralizados, porém integrados, características que, segundo Rodrigues (2004, p. 609), também firma a identidade dos arranjos produtivos na região norte do Espírito Santo.



“relacionamento social-econômico-gerencial” interfirmas nas indústrias dos setores ali criados apropriou-se do fato de que, na transferência do ambiente rural para o urbano de parte da população que hoje habita essas cidades, permaneceram os valores de ajuda mútua, muito característicos dos imigrantes que colonizaram o norte capixaba. Uma de suas fontes de dinamismo é a aparente contradição entre concorrência e cooperação. As empresas competem acirradamente entre si, gerando eficiência e inovação na produção, mas cooperam nos serviços administrativos, na aquisição de matérias-primas, no financiamento e na pesquisa.

Por outro lado, Monti (2010) analisa a influência decisiva do capital social formado pela cultura italiana, marcada por novos costumes, crenças e valores refletidos no trabalho, na família, na religião e na coletividade, presentes na alta densidade de serviços de transportes que identificam a cidade de Iconha (ES). Nessa acepção, conclui que o capital social é um ativo baseado na confiança e na cooperação mobilizados nas instituições coletivas que beneficiam a sociedade local.

Analisando o arranjo produtivo de confecções em Colatina, Pandolfi (2007, p. 113) elege três eixos de análise – discurso da Igreja, cultura do trabalho e núcleo familiar – para concluir que os ítalo-brasileiros são portadores de um capital cultural, tendo assimilado “...uma cultura do trabalho e um forte sentimento de organização social cujo eixo estava na Igreja, na área do trabalho e nos grupos de parentesco”. Da estrutura familiar vêm a divisão do trabalho e a presença da família no processo de gestão; da cultura do trabalho, a visão empreendedora desses ítalo-brasileiros; e da Igreja para o mundo dos negócios, os valores católicos e principalmente a coesão do grupo familiar. Conclui que a organização da sociedade local, sob a forma de valores como confiança, cooperação e solidariedade, é que permitiu o surgimento de uma configuração empresarial, gerencial e política diferenciada de outras áreas do estado.

A cidade de Cachoeiro de Itapemirim, no sul do Espírito Santo, concentra na atualidade o maior polo de rochas ornamentais da América Latina, contando também com uma centenária indústria de cimento. Segundo Villaschi Filho e Sabadini (2000), o início da extração de mármore e granitos deu-se em 1957, com um filho de imigrante italiano, Horácio Scaramussa, que também disponibilizou suas terras para empresas cariocas atuantes nesse ramo. Entretanto, os primeiros passos na indústria da mineração nessa região foram dados pela fabricação de cal, já em 1878, com a vinda de colonos italianos que ali se estabeleceram. Foram eles que inspiraram e criaram as condições para a indústria de cimento na região, com o aproveitamento de suas jazidas de calcário.

Voltando à vida rural, origem de todo esse processo, verifica-se que a colonização estrangeira também deixou marcas duradouras na estrutura agrária do estado, com predominância da pequena propriedade nas regiões de colonização estrangeira – centro-sul e noroeste –, em

contraste com os municípios do extremo norte e próximos do litoral. Nestes últimos, segundo Bergamim (2004, p. 172-3), o Índice de Gini²⁶, em 1995, estava próximo de 0,800 – Conceição da Barra (0,913), São Mateus (0,821), Montanha (0,716), Pinheiros (0,700), Aracruz (0,827) e Itapemirim (0,787) –, enquanto nos primeiros – Santa Teresa (0,510), Santa Maria de Jetibá (0,510), Domingos Martins (0,498) e Santa Leopoldina (0,586) – não chegava a 0,600. Outro aspecto desse fenômeno é o tipo de exploração na região de colonização estrangeira, com predomínio da agricultura familiar, que representa, em alguns municípios, mais de 90% do total das propriedades rurais. Essa estrutura foi sendo montada a partir do início da colonização estrangeira no Espírito Santo e se consolidou nas primeiras décadas do século XX, permanecendo estruturalmente estável até hoje.

6 CONCLUSÃO

A história social e econômica do estado do Espírito Santo é marcada por épocas e fenômenos bastante distintos. Na fase colonial, a região passa ao largo de todos os estímulos ocorridos no Brasil, registrando apenas marginalmente algumas das atividades mais importantes do período, como a cultura da cana-de-açúcar e a criação de gado, e assim mesmo, restritas a uma pequena faixa próxima ao litoral. Ademais, sua localização geográfica frequentemente é citada como fator de isolamento durante a exploração do ouro em Minas Gerais, uma vez que não interessava à Coroa portuguesa criar eventuais facilidades de acesso àquela região, restando ao Espírito Santo um papel estratégico de proteção às minas. Como resultado, o território capixaba ficou praticamente despovoado até meados do século XIX.

Com a criação da primeira colônia de estrangeiros, em 1847, começa o fenômeno mais marcante na história capixaba, o da imigração europeia para o estado. Até 1895, quando termina a imigração oficial para o Espírito Santo, essa região recebeu sucessivas levas de imigrantes, que totalizaram perto de 47 mil indivíduos, dos quais aproximadamente 74% eram de origem italiana. Sua importância pode ser avaliada pelo impacto direto – praticamente triplicando a população de 1827 – mas principalmente pela alta taxa de reprodução dessa população. Entre 1872, ano do primeiro recenseamento geral do Brasil, e 1930, não obstante passadas três décadas desde o fim da imigração para o Espírito Santo, sua densidade demográfica multiplicou-se 7,3 vezes, permitindo

²⁶ O Índice de Gini é uma medida de concentração, variando entre zero e um. Quanto mais próximo de um, mais concentrada se torna a propriedade da terra. Historicamente, junto com Santa Catarina, o Espírito Santo ostenta um dos indicadores de menor concentração fundiária do país: 0,680 e 0,733, em 2006, respectivamente (HOFFMANN; NEY, 2010, p. 23).



que, a partir daí toda a região norte capixaba fosse ocupada com deslocamentos internos da população.

Os imigrantes italianos chegados ao Espírito Santo constituíram tipicamente uma população de colonização, constituída majoritariamente por homens jovens acompanhados de esposa e filhos e cujo epicentro era a família, com conduta principalmente balizada nos princípios da religião católica e na valorização do trabalho. Os desafios eram múltiplos, segundo estudos baseados em histórias de vida. Por questões de segurança e sobrevivência, essas famílias se fizeram numerosas, desenvolvendo-se entre elas fortes laços de cooperação e lealdade. Aliando tradição e adaptação, construíram uma herança que pode ser avaliada atualmente sob múltiplas perspectivas. No âmbito econômico, a colonização de terras capixabas gerou uma estrutura agrária relativamente equilibrada, baseada na pequena propriedade familiar, de produção multivariada, tendo no café o principal produto de sustentação.

Mas não é só na agricultura que se notam os sinais da presença italiana no Espírito Santo. Variados setores da sociedade capixaba atual, como o de alimentos e bebidas, móveis, cerâmica, confecções e agroturismo lembram a Terceira Itália, pelo tipo de organização e pela lógica de funcionamento. Muitos imigrantes trouxeram consigo habilidades que se mantiveram e desenvolveram no novo meio, como a arte da carpintaria. A transposição dessa cultura para os setores urbanos, industriais e de serviços constitui um verdadeiro capital social que explica o surgimento e o desenvolvimento de algumas regiões do estado, comparativamente a outras. São aglomerações econômicas, majoritariamente constituídas por pequenas empresas que, embora concorrendo entre si, associam-se em torno de interesses comuns, elevando a competitividade desses setores. Na origem desses fatos, segundo as conclusões de vários estudos recentes, encontram-se os preceitos que animaram os precursores desses descendentes de imigrantes: a valorização do trabalho e a ajuda mútua.

REFERÊNCIAS

ALMADA, Vilma Paraíso Ferreira de. **A escravidão na história econômico-social do Espírito Santo – 1850/1888**. Niterói: Universidade Federal Fluminense, 1981. 240 p. (Dissertação, Mestrado em História).

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO (APEES). Projeto Imigrantes. Disponível em: <www.apee.es.gov.br/imigrantes/html/estatisticas.html>. Acesso em: 30 mar. 2015.

_____. Relatório do Presidente da Província Antonio Joaquim Rodrigues, em 5 de outubro de 1886.

BASSANEZI, Maria Sílvia C. Beozzo. Italianos no Brasil: o que dizem os censos? In: CASTIGLIONI, Aurélia H.. (Org.) **Imigração italiana no Espírito Santo**: uma aventura colonizadora. Vitória, UFES, 1998. p. 51-80.

BEIGUELMAN, Paula. **A crise do escravismo e a grande imigração**. São Paulo: Brasiliense, 1981.

BERGAMIM, Márcia Cristina. **Agricultura familiar no Espírito Santo**: constituição, modernização e reprodução socioeconômica. Uberlândia: Universidade Federal de Uberlândia, 2004. (Dissertação, Mestrado em Geografia).

BOMBASSARO, Luiz Carlos; DAL RI JR., Arno; PAVIANI, Jayme (Orgs.). **As interfaces do humanismo latino**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004.

BUFFON, Jose Antonio. **O café e a urbanização no Espírito Santo**: aspectos econômicos e demográficos de uma agricultura familiar. Campinas: Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas, 1992. 386 p. (Dissertação, Mestrado em Economia).

CASTIGLIONI, Aurélia H.; REGINATO, Mauro. **Imigração italiana no Espírito Santo**: o banco de dados. Vitória: CST/Unimed, 1997.

_____. Impatti sociodemografici dell'immigrazione europea in Espírito Santo. **Globus et Locus**. Centro Altretalie, gennaio-dicembre, 2009.

CAVATI, João Batista. **História da imigração italiana no Espírito Santo**. Belo Horizonte: São Vicente, 1973.

CELIN, José Lazaro. **Migração europeia, expansão cafeeira e o nascimento da pequena propriedade no Espírito Santo**. Porto Alegre: Centro de Estudos e Pesquisas Econômicas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1984. 330 p. (Dissertação, Mestrado em Economia).

CELLIN, Joelma. **Piemonteses em Castelo**: aspectos culturais. Vitória: EDUFES, 2000.

COLBARI, Antônia de L.. Família e trabalho na cultura dos imigrantes italianos. In: CASTIGLIONI, Aurélia H.. (Org.) **Imigração italiana no Espírito Santo**: uma aventura colonizadora. Vitória, UFES, 1998. p. 129-146.

DERENZI, Luiz Serafim. **Os italianos no Estado do Espírito Santo**. Rio de Janeiro: Artenova, 1974.

FAUSTO, Bóris (Org.). **Fazer a América**. São Paulo: EDUSP, 2000.

FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. 11. ed. São Paulo: Nacional, 1972.

GIEMSA, G.; NAUCK, E. G.. Uma viagem de estudos ao Espírito Santo. **Boletim Geográfico**, Rio de Janeiro, 8(88):451-470, jun. 1950; 8(89):560-575, ago. 1950; 8(90):653-701, set. 1950.

GRAHAM, Douglas H.. Migração estrangeira e a questão da oferta de mão-de-obra no crescimento econômico brasileiro – 1880/1930. São Paulo, **Estudos Econômicos**, 3(1):7-64, abr. 1973.



GUIZZARDI, Sérgio Ricardo. Trabalho, humanismo e construção da cidadania em condições adversas. In: BOMBASSARO, Luiz Carlos; DAL RI JR., Arno; PAVIANI, Jayme (Orgs.). **As interfaces do humanismo latino**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004. p. 589-604.

HOFFMANN, Rodolfo; NEY, Marlon Gomes. **Estrutura fundiária e propriedade agrícola no Brasil**: grandes regiões e unidades da Federação (de 1970 a 2008). Brasília: MDA, 2010.

IBGE. **Anuário Estatístico do Brasil**, Rio de Janeiro, Ano V, 1939/1940.

_____. **Recenseamento Geral**, Rio de Janeiro, 1920, 1940 e 2006.

LAZZARI, Beatriz Maria. **Imigração e ideologia**: reação do parlamento brasileiro à política de colonização e imigração. Caxias do Sul: EST/UCS, 1980.

KLEIN, Herbert S.. A integração de imigrantes italianos no Brasil, na Argentina e nos Estados Unidos. **Novos Estudos CEBRAP**, n. 25, out. 1989, p. 95-119.

MONTI, M.Z.. **Cultura italiana e capital social no setor de transporte rodoviário de cargas de Iconha-ES**. Vitória, Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas da Universidade Federal do Espírito Santo, 2010. (Dissertação, Mestrado em Administração).

MUNIZ, Maria Izabel Perini. **Cultura e arquitetura**: a casa rural do imigrante italiano no Espírito Santo. Vitória: EDUFES, 1997.

OLIVEIRA, José Teixeira de. **História do estado do Espírito Santo**. 2ª ed. Vitória: Fundação Ceciliano Abel de Almeida, 1975. 596 p.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi. **O Brasil dos imigrantes**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

PANDOLFI, R.. **Imigração italiana no Espírito Santo e a construção de um capital simbólico**: uma reflexão sobre os empresários em Colatina. Vitória: Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas da Universidade Federal do Espírito Santo, 2007. (Dissertação, Mestrado em Administração).

PETRONE, Pasquale. Apresentação. In: CASTIGLIONI, Aurélia H.; REGINATO, Mauro. **Imigração italiana no Espírito Santo**: o banco de dados. Vitória: CST/Unimed, 1997. p. 9-12.

POSENATO, Júlio. **Arquitetura da imigração italiana no Espírito Santo**. Porto Alegre: Arte & Cultura, 1997.

PRADO JÚNIOR, Caio. **História econômica do Brasil**. Com Post-Scriptum em 1976. 41ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

REGINATO, Mauro. Apresentação. Professor da Faculdade de Economia de Torino, Itália. In: CELLIN, Joelma. **Piemonteses em Castelo**: aspectos culturais. Vitória: EDUFES, 2000. p. 15-16.

RIZZETTO, R.. Colonizzazione italiana nello Stato di Espírito Santo (Brasile). **Bollettino dell'emigrazione**. Roma, 1905 (7). (Rapporto del cav. R. Rizzetto, R. Console d'Italia a Vittoria: agosto 1901)

ROCHA, Gilda. **Imigração estrangeira no Espírito Santo: 1847-1896**. Niterói: Centro de Estudos Gerais da Universidade Federal Fluminense, 1984. (Dissertação, Mestrado em História).

ROCHA, Haroldo Correa; MORANDI, Angela Maria. **Cafeicultura e grande indústria: a transição no Espírito Santo – 1955/1985**. Vitória: Fundação Ceciliano Abel de Almeida, 1991.

RODRIGUES, Márcia B. F.. Cultura e processo produtivo no Espírito Santo. In: BOMBASSARO, Luiz Carlos; DAL RI JR., Arno; PAVIANI, Jayme (Orgs.). **As interfaces do humanismo latino**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004. p. 605-614.

VILLASCHI FILHO, A.; SABADINI, M. **Arranjo produtivo de rochas ornamentais (mármore e granito)/ES**. Rio de Janeiro: BNDES, 2000. (Relatório de Pesquisa).

WAGEMANN, Ernst. **A colonização alemã no Espírito Santo**. Tradução de Reginaldo Sant'Ana. Rio de Janeiro: IBGE, 1949.

Recebido em 30 de Maio de 2019
Aprovado em 10 de Dezembro de 2019





METROPOLIZAÇÃO E POLICENTRALIDADE EM FORTALEZA (CE - BRASIL)

METROPOLIZATION AND POLYCENTRALITY IN FORTALEZA (CE - BRAZIL)

METROPOLIZACIÓN Y POLICENTRALIDAD EN FORTALEZA (CE - BRASIL)

DOI 10.33360/RGN.2318-2695.2019.i3.p.76-92

Francisco Clébio Rodrigues Lopes

Professor Adjunto da Universidade Estadual do Vale do Acaraú (UVA) - Ceará - Brasil

Dr. em Geografia Humana pela Universidade de São Paulo

E-mail: clebiolopes@yahoo.com.br

RESUMO:

A abertura dos mercados e o advento de técnicas flexíveis de produção geraram possibilidades de investimento urbano. A metropolização de Fortaleza, capital do estado do Ceará, resulta de mudanças na sua base produtiva em virtude da dinâmica industrial e de novas áreas de centralidade. O objetivo deste trabalho é analisar as características da policentralidade na capital cearense, por isso a investigação contou com revisão bibliográfica, coleta de dados estatísticos e organização de hemeroteca digital. Conclui que a atual dinâmica metropolitana consiste numa reestruturação do espaço em virtude da criação de receptáculos de rentabilidade que centralizam investimentos públicos e privados.

Palavras-chave: Centralidade; Centro; Comércio.

ABSTRACT:

The opening of markets and the advent of flexible production techniques generated urban investment opportunities. The metropolization of Fortaleza, capital of the state of Ceará, results of changes in its productive base due to industrial dynamics and new areas of centrality. The objective of this study is to analyze the characteristics of polycentrality in the capital of Ceará state, so the research included a literature review, collection of statistical data and organization of digital newspaper library. It concludes that the current metropolitan dynamics is a restructuring of the space by the establishment of profitability receptacles that centralize public and private investments.

Keywords: Centrality; Center; Commerce.

RESUMEN:

La apertura de los mercados y el advenimiento de técnicas flexibles de producción han generado posibilidades de inversión urbana. La metropolización de Fortaleza, capital del estado de Ceará, resulta de cambios en su base productiva en virtud de la dinámica industrial y de nuevas áreas de centralidad. El objetivo de este trabajo es analizar las características de la policentralidad en la capital cearense, por eso la investigación contó con revisión bibliográfica, recolección de datos estadísticos y organización de hemeroteca digital. Concluye que la actual dinámica metropolitana consiste en una reestructuración del espacio en virtud de la creación de receptáculos de rentabilidad que centralizan inversiones públicas y privadas.

Palabras clave: Centralidad; Centro; Comercio.

1 INTRODUÇÃO

Fortaleza, capital do estado do Ceará, é a quinta maior cidade em tamanho demográfico no Brasil com uma população de 2.452.185 habitantes e juntamente com dezoito municípios compõe o terceiro maior aglomerado urbano do Norte/Nordeste brasileiro (Figura 1). Trata-se de um espaço com extensão de 7.440 km², população de 3.741.198 habitantes (44,26% do total estadual), densidade de 502,85 hab./km² e grau de urbanização de 96% (IBGE, 2010). Em 2010, a população do município-núcleo correspondia a 68% da população metropolitana e a taxa de crescimento da Região Metropolitana de Fortaleza (RMF), entre 2000 e 2010, foi de 1,69% ao ano. Além do peso demográfico, o espaço metropolitano fortalezense possui um PIB de R\$50,6 bilhões (64,9% do total estadual) e o sétimo maior potencial de consumo do país, por isso a sua área de influência atinge vinte milhões de pessoas em seis estados da federação brasileira.

Figura 1: Região Metropolitana de Fortaleza



Fonte: IPECE 2019



Nos últimos trinta anos, a cidade matricial explodiu/implodiu¹ (metáfora emprestada da física) e o tecido urbano, seguindo os corredores viários e ferroviários, avançou sobre os territórios circunvizinhos. A expansão ocorre de forma densa ao longo das rodovias e rarefeita na medida em que se distancia delas com uma grande quantidade de lotes vagos no interior da cidade-núcleo, contudo apresenta maior densidade nos setores oeste (Fortaleza/Caucaia), sudoeste (Fortaleza/Maracanaú) e sudeste (Fortaleza/Eusébio). Apesar da existência de bairros de classe média nos setores oeste e sudoeste, predominam os bairros populares com conjuntos habitacionais, loteamentos clandestinos e favelas na direção de Caucaia, Maranguape e Maracanaú. O setor sudeste, na direção do Eusébio, trata-se de uma expansão da Grande Aldeota, portanto predomina a cidade moderna, verticalizada e onde reside a maioria dos estratos sociais de rendas alta e média alta. A diferença de rendimentos entre esses setores pode chegar a vinte vezes. Por exemplo, a renda per capita média mensal em bairros como Aldeota, Meireles (Fortaleza) e Alphaville (Eusébio) é de aproximadamente R\$ 4.958,00 enquanto em Amanari, Antônio Marques, Itapebussu, Lagoa do Juvenal, Manoel Guedes, Papara, Tanques e Vertente do Lagedo (Maranguape) não chega a R\$ 187,00 (IPEA, 2014). Tal situação revela uma imensa desigualdade e segregação socioespacial no interior do tecido metropolitano.

A metáfora da física não se encerra no fenomênico, por isso exige uma investigação sobre processos indutores. Nesse sentido, acreditamos que a transformação político-econômica do capitalismo do final do século XX com internacionalização da produção e flexibilidade na organização do trabalho resultou no avanço da metropolização da capital cearense. Motivadas pelas vantagens locacionais (incentivos fiscais, infraestrutura gratuita e mão de obra barata e desorganizada sindicalmente), antigas fábricas se modernizaram e novas dos setores da fiação, vestuário e calçados foram atraídas e se localizaram nos municípios metropolitanos de Maracanaú, Horizonte e Pacajús. É importante citar a criação da Zona de Processamento de Exportação (ZPE) numa área de 576 hectares em São Gonçalo do Amarante em 2010 e a instalação da Companhia Siderúrgica do Pecém (CSP) e a Vale Pecém com a finalidade de desenvolver uma indústria de bens intermediários no estado.

A diminuição na área de produção na capital cearense provocou uma recomposição da estrutura urbana com o aparecimento de grandes equipamentos comerciais, condomínios verticais, hotéis, apart-hotéis e edifícios inteligentes (complexos imobiliários que oferecem pavimentos corporativos, salas comerciais e helipontos). Desse modo, novas áreas de centralidade são produzidas e se revelam extremamente lucrativas aos negócios imobiliários.

¹ A ideia de explosão/implosão é de Lefebvre (2001).

O objetivo deste artigo é analisar as características da policentralidade da metrópole de Fortaleza num contexto de metropolização espacial. Dessa forma, realizamos pesquisa bibliográfica, levantamos dados estatísticos e organizamos uma hemeroteca digital. Os resultados dessa pesquisa foram sintetizados neste texto que conta com seis seções. A segunda, após esta introdução, traça a relação entre internacionalização capitalista e metropolização; a terceira discute as diferentes formas de centralidade nas cidades brasileiras; a quarta seção realiza um histórico da descentralização comercial na capital cearense; e a quinta apresenta as principais áreas de comércio e serviços na metrópole cearense. Após essas cinco seções, seguem-se as considerações finais.

2 INTERNACIONALIZAÇÃO CAPITALISTA E METROPOLIZAÇÃO

Desde o final da Segunda Grande Guerra Mundial, o capitalismo retomou a sua expansão num grau e intensidade, jamais visto anteriormente. Aos poucos, as formas singulares e particulares de reprodução do capital, compreendidas como nacionais e setoriais, se subordinaram a uma acumulação global e assumiram novas características. Trata-se da internacionalização capitalista que ganhou força com o fim da Guerra Fria e a desagregação do bloco socialista, a desregulamentação dos mercados e o surgimento de novas tecnologias nas áreas de comunicação e transporte que funcionam, simultaneamente, como condição e fator de intensificação do processo. Esse novo ciclo de expansão capitalista, que começou a ser desenhado no final da década de 1970, foi definido por Chesnais (1996) como mundialização do capital.

A mundialização deve ser compreendida como uma fase específica da valorização porque engloba o conjunto das regiões do mundo onde há recursos e/ou mercados. Além disso, o decurso é marcado mais pelo investimento internacional do que pelo comércio exterior e tem reflexo nas estruturas produtivas e no intercâmbio de bens e serviços. Essa fácil mobilidade do valor contou com modificações na organização do sistema bancário e financeiro internacional com o desenvolvimento de redes e sistemas de informática. Dessa forma, o capital ficou à vontade para colocar em concorrência as diferenças no valor de troca da força de trabalho entre um país e outro, permitindo a apropriação de uma mais-valia global (CHESNAIS, 1996).

Essa internacionalização do capital tem também uma dimensão espacial, por isso exploraremos o efeito desse processo nas transformações das áreas metropolitanas. Ainda que de forma diferenciada, todas as cidades são afetadas visto que “há elos financeiros de agentes financeiros internacionais e toda e qualquer cidade” (DAMIANI, 2006, p. 136). Não significa que



os espaços urbanos convergem para um modelo único, em virtude do processo diferencial, todavia algumas mudanças tendem a ocorrer em todas elas, principalmente nas metrópoles.

As transformações na organização do trabalho associadas à liberalização dos mercados impactaram a produção “e o funcionamento das principais aglomerações metropolitanas latino-americanas, afetando tanto suas articulações externas como sua própria dinâmica e configuração interna” (MATTOS, 2004, p. 159). A possibilidade de comandar o processo de trabalho à distância permitiu que o capital industrial separasse espacialmente as fases de elaboração e execução do processo produtivo. Assim, as funções de comando, pesquisa e desenvolvimento continuaram concentradas nas metrópoles (sedes das grandes corporações) enquanto a produção se dispersou por várias regiões onde os salários são baixos, a proteção social é inexistente e os benefícios fiscais são muitos.

As metrópoles foram selecionadas para receber as funções de comando em virtude da disponibilidade de sistemas de comunicação capazes de permitir contatos instantâneos com o ambiente global; contingentes amplos e capacitados de recursos humanos; condições para uma comunicação direta cotidiana entre as pessoas que desenvolvem as tarefas mais modernas; e mercado capaz de garantir acesso a uma ampla demanda solvente (MATTOS, 2004). À medida que o espaço metropolitano é cada vez mais o lócus da gestão do capital, transformações econômicas, sociais e territoriais ocorrem nessa base espacial.

Do ponto de vista da economia, há uma passagem da produção no espaço à produção do espaço (LEFEBVRE, 2000) e a metrópole tornou-se máquina de crescimento. Às funções de direção, são somados os serviços para a produção (financeiro, jurídico, contábil, marketing e imobiliário), os de reprodução (saúde, educação e lazer) e a distribuição e comercialização das mercadorias.

Em relação ao social, a fuga e/ou fim dos empregos industriais e a incapacidade do setor terciário de absorver a demanda de trabalhadores levam ao desemprego estrutural e a expansão do setor informal. A impossibilidade de pagar pelo solo urbano em virtude da queda dos rendimentos provoca um movimento de ocupação de terrenos cada vez mais distante do centro da cidade e a consequente formação de favelas e loteamentos clandestinos. Terra vazia é cada vez mais rara nas metrópoles, por isso explodem as ocupações de prédios abandonados nas áreas centrais e há um segmento da população que simplesmente passa a morar na rua. Desse modo, a internacionalização capitalista também está associada a novas formas de segregação do espaço urbano.

Dentre as transformações territoriais, podemos citar a suburbanização do tecido metropolitano e a reorganização dos espaços no interior da mancha urbana. Com a gestão do capital

concentrada no espaço metropolitano e a liberalização dos mercados de capital, uma quantidade imensa de investimentos internacionais se realiza em negócios imobiliários. O resultado desse maior fluxo de capital imobiliário é a produção de novos artefatos arquitetônicos (edifícios corporativos, centros comerciais, parques aquáticos, hotéis, *resorts*, centros de convenções, aquários, pontes estaiadas, condomínios e loteamentos fechados, etc.). Os novos objetos se dispersam pelo tecido urbano em busca de preços mais baratos da terra o que gera a produção de novas centralidades que passam a concorrer com o centro histórico, esse cada vez mais esvaziado e ocupado por segmentos proletarizados. A combinação de todos esses elementos produziu uma forma metropolitana dispersa, policêntrica, segregada e estruturada por eixos rodoviários.

Apresentados os desdobramentos da relação entre internacionalização do capital e metropolização, analisaremos as características da policentralidade urbana.

3 NOVOS CENTROS NA METRÓPOLE

Ao contrário do que pode parecer, centralidade urbana constitui tema recente, uma vez que, nas últimas décadas, a dispersão das atividades metropolitanas e o aparecimento de novas formas espaciais remetem à concepção de centro sem que de fato o sejam. Em alguns casos, os subcentros que mantinham relações de complementariedade com o núcleo central, passam a competir com ele, de modo a se tornarem os “novos centros” (FRÚGOLI JÚNIOR, 2000).

Até a década de 1970, as cidades brasileiras eram monocêntricas já que apresentavam uma forte concentração de atividades terciárias no seu centro. O rápido crescimento demográfico dessas áreas urbanas e a consequente expansão territorial geraram uma dispersão do comércio e dos serviços com a formação de subcentros. A utilização do prefixo “sub” sinaliza uma centralidade semelhante à do centro só que em tamanho menor, logo voltado a um público mais restrito, funcional ou economicamente. Geralmente, surgiram em lugares de alta densidade habitacional e distantes do núcleo central, no entorno de pontos de convergência de transporte coletivo ou eram antigos núcleos urbanos submersos pelo tecido metropolitano.

Os estabelecimentos terciários também se expandiram pelas vias de maior circulação de veículos que demandam ao centro ou o contornam, contudo, ligados a um tipo de atividade. Como exemplos, negócios do setor de veículo como oficinas automobilísticas, lojas de autopeças e concessionárias ou empresas do ramo médico-hospitalar como clínicas, hospitais e casas comerciais. Dessa forma, buscam um público restrito e/ou camadas sociais de maior poder



aquisitivo, constroem uma imagem de área seletiva e se localizam em eixos de fácil acesso através do transporte individual.

Uma terceira forma de expansão terciária emergiu com o *shopping center*, pois recria a centralidade ao concentrar comércio e serviços (bancários e de lazer) numa determinada localização. Possui forte multiplicidade funcional (não tão ampla quanto a do centro tradicional) e é caracterizado “por uma especialização econômica, na medida em que se voltam para clientelas de maior poder aquisitivo, oferecendo facilidade de acesso para o transporte individual, abrigo, segurança, beleza arquitetônica, etiquetas, [...]” (SPÓSITO, 1991, p. 12). Após a instalação do centro comercial, é bastante comum a atração de novos negócios terciários para os locais adjacentes o que reforça a polarização da área.

A partir da década de 1990, a internacionalização do capital e a desregulamentação dos mercados modificaram o padrão de metropolização brasileira com a produção de uma forma descentralizada que nega a concepção de centro único e monopolizador. Um aporte maior de capitais circula no mercado nacional e procura se reproduzir em setores improdutivos ou produtivos de baixa composição orgânica em virtude dos riscos de desvalorização na esfera produtiva. Além disso, os novos arranjos produtivos mais flexíveis, menores e localizados em periferias longínquas e, às vezes, situados fora da área metropolitana, possibilitam uma maior disponibilidade fundiária.

Desse modo, antigos espaços destinados à produção cedem lugar para novos loteamentos urbanos, conjuntos habitacionais, novos artefatos arquitetônicos (centros de eventos, torres empresariais, espaços culturais, etc.), diferentes soluções habitacionais para as classes médias e altas o que gera uma expansão do tecido urbano ao longo de eixos viários e a metropolização de novos espaços. Polos de atração são produzidos e reproduzem as condições e qualidades centrais em outros lugares da metrópole e

Do ponto de vista econômico, são receptáculos de rentabilidade, em que se concentram processos de intercâmbio entre produção e consumo favorecidos pela nova realidade comercial, em que a escolha dos locais de compra passou a ser regida por outros determinantes que não os fundamentalmente vinculados à facilidade de acesso (TOURINHO, 2006, p. 288).

Esses receptáculos redefinem o centro, a periferia e a relação entre eles porque áreas urbanas de grande dinamismo comercial, financeiro ou empresarial, ou ainda misto, que centralizam investimentos privados e públicos, onde a população se concentra para trabalhar e/ou consumir são simultaneamente criadas e esvaziadas. É o conteúdo monofuncional que confere caráter transitório a esses espaços, logo o deslocamento das práticas econômicas em função da diminuição dos custos

gera, momentaneamente, um afluxo e uma frequência em determinados lugares. O poder de concentração é reforçado em algumas localidades em detrimento do esvaziamento de outras, assim o centro perdeu parte da sua capacidade de atração/dispersão dos fluxos e já não consegue comandar sozinho o conjunto metropolitano, sendo obrigado a competir com outras realidades.

A produção da cidade tornou-se o principal motor da economia, por conseguinte capitalistas de vários setores direcionam parte de seus lucros para compra de terrenos e o capital-monetário se transforma em renda capitalizada da terra. Outros aplicam na construção civil e metamorfoseiam seus lucros em capital industrial. Ainda existem os investimentos em fundos em bolsas de valores que garantem rentismos variados. Trata-se de um circuito internacionalizado em torno da propriedade privada, por isso a centralidade se desloca de acordo com os interesses de agentes que procuram localizações onde os preços de mercado proporcionam lucros extraordinários.

Na RMF, a presença de crédito estatal e a entrada de grandes incorporadoras produziram artefatos urbanos e redefiniram o uso e a ocupação de áreas; criaram e esvaziaram centralidades. Contudo, não se trata de mera emergência de formas porque inclui modificações do padrão de metropolização do espaço. Assim, apresentaremos a dinâmica da centralidade na capital cearense na próxima seção deste trabalho.

4 FORTALEZA: DO CENTRO AOS CENTROS

Em Fortaleza, o planejamento a partir de 1970 teve como principal instrumento o Plano de Desenvolvimento Integrado da Região Metropolitana de Fortaleza - PLANDIRF (1969/1971), que objetivou a expansão linear da área central mediante a liberação do adensamento ao longo das radiais.

O PLANDIRF se apresentou como um instrumento capaz de solucionar a “desordem urbana”, logo suas intervenções se concentraram na remodelação da forma urbana mediante a erradicação de favelas centrais, construção de conjuntos habitacionais na periferia, abertura de vias de trânsito rápido e modificação do zoneamento do uso e ocupação do solo. O zoneamento propunha descentralização comercial e dos serviços, renovação da área central, planejamento para a orla e concentração das indústrias na Francisco Sá, em Parangaba, zona portuária e Distrito Industrial. O plano viário atribuiu grande importância à RMF e à função de Fortaleza como capital regional, por isso além das avenidas Leste-Oeste, Borges de Melo, Beira-Rio e Santos Dumont, foi implantado o quarto anel viário que ligou o bairro de Parangaba à avenida Perimetral (SOUZA, 2009).



No final dos anos de 1970, Fortaleza ainda era uma cidade mononuclear, caracterizada pela ausência de verdadeiros centros de bairros e sua estrutura urbana era marcada por uma hiperconcentração no núcleo central. Apresentava, entretanto, uma tendência de descentralização de algumas funções, tais como administrativas e comerciais, para outras áreas da cidade. Dentre essas novas áreas comerciais, destacavam-se dois núcleos de maior expressão nos bairros da Aldeota e outro no Montese.

O comércio da Aldeota, localizado principalmente em torno das avenidas Santos Dumont e Barão de Studart, já era caracterizado como um comércio de luxo, ou seja, filiais de lojas sediadas no centro, que visavam atender uma classe de maior poder aquisitivo. Outro fator que contribuiu para o fortalecimento da sua centralidade comercial foi a inauguração em 1974 do primeiro *shopping* de Fortaleza – O Center Um, em plena avenida Santos Dumont, principal artéria do bairro.

Ao longo da década de 1970, várias repartições públicas foram transferidas do centro para o bairro, acentuando-se principalmente após a localização do Palácio da Abolição, sede do Governo estadual, na avenida Barão de Studart. Além do Palácio, algumas secretarias estaduais e municipais, a Assembleia Legislativa, a Câmara Municipal e até mesmo a sede de entidades administrativas do Poder Público Federal, como a Receita Federal, foram deslocadas ou implantadas na Aldeota.

O Montese organizou-se em torno de dois eixos, inicialmente ao longo do caminho percorrido pelos rebanhos bovinos que se dirigiam ao antigo matadouro municipal, cuja denominação atual é a avenida Gomes de Matos, e depois, ao longo da avenida Alberto Magno. A sua avenida principal desempenha o papel de conexão rodoviária, acentuada depois da sua pavimentação e da ligação desta com a avenida Borges de Melo, o que resultou no desvio do tráfego da avenida Capistrano de Abreu. Trata-se de um centro comercial linear com aproximadamente um quilômetro de extensão, que corta os bairros Jardim América, Bom Futuro e Montese. No primeiro trecho, observamos um polo industrial de microempresas de vestuário e acessórios. As suas duas avenidas principais são consideradas corredores de atividades pela Lei de Uso e Ocupação do Solo atual. Neles, podemos observar diversas atividades comerciais e de serviços, constatando-se uma especialização no comércio varejista de peças de carros, que fazem do bairro, depois do centro, o primeiro em número de estabelecimentos (P M F, 1991).

A diferença básica entre esses dois centros é que, enquanto o primeiro surgiu para atender uma classe de alto poder aquisitivo, por isso se especializou no comércio de luxo, serviços bancários especializados e outros serviços em geral. O Montese surgiu inicialmente para atender um público de passagem e motorizado, por isso a grande concentração de lojas de autopeças; depois passou a atender a um público de baixo poder aquisitivo.

O rápido aumento dos preços dos terrenos na Aldeota e em seu bairro vizinho, Meireles, levou à verticalização acelerada na área e à criação de bairros em áreas menos privilegiadas, porém contínuas à Aldeota, em direção ao sudeste.

A partir dos anos de 1990, é visível a fragmentação de Fortaleza em conjuntos de distribuição espacial das atividades socioeconômicas e do adensamento populacional: Aldeota/Meireles, Alagadiço São Gerardo, Antônio Bezerra, Barra do Ceará/Carlito Pamplona, Messejana, Montese, Parangaba, Seis Bocas/Água Fria e Vizinhos ao Centro.

A internacionalização do capital produziu uma forma metropolitana mais dispersa, por isso o centro de Fortaleza perdeu a função que tinha, anteriormente, de principal concentração terciária para o conjunto da população. Novas áreas de intensa atividade comercial, financeira ou empresarial são produzidas por investimentos privados e/ou públicos e visam fomentar a acumulação capitalista via produção do espaço. As principais centralidades que concorrem com a área central são: Aldeota, São Gerardo, Antônio Bezerra, Barra do Ceará, Messejana, Montese, Parangaba, Água Fria/Seis Bocas e Vizinhos ao Centro (Figura 2).

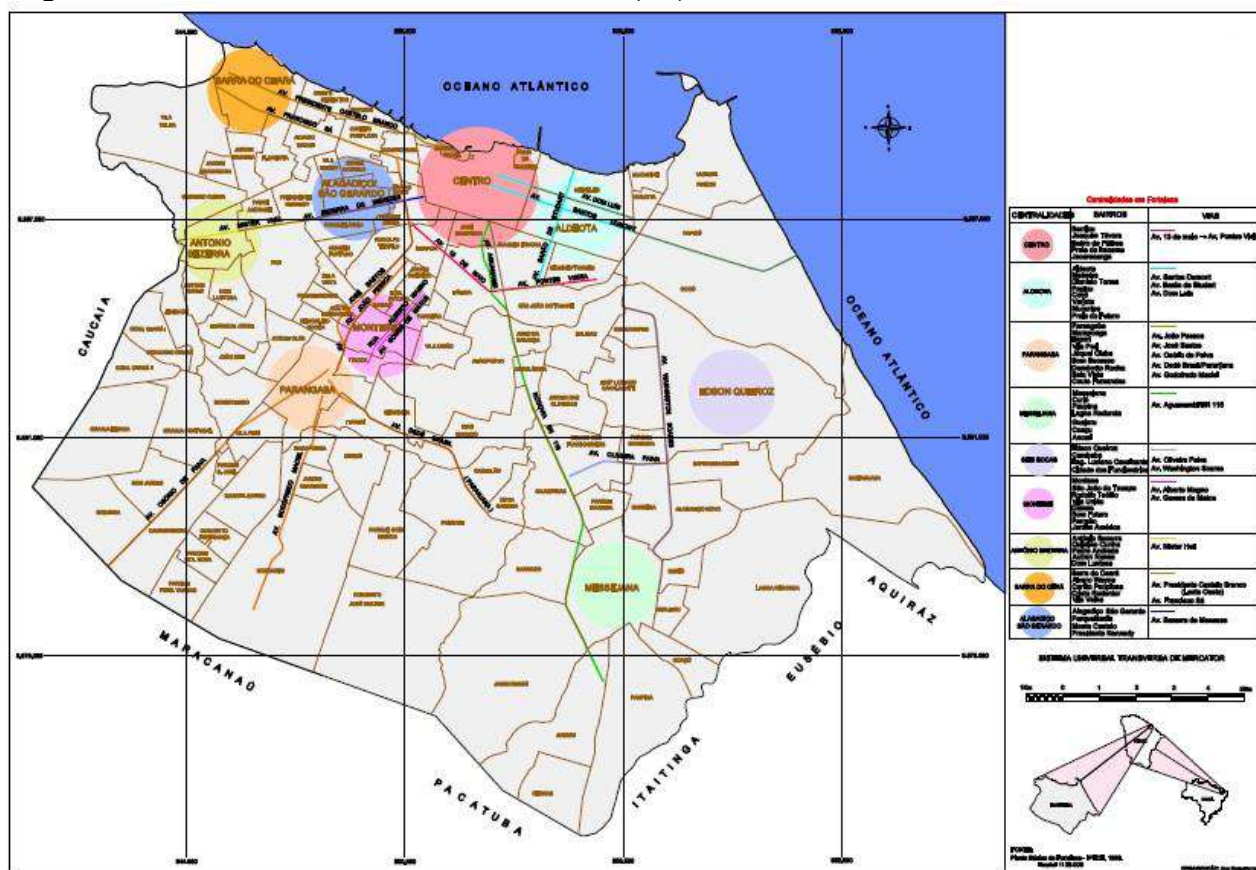
A centralidade da Aldeota, formada pelos bairros Aldeota, Cocó, Dionísio Torres, Meireles, Mucuripe, Papicu e Varjota, apresenta-se como área mais bem-dotada de comércio e serviços fora do centro. As atividades se multiplicaram com a instalação de *shopping centers*, lojas, boutiques, restaurantes, hotéis e *flats* nas avenidas Santos Dumont, Desembargador Moreira, Barão de Studart, Dom Luís e Beira-Mar. São dez centros comerciais num raio de um quilômetro da Praça Portugal – considerado o coração da Aldeota, assim o preço do solo aumentou bastante nos últimos anos e a verticalização foi intensificada. Entre 2005/2006 e 2010/2011, o preço do m² mínimo da Aldeota subiu 200% e o máximo 186% e no Meireles, o mínimo 400% e o máximo 200% (LOPES, 2012), consequentemente o crescimento vertical se expandiu pelos bairros adjacentes do Dionísio Torres, Varjota, Cocó e Papicu.

No extremo oeste da metrópole, um corredor comercial com três quilômetros de extensão e 4.261 endereços (somente 10% são residenciais) se estende pelos bairros de Farias Brito, Parque Araxá, São Gerardo, Parquelândia e Presidente Kennedy, por isso até quem mora no município metropolitano de Caucaia afirma que reside próximo da Bezerra. A presença de serviços que funcionam 24 horas como farmácias, borracharias, postos de combustíveis, supermercados, caixas eletrônicos de bancos, casas de show e restaurantes levou a aprovação do Projeto de Lei n. 229/1998 que permitiu o funcionamento contínuo e ininterrupto dos estabelecimentos durante todo o dia. Na parte ocidental da capital, concentram-se as moradias proletárias, geralmente conjuntos habitacionais, favelas consolidadas e bairros populares, isto é, uma imensa periferia metropolitana,



portanto a presença de um grande *shopping center* com 150 lojas e um comércio de rua faz do eixo da Avenida Bezerra de Menezes um local de trabalho e consumo dessa população periférica.

Figura 2: O centro e os novos centros em Fortaleza (CE)



A centralidade do Antônio Bezerra inclui o próprio bairro, Quintino Cunha, Padre Andrade, Autran Nunes e Dom Lustosa. Está localizada na zona oeste, caracterizando-se pelo assentamento da população de baixa renda. Sua expansão em direção ao Município de Caucaia evidencia um processo de conurbação. Apesar de ser uma sede distrital, o bairro permaneceu até a década de 1970 sem expressão como polo de atividades no contexto de Fortaleza. O crescimento dessa área acompanha a BR 222 (av. Mister Hull), que foi definida pelo PLANDIRF (1972) como corredor de adensamento, promovendo, nos anos de 1980, o desenvolvimento do comércio e dos serviços, bem como a zona industrial. No comércio varejista da área, destacam-se os estabelecimentos de autopeças, concessionárias de automóveis e material de construção. As fábricas que ainda resistem na área estão ligadas aos gêneros de confecção e alimentação (beneficiamento da castanha de caju). Por ser sede de um distrito, o bairro conta ainda com delegacia, cartório, cemitério e uma estação rodoviária.

A centralidade da Barra do Ceará, localizada a noroeste do centro, compreende Barra do Ceará, Álvaro Weyne, Carlito Pamplona, Cristo Redentor e Vila Velha. Em torno dos seus dois eixos principais, avenida Presidente Humberto Castello Branco (Leste – Oeste) e avenida Francisco Sá, consolidou-se um núcleo comercial, de serviços e industrial. A ocupação da área por operários e migrantes ocorreu a partir dos anos de 1930, em função da presença de indústrias, oficinas da antiga Rede de Viação Cearense (RVC) e dos terrenos vazios e “desvalorizados” do litoral oeste. Nos anos de 1970 e 1980, a ocupação da área é reforçada com a chegada de grandes conjuntos habitacionais. O polo industrial da Francisco Sá concentra principalmente indústrias metalúrgicas e de alimentos e foi o mais importante do Ceará até a implantação do Distrito Industrial de Macaranaú. O eixo da Leste – Oeste se destaca nos últimos anos, principalmente, após a implantação da ponte rodoviária sobre o rio Ceará em 1997, conhecida como “ponte do turismo”, pois liga Fortaleza ao litoral oeste do estado.

Parangaba e Messejana foram antigos aldeamentos jesuíticos, engolidos pelo tecido urbano, todavia se mantiveram como centros de convergência/concentração na periferia. O primeiro funciona como ponto de conexão entre o centro e os municípios metropolitanos de Maracanaú e Maranguape, pois acolhe três terminais de passageiros – Terminais de ônibus da Parangaba e Lagoa; Estação do metrô da linha sul, portanto tem influência sobre uma população de 1.238 habitantes que possui uma renda anual de R\$ 6,3 bilhões e um poder de consumo anual de R\$ 3,2 bilhões (LOPES, 2012). Messejana, com população de 41.689 habitantes, possui equipamentos de saúde importantes (Gonzaguinha, Hospital de Messejana e Hospital Distrital Edmilson Barros de Oliveira – Frotinha), logo exerce forte centralidade sobre bairros no sudeste da capital e municípios metropolitanos de Itaitinga, Eusébio e Aquiraz. Em virtude das intervenções do imobiliário (construção de *shopping centers* e condomínios horizontais e verticais), da chegada de equipamentos terciários (Supermercados Extra e Carrefour) perderam o aspecto de subúrbio e se transformaram em centros periféricos.

Na atualidade, Parangaba passa por uma reestruturação com a conversão de suas antigas fábricas em espaços consumíveis (condomínios residenciais) e para o consumo (centros comerciais e supermercados). Com a finalidade de mudar o perfil terciário do bairro, dois *shopping centers* com investimento estimado de R\$ 420 milhões foram construídos em 2013. O primeiro pertence ao Grupo Marquise, tem previsão de R\$ 444 milhões anuais em vendas, Área Bruta Locável (ABL) de 32 mil m² e com expansão futura programada para até 42 m². O segundo com 60 m² de ABL é de responsabilidade do Grupo North Empreendimentos Brasil (participação das empresas Ancar Ivanhoe, Diagonal e Rossi) e fará parte de um complexo que contará com condomínios residenciais



de apartamentos (1.314 unidades, medindo entre 48 e 62 m²), hospital e torres comerciais numa área de 180 mil m² (LOPES, 2012).

O Montese começou a se definir como centralidade a partir dos anos de 1970 e atualmente se configura como um importante polo comercial e de serviços. Na área comercial, localizada entre as suas duas principais Avenidas, Gomes de Matos (antiga 14 de Julho) e Alberto Magno, existem cerca de 10 agências bancárias, lojas de eletrodomésticos, magazines, autopeças, confecções, supermercados, correios, lotéricas e restaurantes. O eixo viário da Alberto Magno é conhecido como “Rua das Noivas” porque no perímetro de poucos quarteirões concentra-se uma grande quantidade de lojas de aluguel de trajes para casamento, além dos serviços agregados como confecção de convites, revelação de fotografias, contratação de filmagens e decoração de espaços de festa.

No sudeste da capital cearense, cerca de 20 km do centro, houve um crescimento da construção de *shopping centers*, supermercados, torres de escritório e condomínios residenciais nos últimos vinte anos, principalmente após a duplicação da avenida Washington Soares/CE 040. Essa área, denominada de Água Fria/Seis Bocas, trata-se de uma expansão da principal área burguesa da cidade, o bairro da Aldeota, e possui como principal característica o forte caráter segregacionista em virtude da quantidade de condomínios e loteamentos fechados.

Nas áreas próximas do centro, estão bairros mais antigos, com boa infraestrutura e centros comerciais e de serviços bem equipados. Entre esses se sobressaem: Benfica, Joaquim Távora, Bairro de Fátima, Praia de Iracema e Jacarecanga.

Após essa breve descrição das principais áreas de comércio e serviços na metrópole cearense, retomaremos a ideia de policentralidade a partir da diferença entre subcentros e novas áreas de centralidades. Na década de 1970 já existiam os subcentros de Messejana e Parangaba em Fortaleza, contudo esses muito mais complementavam as funções do centro do que competiam com ele. A realidade atual revela a perda do papel polarizador da área central em virtude da concorrência de novas áreas.

Com base em dados de uma pesquisa realizada pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico de Fortaleza, foi possível analisar a distribuição dos estabelecimentos formais na capital cearense e verificar o papel assumido por cada centralidade a partir da concentração dessas empresas (Tabela 1). Elas foram classificadas nos ramos de serviços, comércio, indústria de transformação, construção civil, administração públicas, agropecuária e extrativa mineral com um peso maior dos quatros primeiros setores de atividade econômica.

Tabela 1: Distribuição dos estabelecimentos formais em Fortaleza 2014.

Centralidades, Centro e Demais Bairros		Nº de estabelecimentos formais	Participação na quantidade de estabelecimentos (%)
Centralidades	Principais Bairros Integrantes		
Aldeota	Aldeota	3.291	8,69
	Cocó	1.596	4,21
	Dionísio Torres	916	2,42
	Meireles	4.211	11,12
	Mucuripe	190	0,50
	Papicu	771	2,04
	Varjota	174	0,46
Subtotal		11.149	29,43
Alagadiço São Gerardo (Avenida Bezerra de Menezes)	Alagadiço São Gerardo	826	2,18
	Monte Castelo	252	0,67
	Parquelândia	147	0,39
Subtotal		1.225	3,23
Antônio Bezerra	Antônio Bezerra	570	1,50
	Padre Andrade	55	0,15
Subtotal		625	1,65
Barra do Ceará	Álvaro Weyne	251	0,66
	Barra do Ceará	598	1,58
	Cristo Redentor	207	0,55
	Vila Velha	336	0,89
Subtotal		1.392	3,67
Messejana	Lagoa Redonda	204	0,53
	Messejana	1.135	3
Subtotal		1.339	3,53
Montese	Bela Vista	128	0,34
	Bom Futuro	163	0,43
	Damas	65	0,17
	Demócrito Rocha	100	0,26
	Jardim América	184	0,49
	Montese	511	1,35
	Rodolfo Teófilo	203	0,54
	São João do Tauape	499	1,32
	Vila União	369	0,97
Subtotal		2.222	5,87
Parangaba	Bom Sucesso	160	0,42
	Itaperi	40	0,11
	Jóquei Clube	95	0,25
	Maraponga	165	0,44
	Parangaba	878	2,32
	Vila Peri	150	0,40
Subtotal		1.488	3,93
Seis Bocas	Cambeba	166	0,44
	Cidade dos Funcionários	525	1,39
	Edson Queiroz	230	0,61
Subtotal		921	2,43
Vizinhos ao Centro	Bairro de Fátima	864	2,28
	Benfica	540	1,43
	Jacarecanga	656	1,73
	Joaquim Távora	1.399	3,69
	Praia de Iracema	267	0,70
Subtotal		3.726	9,84
Centro		7.800	20,59
Demais bairros		5.994	15,82
Total		37.881	100,00

Fonte: SMDE/PMF 2014



A centralidade da Aldeota, considerando os sete principais bairros integrantes, aglutina 11.149 estabelecimentos formais, ou seja, 29,46% das empresas da cidade. Portanto, rivaliza com o centro que responde por 7.800 empresas (20,59% do total). Em seguida, os bairros nas adjacências do centro somam 3.726 (9,84% do geral), com o destaque para o Joaquim Távora com 1.399 (3,69%). As demais centralidades possuem papel demiurgo com 2.222 (5,87%) no Montese, 1.488 (3,93%) em Parangaba, 1.392 (3,67%) na Barra do Ceará, 1.339 (3,53%) na Messejana, 1.225 (3,23%) no São Gerardo e 921 (2,43%) nas Seis Bocas. Há uma pulverização de 5.994 (15,82%) estabelecimentos nos demais bairros que não compõem nenhuma das centralidades. Embora os resultados da pesquisa tenham sido divulgados em 2014, os seus dados são de 2012, logo não leva em conta os *shopping centers* implantados em Parangaba no ano de 2013, o que deve ter aumento a sua participação no quantitativo.

A Aldeota corresponde por quase 30% das empresas enquanto os Vizinhos ao centro por 10%, portanto são as únicas capazes de rivalizar com o bairro do centro. As demais juntas somam 23% dos estabelecimentos, logo apresentam um grau menor de atração no interior da metrópole.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A internacionalização do capital, da produção e dos princípios jurídico-políticos tiveram desdobramento na forma das metrópoles brasileiras, pois essas espacialidades assumiram novos papéis. Se as técnicas flexíveis de produção possibilitaram uma desconcentração das estruturas produtivas, coube à metrópole a gestão do capital, a distribuição e comercialização dos produtos, os serviços para a produção (financeiro, jurídico, contábil, marketing e outros) e os de reprodução (saúde, educação e lazer).

Desse modo, a forma da metrópole se expandiu para os subúrbios e alterou seus conteúdos para acomodar essas novas atividades. Estruturas arquitetônicas modernas (edifícios corporativos, centros de convenções, hotéis e apart-hotéis) substituem os antigos espaços fabris como condição à acumulação capitalista. No entanto, a própria urbanização torna-se um negócio de incorporadoras internacionalizadas e áreas urbanas que concentram atividades financeiras, comerciais e de serviços são criadas enquanto antigas são esvaziadas. Uma concorrência se estabelece entre os diversos centros no interior da metrópole, ou seja, a policentralidade se faz presente no espaço metropolitano.

Fortaleza, capital cearense, reúne os conteúdos modernos da urbanização em seu tecido metropolitano. A modernização pode ser percebida nos vários artefatos arquitetônicos, na internacionalização da sua economia, na produção constante de receptáculos de rentabilidade e na

riqueza gerada pela economia política da cidade. Contudo, pode ser constatada também na expansão das periferias, na desigualdade social e nas formas recentes de segregação.

REFERÊNCIAS

CHESNAIS, F. **A mundialização do capital**. São Paulo: Xamã, 1996.

DAMIANI, A. L. Cidades médias e pequenas no processo de globalização. Apontamentos bibliográficos. In: LEMOS, A. I. G. (Org.). **América Latina: cidade, campo e turismo**. Buenos Aires: CLACSO; São Paulo: USP, 2006, p. 135-147.

FRÚGOLI JÚNIOR, H. **Centralidade em São Paulo: trajetórias, conflitos e negociações na metrópole**. São Paulo: Cortez - Editora da Universidade de São Paulo, 2000.

IBGE, Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico 2010: resultados da amostra, Ceará, Municípios**. Rio de Janeiro: IBGE, 2010.

IPEA, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Atlas do Desenvolvimento Humano nas Regiões Metropolitanas Brasileiras**. Brasília: IPEA- FJP- PNUD, 2014.

LEFEBVRE, H. **La production de l'espace**. 4ª edição. Paris: Éditions Anthropos, 2000.

_____. **O direito à cidade**. São Paulo: Centauro, 2001.

LOPES, F. C. R. **A centralidade da Parangaba como produto da fragmentação de Fortaleza (CE)**. 2006. 160f. Dissertação (Mestrado em Geografia), Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2006.

_____. **Fortaleza (CE) vai continuar andando para o leste: suburbanização, ideologia e cotidiano**. 2012. 317 f. Tese (Doutorado em Geografia Humana), Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

MATTOS, C. A. de. 2004. Redes, nodos e cidades: transformação da metrópole latino-americana. In: RIBEIRO, L. C. de Q. (Coord.). **Metrópole: entre a coesão e a fragmentação, a cooperação e o conflito**. São Paulo: Fundação Perseu; Rio de Janeiro: FASE, 2004, p. 157-196.

PMF, Prefeitura Municipal de Fortaleza. **Concentração setorial de empresas, por bairros, em Fortaleza**. Fortaleza: PMF/SMDE, 2014.

_____. **Plano de Desenvolvimento Integrado da Região Metropolitana de Fortaleza – PLANDIRF – 1969/1971**. Fortaleza: P M F, 1972.

_____. **Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano de Fortaleza (PDDU/FOR): síntese diagnóstico**. Fortaleza: PMF/ SEINF, 1991.

SOUZA, M. S. de. Análise da estrutura urbana. In: DANTAS, E. W. C. *et al.* (Org.). **De cidade à metrópole: (trans)formações urbanas em Fortaleza**. Fortaleza: Edições UFC, 2009, p. 13-86.

SPOSITO, M. E. B. O Centro e as formas de expressão da centralidade urbana. **Revista de Geografia**, São Paulo, 10, 1-18, 1991.



TOURINHO, A. de O. Centro e centralidade: uma questão recente. In: CARLOS, A. F. A.; OLIVEIRA, A. U. de. (Org.). **Geografias das metrópoles**. São Paulo: Contexto, 2006, p. 277-299.

Recebido em 22 de Maio de 2019
Aprovado em 21 de Setembro de 2019



A CIDADE COMO SÍNTESE CONTRADITÓRIA DAS MEMÓRIAS DE CLASSE¹

THE CITY AS A CONTRADICTIONARY SYNTHESIS OF CLASSES MEMORIES

LA CIUDAD COMO SÍNTESIS CONTRADICTORIA DE LAS MEMORIAS DE CLASE

DOI 10.33360/RGN.2318-2695.2019.i3.p.93-112

Miriam Cléa Coelho Almeida

Professora da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB)

E-mail: miriamclea@gmail.com

RESUMO:

O presente artigo baseia-se na rememoração do processo de trabalho na construção civil habitacional na cidade de Vitória da Conquista, para evidenciar a relação conflituosa das memórias dominantes com as memórias da classe trabalhadora, no processo de produção da cidade. Portanto, parte-se do princípio de que a produção da cidade expressa as contradições das memórias de classe. Desse modo, pauta-se nas contribuições de Marx (1985-2010), Harvey (1982-2006), Carlos (2001), Medeiros (2015), entre outros, que inserem o debate da memória e da produção do espaço no processo geral da acumulação capitalista. Nessa direção, a (re)produção da cidade de Vitória da Conquista se faz no embate entre a reprodução do capital e da força de trabalho.

Palavras-chave: Cidade; Memória; Trabalho; Capital; Estado.

ABSTRACT:

This paper is based on the memories of the process in housing construction in the city of Vitória da Conquista, to show the conflicting relationship of the employers with the memories of the workers in the construction of the city. Therefore, it is assumed that the city's production expresses the contradictions of class memories. Thus, it is based on the contributions of Marx (1985-2010), Harvey (1982-2006), Carlos (2001), Medeiros (2015), among others, who insert the debate of memory and the production of space in the general process of capitalist accumulation. In this direction, the (re)production of the city of Vitória da Conquista takes place in the clash between the reproduction of capital and the labor force.

Keywords: City; Memory; Job; Capital; State.

RESUMEN:

Este artículo se basa en el recuerdo del proceso de trabajo en la construcción de viviendas en la ciudad de Vitória da Conquista, para resaltar la relación conflictiva de los recuerdos dominantes con los recuerdos de la clase trabajadora en el proceso de producción de la ciudad. Por lo tanto, se supone que la producción de la ciudad expresa las contradicciones de los recuerdos de clase. En ese sentido, se basa en las contribuciones de Marx (1985-2010), Harvey (1982-2006), Carlos (2001), Medeiros (2015), entre otros, quienes insertan el debate de la memoria y la producción del espacio en el proceso general de acumulación capitalista. En esta dirección, la (re)producción de la ciudad de Vitória da Conquista tiene lugar en el choque entre la reproducción del capital y de la fuerza laboral.

Palabras clave: Ciudad; Memoria; Trabajo; Capital; Estado.

¹ Artigo resultante de pesquisa de Doutorado realizado no Programa Memória, Linguagem e Sociedade (PPMLS) da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), sob a orientação da Professora Dra. Ana Elizabeth Santos Alves.

1 INTRODUÇÃO

O presente artigo resulta de pesquisa de doutoramento que tratou, dentre outras questões, da rememoração do processo de trabalho na construção civil habitacional na cidade de Vitória da Conquista (BA) e as objetividades e subjetividades da memória e do trabalho em tempos de acumulação flexível, para evidenciar contradições e conflitos de processos territoriais. Simultaneamente, tais processos acompanham a produção da cidade erigida, dentre muitas outras memórias, pelas memórias do processo de trabalho na construção civil habitacional que, ora negam o passado, ora o positivam no presente. Essa cidade se (des)faz como *lócus* da reprodução do capital e da força de trabalho, cujos processos territoriais derivam e dão condições à acumulação capitalista que transforma o espaço em força produtiva.

O entendimento de que a cidade é síntese contraditória das memórias de classe pressupõe que a memória é uma construção social eivada de contradições e conflitos, constituída por homens e mulheres concretos inseridos numa sociedade de classes em uma totalidade histórica. Ao se ater à produção do espaço urbano, em grande medida, é a memória reificadora-ideologizada, fundada nos discursos do “progresso” e do “desenvolvimento” urbano, que transforma a cidade em mercadoria.

Entretanto, essa memória obnubila ou nega a existência das contradições dos processos territoriais urbanos que produzem uma cidade desigual e desumana, “fonte de privação da vida”, ao ter como prioridade a valorização do espaço para fins de acumulação (CARLOS, 2015). Desse modo, considerou-se fundamental dissecar essa cidade produzida pela divisão do trabalho e, em especial, da construção civil habitacional e suas memórias, para expor as contradições que a movimentam e definem suas formas e que, ao mesmo tempo, garantem sua permanência.

Nessa direção, buscou-se demonstrar – por meio da análise das narrativas resultantes das entrevistas com empresários e trabalhadores da construção civil e do mapeamento das informações coletadas por formulários de pesquisa com os trabalhadores – como a produção da cidade de Vitória da Conquista expressa as contradições das memórias do processo de trabalho na construção civil habitacional, por meio do antagonismo entre a cidade da reprodução do capital e a cidade da reprodução da força de trabalho. Adverte-se, no entanto, que essa distinção é puramente analítica, pois não provoca ruptura ou isolamento delas, ao contrário, uma não sobrevive sem a outra.

2 DAS MEMÓRIAS DAS CLASSES DOMINANTES À CIDADE DA REPRODUÇÃO DO CAPITAL

Na história da produção da cidade de Vitória da Conquista analisada por Ferraz (2001) e Santos (2014), notam-se as diferentes dinâmicas econômicas empreendidas pelo capital e pelo Estado para promover o “desenvolvimento” urbano. Em ambos, registra-se o peso substancial das atividades cafeeiras, industriais, imobiliárias e comerciais na determinação do ritmo e da forma de expansão. Ferraz (2001, p. 44-45) dá um destaque ao capital fundiário e imobiliário ao constatar que “[...] o espaço urbano [...] cresce com a demanda por lotes e a consequente abertura de loteamentos, realizada principalmente por proprietários-loteadores, proprietários-incorporadores e empresas incorporadoras” Sem desprezar esses, mas incorporando outros contextos e elementos, Santos (2014) observa as determinações da atuação do capital financeiro nos vetores econômicos da cafeicultura, da indústria e do mercado imobiliário no desenvolvimento econômico e no crescimento da cidade, sem deixar passar despercebido “O engajamento do Estado nesse processo de financeirização da economia, atrelado diretamente ao crescimento urbano e à expansão do complexo urbano-comercial [...]” (SANTOS, 2014, p. 90). Segundo o autor, nas décadas de 1970 e 1980, foram feitos diversos empréstimos em instituições financeiras.

Embora se reconheçam a importância e as articulações dessas atividades econômicas e desses capitais na produção da cidade, tendo em vista o objeto da investigação, priorizou-se a atuação dos capitais fundiário, imobiliário e financeiro na valorização, produção e reprodução das habitações na atual fase de reprodução capitalista em Vitória da Conquista.

Feito esse recorte, com o crescimento da construção civil habitacional em Vitória da Conquista, sobretudo a partir de 2000, ganha mais evidência o desempenho dos capitais fundiário, imobiliário e financeiro e do Estado e a relação com as transformações substanciais do processo de trabalho na construção civil habitacional com a ampliação do mercado de habitações e da acumulação de capitais. Todavia, nesse ponto da análise, toda a atenção foi dada às relações desses capitais e do Estado com os processos territoriais urbanos, na medida em que a *performance* coordenada do capital imobiliário com o financeiro viabilizou a construção de novos empreendimentos habitacionais que produziram mudanças expressivas na legislação e na ordenação do espaço urbano. Essas mudanças foram admitidas pela secretária municipal de Infraestrutura Urbana ao enfatizar que:



Vitória da Conquista, assim como a maioria das cidades brasileiras e talvez, mais notadamente as cidades de médio porte, sofreu [...] nesses últimos cinco anos, seis anos, **um crescimento não previsto em qualquer legislação.** [...] nós tínhamos uma característica de funcionamento e de atividades e de execução de algumas obras [...] e passamos a ter outra [...] **tanto diferenciando na natureza dessas atividades, na intensidade delas, no tamanho [...] e na busca por coisas novas.** Vamos dizer assim: eram empreendimentos que normalmente iam para grandes cidades e que, de repente, houve talvez uma inversão, pelo menos é o meu entendimento de se buscar mais o interior, cidades com uma perspectiva grande de crescimento, de produtividades. **Esses empreendimentos vieram para as cidades de médio porte, e isso mudou muito a configuração urbana da cidade**² (Grifo nosso).

A forte participação do capital financeiro potencializa a atuação dos proprietários fundiários, promotores imobiliários e construtoras incorporadoras, que aproveitam para captar recursos para executar grandes projetos habitacionais ou ampliar o estoque de terras e, com isso, conseguir maior apropriação da renda com a valorização das áreas sob o seu controle ou de seus imóveis, com o aumento dos preços dos terrenos, aluguéis ou outras formas de extração de rendimentos. Mas, como alerta Harvey (1982), essa atuação é permeada de tensões e conflitos para que a ação de um não prejudique os interesses do outro, pois, apesar de existir uma ação coordenada ou duplicidade de interesses na produção do espaço urbano, para fins analíticos, este autor recomenda distinguir as facções do capital em três modalidades:

[...] uma facção do capital que procura a apropriação da renda [...] (como os proprietários de terra, as empresas imobiliárias etc.), ou indiretamente, [...] (os intermediários financeiros ou outros que investem em propriedades simplesmente visando uma taxa de retorno); uma facção do capital procurando juros e lucro através da construção de novos elementos no meio construído (os interesses da construção) [...] e o capital “em geral” que encara o ambiente construído como um dreno para o capital excedente e como um pacote de valores de uso e com vistas ao estímulo da produção e acumulação de capital (HARVEY, 1982, p. 7).

Além dessas facções do capital, Harvey (1982) seleciona a força de trabalho, que se utiliza do ambiente construído como um meio de consumo e como um meio da própria reprodução, como mais um elemento de colisão e conflito no processo de produção da cidade.

Assim, às ações dos antigos proprietários fundiários, promotores de imóveis e empresas construtoras – como Jorge Teixeira Filho, José Menezes Rocha, Jacson Rangel Jr., Gildásio Cairo, Ecosane (FERRAZ, 2001), responsáveis por grande parte dos loteamentos e lotes abertos no período de 1977 a 1996 – soma-se a atuação de grandes empresas imobiliárias, construtoras incorporadoras que têm interesse, tanto fundiário, quanto imobiliário. Como exemplo, é possível

² Entrevista concedida pela Secretária Municipal de Infraestrutura Urbana em 23/12/2014.

mencionar as empresas Prates Bonfim Engenharia Ltda., Pel Construtora e Incorporadora Ltda., E2 Engenharia e Empreendimentos, Gráfico Empreendimentos Ltda., MRV Engenharia e Participações S/A, CRJ Engenharia, Ciclo Empreendimentos Turísticos e Imobiliários, entre outras. A MRV e a Gráfico, segundo levantamento de Cardoso e Aragão (2011), ocupavam, respectivamente, o 1º e o 7º lugares em produção de unidades habitacionais do Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV) no Brasil, considerando os contratos unitários.

A criação dessas empresas e o desempenho delas no mercado imobiliário não podem ser analisados sem que sejam levadas em conta as alterações na Política Nacional de Habitação (PNH) e no Sistema de Financiamento Imobiliário (SFI). Para Shimbo (2011), a relação entre a política estatal de habitação e a produção privada de moradia foi redesenhada

[...] com a entrada do capital financeiro nas grandes empresas construtoras e incorporadoras e com o aumento de recursos dos principais fundos públicos e semipúblicos – O Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) e o Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo (SBPE) –, do Sistema Financeiro da Habitação (SFH), a partir de meados de 2000 (p. 41).

Em decorrência dessas mudanças a habitação social se transformou em um mercado promissor e altamente rentável. Além disso, outras medidas lembradas por Shimbo (2011) favoreceram a multiplicação das empresas e a participação no mercado, com destaque para a Lei nº 10.931/2004, conhecida como Lei do Patrimônio de Afetação de Incorporações Imobiliárias, Letra de Crédito Imobiliário, Cédula de Crédito Imobiliário, Cédula de Crédito Bancário. Esta lei, dentre outras garantias, estabeleceu mecanismos de proteção aos financiamentos imobiliários realizados pelo capital financeiro.

Com essas condições favoráveis, assiste-se, no mercado local, à expansão da oferta de habitações e à ampliação da concorrência. Ao fazer avaliação do mercado conquistense, um empresário local destaca um lado bom e outro ruim desse aquecimento:

[...] tudo que se lançava estava vendendo, a carência de produtos tava [sic] grande, a demanda não estava assistida, então houve uma venda, um boom de venda de imóveis [...] o mercado de qualquer segmento começa a aquecer demais, entra o não profissional, você começa a ter a concorrência dos condomínios, do médico que vira construtor, do comerciante que vira construtor [...]³.

Em geral, a atuação dessas empresas cumpriu e ainda cumpre o claro objetivo de atender aos propósitos de ampliação da valorização (fundiária e imobiliária) do espaço, seja em áreas

³ Entrevista concedida em 13/11/2014 por um empresário da construção civil.



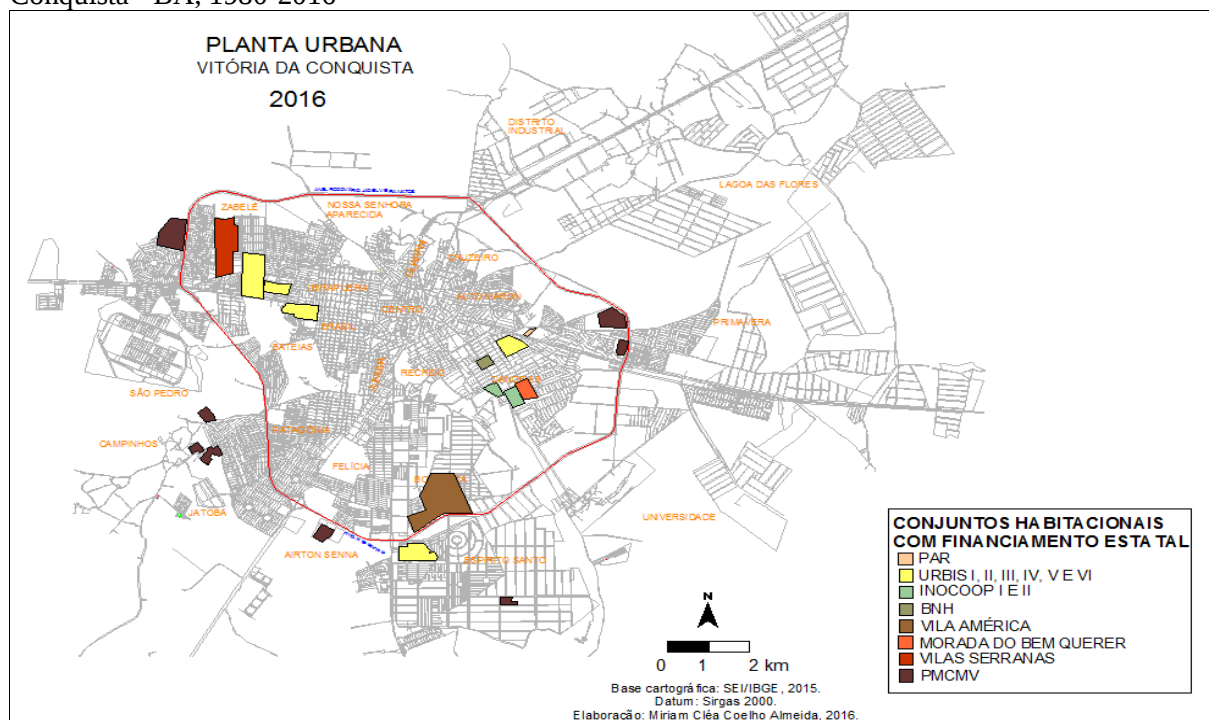
valorizadas, seja em áreas pouco valorizadas ou mesmo, distantes da malha urbana, mas que garantem a reprodução ampliada do capital. Desse modo, a mobilidade territorial do capital, já vista na escala intermunicipal e inter-regional, também se processa na escala urbana e, na verdade, são interdependentes e compõem um mesmo processo. Assim, a concentração clássica de capitais nos centros urbanos, no que se refere tanto à moradia, quanto às outras demandas comerciais e de serviços, vai aos poucos cedendo lugar para a dispersão de capitais em busca de valorização e reprodução em qualquer ponto da malha urbana. Com isso, vê-se a perda da primazia do centro urbano na concentração de capitais, o que faz emergir novas centralidades e vetores de expansão. Da mesma forma que em grandes escalas, ocorre a deslocalização das atividades econômicas, principalmente de comércio, serviços e moradia, para áreas urbanas antes consideradas como “periféricas”.

Nessas condições, como nos alerta Harvey (2016), há de se considerar que, embora seja percebida tendência de dispersão, a capacidade do capital, tanto de se concentrar, como de se dispersar pelo território, pode levar à inversão de tendência sempre que houver ameaça real de redução das possibilidades de autovalorização e reprodução.

Por essa lógica é que a definição dos locais dos empreendimentos habitacionais urbanos, estatais ou privados denuncia, claramente, a permanência do controle do espaço pelo capital e a manutenção da natureza contraditória da produção territorial, por meio do “ajuste espacial” (HARVEY, 2006). Essa tendência é esboçada no mapeamento dos principais empreendimentos oriundos do financiamento estatal ou da sua combinação com o capital privado, conforme mostram os Mapas 1 e 2.

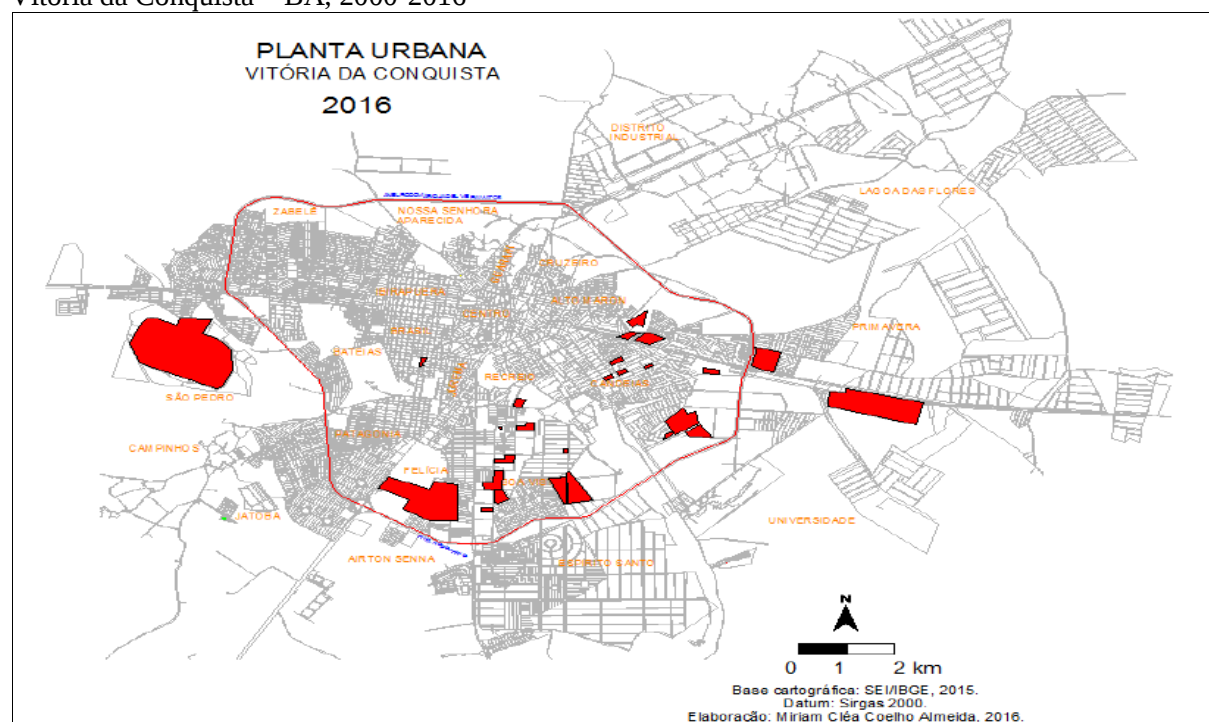
Em Vitória da Conquista, embora os conjuntos habitacionais produzidos e financiados pela política nacional de habitação, entre as décadas de 1980 e 1990 – a exemplo do BNH, INOCOOP, Morada do Bem Querer e URBIS I –, tenham sido construídos no bairro Candeias, para Almeida (2005), esses conjuntos, por terem um padrão urbanístico diferenciado dos demais, foram capturados pela classe média local como mecanismo de especulação imobiliária.

Mapa 1: Principais conjuntos habitacionais com financiamento estatal na cidade de Vitória da Conquista - BA, 1980-2016



Fonte: Elaborado por Miriam Cléa Coelho Almeida, com base no trabalho de campo, 2015 e bases cartográficas do IBGE, SEI e Laboratório de Cartografia UESB, 2016.

Mapa 2: Principais empreendimentos habitacionais para classes de maiores rendimentos na cidade de Vitória da Conquista - BA, 2000-2016



Fonte: Elaborado por Miriam Cléa Coelho Almeida, com base no trabalho de campo, 2015 e bases cartográficas do IBGE, SEI e Laboratório de Cartografia UESB, 2016



Nestes mapas, o capital se movimenta em todas as direções da malha urbana, toma a cidade inteira, não tem limites ou fronteiras. Entretanto, cada parcela cumpre uma finalidade específica para potencializar a sua reprodução. Assim, se o objetivo é produzir unidades habitacionais para a classe trabalhadora, são selecionadas áreas urbanas capazes de mantê-la sob controle sem que essa localização comprometa os seus planos de valorização do espaço, mas que, sobretudo, represente a possibilidade de abertura de novos pontos comerciais, a exemplo de pequenos mercados, farmácias, padarias. Desse modo, reafirma-se o entendimento de que o que está em questão não é o atendimento da necessidade efetiva pela moradia, mas a possibilidade de reprodução ampliada do capital.

Ademais, não se descarta a estratégia do capital financeiro e imobiliário para o período em forçar a abertura de novas ordenações espaciais com a intenção de valorizar a vertente de expansão em direção ao sul-sudeste da malha urbana, definida pelo Plano de Desenvolvimento Urbano (PDU) – 2006-2007, como área de expansão urbana preferencial, sendo uma das mais valorizadas da cidade. Conforme sites de corretoras que atuam no mercado imobiliário local, a média de preços de terrenos no bairro Candeias de 300m², em julho de 2016, varia entre R\$180.000,00 a 300.000,00 a depender da localização.

Já os conjuntos habitacionais com financiamento estatal para a população com renda entre 0 e 3 salários mínimos construídos pelo PMCMV estão, quase que em sua totalidade, localizados para além do anel rodoviário, cujos terrenos não contavam sequer com acesso à rede de energia e abastecimento de água. Hoje, essas localidades contam de forma precária com esses serviços básicos e, em muitos casos, inexistem outros – como pavimentação, transporte, segurança, saúde e educação –, por isso mesmo são terrenos que estão disponíveis por menores preços no mercado imobiliário. Mas, essas condições de localização, a péssima qualidade do material utilizado nas edificações, o baixo padrão urbanístico das habitações e a exploração da força de trabalho pelas empresas construtoras que executam esses projetos têm sido responsáveis pela ampliação da extração da *mais valia*. É por essas circunstâncias que a moradia se constitui em uma mercadoria altamente rentável.

Ao avaliar o PMCMV, Carlos (2015, p. 46) observa que, com esse programa, “[...] o Estado contempla uma necessidade do mercado imobiliário de assegurar a expansão do mundo da mercadoria, que agora pode atingir uma parcela da sociedade que vivia excluída desse mercado, apesar de incluída precariamente através da produção do espaço”. É com esse entendimento que Volochko (2015, p. 118) conclui:

A moradia vem sendo amplamente produzida como negócio urbano financeirizado, sobretudo através das grandes incorporadoras, que rasgam a política urbana e contribuem para o aprofundamento dos processos de valorização do espaço, espoliação e segregação, reproduzindo periferias e produzindo novas periferias. O desenvolvimento desse processo aponta como horizonte o afastamento dos mais pobres entre os empobrecidos para mais longe, agudizando e aprofundando a segregação socioespacial, a fragmentação e hierarquização nas periferias (2015, p. 118).

O mercado da construção civil habitacional tem se servido, assim, do farto conteúdo ideológico da crise habitacional e do “sonho da casa própria”, propagando a memória da negação do passado “atrasado” e da posituação do “moderno”, do presente, sob o manto do “desenvolvimento” urbano e o “direito à cidade”. Para Carlos (2015, p. 43), “[...] os conteúdos do trágico são as alienações vividas em todas as esferas de realização da vida, por exemplo, as políticas que, ao pretenderem superar a crise da reprodução social, combatendo a desigualdade, repõem-na, reiterando-a”.

Além disso, no plano do observável se anuncia outra estratégia capitalista quanto à localização dos empreendimentos e à produção em massa de unidades habitacionais: o mercado de moradia tem aberto possibilidades de negócios, sobretudo no entorno desses conjuntos habitacionais. Isso reforça a conclusão de que “[...] as ações do capital visando à acumulação não se apresentam como um desenvolvimento cego, apesar das crises, mas estratégicas, produzindo um espaço e tempo necessários à manutenção da acumulação ampliada do capital” (CARLOS, 2015, p. 46).

A mobilidade territorial do capital fundiário e imobiliário pela cidade tem fixado o conteúdo de classe nas formas urbanas dos condomínios fechados, na verticalização da moradia como estratégia de barateamento dos custos com a criação do solo, no novo formato das áreas consideradas periféricas, entre outras formações territoriais que evidenciam a apropriação desigual do espaço urbano entre as classes sociais.

Outro aspecto que se vê pela cidade é a consolidação de um perfil de moradia com a padronização dos projetos arquitetônicos habitacionais (verticais e horizontais), principalmente para as classes de menores rendimentos, e projetos mais elaborados e exclusivos para as classes de maiores rendimentos. Mas ambos resultam da engenhosidade das empresas em oferecer produtos ao mercado que atendam aos padrões diferenciados de consumo e renda. Nos panfletos dos empreendimentos, nota-se um apelo diferenciado de propaganda: para as classes de menores rendimentos, vende-se o “sonho da casa própria”; e para as classes de maiores rendimentos, vende-se a qualidade de vida. Essa tendência aparece em um trecho da entrevista de um empresário local que, ao responder sobre as estratégias de superação do momento de retração da construção civil na



cidade – em decorrência da redução dos repasses de recursos do governo federal e da redução do poder de compra nos últimos dois anos –, recomenda: “[...] você tem que ter nichos de mercado, você tem que ter produtos bem escolhidos, bem pensados, certo? A população sempre tá (sic) crescendo, sempre almeja um imóvel novo, então você tem que pensar em nichos de mercado, [...] mais elaborados para conseguir tá (sic) no mercado”⁴.

O “bem pensado” refere-se exatamente aos projetos habitacionais que preveem instalações internas de espaços de lazer, centros esportivos, área verde, parque aquático, segurança e espaços comerciais para consumo de bens e serviços, como lavanderias, farmácias, papelarias, lava jato, salão de beleza, restaurantes, bares e lojas de conveniência.

A localização de cada empreendimento pela malha urbana é estrategicamente definida de acordo com os interesses do mercado fundiário e imobiliário e com a renda familiar, e conta com o apoio do Estado para a liberação das barreiras impostas pela legislação trabalhista. As adequações do PDU da cidade nos últimos anos são uma clara demonstração do empenho da Prefeitura Municipal em atender às exigências dos grandes empreendimentos propostas pelas empresas recentemente instaladas no mercado conquistense e superar os obstáculos físicos e jurídicos dos projetos. Mesmo tendo sido aprovado entre os anos de 2005 e 2007, o PDU recebeu várias alterações para resolver o problema de “defasagem”, cujas razões são questionadas. Defasagem, por quê? E para quem?

Esse discurso da defasagem do PDU diante do “crescimento assustador” da cidade é encampado tanto pelos empresários, como pelo Estado na esfera municipal:

A lei de ordenamento do solo está completamente defasada, [...] e a cidade cresceu assustadoramente, mudou completamente as feições da cidade, então tá precisando atualizar, tem locais com manchas (refere-se aos locais sem função social, também chamados de terrenos de engorda e com alta valorização) [...] você vê manchas sem edificações devido a uma lei de ordenamento do solo atrasada, retrógrada que tá **atrapalhando o progresso**. Isso força o esgarçamento da cidade, cada vez que você não tem [...] liberações dessas obras dentro, no miolo da cidade, você começa esgarçar, você ir pra fora para conseguir terrenos mais baratos e que atenda ao Código de Obra Municipal⁵ (Grifo nosso).

O empresário justifica o “esgarçamento da cidade” em razão da falta de liberação de alvarás, pela Prefeitura, para obras nas “manchas” urbanas. Contudo, sabe-se que a cidade de Vitória da Conquista sempre apresentou grandes áreas urbanas sem função social como resultado da intensa especulação imobiliária praticada. Assim, essas “manchas” foram, ao longo do tempo, ampliando a

⁴ Entrevista concedida em 13/11/2014 por um empresário da construção civil.

⁵ Entrevista concedida em 13/11/2014 por um empresário da construção civil.

sua valorização e, hoje, compõem a reserva ou banco de terras à espera da melhor oferta. A verticalização da moradia, inclusive, ocorre, não por “falta de espaço” na cidade, mas com a clara intenção de atender ao interesse estético da elite local, financiada pelo capital agrícola e, mais tarde, também como estratégia de barateamento dos custos com a verticalização da moradia para atender à classe trabalhadora.

A secretária de obras do município também faz coro à necessidade de atualização do PDU em razão do “boom” no crescimento da cidade e das características dos projetos da construção civil apresentados pelas empresas que passaram a atuar na cidade:

Conquista, acho que é a terceira cidade do Nordeste que mais cresceu em termos de construção civil, foi para onde se dirigiu, vamos dizer assim, o maior número de cimento no Nordeste nesse período, e isso trouxe para a Prefeitura uma responsabilidade muito grande que muitas vezes [...], esse tipo de empreendimento não encontrava assento na legislação em vigor, legislação que a gente julga nova, mas velha para esse boom que aconteceu [...] A gente tem um Plano Diretor e uma Lei de Uso do solo de 2006 e 2007. Então [...] **a gente teve que correr aqui para fazer algumas legislações específicas para permitir alguns empreendimentos entrarem na cidade, se assentarem e produzir economicamente, estimular o crescimento da cidade, garantindo Vitória da Conquista como esse polo que ela é. Daí a gente não pode perder isso, essa noção de que Vitória da Conquista é um polo comercial, é um polo de saúde, é um polo educacional, então o crescimento tem que ser muito bem equilibrado, né?**⁶ (Grifo nosso)

Fica evidente a atuação do Estado como suporte na criação das condições legais para a livre reprodução do capital, com os ajustes na legislação para acolher os projetos habitacionais propostos pelas grandes empresas. Por essa razão, Carlos (2001) assim analisa:

[...] o Estado [...] age estrategicamente no espaço, objetivando a reprodução das relações sociais capazes de permitir a continuidade do processo de acumulação no momento atual. Assim ganha contornos a contradição entre as estratégias do Estado (visando a reprodução do capital e a produção de um espaço dominado) e os usos do espaço (objetivando a reprodução da vida) [...] (CARLOS, 2001, p. 17).

Almeida (2005), ao mapear a produção de unidades habitacionais na cidade de Vitória da Conquista feitas pelo Estado nas três esferas de governo, concluiu que “[...] as intervenções [...] contribuíram para a segregação sócio-espacial da população de baixa renda nos limites últimos da malha urbana [...]” (2005, p. 76).

Igualmente, os empreendimentos habitacionais das empresas com capital privado reforçaram a desigualdade na produção territorial, marcando ainda mais a diferencialidade e desigualdade

⁶ Entrevista concedida pela secretária municipal de Infraestrutura Urbana, em (23/12/2014).



territorial, com a construção de condomínios fechados de alto padrão em bairros que concentram os maiores rendimentos, ou mesmo em áreas afastadas da cidade, mas dotados de infraestrutura e saneamento básicos.

Essas constatações e o entendimento de que o território é o espaço transformado pelo trabalho, sendo este uma “síntese contraditória” da “totalidade concreta” e produto e condição da luta de classes engendrada pela sociedade na produção de sua existência, permitem entrever as relações entre as memórias do processo de trabalho na construção civil habitacional e os processos territoriais urbanos.

Assim, as formações territoriais da cidade de Vitória da Conquista tanto resultam, quanto criam as condições para a realização da acumulação do capital, pois, ao se tomar a acumulação como parâmetro, a cidade se constitui como

[...] localização e suporte das relações sociais de produção (e de propriedade), mas em seu fundamento é condição e meio da concretização do ciclo de rotação do capital, recriando, constantemente, os lugares propícios de realização dos momentos de produção, distribuição, circulação, troca e consumo de mercadorias – tanto materiais quanto imateriais – como possibilidade sempre ampliada de realização do capital (CARLOS, 2015, p. 45).

Em geral, no processo de produção do espaço urbano, vê-se como o Estado e o capital agem conjuntamente no plano, tanto do discurso, quanto da prática, para remover os obstáculos e superar as barreiras espaciais que ameaçam a acumulação capitalista. Assim, reafirma-se e se consolida uma memória amparada na necessidade forjada do crescimento do mercado da construção civil para alavancar o “desenvolvimento” urbano da geração de emprego e renda e do direito à cidade. Nesses termos, a produção da moradia é mais uma estratégia para a produção desigual e combinada da cidade, constituída por territórios distintos e antagônicos que tornam visíveis as contradições e os conflitos de classe.

3 DAS MEMÓRIAS DA CLASSE TRABALHADORA À CIDADE DA REPRODUÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO

A rememoração do processo de trabalho na construção civil habitacional feita pelos trabalhadores entrevistados deixa entrever uma contradição: a cidade produzida pelo trabalho humano e, mais diretamente, pelos trabalhadores da construção civil se volta contra eles próprios, corroborando a tese marxiana de que o produto, resultado da objetivação do trabalho humano, deixa de ser para o trabalhador seu próprio ser objetivado para ser apenas um objeto estranho que o

enfrenta e o escraviza. Nessas condições, o produto (a cidade) se constitui em um ser estranho (estranhamento da coisa) que se volta contra o produtor e passa a dominá-lo (MARX, 2010).

A fala de um pedreiro serve como um prenúncio do apagamento do trabalho passado e do afastamento do trabalhador de seu produto:

O trabalho de pedreiro é assim: [...] tem gente, muita gente... Alguém tem o reconhecimento, mas muita gente não dá valor ao trabalhador que trabalha como pedreiro, né? A gente constrói e deixa tudo bonito e depois não tem esse valor que a gente merece. A gente fica inválido da cidade, a gente fica de fora, a gente corre atrás, a gente faz tudo de bonito na cidade e a gente é rejeitado pela cidade mesmo e pelo povo da cidade. Então, a gente não tem esse espaço que a gente merece⁷.

A necessidade de acessar o passado diante da presença imponente do produto de trabalho objetivado na forma de cidade confirma a “abstração” do trabalhador do processo de trabalho, pois não se reconhece no produto o trabalho passado.

Assim, os trabalhadores da construção civil habitacional são lembrados ou se reaproximam do produto apenas quando a casa apresenta defeitos. Como visto, reduzidos à condição de mercadoria força de trabalho e, cujo valor pago por ela não garante condições dignas de existência, o capital possui absoluto controle dessa mercadoria, tanto em seu lugar de trabalho, quanto no espaço de viver. As condições do espaço de moradia dos trabalhadores entrevistados confirmam a constatação de Marx (2010, p. 81) de que “[...] quanto mais o trabalhador se desgasta trabalhando (*ausarbeitet*), tanto mais poderoso se torna o mundo objetivo, alheio (*fremd*) que ele cria diante de si, tanto mais pobre se torna ele mesmo, seu mundo interior, [e] tanto menos [o trabalhador] pertence a si próprio”

Ao aproximar essa discussão da subordinação do trabalho ao capital no processo de produção do espaço urbano, Harvey (1982, p. 19) sentencia que, “[...] nas relações sociais capitalistas, o ambiente construído torna-se um artefato do trabalho humano que subsequentemente retorna para dominar a vida diária. O capital procura mobilizá-lo como força coercitiva para ajudar na manutenção da acumulação”.

Nessa direção, Carlos (2001, p. 33), ao tratar do espaço e tempo nas metrópoles, também chama a atenção ao fato de que “[...] a cidade aparece como exterioridade; ela está fora do indivíduo, apontando para uma condição de alienação”. Assim, segundo a autora, as contradições entre o “tempo da vida” e o “tempo das transformações na morfologia urbana” produzem um “estranhamento”, uma vez que as mudanças no uso e na organização do tempo, em função das determinações do capital, alteram as formas urbanas a tal ponto de os habitantes perderem os

⁷ Entrevista concedida em 20/02/2015.



referenciais, “[...] produzindo a sensação do desconhecido, do não identificado; aqui as marcas da vida de relações e dos referenciais da vida se esfumaçam, ou se perdem para sempre” (CARLOS, 2001, p. 32-33).

Por essa imperatividade do capital sobre o trabalho, Harvey (1982, p. 20) demonstra como o espaço de viver é também dominado pelo capital “[...]através da definição da qualidade e dos padrões de vida da força de trabalho, em parte pela criação de ambientes construídos que se adaptem às exigências da acumulação e da produção de mercadorias”.

Nesse sentido, estando os trabalhadores em condições econômicas insuficientes, sobretudo quando se considera a relação entre o salário e o custo de vida, o local de moradia é definido pelas condições materiais de existência. Mora-se onde é possível pagar pelo preço da terra urbana ou pelo aluguel ou nas ocupações e assentamentos urbanos.

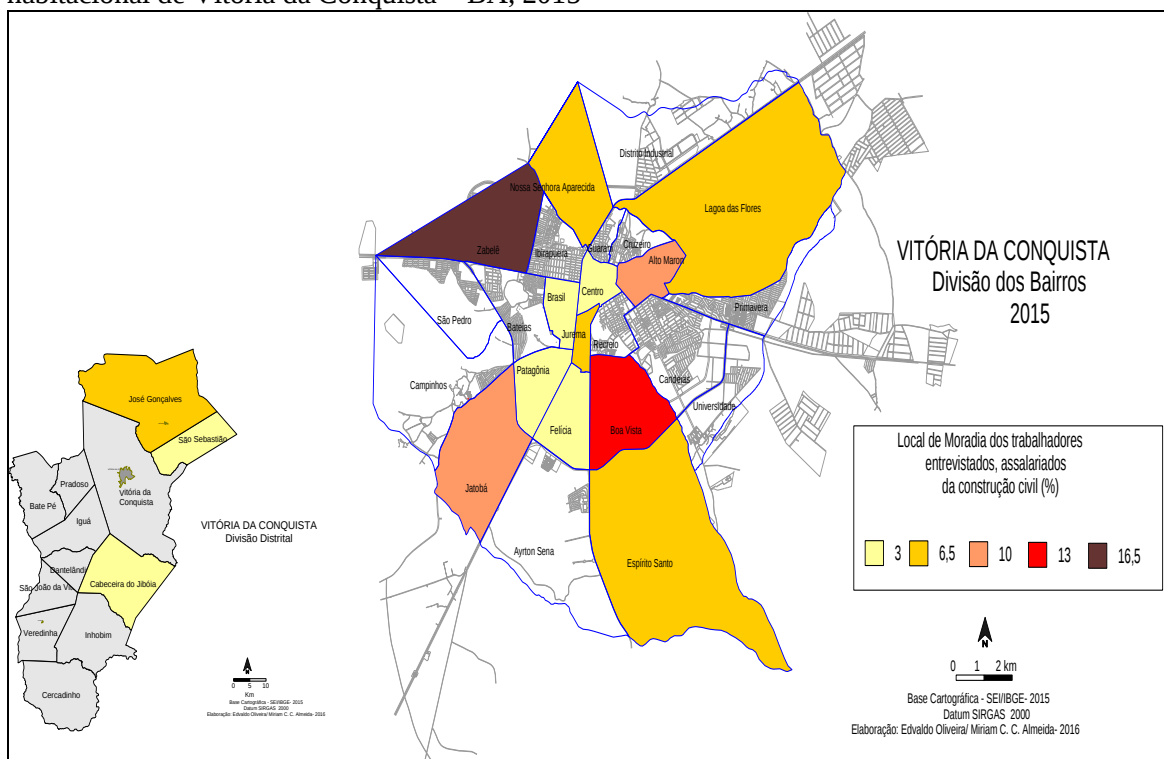
A questão da moradia é, entre outras possibilidades de visualização das contradições dos processos de produção e apropriação do espaço urbano, aquela em que esses processos ganham mais notoriedade. Harvey (1982, p. 9) esclarece que isso ocorre porque a necessidade de morar “[...] coloca o trabalho numa posição antagônica à da propriedade fundiária e à da apropriação da renda, assim como à dos interesses da construção que procuram lucrar com a produção dessas mercadorias”.

Assim, a localização da moradia dos trabalhadores no espaço urbano é determinada pelas condições materiais, e - ao se considerar o alto custo dessa mercadoria - aqueles que não dispõem de condições de pagar o preço não têm liberdade de escolha, por isso a busca, não pelo lugar desejado, mas pelo lugar possível. Restam, então, aos trabalhadores, as áreas urbanas com menor valorização fundiária e imobiliária, que, quase sempre, são aquelas localizadas nos limites últimos da malha urbana e com maior precarização da infraestrutura e dos serviços urbanos coletivos. Para esses trabalhadores, a forma mais comum de acesso à moradia é a autoconstrução, que, como alertado, esconde um processo altamente alienante (OLIVEIRA, 1982), na medida em que, embora não produza uma mercadoria, o produto é posto a serviço do capital para reduzir os custos com a reprodução da força de trabalho.

Ao se ater à empiria, o levantamento de dados e informações sobre o local de residência dos 79,5% trabalhadores assalariados e autônomos entrevistados, que declararam residir no município de Vitória da Conquista, mostra que os locais de reprodução da força de trabalho se situam em bairros que estão nos limites últimos da malha urbana ou em áreas distritais cujas condições infraestruturais são precárias ou inexistentes. Os Mapas 3, 4 e 5 oferecem uma visão geral desses locais, tanto na malha urbana, como nas áreas distritais do município, e expõem as contradições da

relação capital *versus* trabalho que o local de trabalho e o local de viver desses trabalhadores deixam entrever.

Mapa 3: Local de moradia dos trabalhadores entrevistados assalariados da construção civil habitacional de Vitória da Conquista – BA, 2015

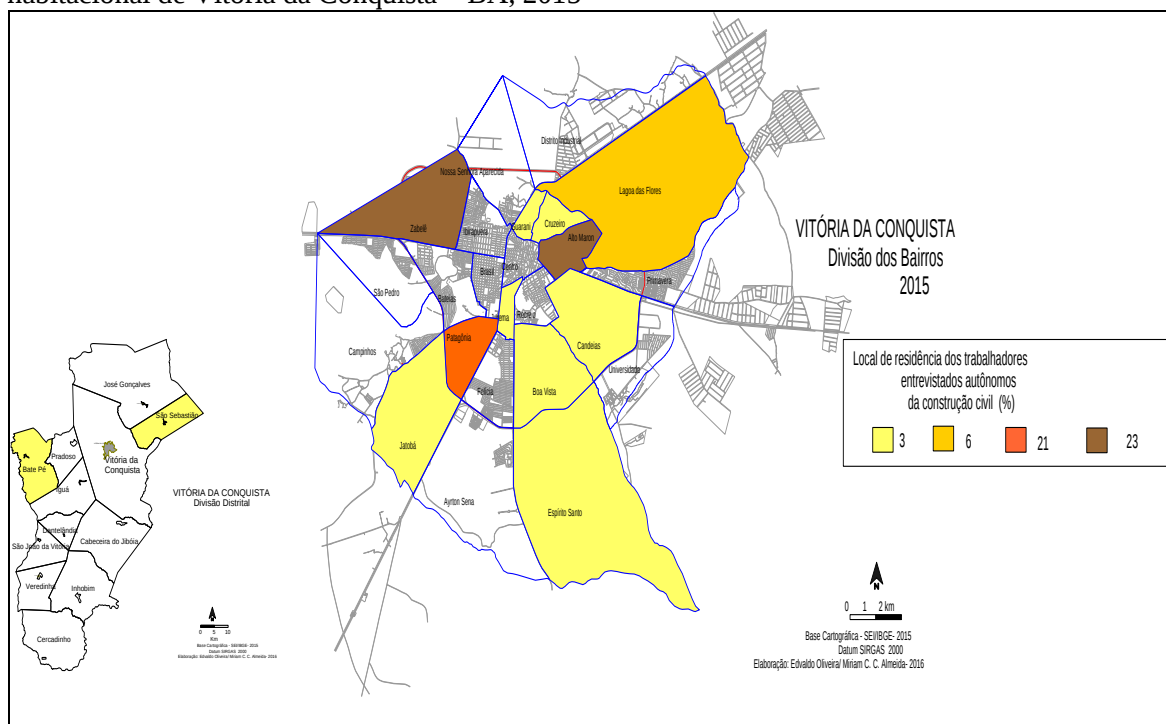


Fonte: Elaborado por Edvaldo Oliveira e Miriam Cléa Coelho Almeida, com base no trabalho de campo, 2015 e bases cartográficas do IBGE, SEI e Laboratório de Cartografia UESB, 2015.

Os trabalhadores assalariados residem em diferentes bairros da cidade, mas é possível ver maior concentração de trabalhadores nos bairros Zabelê, Alto Maron, Jatobá e Boa Vista. Os trabalhadores autônomos acentuam a tendência anterior, apresentando concentração de moradia nos bairros Zabelê, Alto Maron e Patagônia, além de haver registros importantes da moradia em bairros ainda mais distantes, como Jatobá, Lagoa das Flores e Espírito Santo.

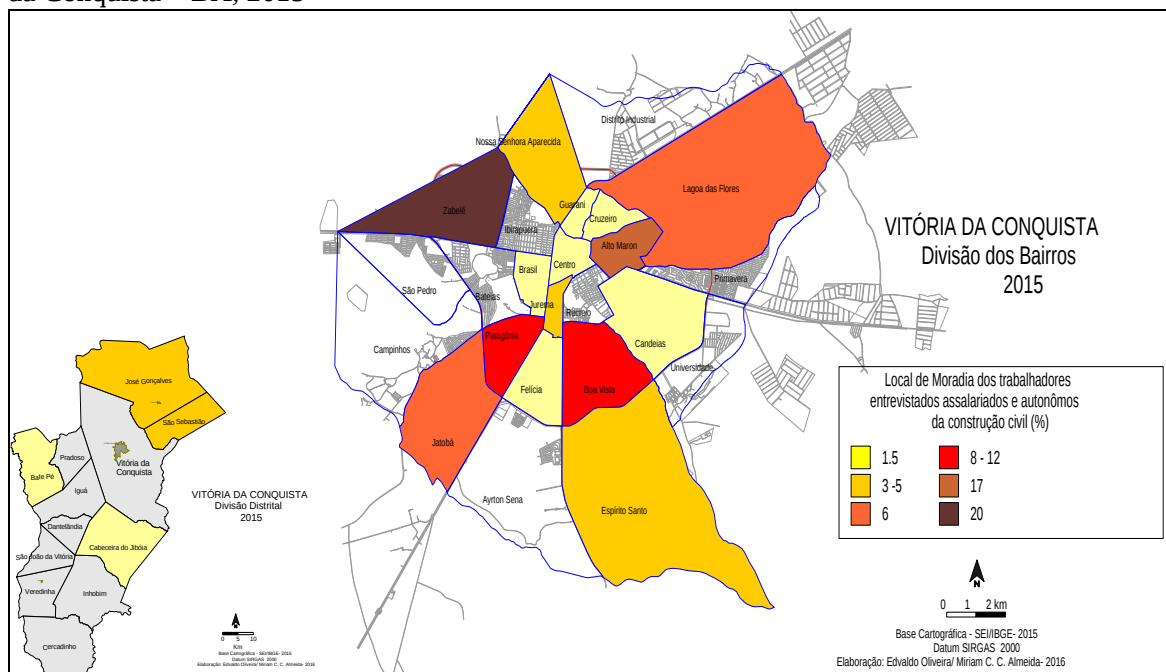


Mapa 4: Local de moradia dos trabalhadores entrevistados autônomos da construção civil habitacional de Vitória da Conquista – BA, 2015



Fonte: Elaborado por Edvaldo Oliveira e Miriam Cléa Coelho Almeida, com base no trabalho de campo, 2015 e bases cartográficas do IBGE, SEI e Laboratório de Cartografia UESB, 2015

Mapa 5: Local de moradia dos trabalhadores entrevistados da construção civil habitacional de Vitória da Conquista – BA, 2015



Fonte: Elaborado por Edvaldo Oliveira e Miriam Cléa Coelho Almeida, com base no trabalho de campo, 2015 e bases cartográficas do IBGE, SEI e Laboratório de Cartografia UESB, 2015.

Apesar de esse detalhamento apresentar em separado os locais de moradia dos trabalhadores assalariados e autônomos, vê-se que, independentemente da situação de trabalho, o agrupamento dos dados no Mapa 5 reitera a tendência histórica de que as condições de exploração e precarização do trabalho recaem sobre o espaço de moradia dos trabalhadores. Por essa razão, a localização das moradias pode expressar processos contraditórios de uso e apropriação do espaço urbano, na medida em que a acumulação capitalista promove a valorização diferencial do solo urbano, tornando-o uma mercadoria cara de difícil aquisição, sobretudo por parte dos trabalhadores com baixos rendimentos.

Ao se comparar essa realidade com a distribuição dos rendimentos da população em toda a malha urbana, com base nos setores censitários do IBGE 2010, constata-se que os locais de moradia dos trabalhadores entrevistados coincidem exatamente com as áreas censitárias em que se observam os menores rendimentos de 0,5 até 2 salários mínimos, como nos bairros Zabelê, Jatobá, Espírito Santo, Lagoa das Flores, Patagônia, Boa vista, Alto Maron e Nossa Senhora Aparecida.

Nas áreas distritais, a distribuição da renda pelo território atesta que os menores rendimentos também se concentram em locais onde residem os trabalhadores entrevistados, como nos distritos de Bate Pé, Cabeceira da Jiboia, São Sebastião e José Gonçalves, que, respectivamente, apresentam um percentual da população sem rendimentos de 43,29%, 41,97%, 39,66% e 39,56% – e um pouco mais da metade da população nesses distritos tem renda de até 1 salário mínimo. Esse mapeamento da distribuição da renda reafirma as precárias condições materiais de existência desses trabalhadores analisadas até aqui, ao tempo em que justifica, por um lado, a necessidade de saírem do espaço de moradia em busca de sobrevivência, marcada pela mobilidade territorial do trabalho e, por outro lado, a necessidade de manutenção da moradia nesses locais por não terem condições de assumir os custos com a habitação na cidade onde o trabalho é oferecido.

Assim, a maioria dos trabalhadores da construção civil, dadas as condições materiais de existência, encontra-se “livre”, no sentido negativo, para vender a sua força de trabalho, em quaisquer condições e em qualquer lugar. Encontrar-se na condição de móvel “[...] quer dizer apta para as deslocamentos e modificações do seu emprego, no limite, tão indiferente ao conteúdo do seu emprego como o capital o é de onde investe, desde que o lucro extraído seja satisfatório” (GAUDEMAR, 1977, p. 19-191).

Como visto no mapeamento dos locais de moradia, os trabalhadores residem distantes do local de trabalho e utilizam diferentes formas de deslocamento: a pé, de coletivo urbano, vãs, bicicletas, motos etc. O tipo de transporte é definido pelo custo, pela distância do local de trabalho,



pela disponibilidade do transporte coletivo ou, ainda, pelo tempo disponível para o deslocamento até o trabalho. Entretanto, nota-se uso expressivo de bicicletas, principalmente nos horários de início e término do trabalho, pelas principais avenidas e ciclovias da cidade – a exemplo da Av. Luiz Eduardo Magalhães, Av. Olívia Flores, Av. Franklin Ferraz, Av. Juracy Magalhães, Av. Brumado e Av. Integração – ou, ainda, em vias normais, disputando o espaço com os automóveis. Para muitos trabalhadores, o deslocamento a pé ou de bicicleta são as únicas alternativas viáveis por não impactarem no orçamento familiar.

Para Harvey (1982, p. 8), essa separação do espaço de trabalhar do espaço de viver, imposta pelo sistema capitalista, produz dupla luta para os trabalhadores: “A primeira [...] refere-se às condições de trabalho e à taxa de salário que oferece o poder aquisitivo para bens de consumo. A segunda luta [...] é contra formas secundárias de exploração e apropriação, representadas pelo capital mercantil, propriedade fundiária etc.”. No espaço de moradia, os trabalhadores entrevistados lutam constantemente por melhorias, em virtude da superposição de carências com a infraestrutura e os serviços urbanos coletivos.

Nessa direção, a luta dos trabalhadores para se livrarem da exploração dos proprietários de terras e a contínua batalha para manter baixos os custos de vida explicam as decisões quanto aos locais de moradia e à qualidade do ambiente construído. Para Harvey (1982), essas lutas, em essência, são contra o poder monopolístico da propriedade privada. Nesses termos, “[...] a urbanização sempre foi [...] algum tipo de fenômeno de classe, uma vez que os excedentes são extraídos de algum lugar ou de alguém, enquanto o controle sobre o uso desse lucro acumulado costuma permanecer nas mãos de poucos [...]” (HARVEY, 2014, p. 30).

Esse processo faz retomar as determinações políticas e ideológicas da memória e a condição, tanto de libertação, quanto de reificação, porquanto, segundo Medeiros (2015, p. 91)

Tendo servido à sobrevivência do homem, a memória serve à persistência da exploração de classe, mas continua necessária à liberdade, no âmbito da contradição em que está enredada, tal como os homens para sobreviver, desgastam a sua vida mais rapidamente no trabalho sempre penoso (MEDEIROS, 2015, p. 91).

Assim, vê-se o poder da memória na determinação da produção da cidade, seja para garantir a reprodução capitalista, seja para dar curso à reprodução da força de trabalho. A cidade como trabalho objetivado é, então, o seu passado negado pelo estranhamento no presente, e a memória da classe trabalhadora, subordinada à lógica capitalista, seria então reconhecida como memória alienada.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As ponderações arroladas ao longo do texto balizam a ideia de que a produção da cidade pode ser compreendida como um processo que abriga contradições e conflitos de classe em que, por um lado, está a cidade da reprodução do capital e, por outro, está a cidade da reprodução da força de trabalho. Esta última sendo negada e apagada pela acumulação capitalista, mas que, contraditoriamente, dela é dependente.

As memórias da classe dominante e da classe trabalhadora levantadas para a análise da produção da cidade de Vitória da Conquista mostram que o trabalhador que atua na construção civil habitacional, ao mesmo tempo em que sobrevive diretamente com a produção do espaço urbano pelo capital, é por ele duramente explorado, sendo uma fonte extraordinária de extração da *mais valia* absoluta.

Nesta perspectiva, essa cidade se (des)faz como *lócus* da reprodução do capital e da força de trabalho, cujos processos territoriais derivam e dão condições à acumulação capitalista que transforma o espaço em força produtiva. Desse modo, é sob o antagonismo das memórias dominantes e da classe trabalhadora que a cidade se produz como síntese contraditória das memórias de classe.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, M. C. C. **Produção sócio-espacial e habitação popular nas áreas de assentamentos e ocupações na cidade de Vitória da Conquista – BA**. Salvador: UFBA, 2005. 202p. (Dissertação de Mestrado em Geografia).

BRASIL. **Lei nº 10.931/2004**. Lei do Patrimônio de Afetação de Incorporações Imobiliárias, Letra de Crédito Imobiliário, Cédula de Crédito Imobiliário, Cédula de Crédito Bancário. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2004/Lei/L10.931.htm. Acesso em: 13 de agosto de 2016.

CARDOSO, A. L.; ARAGÃO, T. A. A reestruturação do setor imobiliário e o Programa Minha Casa Minha Vida. In: MENDONÇA, J. G. de; COSTA, H. S. de M. **Estado e capital imobiliário: convergências atuais na produção do espaço urbano brasileiro**. Belo Horizonte: C/Arte, 2011.

CARLOS, A. F. A. **Espaço e tempo na metrópole. A fragmentação da vida cotidiana**. São Paulo: Contexto, 2001.

_____. A tragédia urbana. In: CARLOS; A. F. A.; VOLOCHKO, D.; ALVAREZ, I. P. (Orgs.). **A cidade como negócio**. São Paulo: Contexto, 2015, p. 43-63.

FERRAZ, A. E. de Q. **O urbano em Construção. Vitória da Conquista: um retrato de duas décadas**. Vitória da Conquista: Edições UESB, 2001.



GAUDEMAR, J. P. de. **Mobilidade do trabalho e acumulação do capital**. Lisboa: Estampa, 1977.

HARVEY, D. O trabalho, o capital e o conflito de classes em torno do ambiente construído nas sociedades capitalistas avançadas. In: **Revista Espaço e Debates**. São Paulo: Cortez, n. 6, jun./set., 1982. Tradução: Flávio Villaça.

_____. **A produção capitalista do espaço**. Tradução Carlos Szlak. 2ª ed. São Paulo: Annablume, 2006.

_____. **Cidades Rebeldes: do direito à cidade à revolução urbana**. Tradução Jeferson Camargo. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

_____. **17 contradições e o fim do capitalismo**. Tradução Rogério Bettoni. São Paulo: Boitempo, 2016.

MARX, K. **O capital: crítica da economia política**. V. I, 2ª edição, São Paulo: Nova Cultural, 1985, (V. I). (Coleção os Economistas).

_____. **Manuscritos econômicos e filosóficos**. Tradução Jesus Ranieri. São Paulo: Boitempo, 2010.

MEDEIROS, R. **Memória compartilhada e história: entre alienação e ideologia**. Vitória da Conquista – BA: UESB/PPMLS, 2015. 145p (Tese de Doutorado em Memória Linguagem e Sociedade).

OLIVEIRA, F. Prefácio. In: MARICATO, E. (org.). **A produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil industrial**. 2ª ed. São Paulo: Alfa-Ômega, 1982.

SANTOS, A. de J. **Memória, ideologia e lutas de classes em Vitória da Conquista: a segregação socioespacial como manifestação das contradições sociais**. Vitória da Conquista, Bahia: UESB/PPMLS, 2014. 207p. (Dissertação de Mestrado em Memória Linguagem e Sociedade).

SHIMBO, L. Z. Empresas construtoras, capital financeiro e a constituição da habitação social de mercado. In: MENDONÇA, J. G. de; COSTA, H. S. de M. **Estado e capital imobiliário: convergências atuais na produção do espaço urbano brasileiro**. Belo Horizonte: C/Arte, 2011.

VOLOCHKO, D. A moradia como negócio e a valorização do espaço urbano metropolitano. In: CARLOS, A. F. A.; VOLOCHKO, D.; ALVAREZ, I. P. (Org.). **A cidade como negócio**. São Paulo: Contexto, 2015, p. 97-120.

Recebido em 27 de Agosto de 2019
Aprovado em 27 de Outubro de 2019



NOVAS TERRITORIALIDADES EM VITÓRIA DA CONQUISTA-BA: PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA NO BAIRRO CAMPINHOS

NEW TERRITORIALITIES IN VITÓRIA DA CONQUISTA-BA: MY HOUSE MY LIFE PROGRAM IN THE NEIGHBORHOOD CAMPINHOS

NUEVAS TERRITORIALIDADES EN VITÓRIA DA CONQUISTA-BA: PROGRAMA MI CASA MI VIDA EN EL BARRIO CAMPINHOS

DOI 10.33360/RGN.2318-2695.2019.i3.p.113-128

Flávia Amaral Rocha

Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (PPGeo/UESB)

E-mail: nic.flavia@hotmail.com

RESUMO:

Esse artigo apresenta uma análise pautada nas novas configurações do espaço urbano de Vitória da Conquista - BA, em decorrência da implantação da política pública do Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV). Objetiva-se identificar como se efetiva a produção do espaço urbano e apropriação territorial resultantes da implantação dos conjuntos habitacionais da faixa 1 do Programa, implantados entre 2009 e 2015. Para tal utilizou-se o recorte espacial dos bairros Campinhos e Jatobá, visto que se apresentam peculiaridades em sua formação com uma intensa dinâmica nas relações rural-urbano, além de receber um elevado número de conjuntos do Programa, promovendo aumento populacional nestes bairros e uma integração territorial com a ocupação de áreas sem função social. A discussão e os resultados, arrolados neste artigo, convergem em uma reflexão acerca da produção espacial, frente à presença de políticas públicas habitacionais no cenário urbano, que servem como locomotivas para uma nova reprodução espacial.

Palavras-chave: Cidade; Habitação; Minha Casa Minha Vida

ABSTRACT:

This production analysis based on the new configurations of the urban space of Vitória da Conquista - BA as a result of the implementation of the public policy of the My House My Life Program (PMCMV). The objective is to identify how the production of the urban space and territorial appropriation resulting from the implementation of the housing complexes of the Program Range, implemented between 2009 and 20015, is effective. For this purpose, the space segmentation of the Campinhos and Jatobá neighborhoods was used, since it presents peculiarities in its formation with an intense dynamics in rural-urban relations, in addition to receiving a high number of joint programs, promoting a population increase in these and a greater territorial interaction with the occupation of urban voids. In order to promote a reflection about the spatial production, in front of the presence of public housing policies in the urban scenario, which serve as locomotives for a new spatial reproduction.

Keywords: City; Housing; My House My Life Program.

RESUMEN:

Este artículo presenta un análisis pautado en las nuevas configuraciones del espacio urbano de Vitória da Conquista - BA en consecuencia de la implantación de la política pública del Programa Mi Casa Mi Vida (PMCMV). Se pretende identificar cómo se efectúa la producción del espacio urbano y apropiación territorial resultantes de la implantación de los conjuntos habitacionales de la faja 1 del Programa, implantados entre 2009 y 20015. Para ello se utilizó el recorte espacial de los barrios Campinhos y Jatobá, ya que se presentan peculiaridades en su formación con una intensa dinámica en las relaciones rural-urbana, además de recibir un elevado número de conjunto del Programa, promoviendo aumento poblacional en éstos y una mayor interacción territorial con la ocupación de áreas sin función social. La discusión de los resultados converge para una reflexión sobre la producción espacial, frente a la presencia de políticas

públicas habitacionais en el escenario urbano, que sirven como locomotoras para una nueva reproducción espacial.

Palabras clave: Ciudad; Vivienda; Mi Casa Mi Vida.

1 INTRODUÇÃO

O espaço de Vitória de Conquista tem passado por mudanças significativas nos últimos anos, dentre as quais podemos destacar o crescimento na construção civil impulsionado pelo Programa Habitacional Minha Casa Minha Vida (PMCMV)¹. Lançado no ano de 2009, o PMCMV visa facilitar o acesso a moradia para famílias com baixa renda e facilitar o financiamento em outras modalidades. Desde sua implantação até os dias atuais, alterações importantes ocorreram na cidade, uma vez que as ações do Programa envolvem uma série de dinâmicas em sua execução.

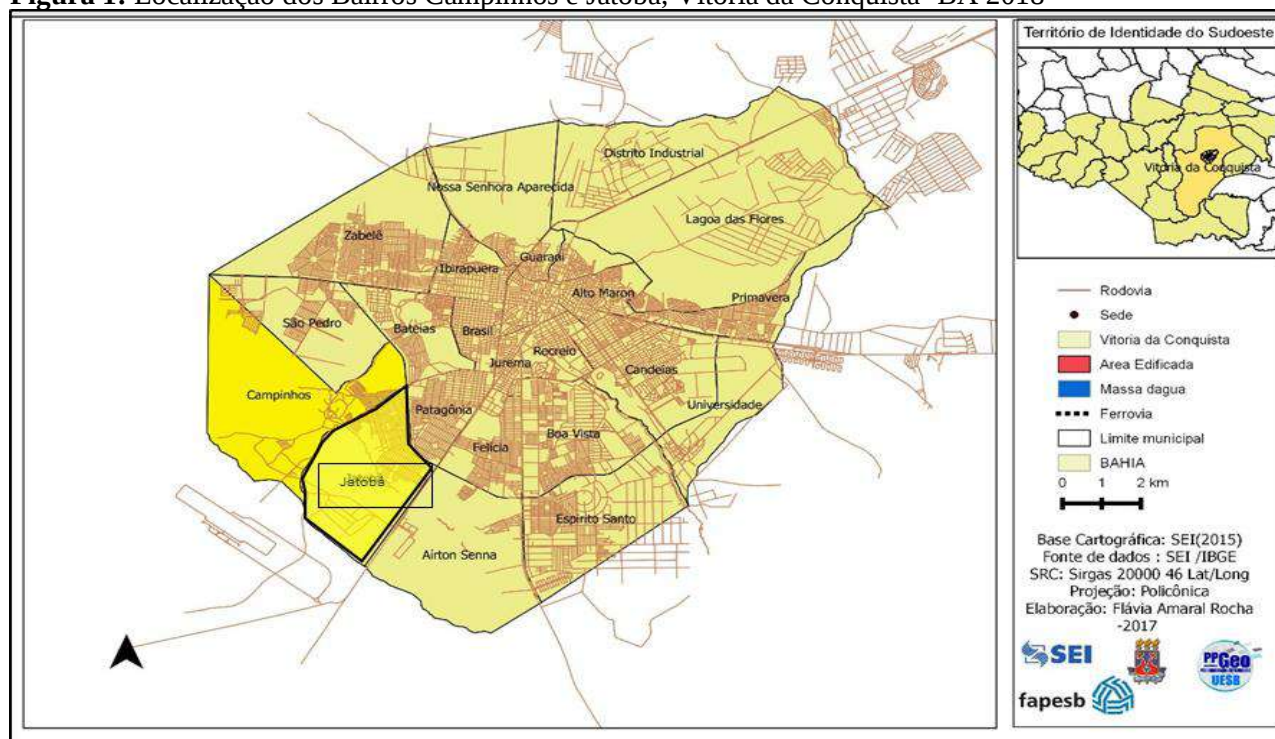
Compreende-se que esse espaço é resultante de uma combinação de fatores socioeconômicos e políticos, relacionados através de sujeitos concretos, com articulação direta e indireta entre si e com o sistema capitalista. Notoriamente essa produção do urbano vincula-se, também, aos agentes imobiliários que têm expandido a atuação na produção e venda de moradias, amparados por ações do poder público. Mais recentemente, percebe-se a grande demanda na construção civil na cidade, influenciada pelas políticas públicas habitacionais do Estado, com financiamento de condomínios e conjuntos habitacionais do PMCMV se espalhando pelas áreas mais longínquas dos limites intraurbanos. O bairro Campinhos destaca-se por ter recebido uma grande quantidade de residenciais do programa, que alterou sua estrutura e dinâmica socioeconômica. Dois conjuntos foram alocados nos limites do Campinhos com o bairro Jatobá, e faz-se necessário a abordagem deste bairro para compreensão dos desdobramentos do PMCMV em questão.

Para estruturação desse artigo recorreu-se aos procedimentos metodológicos de cunho histórico e cartográfico. Dessa forma buscou-se conhecer a formação territorial de Vitória da Conquista, bem como uma análise do avanço das políticas públicas habitacionais, fundamentada em artigos e livros publicados sobre a cidade, na legislação municipal e outras leis disponibilizadas em meio digital, notícias em sites e blogs informativos, instituições e órgãos da cidade. Por meio da cartografia urbana com a análise da planta urbana foi possível realizar o mapeamento dos conjuntos habitacionais mais antigos e os mais recentes do PMCMV. Além do levantamento direto de informações mediante pesquisa documental e bibliográfica. No recorte espacial, dos bairros Campinhos e Jatobá, com a localização apresentada na figura 1, realizou-se um trabalho de campo,

¹ O Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV) é uma política Pública lançada em âmbito nacional, que se propõe a subsidiar a aquisição da casa própria, foi instituído pela Lei nº 11.977, de 07 de julho de 2009.

com observação direta nos conjuntos do PMCMV da cidade e realização de entrevistas semiestruturadas com moradores destes conjuntos, a fim de detectar a origem dos moradores, as formas de uso dos “condomínios”, entre outras questões pertinentes à vivência nesses conjuntos.

Figura 1: Localização dos Bairros Campinhos e Jatobá, Vitória da Conquista- BA 2018



Fonte: Lab/Cart. 2016/SEI 2015

Elaboração: autora, 2017

Para compreender as novas dinâmicas urbanas é importante analisar os processos de produção territorial dos bairros Campinhos e Jatobá, desde a formação inicial até a inserção dos conjuntos habitacionais do PMCMV. De maneira que se torna pertinente a discussão da relação rural e urbano presente na produção do espaço de Vitória Conquista, especialmente nos bairros em questão, onde essa relação se manifesta de forma mais intensa. Somados a estes fatos, a intensa atuação do PMCMV repercute novas conjecturas territoriais nos bairros Campinhos e Jatobá, consequentemente na cidade.

2 A CIDADE: CONDIÇÃO MATERIAL DO URBANO

O espaço urbano congrega aspectos materiais e sociais das relações espaciais. Corrêa (1995, p. 1) expressa o seguinte conceito sobre o espaço urbano: “fragmentado e articulado, reflexo e condicionante social, um conjunto de símbolos e campo de lutas. É assim a própria sociedade em uma de suas dimensões, aquela mais aparente, materializada nas formas espaciais”. Pode-se então,



dar significado social e material ao espaço, ressaltando que as relações sociais não se materializam uniformemente, de maneira que há uma produção diferenciada do espaço. Em Carlos (2004), o urbano é tratado como obra histórica, que se produz continuamente por meio das contradições da sociedade. Nesse sentido a cidade é o lócus da materialização do urbano, de modo que o território se expressa como a base material, continuamente em (re)produção dadas especificidades e contradições sociais.

Entende-se aqui a cidade como condição material do urbano, nesse contexto, a terra urbana deve ser compreendida como um bem de caráter social, tal como a habitação, uma condição básica e indispensável para a sobrevivência. A produção da cidade e da moradia é resultante de uma combinação de fatores socioeconômicos e políticos, relacionados por meio de sujeitos concretos, com articulação direta ou indireta no sistema capitalista. Notoriamente essa produção, vinculada aos detentores do solo urbano e poder estatal, transforma a cidade em mercadoria, via planejamento urbano e com o aparato da lei. De modo que a cidade se torna um produto do capitalismo.

As cidades englobam relações cada vez mais complexas, de maneira que a paisagem urbana expressa essa desigualdade na ocupação do solo de forma irregular, como afirma Carlos (1998, p. 76): “[...]os contrastes e as desigualdades de renda afloram. O acesso a um pedaço de terra, tamanho o tipo e material de construção espelham nitidamente as diferenciações de classe”. Podemos denominar essas ocorrências de valorização e valorização do solo, atribuído a questão da *mais-valia*, típica do capitalismo. Maricato (2001) e Rodrigues (1997) concordam que o valor de troca do solo, cada vez mais elevado, gera a segregação urbana nas suas mais variadas formas, seja ela imposta (à população paupérrima) ou aquela forjada pelos muros.

Nesse contexto, a questão habitacional pode ser entendida como o problema inerente à incorporação da habitação na reprodução do capital, aufere a ela status de uma mercadoria de alto valor de comercialização, e a impossibilidade de aquisição de moradias dignas por uma grande parcela da população com baixos rendimentos.

Todavia, a casa envolve outros planos espaciais, além da reprodução capitalista, criando “[...] primeiro quadro de articulação espacial no qual se apoia a vida cotidiana” (CARLOS, 2003, p. 5). É o berço para a formação de vínculos familiares e sociais, lugar onde os sujeitos sociais se desenvolvem em primeiro plano. Por essa razão, o espaço da habitação e o ato de habitar se revelam como criadores de uma identidade territorial.

Habitar está diretamente ligado ao ato criar novos territórios. A territorialização ocorre primeiro no âmbito da moradia e tudo que a circunda, como rua, o bairro e cidade, e pode não ocorrer proporcionalmente nessa escala. Portanto, ao tratar do habitar nesse sentido, corresponde à

ação de territorializar-se, criando vínculos, identidade simbólica e funcional, uma vez que esse ato se manifesta concretamente.

Deste modo, a territorialidade é uma derivação do uso consciente do território, e de modo mais subjetivo está ligada ao sentido de pertencimento a um determinado território. A territorialidade, além de incorporar uma dimensão estritamente política, diz respeito também às relações econômicas e culturais, pois está “intimamente ligada ao modo como as pessoas utilizam a terra, como elas próprias se organizam no espaço e como elas dão significado ao lugar” (ANDRADE, 2004, p. 20). Assim, identidade territorial é constituída pelo processo de territorialização se realizando como um sistema de classificação material e subjetivo.

A cidade envolve, portanto, a condição material e subjetiva da reprodução social manifesta na territorialização. Nesse caso, destaca-se o ato habitar e a moradia como expressões desse processo, e ao mesmo tempo, a cidade é o lócus da reprodução do capital, que transforma a moradia e solo urbano em mercadorias e acentua as desigualdades sociais.

3 TERRITORIALIZAÇÃO DO PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA EM VITÓRIA DA CONQUISTA

Desde 2009, está em vigência na cidade as políticas públicas do PMCMV que tem por objetivo a aquisição de empreendimentos na planta. Promove o acesso à habitação por meio de financiamento habitacional e oferta de subsídios para os beneficiários atendidos pelo Programa. Está estruturado em modalidades e por faixas de renda: a faixa 1 para renda de até R\$1800, média de 0-3 salários mínimos (SMs); a faixa 2 para até R\$ 2 500, média de 3-6 SMs; e a faixa 3 para rendas de até R\$10.000, média entre 6-10 SMs. O Programa atende à aproximadamente nove mil famílias em Vitória da Conquista, conforme dados disponibilizados pela Caixa Econômica Federal (CEF), com renda de 0-3 salários mínimos, correspondente à faixa 1. Para atender as grandes dimensões do Programa novos territórios são criados ou recriados.

Neste processo de expansão urbana e criação de territórios, com a integração de novas áreas para atender à demanda por consumo do espaço pelo mercado imobiliário, conforme Botelho (2007), num espaço urbano cada vez mais estratificado. A intensidade da inserção do PMCMV e a estratificação urbana resultam em um novo contexto da reprodução espacial nos bairros tomados como exemplo, e na cidade como um todo devido o modo de implantação do Programa. Nesse ínterim, observa-se outras implicações nas configurações territoriais da cidade, com o deslocamento massivo da população para esses novos conjuntos, momento onde ocorre um adensamento que



potencializa a formação de conflitos e uma demanda reprimida por estruturação física e social, visto que o planejamento existente na cidade não abarca as grandes dimensões dessa política pública.

Entende-se, pois, que os processos de produção e reprodução do espaço estão atrelados as mudanças simbólicas e funcionais dos territórios urbanos. Em um contexto de globalização as alterações no espaço se intensificam ainda mais, expressas, visivelmente, pela criação de novos fixos, representados por estruturas cada vez mais modernas (estes se transformam em fronteiras territoriais), para dar fluidez aos fluxos econômicos e informacionais (incluem-se as relações sociais, em relações virtuais). Deste modo:

O espaço, transformado em território, pelas práticas espaciais de seus habitantes, não é apenas domínio de quem o administra, ordena e controla utilizando representações do espaço, mas, também, da interação dinâmica e fluida entre o local e o global, o individual e o coletivo, o privado e o público e entre a resistência e a dominação [...] (RUA 2005, p. 60).

Dessa maneira a cidade é moldada em meio às interações supracitadas. Como exemplo da interação de fatores, de ordem próxima ou distante, agregados às práticas socioespaciais na produção do espaço pode ser citado a questão da permanência do rural diante do avanço urbano, resistência essa que resultou na interação desses espaços e das relações a eles pertinentes. No Bairro Campinhos, é latente a interação entre esses dois universos. Somado às novas territorialidades das políticas públicas habitacionais, que se apresentam expressivamente nesse bairro.

Em Vitória da Conquista o Programa tem suas primeiras unidades na modalidade de financiamento 1 entregues em 2011, e nos bairros Campinhos e Jatobá foram implantados 7 residenciais do faixa 1, que atendem famílias de 0 a 3 salários mínimos, e outros 15 empreendimentos em outros bairros da cidade. Até 2015 soma-se um total de 22 conjuntos construídos, conforme a tabela 1.

Tabela 1: Conjuntos Habitacionais Em Vitória da Conquista

Empreendimentos até 2012	Unidades	Empreendimentos 2012/2013	Unidades	Empreendimentos - 2014	Unidades
Vila Bonita	492	Jequitibá	500	Morada Imperial	439
Vilas do Sul	498	Pau Brasil	440	Parque Bela Vista I	276
América Unida	338	Parque das Flores	300	Parque Bela Vista II	264
Europa Unida	348	Morada das Rosas	251	Residencial Lagoa Azul I	300
Vivendas da Serra	162	Campo	495	Residencial Lagoa Azul II	300
Flamboyant	500	Campo verde	495	Residencial Lagoa Azul III	300
Jacarandá	500	Acácia	500	Residencial Margarida	300
-		Ipê	400		
Total: 7	2838	Total: 8	3381	Total 7	2181
Total Geral	Empreendimentos: 22		Unidades		8.400

Fonte: Trabalho de Campo, 2016**Organização:** autora

Sobre a atuação das políticas públicas do PMCMV é possível identificar interferências na estrutura territorial da cidade de Vitória da Conquista. A configuração do espaço urbano é modificada para abarcar estrutura do PMCMV, com a expansão para áreas limítrofes do perímetro urbano e áreas rurais, abertura de novos loteamentos e construção de equipamentos públicos e privados. Assim, é possível visualizar concretamente a nova definição dos territórios urbanos para atender à grande demanda do Programa. Conforme apresenta a figura 2, os conjuntos habitacionais do PMCMV foram inseridos em diferentes áreas da cidade.

O PMCMV é considerado um fator impulsionador do aquecimento do mercado imobiliário e aumento da construção civil, especialmente de empreendimentos nos moldes de conjuntos e condomínios. Essa ascensão ocorre devido a incentivos concedidos pelo Estado, com a redução de impostos para materiais de construção e juros mais acessíveis para financiamento da casa própria, permitindo o acesso a financiamentos, inclusive à população das classes de baixa renda. O atual cenário de expansão da malha urbana é marcado pela abertura de vários loteamentos incluindo áreas rurais para intensificar o crescimento do tecido urbano. Hoje se vê o ordenamento pelos condomínios e conjuntos habitacionais também se espalhando pelas áreas mais longínquas dos limites intraurbanos.



Figura 2: Mapa de Localização dos Conjuntos do MCMV Vitória da Conquista - BA, 2018**Fonte:** Trabalho de Campo 2016**Elaboração:** autora, 2017

Observa-se que os limites dos bairros e do sítio urbano como um todo ganham novas dimensões para atender ao Programa, seguido da abertura de novos loteamentos ofertados próximos aos empreendimentos do PMCMV. No caso dos bairros em estudo esse processo promove integração devido à ocupação de terras sem função social que os circundam.

4 A INSERÇÃO DO PMCMV COMO ELEMENTO DE INTERAÇÃO TERRITORIAL NOS BAIRROS CAMPINHOS E JATOBÁ

Na segunda metade do século XIX, havia na região de Campinhos duas grandes glebas de terra: a fazenda São Pedro e a fazenda Campinhos, que foram desmembradas e deram origem a fazenda Bateias, hoje transformada em bairros de Vitória da Conquista. Soares (2007) considera que provavelmente essas duas áreas devem ter tido uma grande importância para Vitória da Conquista, porque se percebe daí a primeira estrada que se ligava diretamente ao centro da cidade. Hoje na área urbana conquistense, essa estrada recebe o nome de Av. Fernando Spínola.

A classificação de Campinhos como espaço rural se manifesta pela natureza das relações sociais, pela estrutura de seu traçado e arquitetura (casas distantes umas das outras, com cercado de arame farpado, etc.), principalmente pela presença da produção agrícola. Inclusive na política oficial do Estado o rural tem sido percebido como agrícola, especialmente quando lança políticas públicas rurais. A produção de derivados de mandioca em casas de farinha começou a se destacar como uma forte atividade econômica. Conforme Soares (2007), Campinhos aparece até década de 1990 entre os maiores beneficiadores da mandioca na região, gerando empregos diretos, além dos indiretos em função da lavoura e comercialização dos produtos oriundos dos produtos acabados que vão para os pontos de venda. Dos derivados se destacam os biscoitos que são vendidos no Centro de Abastecimento, o CEASA, e em toda região.

No caso de Campinhos, a administração pública local considerou critérios de proximidade com área urbana e o crescente crescimento da população da comunidade. Por conseguinte, Campinhos passou a ser legalmente um bairro de Vitória da Conquista, em função da Lei Municipal nº 798/95 do PDU, de novembro de 1995, no qual fica estabelecido o reconhecimento público do bairro como unidade integrante da cidade, deixando de ser distrito do município.

Há quase um século a área vem sendo ocupada de forma desordenada e o número de moradores se tornou mais expressivo na década de 1960 e 1970, somado à abertura de novos loteamentos. Conforme Ferraz (2001), em 1974, foram abertos 16 lotes no Campinhos; posteriormente foram abertos os loteamentos do Jardim Valéria, em 1985, com 952 lotes; na década de 1990, o Jardim Sudoeste, com 1303 lotes; Jardim Copacabana II com 518 lotes; Santa Tereza, 99, e Morada Nova e Morada das Acácias com aproximadamente 1100 lotes. Três dos loteamentos mencionados fisicamente estão lotados no bairro Jatobá, de origem semelhante ao Campinhos, no entanto, pela proximidade entre esses dois bairros e pelas relações socioeconômicas comuns, os limites entre os dois bairros se diluem.

O rural se “moderniza”, isto é, se “urbaniza”, adquirindo, assim, um sentido de pertencimento, de inclusão e de presença do Estado, através das infraestruturas construídas, que constituiriam a materialização da urbanização (RUA, 2006). Temos o avanço do urbano sobre o rural, territorializando-se por meio de estruturas implantadas por meio de intervenções do poder público como estradas, ruas, escolas posto médico e praças. Outras se dão pela organização da sociedade local e as atividades econômicas ali desenvolvidas, e o setor privado intervém especialmente na questão dos serviços (o comércio) e na construção civil.

Rural e urbano integram-se, mas sem se tornarem a mesma coisa, já que preservam suas especificidades. Para tanto ocorre uma valorização da cultura local e a dinamização de



agroindústrias (nesse caso as casas de farinha) associativas de agricultores familiares. Esses processos de revalorização do mundo rural, significando-o, consolidam atividades rurais e urbanas em cidades pequenas e médias. Nesse contexto é possível falar de uma relação inversa, as “ruralidades” no meio urbano. Observa-se na figura 3 estruturas e usos urbanos ladeadas com um ambiente rural, tanto pela presença da atividade agropecuária, como pela preservação de áreas verdes e ainda nas relações mantidas do bairro.

Estamos diante de um processo de territorialização, que, como coloca Haesbaert (2007), envolve a ação de vários agentes: (i) a iniciativa privada que nesse caso é representada pelas construtoras Gráfico Empreendimentos e E2 Engenharia, responsáveis pela construção dos conjuntos no bairro Campinhos; (ii) o Estado nas três esferas, a federal que fomentou essa política pública, a estadual que faz a distribuição entre os municípios e a esfera municipal que opera como agente organizador local. Várias funções são atribuídas ao município, pois o mesmo é responsável pelo ordenamento territorial local; (iii) a sociedade corresponde a outro agente importante, pois, é a população que vai dar funcionalidade e recriar o espaço pelo uso e apropriação dos novos territórios.

Figura 3: Residencial Campo- Bairro Campinhos, Vitória da Conquista - BA, 2016



Fonte: Trabalho de Campo 2015

Foto: Flávia Amara Rocha

A configuração territorial, devido a sua caracterização rural explícita nos bairros é singular no contexto local, especialmente quando a comparamos a outras áreas mais adensadas da cidade.

Através da imagem de satélite na figura 4 temos uma visão dos Bairros Campinhos e Jatobá e dos loteamentos vizinhos. Há uma dispersão nas construções, seguido de áreas sem função social, que ocasionalmente servem às atividades agrícolas como pasto para animais. Os pontos mais esverdeados são áreas formados por lagoas e charcos (no período chuvoso). Os desenhos retilíneos dos loteamentos mais recentes contrastam com o traçado curvo das ruas nos núcleos urbanos de Campinhos e Simão.

Figura 4: Imagem de Satélite dos Bairro Campinhos e Jatobá, Vitória da Conquista - BA, 2008



Fonte: QGis/Open layer/Plugins/Google EarthPro. 2015

Organização: Flávia Amaral Rocha

Com processo de urbanização surgem novas demandas inerentes às suas próprias dinâmicas, uma vez que instaurado, criam-se vínculos de dependência dos serviços e aparelhos urbanos da cidade, normalmente não encontrados no bairro, especialmente pela expropriação da força de trabalho daquela população, que antes vivia da produção agrícola em seu próprio território, e hoje se vê obrigada a buscar meio de sobrevivência no mercado informal ou pelo trabalho assalariado em áreas centrais da cidade. Estamos diante um novo contexto da reprodução territorial no bairro Campinhos, que se apresenta através da territorialização das políticas públicas habitacionais do PMCMV, através dos conjuntos residenciais somando milhares de residências, como podemos ver na figura 5.



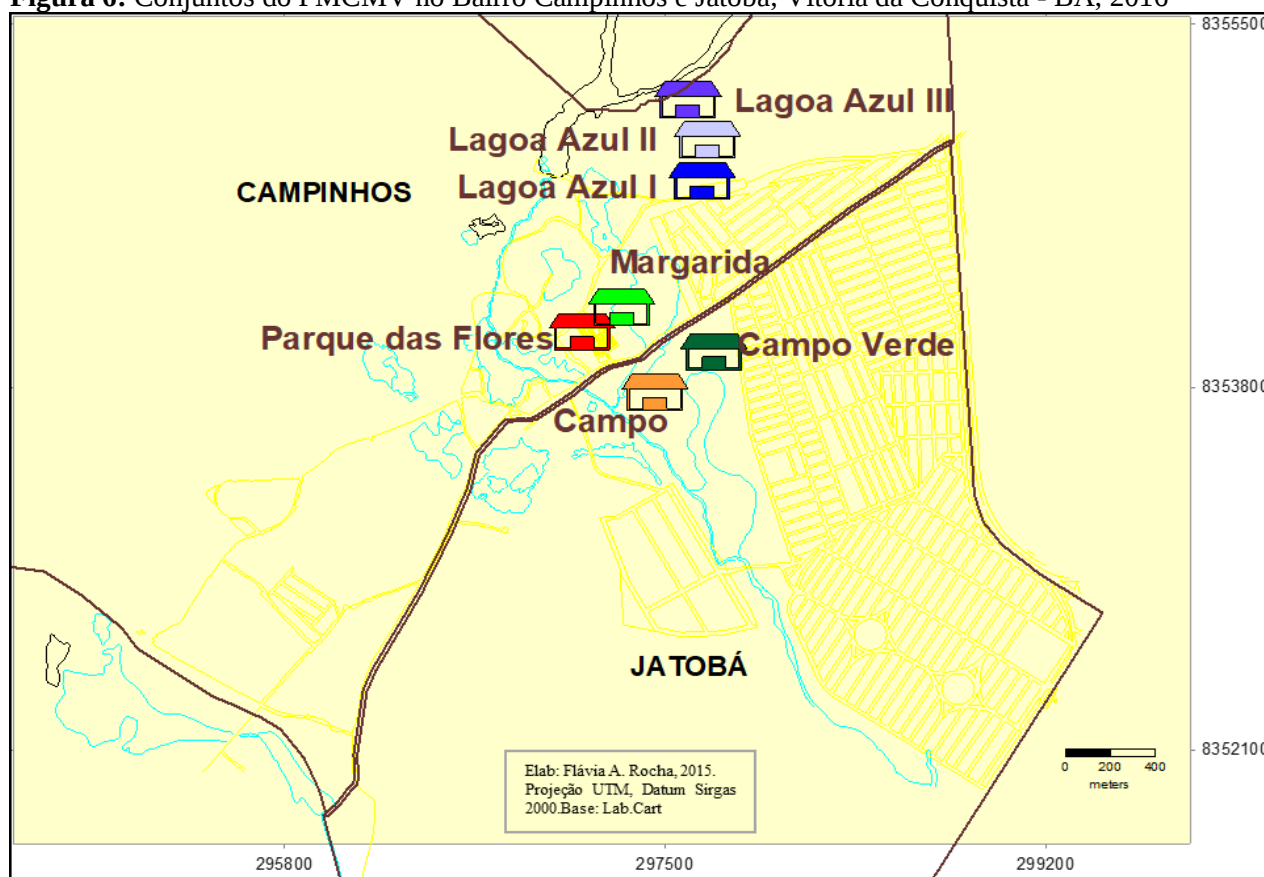
Figura 5: Imagem de Satélite dos Bairro Campinhos e Jatobá, Vitória da Conquista - BA, 2015

Fonte: QGis/Open layer/Plugins/Google EarthPro. 2015

Organização: Flávia Amaral Rocha

Podem ser mencionadas ainda algumas características inerentes a essa nova dinâmica urbana envolta na política habitacional do MCMV: estruturalmente tem-se a implantação no curto período de dois anos de 7 conjuntos habitacionais em Campinhos (Campo, Campo Verde, Parque das Flores, Lagoa Azul I, II e III e Margarida), especializados conforme figura 6. Juntos somam o total de 2.490 unidades residenciais. Se considerarmos a média de quatro pessoas por família temos uma população de quase 10.000 pessoas. Isso gera um impacto grande em um bairro que até 2010 possuía menos de 5.000 habitantes.

Pressupõe-se que haja uma organização para atender a toda essa demanda populacional que é transferida. Mas vale lembrar que estamos falando de um bairro instituído recentemente e que abriga uma produção econômica rural pautada na produção em pequena escala comercializada em outros pontos da cidade. Nem o poder público municipal ofertou novos postos de serviços (escolas, creches, praças e postos de saúde) nem a comunidade local tem força política e capital para dar conta dessa nova demanda.

Figura 6: Conjuntos do PMCMV no Bairro Campinhos e Jatobá, Vitória da Conquista - BA, 2016**Fonte:** Trabalho de Campo, 2015**Organização:** Flávia Amaral Rocha

A população nos bairros Campinhos e Jatobá aumentou de 4.889, conforme censo do IBGE de 2010, para aproximadamente 15 mil, devido a implantação massiva de 2.490 moradias em 7 residenciais do PMCMV, mas os equipamentos e serviços não acompanham o mesmo ritmo. Por conta dessa desproporcionalidade alguns problemas se acentuam no bairro como transporte, precarização no acesso à saúde e educação. Constatam-se mudanças nas dinâmicas do mercado de trabalho local, antes atendido maciçamente pela produção agropecuária e seus derivados, que gradativamente foi reduzindo, hoje essa produção está se extinguindo, resultando em altos índices de desemprego. Há ainda problemas de poluição ambiental, com a contaminação de um pequeno riacho denominado de Santa Rita, um dos afluentes do Rio Verruga, que se encontra em estágio avançado de poluição devido ao adensamento humano, somado aos despejos da produção das casas de farinha já existentes.

Na questão do comércio, a grande demanda populacional representa novas oportunidades. Tanto no bairro Campinhos como no Jatobá novos comércios estão surgindo e os já existentes apresentam pequeno aumento nas vendas. Dentro dos conjuntos está ocorrendo a formação de pequenos pontos comerciais dos mais variados tipos que vão desde a oferta de serviços como salões



de beleza, de informática à comercialização de produtos em minimercados, açougues, bares e lanchonetes, tudo isso realizado nas próprias residências. Alguns moradores dos *Villages* improvisaram nas residências pontos de vendas desses bens de consumo, utilizando a sala ou a garagem para comercialização.

Apesar de o contrato impor restrições a qualquer tipo de uso que não seja o de moradia nos residenciais do PMCMV, os moradores continuam com as atividades comerciais em suas residências. Isso representa para aqueles que o fazem uma forma de apropriação e uso do território de maneira que possibilite ali sua vivência. Para os demais condôminos significa maior proximidade para o atendimento das suas necessidades de consumo de alimentos e serviços. O que temos aqui propriamente é uma recriação de territórios pelo uso e significados atribuídos pela sociedade presente, já não é mais o mesmo território originalmente criado pelo Estado.

Outra questão que se destaca é a violência dentro e nos arredores dos conjuntos que, de acordo com moradores, aumenta com o passar dos anos. A densidade urbana, que se faz presente no modelo de implantação do PMCMV, é um fator preponderante a gerar sérios problemas nas sociedades modernas. Eleva-se o nível de insegurança e de instabilidade nos indivíduos condicionados a viver em ambientes com alta densidade habitacional. É exatamente esse ambiente criado nos modelos de conjuntos habitacionais adotados no Programa.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As intervenções estatais na produção do espaço urbano por meio de políticas públicas, para atender a demanda por consumo do espaço por extratos da sociedade e pelo mercado imobiliário, somado à intensidade da inserção do PMCMV, com integração de áreas rurais, convergem em um novo contexto da reprodução espacial nos bairros da cidade de Vitória da Conquista, em especial nos bairros estudados, devido ao modo de implantação dessa política pública, espalhado, ocupando e criando áreas sem função social, não servido de bens e serviços básicos. Esse processo engloba ainda maiores implicações na configuração territorial da cidade, com o deslocamento massivo da população para esses novos conjuntos. Ocorre um adensamento que potencializa a formação de conflitos e uma demanda reprimida por estruturação física e social.

Novas expressões territoriais emergem nos bairros Campinhos e Jatobá. Mediante uma intervenção estatal uma grande quantidade de habitações foi instalada nesse local em um curto período de tempo promovendo grandes alterações na dinâmica desses bairros. Insere-se um território de integração, que ocupa espaço, ora sem função social, entre os núcleos Campinhos,

Simão e as áreas das adjacências, com maior índice de urbanização. Os bairros ganham uma nova dinâmica, com o “Minha Casa Minha Vida”, no fluxo local de pessoas, de bens, mercadorias e relações múltiplas.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para assuntos jurídicos. **LEI nº 11.977/2009**. Dispõe sobre o Programa Minha Casa, Minha Vida – PMCMV e a regularização fundiária de assentamentos localizados em áreas urbanas. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Lei/L11977.htm> Acesso em: dezembro de 2014.

BOTELHO, Adriano. **O Urbano em Fragmentos: a produção do espaço e da moradia pelas práticas do setor imobiliário**. São Paulo: Annablume: Fapesp, 2007.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **A cidade**. São Paulo: Contexto, 1998.

_____. **O espaço Urbano: Novos Escritos sobre a cidade**. São Paulo: Contexto, 2004.

CORRÊA, Roberto Lobato de. **Resumo do livro O Espaço Urbano**. Editora Ática, Série Princípios, 3a. edição, n. 174, 1995. p. 1-16. Disponível em: <<http://reverbe.net/cidades/wp-content/uploads/2011/08/Oespaco-urbano.pdf>> Acesso em: junho de 2016.

FERRAZ, Ana Emília de Quadros. **O Urbano em Construção Vitória da Conquista um Retrato de Duas Décadas**. Vitória da Conquista: UESB, 2001.

HAESBAERT, R. Território e Multiterritorialidade: um Debate. Revista: **GEOgraphia** -Ano IX, nº 17, 2007.

HAESBAERT, Rogério; LIMONAD, Ester. O território em tempos de globalização. In: **etc..., espaço, tempo e crítica**. Nº 2(4), v. 1, 15 de agosto de 2007.

MARICATO, E. **Brasil, Cidades Alternativas para a Crise Urbana**. Petrópolis: Vozes, 2001.

SANTOS, Milton. **Metamorfoses do Espaço Habitado: Fundamentos Teóricos e metodológicos da Geografia**. Hucitec: São Paulo 1988.

_____. **Técnica, espaço, tempo: Globalização e meio técnico-científico-informacional**. Editora HUCITEC. São Paulo: 1994.

SAQUET, M. A. Milton Santos: concepções de geografia, espaço e território - ISSN 1981-9021 - **GeoUERJ** - Ano 10, v. 2, n. 18, 2º semestre de 2008. p. 24-42. Disponível em: <www.geouerj.uerj.br/ojs>.

RODRIGUES, Arlete Moisés. **Morada nas Cidades Brasileiras**. 7ª ed. São Paulo: Contexto. 1997.

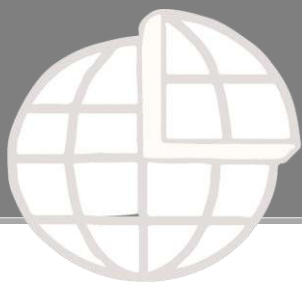
SOARES, Marisa Oliveira Santos. **Sistema de Produção em Casas de Farinha: Uma leitura descritiva na Comunidade de Campinhos – Vitória da Conquista (BA)**. Ilhéus, Ba: UESC/PRODEMA, 2007.



RUA, João. A Ressignificação Do Rural E As Relações Cidade-Campo: Uma Contribuição Geográfica. **Revista da ANPEGE**, Fortaleza, n. 2, ano 2, p. 45-66, 45-66, 2005.

RUA, João. Urbanidades no Rural: o devir de novas territorialidades. **CAMPO-TERRITÓRIO: Revista de Geografia Agrária**, Uberlândia, v. 1, n. 1, p. 82-106, fev. 2006.

Recebido em 25 de Julho de 2018
Aprovado em 15 de Outubro de 2019



AGRICULTURA URBANA E SOBERANIA ALIMENTAR: UMA REFLEXÃO SOBRE A IMPORTÂNCIA DAS PRÁTICAS SOCIOAMBIENTAIS NA GRANDE GOIÂNIA (GO)

URBAN AGRICULTURE AND FOOD SOVEREIGNTY: THINKING THE MATTER OF SOCIAL AND ENVIRONMENTAL PRACTICES IN GOIÂNIA AND SURROUNDINGS (GO)

AGRICULTURA URBANA Y SOBERANÍA ALIMENTARIA: UNA REFLEXIÓN SOBRE LA IMPORTANCIA DE LAS PRÁCTICAS SOCIALES Y AMBIENTALES EN LA GRANDE GOIÂNIA (GO)

DOI 10.33360/RGN.2318-2695.2019.i3.p.129-150

Lara Cristine Gomes Ferreira

Doutora em Geografia

Membro do Laboratório de Estudos e Pesquisas das Dinâmicas Territoriais (LABOTER)

Instituto de Estudos Socioambientais (IESA)

Universidade Federal de Goiás (UFG)

Email: laracristineufg@yahoo.com.br

Stéfanny da Cruz Nóbrega

Graduanda do Curso de Licenciatura em Geografia da Universidade Federal de Goiás (UFG)

E-mail: stefanny.nobrega.ufg@outlook.com

RESUMO:

As pesquisas voltadas à agricultura urbana agroecológica têm crescido sobremaneira nos últimos anos, dado sua importância teórica, geopolítica e principalmente social. Pensar a agricultura urbana e as práticas agroecológicas no contexto brasileiro atual, faz-se muito importante diante das alterações socioespaciais e mudanças nos hábitos alimentares, fruto do processo de globalização e do fortalecimento da agricultura capitalista no campo, que culmina com as vastas áreas em monoculturas. Compreender a agricultura urbana associada à agroecologia, constitui-se em uma alternativa de reduzir os variados efeitos da agricultura agronegocista, além de minimizar sérios problemas socioambientais urbanos associados ao uso de defensivos; à aquisição de alimentos e acesso à comida, bem como a uma alimentação de qualidade em consonância com a soberania alimentar. Acredita-se que a educação socioambiental, por meio de um olhar geográfico, contribua com um diálogo profícuo entre ciência e sociedade, bem como com a importância da agroecologia e soberania dos povos. Assim, tem-se como principais objetivos: qualificar o debate acerca da agricultura urbana agroecológica na atualidade; compreender o papel da sociobiodiversidade e soberania alimentar nesse contexto; e estabelecer um diálogo-ação com a sociedade, por meio da educação socioambiental. Para tanto, foram necessárias etapas metodológicas de levantamento teórico-bibliográfico sobre a temática da pesquisa; levantamento de dados secundários sobre agricultura urbana agroecológica; e, por fim, uma pesquisa-ação voltada para uma Escola da Rede Pública de Goiânia-GO. Infere-se, portanto, que se faz cada vez mais importante ampliar as pesquisas sobre as formas de produção agrícola, sobretudo voltada para alimentos agroecológicos e saudáveis, bem como a importância da agricultura familiar, que é a grande responsável pela produção de comida para os brasileiros. Acredita-se, por fim, no papel da educação para a ampliação desse debate, tanto no que tange à soberania alimentar, quanto como alternativa para a redução das desigualdades sociais.

Palavras-chave: Agricultura Urbana; Agroecologia; Sociobiodiversidade; Soberania Alimentar.

ABSTRACT:

Research on agroecological urban agriculture has grown considerably in recent years, given its theoretical, geopolitical and mainly social importance. Thinking about urban agriculture and agroecological practices in the current Brazilian context is very important in the face of socio-spatial changes and changes in eating habits, resulting from the globalization process and the strengthening of capitalist agriculture in the countryside, which culminates in the vast areas of monocultures. Understanding urban agriculture associated with agroecology is an alternative to reduce the various effects of agribusiness, in addition to minimizing serious urban social and environmental problems associated with pesticide use; food acquisition and access to food, as well as quality food in line with food sovereignty. It is believed that socio-environmental education, through a geographical perspective, contributes to a fruitful dialogue between science and society, as well as the importance of agroecology and sovereignty of peoples. Thus, its main objectives are to qualify the debate about agroecological urban agriculture today; understand the role of sociobiodiversity and food sovereignty in this context; and establish an action dialogue with society through social and environmental education. Therefore, it was necessary methodological steps of theoretical and bibliographical survey on the research theme; survey of secondary data on agroecological urban agriculture; and, finally, an action research aimed at a public school in Goiânia-GO. It is inferred, therefore, that it is becoming increasingly important to expand research on the forms of agricultural production, especially focused on agroecological and healthy foods, as well as the importance of family farming, which is largely responsible for the production of food for Brazilians. . Finally, we believe in the role of education in broadening this debate, both with regard to food sovereignty and as an alternative to reducing social inequalities.

Keywords: Urban Agriculture; Agroecology; Sociobiodiversity; Food Ssoverignty.

RESUMEN:

La investigación sobre agricultura urbana agroecológica ha crecido considerablemente en los últimos años, dada su importancia teórica, geopolítica y principalmente social. Pensar en la agricultura urbana y las prácticas agroecológicas en el contexto brasileño actual es muy importante en vista de los cambios socioespaciales y los cambios en los hábitos alimenticios, el resultado del proceso de globalización y el fortalecimiento de la agricultura capitalista en el campo, que culmina en las vastas áreas de monocultivos. Comprender la agricultura urbana asociada con la agroecología es una alternativa para reducir los diversos efectos de los agronegocios, además de minimizar los graves problemas sociales y ambientales urbanos asociados con el uso de pesticidas; adquisición de alimentos y acceso a alimentos, así como alimentos de calidad en línea con la soberanía alimentaria. Se cree que la educación socioambiental, desde una perspectiva geográfica, contribuye a un diálogo fructífero entre la ciencia y la sociedad, así como a la importancia de la agroecología y la soberanía de los pueblos. Por lo tanto, sus objetivos principales son: calificar el debate sobre la agricultura urbana agroecológica hoy; comprender el papel de la sociobiodiversidad y la soberanía alimentaria en este contexto; y establecer un diálogo de acción con la sociedad a través de la educación social y ambiental. Por lo tanto, fueron necesarios pasos metodológicos de revisión teórica y bibliográfica sobre el tema de investigación; encuesta de datos secundarios sobre agricultura urbana agroecológica; y, finalmente, una investigación de acción dirigida a una escuela pública en Goiânia-GO. Se infiere, por lo tanto, que cada vez es más importante ampliar la investigación sobre las formas de producción agrícola, especialmente enfocadas en alimentos agroecológicos y saludables, así como la importancia de la agricultura familiar, que es en gran parte responsable de la producción de alimentos para los brasileños. Finalmente, creemos en el papel de la educación para ampliar este debate, tanto con respecto a la soberanía alimentaria como una alternativa para reducir las desigualdades sociales.

Palabras clave: Agricultura Urbana; Agroecología Sociobiodiversidad; Soberanía Alimentaria.

1 INTRODUÇÃO

A presente proposta de artigo parte da importante premissa de se pensar a importância da agricultura urbana e as práticas agroecológicas na atualidade brasileira. O processo de globalização aliado ao modelo capitalista da agricultura veio ao longo de anos ampliando a territorialização das

monoculturas voltadas, sobretudo, ao mercado agroexportador, bem como ampliando os recursos e créditos rurais para os grandes produtores, em detrimento dos agricultores familiares.

Arelado a esse debate, tem-se o processo de urbanização e industrialização, somado ao processo de expropriação do sujeito do campo no Brasil, sobretudo a partir da década de 1970, com a modernização agrícola e o pacote da Revolução Verde. Diante disso, pensar a agricultura hoje e a produção de alimentos que vão para as mesas dos brasileiros, perpassa também pelas grandes cidades e muitas delas com características metropolitanas.

Como o campo brasileiro, principalmente nas áreas do centro-oeste do Brasil, o qual o estado de Goiás está inserido, apresenta uma agricultura maciçamente voltada para a produção de grãos e biocombustíveis, como o etanol produzido pela cana-de-açúcar, orientados sobretudo para o mercado agroexportador, tem crescido sobremaneira a produção de hortaliças e frutas nas franjas das metrópoles, já que tem aumentado a pressão por alimentos devido à proximidade dos grandes centros urbanos e áreas conurbadas.

De acordo com Campos (2017), o modelo econômico capitalista norteia todo o sistema de produção mundial, inclusive de alimentos. Frente a isso, questiona-se: o atual sistema agroalimentar globalizado é capaz de garantir a segurança e a soberania alimentar do povo brasileiro?

Parte-se do entendimento que o sistema agroalimentar não pode ser visto somente do ponto de vista econômico ou político, precisam ser levadas em consideração as questões sociais, culturais e ambientais. Para tanto, considera-se essencial discutir as relações da soberania alimentar na atual conjuntura do sistema agroalimentar, destacando a autonomia e a importância dos sujeitos sociais na produção do seu próprio alimento, consciente das práticas agroecológicas voltadas para uma alimentação de qualidade.

O município de Goiânia possuía no último censo, 1.302.001 habitantes, e sua região metropolitana mais de 2 milhões de habitantes (IBGE, 2010). A estimativa populacional para 2018 projeta a grande Goiânia com quase 2 milhões e 500 mil habitantes. Isso coloca a metrópole Goiânia como uma das principais regiões do país em demanda de alimentos devido ao quantitativo populacional. Por meio dos dados da Ceasa – GO (2018), verifica-se que a grande Goiânia também apresenta uma relevante produção de hortifrutis, ofertando 219.970,60 toneladas de hortifrutis, cerca de 43% da oferta. Destacam-se os municípios de Goianápolis, que ofertou 64.418,51 toneladas (12,55%), Leopoldo de Bulhões com 48.231,07 toneladas (9,40%) e Goiânia com 28.364,94 toneladas (5,53%).

Diante do breve exposto, faz-se importante pensar a agricultura urbana e as práticas agroecológicas no contexto brasileiro e goiano atual, sobretudo diante das alterações socioespaciais



e mudanças nos hábitos alimentares, fruto do processo de globalização e do fortalecimento da agricultura capitalista no campo. Portanto, compreender a agricultura urbana associada à agroecologia, constitui-se em uma alternativa de reduzir os variados efeitos da agricultura agronegocista, além de minimizar sérios problemas socioambientais urbanos associados ao uso de defensivos; à aquisição de alimentos e acesso à comida, bem como a uma alimentação de qualidade em consonância com a soberania alimentar.

Desta forma, têm-se como objetivos principais: qualificar o debate a cerca da agricultura urbana agroecológica na atualidade; compreender o papel da sociobiodiversidade e soberania alimentar nesse contexto; e verificar as práticas agroecológicas desenvolvidas na grande Goiânia, sobretudo voltada para a educação socioambiental. Para tanto, foram necessárias etapas metodológicas de levantamento teórico-bibliográfico sobre a temática da pesquisa; levantamento de dados secundários utilizando-se de órgãos e instituições como IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), IMB-GO (Instituto Mauro Borges), CEASA-GO (Central de Abastecimento de Goiás) e Secretaria de Agricultura Familiar e Cooperativismo. Foi realizada também uma prática na Escola Estadual Vandy de Castro, localizada na periferia da cidade de Goiânia, voltada para reflexão e difusão da importância da agricultura urbana agroecológica, bem como a construção de uma horta escolar coletiva como ação diretamente relacionada à soberania alimentar.

2 O DEBATE DA AGRICULTURA URBANA E AGROECOLÓGICA NA ATUALIDADE

O processo de urbanização no mundo, associado ao processo de industrialização, sobretudo nas últimas décadas, foram responsáveis pela potencialização de várias mudanças na sociedade em geral, seja no perfil demográfico, na qualidade de vida, no acesso e aquisição de alimentos, na qualidade desses alimentos e, conseqüentemente, na saúde do cidadão. Além da concentração hegemônica de terras e recursos públicos nas mãos do agronegócio, o que tem refletido diretamente nos efeitos socioambientais e espaciais e na soberania alimentar da população.

Esse debate permeia a relação campo-cidade, já que historicamente tem-se a agricultura vinculada aos espaços rurais, por meio do vínculo e trabalho dos camponeses à terra. Contudo, com o processo de urbanização e globalização tem crescido substancialmente a produção de alimentos nas áreas urbanas e muitas vezes nas franjas das metrópoles.

Antes de iniciar o debate sobre a agricultura urbana e agroecológica, faz-se necessário retornar brevemente aos dados da agricultura familiar no Brasil. Segundo os dados da Secretaria de

Agricultura familiar e Cooperativismo, a agricultura familiar apresenta um faturamento anual de US\$ 55,2 bilhões, além de ser a base da economia de 90% dos municípios brasileiros com até 20 mil habitantes, sendo responsável pela renda de cerca de 40% da população economicamente ativa do Brasil e por aproximadamente 70% dos brasileiros ocupados no campo (MAPA, 2019).

Segundo a Lei nº 11.326/2006, agricultores familiares são aqueles que praticam atividades no meio rural, possuem área de até quatro módulos fiscais, mão de obra da própria da família e renda vinculada ao próprio estabelecimento. Entram também nessa classificação silvicultores, aquicultores, extrativistas, pescadores, indígenas, quilombolas e assentados da reforma agrária.

De acordo com Castilho (2017)¹, a expressividade da agricultura familiar está presente em vários países do mundo. Segundo dados da FAO - Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação, nove em cada dez propriedades agrícolas mundiais (cerca de 570 milhões) são geridas por famílias, que produzem cerca de 80% dos alimentos no mundo.

A agricultura familiar produz 87% da mandioca, 70% do feijão, 46% do milho, 38% do café, 34% do arroz e 21% do trigo do Brasil. Na pecuária, é responsável por 60% da produção de leite, além de 59% do rebanho suíno, 50% das aves e 30% dos bovinos do país, além de empregar 74% das pessoas ocupadas no campo, de 10 postos de trabalho no meio rural, sete são de agricultores familiares. A importância econômica vincula-se ao abastecimento do mercado interno e ao controle da inflação dos alimentos consumidos pelos brasileiros, uma vez que mais de 50% dos alimentos da cesta básica são produzidos pela agricultura familiar (CASTILHO, 2017).

Mesmo com a importância da agricultura familiar para a produção de alimentos no Brasil, verifica-se que há um contrassenso em relação aos números. O que revela o desinteresse do Estado em financiar e apoiar os pequenos produtores, que produzem alimento para as mesas brasileiras, em detrimento dos vultosos investimentos públicos para a agricultura monocultora voltada majoritariamente para a exportação.

A tabela 1 traz os dados do Censo Agropecuário de 2006², que revela que o Brasil possuía 84% de estabelecimentos da agricultura familiar em somente 24% das terras. Voltando o olhar para o estado de Goiás, verifica-se que 65% dos estabelecimentos da agricultura familiar estão sob 12% das terras, o que revela um estado altamente concentrado em monoculturas e grandes propriedades.

¹ Ingrid Castilho, em reportagem intitulada “Brasil: 70% dos alimentos que vão à mesa dos brasileiros são da agricultura familiar” disponível no site oficial da Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário – outubro de 2017.

² Ainda não foram divulgados os dados oficiais referentes ao Censo agropecuário de 2017, mas já é sabido que importantes questões sobre a agricultura familiar foram retiradas do formulário sob a justificativa de falta de verbas para a realização do Censo.



Tabela 1: Número e percentual de estabelecimentos da agricultura familiar – Brasil e Goiás

Número de estabelecimentos	Brasil	Goiás
Total	5.175.636	135.692
Estabelecimentos da agricultura familiar (%)	84,36	65,09
Área total (ha)	333.660.459	26.135.498
Área da agricultura familiar (%)	24,01	12,70

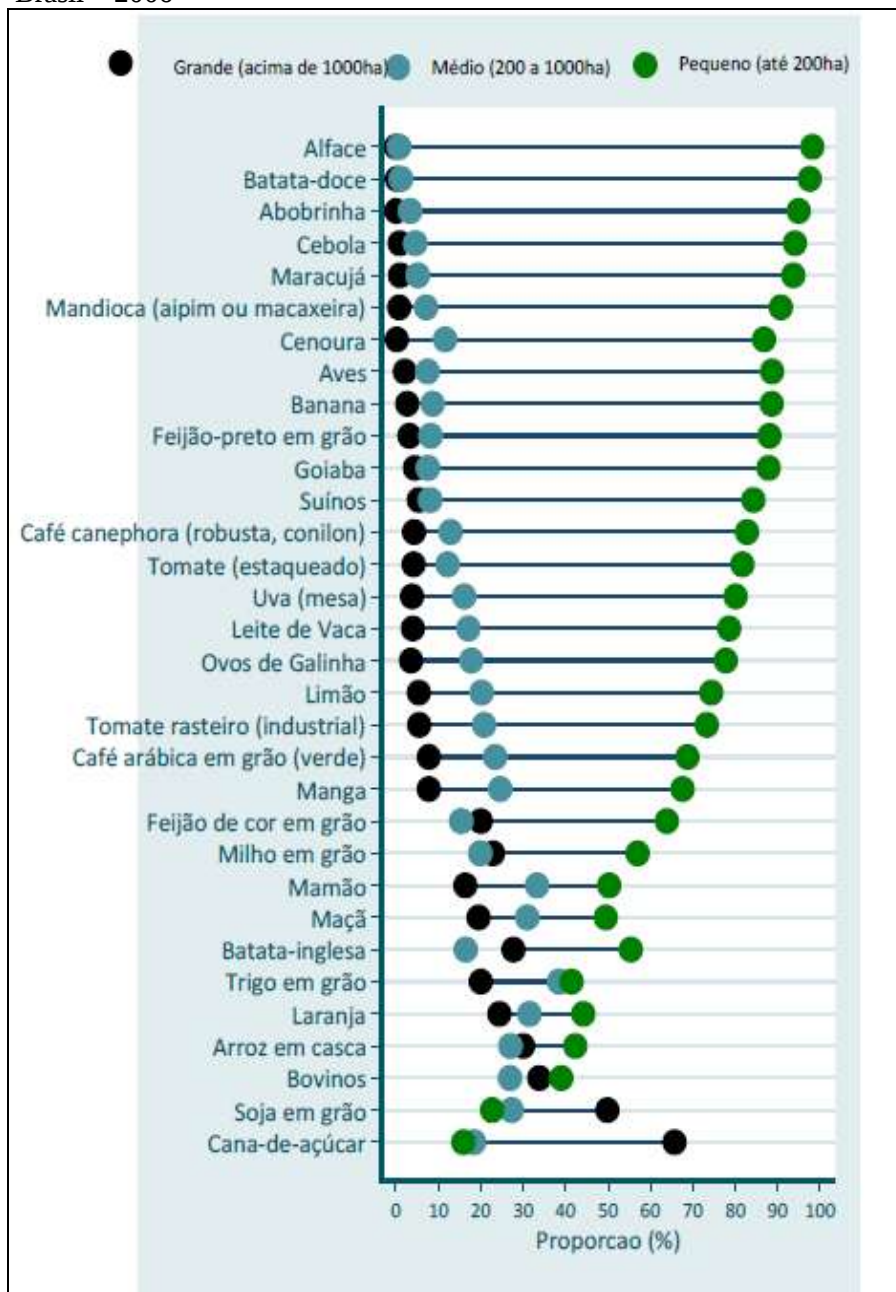
Fonte: BRASIL – Censo Agropecuário, IBGE, 2006

Inserido nesse debate interessa compreender quem produz comida para os brasileiros, utilizando-se da recente pesquisa de Mitidiero Júnior *et al.* (2017), onde refletem sobre a importância da agricultura familiar para a produção de comida (a comida aqui possui um teor crítico se pensado na produção de *commodities* que inclui soja, milho, entre outros, que não vão para a mesa da população brasileira, mas sim, em sua maioria, para exportação e sobretudo, para se transformar em ração animal).

Acredita-se, portanto, que os agricultores familiares são os sujeitos capazes de assegurar a Soberania Alimentar, pois conforme mostram claramente os dados do Censo Agropecuário (IBGE, 2006), os mesmos produzem cerca de 70% dos alimentos que chegam à mesa dos brasileiros, mesmo tendo somente 24% das terras. Ou seja, a agricultura familiar produz o equivalente ao dobro de comida das áreas do agronegócio.

A figura 1 mostra de forma bastante clara, a diferença proporcional no volume de importantes alimentos produzidos entre pequeno, médio e grande produtor. Verifica-se que produtos muito presentes na mesa dos brasileiros, como frutas e verduras, são produzidos, em sua grande maioria, pelos pequenos produtores. Em contrapartida, observa-se muito claramente que produtos relacionados às monoculturas e à agroexportação, tais como soja, cana-de-açúcar e proteína animal (carne bovina), são produzidos em sua maioria pelos grandes produtores.

Figura 1: Diferença proporcional entre pequeno, médio e grande estabelecimento no volume de produção de alimentos consumidos no Brasil – 2006



Fonte: Mitidiero Júnior, *et al* (2017). Dados do Censo Agropecuário de 2006

O estado de Goiás é bastante conhecido pela força econômica e política voltada ao agronegócio, contudo, o enfoque na agricultura capitalista tem deixado em segundo plano a agricultura familiar. Segundo Medina *et al.* (2018), em Goiás particularmente, sabe-se pouco sobre a relevância quantitativa da agricultura familiar, contudo os autores afirmam que o setor é numericamente significativo, contando tanto com agricultores tradicionais quanto com assentados, o que favorece o desenvolvimento da produção de alimentos no estado.



Entretanto, o estado de Goiás apresenta uma concentração de terras em produções agrícolas voltadas ao mercado externo e baseadas no monocultivo, podem-se citar a produção de cana-de-açúcar e soja, por exemplo, onde Goiás apresenta a segunda e a quarta maior produção do Brasil, respectivamente. Isso acaba acarretando uma pressão pela necessidade de alimentos, especialmente nas proximidades da capital Goiânia, já que apresenta maior quantitativo populacional, fruto do processo de urbanização e metropolização relativamente recente.

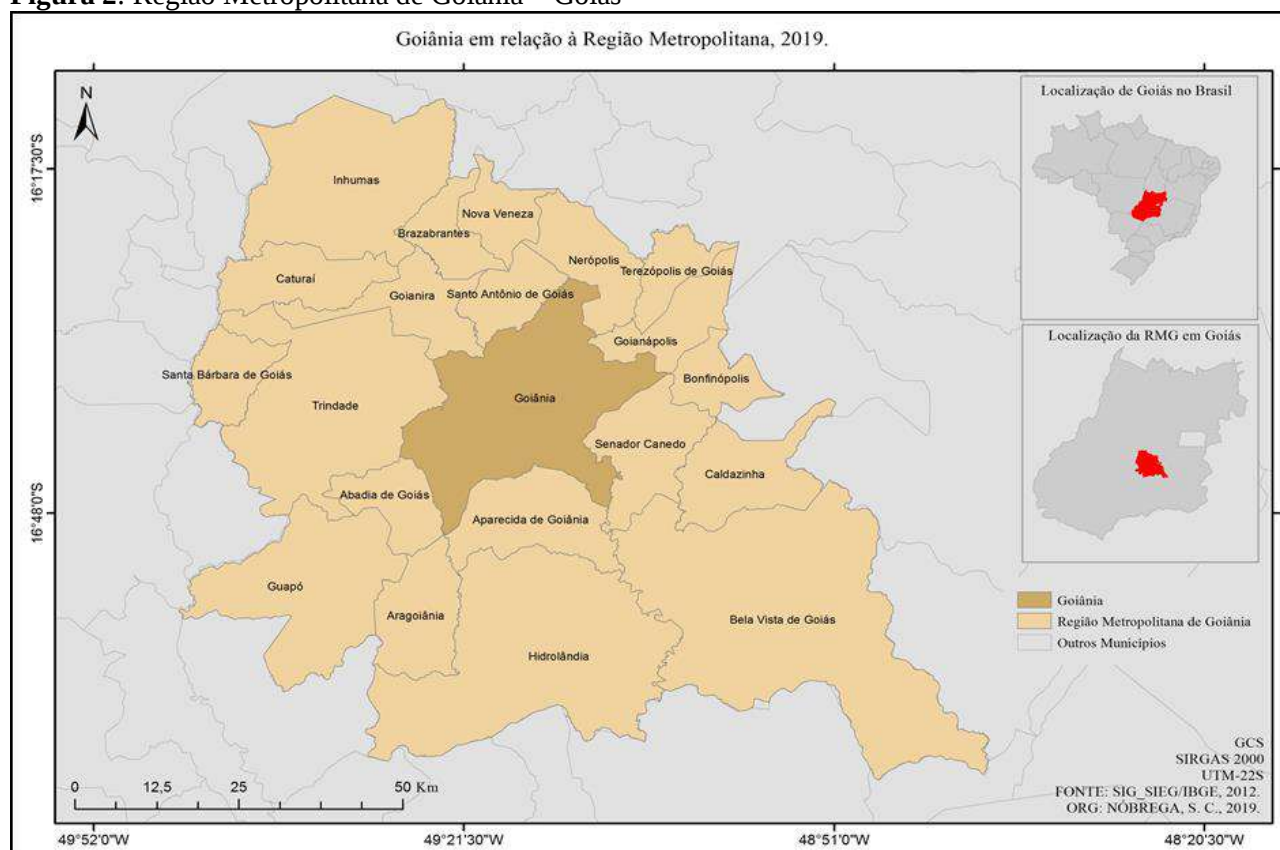
Diante dessa realidade, a temática da Agricultura Urbana e Periurbana no Brasil deve ser entendida dentro do cenário das mudanças da sociedade contemporânea em que se destacam: o processo de globalização; as mudanças nas técnicas e avanço das tecnologias da informação; o aumento da produção e o consumo de alimentos industriais e processados; além do predomínio das monoculturas no meio rural (RODRIGUES, 2009).

De acordo com Souza *et al.* (2016), o significado de agricultura urbana diz respeito ao local dos espaços dentro e ao redor das cidades ou áreas urbanas. A área que possui alguma atividade agrícola e que se insere dentro das cidades é chamada de intra-urbana e pode ser qualquer tipo de área: individual, coletiva, podendo envolver vias públicas, praças, parques e áreas que não estão sendo utilizadas como lotes e terrenos baldios.

Ainda segundo Souza *et al.* (2016), o desenvolvimento de agricultura em áreas urbanas e periurbanas está associado ao próprio desenvolvimento e expansão urbana das cidades, de como se dá o seu crescimento demográfico, o seu desenvolvimento econômico e acesso a postos de trabalho e renda. Desta forma, há uma reconfiguração dos espaços urbanos, mediante novos usos do solo, novas estruturas populacionais, novas práticas sociais, dentre outras possibilidades. Para alguns autores como Ferreira e Castilho (2007), este entendimento para ser assertivo, ou seja, a densidade populacional está permitindo a propagação da agricultura urbana.

Observa-se desta maneira, que das 18 microrregiões do estado de Goiás, a que mais se destaca na oferta de produtos é a microrregião Goiânia (Figura 2), que ofertou mais de 219.970,00 toneladas de hortifrutis em 2018; seguida pela microrregião Anápolis e Entorno de Brasília. Verifica-se, portanto, a importância da demanda urbana e populacional pelos produtos para aumentar a oferta sobretudo nas adjacências das grandes cidades.

A tabela 2 mostra a quantidade produzida em toneladas, os valores em reais e o percentual de participação no estado de Goiás, das microrregiões goianas.

Figura 2: Região Metropolitana de Goiânia – Goiás

Fonte: SIEG – IBGE, 2012

Tabela 2: Participação das microrregiões goianas na oferta de produtos hortifrúti – 2018

Participação das Microrregiões de Goiás – Produção de alimentos			
Microrregião	Quantidade (t)	Valor R\$	% participação no estado
Anápolis	145.080,3760	262.557.969,39	28,26976 %
Anicuns	8.083,9859	15.658.078,72	1,57521 %
Aragarças	59,8000	60.829,31	0,01165 %
Catalão	685,4850	1.735.457,75	0,13357 %
Ceres	12.627,3150	20.266.706,25	2,46051 %
Chapada dos Veadeiros	7.813,2940	15.074.346,64	1,52247 %
Entorno de Brasília	79.829,5004	130.698.482,41	15,55525 %
Goiania	219.970,5951	479.161.576,59	42,86256 %
Iporá	256,2820	583.294,72	0,04994 %
Meia Ponte	11.992,9826	19.957.546,52	2,33690 %
Pires do Rio	15.134,7485	21.102.978,29	2,94909 %
Porangatu	1.915,5998	3.057.552,10	0,37327 %
Quirinópolis	88,3080	278.240,38	0,01721 %
Rio Vermelho	251,8590	296.997,34	0,04908 %
São Miguel do Araguaia	1.319,6040	1.386.521,43	0,25713 %
Sudoeste de Goiás	4.021,3720	6.742.160,89	0,78359 %
Vale do Rio dos Bois	3.590,3150	9.398.053,36	0,69959 %
Vale do Paranã	478,4640	576.595,48	0,09323 %

Fonte: Análise conjuntural – CEASA, 2018



Assim, a agricultura urbana encontra-se como uma alternativa para os problemas criados pelo aumento populacional nas cidades, especialmente os que têm relação com a alimentação, saúde, meio ambiente, geração de renda e soberania para os povos. Segundo Souza *et al* (2016), quando a produção da agricultura urbana é consumida pela população local, mediante comercialização em mercados da região em que é produzida, grande parte das pessoas beneficia-se do consumo de alimentos frescos e saudáveis. A agricultura urbana pode contribuir, de forma eficiente, para a segurança e soberania alimentar.

Neste contexto, para que a agricultura urbana possa manter uma relação direta com a qualidade dos alimentos, saúde e soberania, faz-se fundamental associá-la às técnicas agroecológicas que, segundo Guzmán (2005), refere-se a um trato ecologicamente responsável dos recursos, integrando também conhecimentos de variadas ciências. Destaca-se também que para a agroecologia é muito importante contribuir para o resgate do saber popular, que não tem se limitado somente ao espaço rural, sendo aplicada também em espaços urbanos.

De modo geral é importante destacar que a agroecologia se baseia na construção de uma relação de equilíbrio e interação, de forma harmoniosa, entre os seres humanos, as plantas, os recursos naturais, o solo, a energia solar, entre outros organismos existentes. Acredita-se que somente desta forma será possível que o agrossistema se torne produtivo (ALTIERI, 2004).

A agroecologia busca integrar os saberes históricos dos camponeses com os conhecimentos de diferentes ciências, permitindo, tanto a compreensão, análise e crítica do atual modelo do desenvolvimento e de agricultura, como o estabelecimento de novas estratégias para o desenvolvimento rural e novos desenhos de agriculturas mais sustentáveis, desde uma abordagem transdisciplinar (CAPORAL, 2009).

Diante do exposto, a agroecologia está voltada para a ideia de equilíbrio, tendo na base da produção agroecológica o uso de técnicas e práticas que respeitem e estejam em interação direta com a natureza, no intuito de se cuidar e modificar minimamente o ambiente e os organismos que participam do processo de produção. Diante destas características, diferentes segmentos de produção agrícola, que não a industrial, estão sendo desenvolvidas, sendo que a que recebe maior destaque é agricultura orgânica (ASSIS; ROMEIRO, 2002).

3 SOCIOBIODIVERSIDADE E SOBERANIA ALIMENTAR: A IMPORTÂNCIA DA EDUCAÇÃO SOCIAMBIENTAL NO DEBATE SOBRE AGRICULTURA URBANA AGROECOLÓGICA

Somado ao debate exposto, destaca-se o conceito de Soberania Alimentar, que nasce de um contraponto do conceito de Segurança Alimentar estabelecido pela FAO. O entendimento de soberania alimentar passa pela ideia de que para um povo ser de fato livre e soberano, faz-se necessário passar pela alimentação. Desta forma, faz-se fundamental abordar e discutir o conceito de soberania alimentar também nas áreas urbanas e grandes cidades, atentando-se para a sociobiodiversidade³ e para o papel de uma educação socioambiental nesse processo. Antes disso é importante resgatar brevemente como as formas de apropriação do cerrado goiano criam diferenças explícitas em todo o território estadual. A mídia ainda privilegia a ideia de “estado celeiro do Brasil”, uma vez que o processo de modernização da agricultura e industrialização trouxe modificações culturais de forma impositiva, sem respeitar as diferenças identitárias, e de maneira homogeneizadora (BORGES, 2009).

Ao analisar as “monoculturas da mente”, Shiva (2002) fala de sistemas de saberes desaparecidos. Os saberes tradicionais, acumulados ao longo da história humana com a agricultura, foram paulatinamente subjugados por políticas de eliminação. Isso se dá à medida que a monocultura da mente que busca apenas ver a produtividade, taxa as florestas e matas nativas de improdutivas e as substituem por monocultivos de grãos e eucaliptos.

Alinhado a este entendimento, compreende-se que o modelo convencional de produção de alimentos iniciado com a vinda dos colonizadores com o sistema *plantation* e o extermínio das populações locais, bem como o processo de modernização da agricultura na década de 1970, apoiado em forte uso de insumos químicos precisa ser superado. Sendo necessário reconectar a produção de alimentos aos mecanismos orgânicos e biológicos naturais, e resgatar a fertilidade do solo e a agrobiodiversidade dos sistemas produtivos.

Os problemas decorrentes da contaminação dos recursos ambientais e dos alimentos por agrotóxicos configura uma situação de calamidade na saúde pública nacional, tendo em vista a amplitude da população exposta nas fábricas de agrotóxicos, na produção agrícola, no combate às endemias e no consumo desses alimentos contaminados. Há em curso um progressivo aumento do

³ Alinhamos este conceito ao entendimento de Memória Biocultural proposto por Toledo (2015). Como as sabedorias tradicionais que partem de bases ecológicas e culturais de conexão entre natureza e agricultura. Essa conexão - que é como elos entre passado, presente e futuro da humanidade - só será possível por meio de dinâmicas coevolutivas entre diversidade biológica e cultural, que são construções mutuamente dependentes enraizadas em contexto geográficos definidos.



consumo e intensificação do uso dessas substâncias no país. Exemplos claros são a Lei n° 12.873/13 e o Decreto n° 8.133/13, que estabelecem a anuência de importação, produção, comercialização e uso de agrotóxicos em situação de emergência fito ou zoonitária concedida apenas pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), sem as avaliações prévias dos órgãos de saúde e de meio ambiente (RIGOTTO, 2014). Pignati (2016) também desenvolveu pesquisas que encontraram resquícios de veneno no corpo humano e nos alimentos. Qualquer produto químico usado nas culturas, seja ela de hortaliças, soja ou milho, deixa algum resíduo fora e dentro desses alimentos.

A Revolução Verde e o processo de industrialização da agricultura são dois elementos que permitem trazer uma contextualização introdutória do cenário de emergência dos impérios agroalimentares (CAMPOS, 2017). No Brasil, a Revolução Verde teve início na segunda metade do século XX, mas só tomou força na década de 1970, devido aos incentivos do Governo Federal, que forneceu crédito rural, concedeu incentivos fiscais e subsídios, e investiu em pesquisa e extensão rural. Foi instituído um pacote tecnológico no Brasil com o intuito de modernizar o campo, por meio de investimentos em máquinas e equipamentos e em pesquisas.

Dessa forma, uma série de tramitações legislativas ocorreram no corpo do estado brasileiro e uma das repercussões que se pode considerar no debate sobre a sociobiodiversidade refere-se à expansão da fronteira agrícola; aos incentivos ao uso de agrotóxicos; e as alterações no Código florestal (Lei n° 12.651/2012), Lei Federal que regula o uso da terra e dos recursos naturais do país, considerado o principal marco legal ambiental. Estimativas do governo brasileiro apontam que 48,45% da vegetação nativa do bioma cerrado foi suprimida até o ano de 2010 (MMA 2011). Ou seja, o cerrado possui apenas 51% de vegetação remanescente, sendo este percentual representativo, sobretudo, nas regiões de presença das comunidades tradicionais (norte e nordeste goiano).

Além dessas incoerências, o agronegócio dificulta o cultivo do campesinato, que fica sem recursos para competir, pois o governo estimula, por meio de subsídios desleais, os grandes produtores de soja, milho e cana-de-açúcar. Levando em consideração as problemáticas do camponês, além das dificuldades comuns no meio rural como a concentração de terras e monopólio de sementes e insumos, verifica-se, também, a falta de políticas públicas que favoreçam a classe. Sendo assim, a sociobiodiversidade é silenciada e eliminada pelo desmatamento, pelo agrotóxico, pelo fertilizante e pelas sementes transgênicas. Em nome do lucro se desrespeita o tempo da natureza e as temporalidades dos diferentes sujeitos sociais (PORTO-GONÇALVES, 2008).

Diante dessas contradições, surgiu durante a década de 1990, o conceito de Soberania Alimentar, com um viés político muito vinculado aos movimentos sociais, com o intuito de

reorganizar o cultivo e a distribuição dos alimentos de qualidade na sociedade. Para atingir a soberania alimentar, os movimentos sociais, como o Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra - MST, o Movimento dos Pequenos Agricultores - MPA - e a Via Campesina, lutam diariamente por direitos que pertençam as suas realidades, como a implantação da reforma agrária de forma mais efetiva, já que essa pode favorecer a produção de alimentos sustentado pela ideia de modelos de produção alternativos como a Agroecologia e os Alimentos Orgânicos, além de distribuição em menores circuitos, ao contrário da lógica capitalista de produção de *commodities*. O que é importante ressaltar é que a Soberania Alimentar é muito mais que um conceito, mas sim um princípio que orienta a luta camponesa. Configura-se em um proposta alternativa e viável de produção agrícola e de consumo consciente, que apoia os pequenos produtores, o cuidado com os recursos naturais e humanos, o acesso e permanência na terra e o direito de se produzir um alimento com qualidade, livre de defensivos e com a participação de todos(as).

Ressalta-se que Altieri (2004) aborda a agroecologia como o manejo ecológico dos recursos naturais, vinculado às formas de ação social coletiva e propostas de desenvolvimento participativo associado com uma produção agrícola que contribua para a segurança e soberania alimentar. Acredita-se ainda, que a garantia da soberania alimentar passa, necessariamente, pelo fortalecimento dos circuitos curtos de produção e comercialização de alimentos. Além de garantir a disponibilidade de alimentos frescos e saudáveis para a população urbana de forma geral, a produção de alimentos na comunidade, pela comunidade e para a comunidade, representa uma oportunidade de trabalho e renda para populações em situação de vulnerabilidade social. O quadro 1 mostra alguns exemplos de feiras e locais que comercializam produtos agroecológicos ou orgânicos na grande Goiânia.

Essa discussão revela o quão importante é a participação social no processo de desenvolvimento da agroecologia como fator de promoção social local e regional, o que justifica as práticas agroecológicas não apenas como estratégia de manejo técnico-agronômico, mas sim, como alternativa político-social.



Quadro 1: Comercialização de produtos agroecológicos e orgânicos na Grande Goiânia.

FERRAMENTA DE COMERCIALIZAÇÃO	NOME	LOCAL	PERÍODO
Feira	Cerrado Alimentos Orgânicos	Rua 10, esquina com a Rua 93, 342 – Sul.	3 ^a e 5 ^a feira, das 16h às 19h
Feira	Feirinha Agroecológica	REUNI/UFG	6 ^a feira, das 11 às 14h
Feira	Feira Agroecológica	CONAB	Segunda 4 ^a feira do mês, das 14 às 16h
Feira	Feira Institucional Agroecológica do IFG	Reitoria do IFG e IFG Centro	Segunda 4 ^a feira do mês, das 9 às 13h
Feira	Feira Institucional Agroecológica da UFG	Reitoria da UFG, Pátio do IQ/ICB e FANUT	Primeira 4 ^a feira do mês, das 9 às 16h
Feira	Feira da Associação para o Desenvolvimento da Agricultura Orgânica	Mercado da Vila Nova	4 ^a feira, das 16h às 19h
Feira	Feira da Associação para o Desenvolvimento da Agricultura Orgânica	Mercado da 74, Centro	Sábado, das 7h às 11h
Feira	Espaço Vila Verde	Avenida T-15	2 ^a das 7:30 às 15h; 3 ^a e 4 ^a feira das 7:30 às 19h; 5 ^a , 6 ^a e sábado das 7:30 às 21h
Feira	Feira de Orgânicos do Europark Manakai	Alphaville Araguaia	2 ^a feira de 17 às 21h
Feira	Feira do Urias Magalhães	Rua Sergipe, 145	Sábado, das 8:30 às 11h
Comunidade que sustenta a agricultura	Agrofloresta	Chácara de Recreios Samambaia	2 ^a Feira
Comunidade que sustenta a agricultura	Florata	Condomínio Florata, Santo Antônio de Goiás	Todos os dias
Cesta Online	Cesta Agroecológica	IFG Aparecida de Goiânia	Segunda 4 ^a feira do mês, às 8h
Cesta Online	Hortaliças orgânicas	Toda a cidade de Goiânia e proximidade	2 ^a feira

Fonte: Mapa de Feiras Orgânicas - IDEC e Trabalho de Campo

Organização: Os autores, 2019

Diante dessa discussão, busca-se apontar uma outra relação campo-cidade, estabelecendo uma articulação entre a escala local urbana de produção com as ações cotidianas, de forma a orientar práticas a partir da tomada de consciência por meio da politização do consumo. A

construção de alianças e articulações entre o campo e a cidade como a luta por soberania alimentar e por uma reforma agrária popular são um oportuno caminho para a superação do projeto desigual do agronegócio. Baseado nisso, buscou-se verticalizar e difundir as reflexões sobre a importância da agricultura urbana na produção de alimentos para a grande Goiânia, as práticas agroecológicas e de soberania alimentar, por meio da educação socioambiental.

Diante da relevância e da atualidade dos temas propostos nesse artigo, traz-se por fim, a importância de se criar espaços para a discussão, verticalização e uso de práticas associadas a agricultura urbana agroecológica, pois se considera uma forma de se promover a cidadania, o acesso a alimentos saudáveis, além de contribuir para que o indivíduo se reconheça como parte do meio ambiente, resgatando o sentimento de pertença e o integrando socialmente. Acredita-se, portanto, que uma das formas mais eficazes é a de se trabalhar essa temática com jovens e crianças, por meio da educação socioambiental, pois é uma forma de se estimular o protagonismo social, a troca de saberes e habilidades coletivas e a soberania dos povos, que passa necessariamente pelo direito à comida.

Na grande Goiânia, destaca-se o projeto Horta Escolar, vinculado à Secretaria Municipal da Educação de Goiânia, que possui cerca de 250 instituições cadastradas no ano de 2019 e realiza aproximadamente 26 oficinas por mês. O objetivo desse projeto é estimular o consumo de alimentos naturais pela comunidade escolar, além da troca de conhecimentos e influência nas escolhas alimentares. Segundo dados da Prefeitura de Goiânia (2019), esse projeto já atendeu em média 85 mil alunos, com idade de seis meses a 15 anos. O atendimento é feito em escolas, em centros municipais de Educação Infantil (CMEI) e instituições conveniadas ao município.

Walter (2013) traz o conceito de *food movement* importante para compreender o papel social das hortas comunitárias. Para ele, as hortas são uma das muitas vertentes do movimento alimentar da sociedade civil atual, ao lado de mercado de agricultores, fazendas orgânicas, alimentos lentos (*slow foods*) comércio justo e cooperativas de alimentos. As hortas urbanas e comunitárias são uma forma de pedagogia pública e de rico aprendizado relacionado aos movimentos sociais. Essas hortas urbanas podem ser desenvolvidas em vários locais, como escolas, hospitais, terrenos baldios, entre outros.

Desta forma, concorda-se com Walter (2013), quando defende que o movimento alimentar também é sobre comunidade, identidade, prazer e, mais notavelmente, sobre a criação de um novo espaço social e econômico alternativo às grandes corporações e muitas vezes ao Estado. Ou seja, trata-se também da construção de uma soberania alimentar na sociedade urbana.



Diante disso, para finalizar o presente artigo, será abordada de forma sintética uma pesquisa realizada na Escola Estadual Vandy de Castro, localizada na periferia de Goiânia, com uma turma de 30 alunos, pesquisa esta voltada ao processo de construção da sociobiodiversidade, por meio das práticas agroecológicas e da soberania alimentar. O intuito foi verificar na prática esse movimento alimentar urbano que tem crescido nas grandes cidades e entender como a educação socioambiental pode ter papel fundamental para a difusão desses conceitos e ações. Buscou-se utilizar de práticas e técnicas que proporcionassem a instrumentalização de crianças e jovens para a análise do espaço ao qual estão inseridos, visando gerar empoderamento, autonomia e contribuir para o exercício da cidadania e para a transformação social (Figura 3).

Figura 3: A construção coletiva da horta escolar – Goiânia, Goiás



Fonte: Os autores, 2018

Objetivou-se em síntese, que os estudantes conhecessem as diferentes formas de produção agrícola, sua evolução ao longo do tempo e conhecessem os dados referentes à produção de alimentos pela agricultura familiar, como a maior responsável pela produção dos alimentos que chegam às mesas dos brasileiros, adepta a sustentabilidade ambiental e mantenedora da cultura popular. Muitas vezes negligenciado pela lógica da produção capitalista, conforme já mencionado anteriormente.

A partir da prática o sujeito pode melhor compreender a organização do espaço geográfico permitindo a construção do conhecimento e entrever de modo significativo pelo processo de ensino-

aprendizagem a realidade espacial em múltiplas escalas: cerrado / escola / produção de alimento. A culminância dessa pesquisa-ação voltada para a escola, foi a construção de uma horta escolar, enquanto um exemplo de agricultura urbana, na qual pode-se verticalizar sobre a produção de alimentos saudáveis, em várias escalas da sociedade, bem como resgatar a manutenção de práticas tradicionais. Além da reprodução da agricultura agroecológica na cidade enquanto via de obtenção de renda e garantia da soberania alimentar. O quadro 2 apresenta a síntese das atividades realizadas no âmbito da escola.

Quadro 2: Síntese das atividades realizadas na Escola Estadual Vandy de Castro.

TEMA DA ATIVIDADE	CONTEÚDO	METODOLOGIA
A História da agricultura e os modelos de produção	A história da agricultura no Brasil; projetos políticos para o campo brasileiro: agronegócio X agroecologia; produção de alimentos; movimentos sociais e reforma agrária.	Exposição dialogada e dinâmicas em grupo
A Biodiversidade do Cerrado	Bioma cerrado, Sustentabilidade no uso dos recursos naturais, sociobiodiversidade, extrativismo, etc.	Roda de conversa; Dinâmica em grupo; e atividade de pesquisa para casa
Agricultura urbana e relação campo-cidade	Produção de alimentos no meio urbano, relação campo cidade a partir da produção-consumo, expressões de ruralidades na cidade, migração, reutilização de resíduos sólidos.	Oficina de construção de horta vertical, roda de conversa sobre o tema
Agroecologia e Compostagem	Reaproveitamento de resíduos orgânicos, educação ambiental, relação com a natureza no meio urbano.	Oficina com a construção de uma composteira doméstica – feita pelos alunos
Manejo Agroecológico do Solo	Disponibilidade de terra no meio urbano, manejo agroecológico do solo, problemáticas do uso de agrotóxicos.	Maquetes e materiais didáticos com uso de solo; Teoria e prática simultâneos – trabalho no local destinado à horta da escola
Trabalho de Campo – agrofloresta na cidade	Agricultura urbana agroecológica, plantas medicinais, agrofloresta, recuperação de área degradada em áreas urbanas	Visita guiada e dialogada na agrofloresta da Escola de Agronomia da UFG
Horta agroecológica urbana na escola	Ciclo de cultivo, a irrigação do solo, as relações de produção, a alimentação saudável, a distribuição e disposição dos canteiros	Construção prática da horta – alunos, professores e pesquisadores

Fonte: Os autores, 2019

Fez-se a opção para a construção da horta escolar coletiva plantando-se verduras e legumes que pudessem ser utilizados na merenda escolar e que fossem de fácil plantio e manejo para que os alunos pudessem reproduzir a atividade realizada também em suas casas. Foram plantadas: alface, acelga, couve, rúcula, pimentas diversas, orégano, tomilho, tomate, jiló, abacate e mamão; também foram plantadas algumas Pancs (plantas alimentícias não convencionais), como: taioba, feijão



borboleta, jambú, beldroega, peixinho e azedinha; e plantas medicinais como: penicilina, alecrim, menta, hortelã, lavanda, carqueja, capim santo, balsamo e boldo. A figura 4 mostra a construção da horta agroecológica coletiva no espaço da escola.

Figura 4: Plantio realizado pelos alunos - horta escolar agroecológica



Fonte: Os autores, 2018

Após o processo de construção da horta escolar, passou-se a realizar visitas pontuais voltadas à assistência e manutenção da horta, que ficou sob os cuidados da comunidade escolar. Com isso, buscou-se trabalhar na prática o conceito de soberania alimentar, apoiando-se no fato da importância de o sujeito aprender, ter possibilidade e ser responsável pelo cultivo do seu próprio alimento. Entende-se que esse conceito deve servir como parte do aprendizado de crianças e jovens: o saber utilizar e valorizar a terra, sobretudo para os jovens que vivenciam os espaços urbanos, compreender a importância dos alimentos saudáveis e da produção em pequena escala. Reiteramos Walter (2013) no sentido de ressaltar que as hortas comunitárias podem ser espaços onde reciprocidade, confiança e cooperação podem ser aprendidas e praticadas por meio das diferenças sociais, onde mecanismos para compartilhar recursos e dirimir os conflitos podem ser desenvolvidos de forma coletiva, democrática e buscando o interesse comum.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Sobretudo a partir de 1970, diversas transformações socioespaciais, políticas e culturais foram provocadas pela modernização e globalização e, assim sendo, novas demandas foram postas ao sistema educacional brasileiro. Tais mudanças repercutiram na prática pedagógica, no saber fazer, na formação profissional, no modo de ensinar e aprender, refletindo a necessidade de reformulações de propósito do sistema educativo. E é diante desta realidade que o projeto buscou atuar, uma vez que pautados por Paulo Freire (2005) entendemos a relação sociedade e universidade como momento essencial da transformação social e a educação como prática social de conscientização e libertação.

Entendemos que a associação entre teoria e prática pode levar o sujeito a melhor compreender a organização do espaço geográfico, permitindo a construção de conhecimento para os direitos dos cidadãos e de empoderamento, tanto na formação escolar, como na construção de significados geográficos para a realidade vivida. Uma vez que, apesar do esforço do capital de dissociar cidade e campo, a relação entre a população urbana e os alimentos é vetor central de exposição das contradições do atual modelo hegemônico para o campo, que produz majoritariamente mercadorias e não alimento/comida. Isto é extremamente importante no que diz respeito à soberania alimentar, sobretudo no atual contexto em que o Brasil volta ao mapa da fome - de acordo com o IBGE, entre 2016 e 2017, a pobreza da população passou de 25,7% para 26,5%. Enquanto os extremamente pobres, que vivem com menos de R\$140,00 mensais (pela definição do Banco Mundial), saltaram de 6,6%, em 2016, para 7,4%, em 2017.

Diante disso, temos pesquisas e evidências que mostram como os métodos agroecológicos já contribuem para a segurança alimentar a nível local, regional e nacional. Além de que, aumentam os níveis de capital natural, humano, social, financeiro e físico nas comunidades agrícolas e das periferias urbanas. A consciência coletiva está aumentando e a reação a este modelo está acontecendo com a transição agroecológica, quando vemos que esse projeto não apenas tem tomado forma, no seio das organizações, como também tem se apresentado como possibilidade concreta de reprodução social e alternativa da vida, não apenas para os camponeses, como também para a parcela significativa da classe trabalhadora urbana que se encontra em condições precarizadas de vida. Mas para a potencialização e difusão da agroecologia, políticas públicas são fundamentais, tanto no incentivo e financiamento de novas pesquisas como na conscientização de produtores e



consumidores da importância da agroecologia para a alimentação enquanto uma escolha e um ato político.

REFERÊNCIAS

ALTIERI, Miguel. **Agroecologia: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável**. 4ª ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

ASSIS, R. L. de; ROMEIRO, A. R. **Agroecologia e Agricultura Orgânica: controvérsias e tendências**. Desenvolvimento e Meio Ambiente, Curitiba, v. 6, p. 67-80, 2002.

BORGES, Joyce Almeida. ALMEIDA, Maria Geralda de. Experiências com as Identidades Goianas no Ensino Fundamental de Geografia. **Revista Boletim Goiano de Geografia**. Goiânia, v. 29, n. 2, p. 199-211, 2009.

BRASIL. Lei Nº 11.326, de 24 de Julho de 2006. **Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11326.htm> Acesso em: 06/06/2019.

BRASIL, LEI Nº 12.651, DE 25 DE MAIO DE 2012. **Código Florestal**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2012/Lei/L12651.htm> Acesso em: 05/07/2018.

CAMPOS, Janaina Cassia. SILVA, Julyana Baroni da. Soberania Alimentar No Contexto Do Atual Sistema Agroalimentar Globalizado. **VIII Simpósio Internacional de Geografia Agrária e IX Simpósio Nacional de Geografia Agrária**. 2017. Disponível em: <https://singa2017.files.wordpress.com/2017/12/gt17_1506901460_arquivo_artigo_singa_janaina_julyana.pdf>

CAPORAL, F. R. Em defesa de um Plano Nacional de Transição Agroecológica: compromisso com as atuais e nosso legado para as futuras gerações. In SAUER, S. BALESTRO, M. V. (Org.). **Agroecologia e os desafios da transição agroecológica**. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

CASTILHO, Ingrid. Brasil: 70% dos alimentos que vão à mesa dos brasileiros são da agricultura familiar. **Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário** – outubro de 2017.

FERREIRA, J. R.; CASTILHO, C. J. M. Agricultura urbana: discutindo algumas das suas engrenagens para debater o tema sob a ótica da análise espacial. **Revista de Geografia**, Recife, v. 24, n. 2, p. 6-23, 2007.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 42ª edição, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

CEASA - GOVERNO DO ESTADO DE GOIÁS. **Centrais de Abastecimento de Goiás S/A – CEASA**. Disponível em: <<http://www.ceasa.go.gov.br/>> Acesso em: 03/08/2019.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Disponível em: <<https://ibge.gov.br/>> Acesso em: 03/08/2019.

IMB - Instituto Mauro Borges. **Estatísticas Municipais**. Disponível em: <www.imb.go.gov.br> Acesso em: 03/08/2019.

INSTITUTO BRASILEIRO DE DEFESA DO CONSUMIDOR- IDEC. **Mapa de Feiras Orgânicas**. Disponível em: < <https://feirasorganicas.org.br/> > Acesso em: 12/09/2018.

EDINA, Gabriel. **Agricultura familiar em Goiás**: lições para o assessoramento técnico. 4ª. Ed. Goiânia: Editora UFG, 2018.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE – MMA. **Monitoramento do Bioma Cerrado**. Acordo de Cooperação Técnica MMA/IBAMA, 2009-2010. Brasília, 2011.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUARIA E ABASTECIMENTO – MAPA. Disponível em: < <http://www.agricultura.gov.br/> > Acesso em: 03/05/2019.

MITIDIERO, Marco Antonio; BARBOSA, Humberto Junior Neves; SÁ, Thiago Hérick. Quem Produz Comida para os brasileiros? 10 anos do Censo Agropecuário 2006. **Revista Pegada**, vol. 18, n. 37 Setembro-Dezembro/2017.

MOVIMENTO DOS PEQUENOS AGRICULTORES - MPA. **Comida justa e saudável: O que você não sabe sobre Soberania Alimentar**. Disponível em: www.mpabrasil.org.br. Acesso em 10/07/2019.

PIGNATI, Wanderlei. Agronegócio, agrotóxicos e saúde. In **Agrotóxicos – violações socioambientais e direitos humanos no Brasil**. SOUZA, Murilo M. O.; FOLGADO, Cleber A. R. (Orgs.). Editora URG: Anápolis, 2016.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. Temporalidades amazônicas: uma contribuição à Ecologia Política. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, n. 17, p. 21-31. 2008.

RIGOTTO. Raquel Maria; VASCONCELOS, Dayse Paixão; ROCHA, Mayara Melo. Uso de agrotóxicos no Brasil e problemas para a saúde pública. **Cad. Saúde Pública**, vol. 30, n. 7 Rio de Janeiro, 2014.

RODRIGUES, V. L. G. S. **Urbanização e ruralidade**. Brasília, DF: MDA, 2009.

SECRETARIA DE AGRICULTURA FAMILIAR E COOPERATIVISMO – MDA/GO. Disponível em: <www.mda.gov.br> Acesso em: 07/07/2019.

SEVILLA GUZMÁN, E. Agroecologia e desenvolvimento rural sustentável. In: AQUINO, A. M. e ASSIS R. L. (Ed.). **Agroecologia**: princípios e técnicas para uma agricultura orgânica sustentável. Brasília, DF: Embrapa Informação Tecnológica, 2005, p. 103-132.

SHIVA, Vandana. **Monoculturas da Mente**. Global Editora. 2002.

SOUZA, Mariana Barbosa de; COSTA, João Paulo Reis; ZANCHI, Verenice. Agricultura Urbana sob o Prisma da Agroecologia e da Agricultura Orgânica. In: **Anais 1º Seminário Nacional de Desenvolvimento Regional**. 2016.

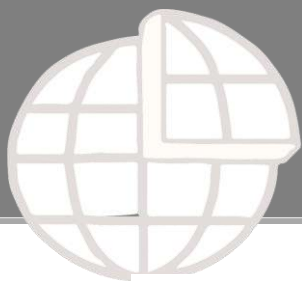
TOLEDO, Victor M.; BARRERA-BASSOLS, Narciso. **A Memória Biocultural**: A Importância Ecológica dos Saberes Tradicionais. Expressão Popular: São Paulo, 2015.



WALTER, Pierre. Theorising community gardens as pedagogical sites in the food movement. **Environmental Education Research**, 19:4, 521-539, 2013.

Recebido em 09 de Setembro de 2019

Aprovado em 14 de Outubro de 2019



A PRODUÇÃO DE LEITE BOVINO E A PERMANÊNCIA/RESISTÊNCIA DESTE SETOR FRENTE ÀS PRINCIPAIS ATIVIDADES AGRÍCOLAS NO MUNICÍPIO DE ITUIUTABA/MINAS GERAIS

THE PRODUCTION OF BOVINE MILK AND THE PERMANENCE/RESISTANCE OF THIS SECTOR AGAINST THE MAIN AGRICULTURAL ACTIVITIES IN THE MUNICIPALITY OF ITUIUTABA/MINAS GERAIS

LA PRODUCCIÓN DE LECHE BOVINO Y LA PERMANENCIA / RESISTENCIA DE ESTE SECTOR FRENTE LAS PRINCIPALES ACTIVIDADES AGRÍCOLAS EN EL MUNICIPIO DE ITUIUTABA / MINAS GERAIS

DOI 10.33360/RGN.2318-2695.2019.i3.p.151-164

Thales Silveira Souto

Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGGE) da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM)

Membro do Núcleo de Estudos Regionais e Agrários (NERA) da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM)

E-mail: thales.souto@hotmail.com

Meri Lourdes Bezzi

Professora Titular do Departamento de Geociências da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM)

Professora do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM)

Coordenadora do Núcleo de Estudos Regionais e Agrários (NERA) da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM)

E-mail: meribezzi@yahoo.com.br

RESUMO:

O incremento da pecuária bovina de leite no município de Ituiutaba/MG no período de 1975 a 2015 proporcionou dinâmicas no setor produtivo agropecuário. Esta atividade obteve significativo crescimento após a implantação das agroindústrias processadoras de leite neste município, que são a Fazendeira, implantada em 1938, Nestlé, instalada em 1974 e o laticínio Canto de Minas, datado de 1994. Para a organização desta investigação, desenvolveu-se as seguintes etapas metodológicas. Na primeira, fez-se a pesquisa bibliográfica, alicerçando a matriz teórica/metodológica; posteriormente, buscou-se dados secundários da produção agropecuária e na terceira etapa fez-se visitas as propriedades produtoras de leite a fim de visualizar *in loco* a realidade vivida por estes produtores e também aos laticínios e responsáveis por associações, sindicatos e secretaria da agricultura do município, nesta etapa buscou-se averiguar as dificuldades e as perspectivas deste setor no cenário agropecuário atual. Por fim, analisou-se as informações e dados obtidos nas fases anteriormente citadas, gerando a interpretação do processo de organização/reorganização espacial resultante do desenvolvimento da cadeia produtiva de leite bovino nesta unidade territorial, e, sobretudo, o entendimento da importância do incremento desta atividade para este município.

Palavras-chave: Pecuária Bovina de Leite; Transformações; Ituiutaba/MG.

ABSTRACT:

The increment of bovine milk in the city of Ituiutaba/MG from 1975 to 2015 provided dynamics in the agricultural production sector. This activity achieved significant growth after the implantation of the milk processing agro-industries in this city, which are Fazendaira, established in 1938, Nestlé, installed in 1974 and the Canto de Minas dairy, dated to 1994. To organize this investigation it was developed the following methodological steps. In the first one, the bibliographic research was done, grounding the theoretical/methodological matrix; subsequently, secondary data on agricultural production were sought and in the third stage visits were made to the dairy producing properties in order to visualize *in loco* the reality faced by these producers and also to the dairies and heads of associations, unions and the city's Department of Agriculture, in this stage it was sought to investigate the difficulties and perspectives of this sector in the current agricultural scenario. To conclude, we analyzed the information and data obtained in the phases mentioned above, generating the interpretation of the socio-spatial organization/reorganization process resulting from the development of the bovine milk production chain in this territorial unit, and the understanding of the importance of this increase activity in this city.

Keywords: Dairy Cattle; Transformations; Ituiutaba/MG.

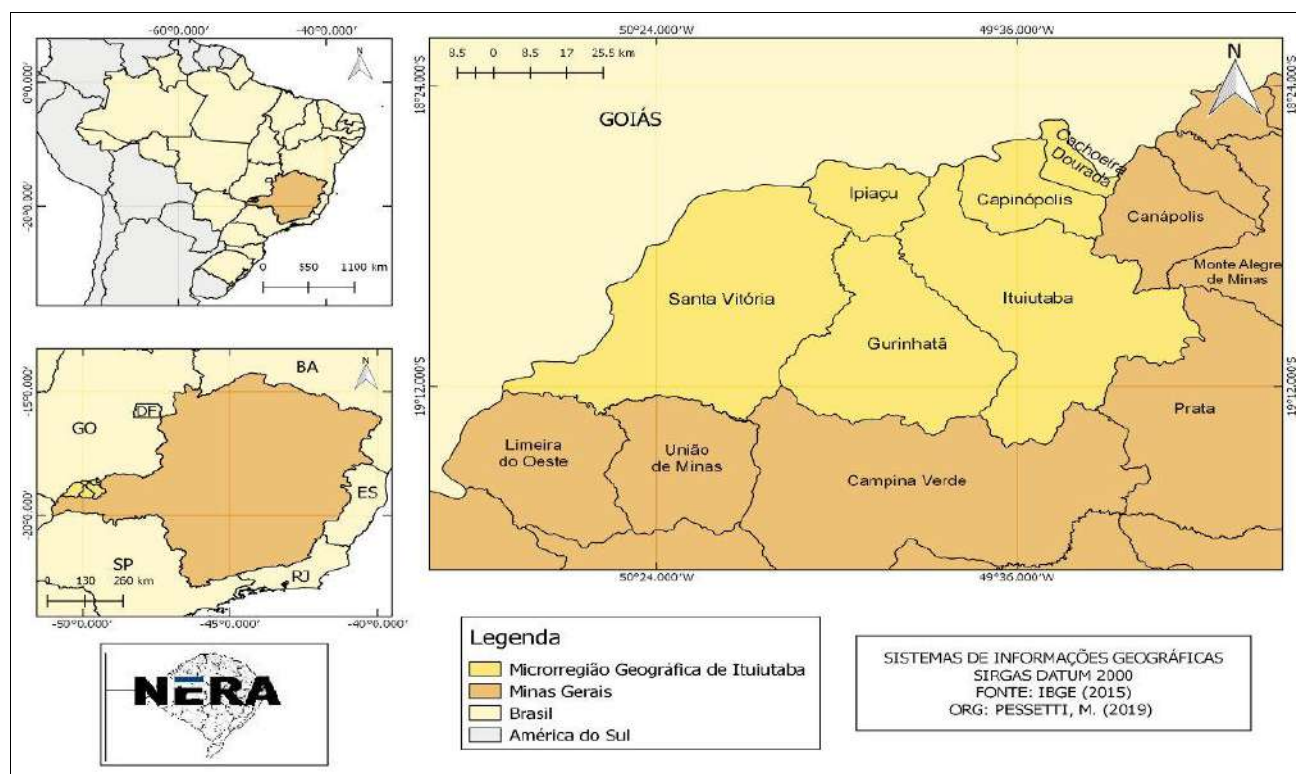
RESUMEN:

El incremento de la ganadería bovina de leche en el municipio de Ituiutaba / MG en el período de 1975 a 2015 proporcionó dinámicas en el sector productivo agropecuario. Esta actividad obtuvo un significativo crecimiento tras la implantación de las agroindustrias procesadoras de leche en este municipio, que son la Fazendaira, implantada en 1938, Nestlé, instalada en 1974 y el laticado Canto de Minas, fechado en 1994. Para la organización de esta investigación, se desarrolló las siguientes etapas metodológicas. En la primera, se hizo la investigación bibliográfica, fundando la matriz teórica / metodológica; posteriormente se buscó datos secundarios de la producción agropecuaria y en la tercera etapa se realizaron visitas a las propiedades productoras de leche a fin de visualizar *in loco* la realidad vivida por estos productores y también a los productos lácteos y responsables de asociaciones, sindicatos y secretaría de la agricultura del sector, en esta etapa se buscó averiguar las dificultades y las perspectivas de este sector en el escenario agropecuario actual. Por último, se analizaron las informaciones y datos obtenidos en las fases anteriormente citadas, generando la interpretación del proceso de organización / reorganización espacial resultante del desarrollo de la cadena productiva de leche bovina en esta unidad territorial, y, sobre todo, el entendimiento de la importancia del incremento actividad para este municipio.

Palabras clave: Ganadería Bovina de Leche; Transformaciones; Ituiutaba/MG.

1 INTRODUÇÃO

Partindo da ideia da importância do setor produtivo de leite bovino para o cenário socioeconômico brasileiro, ressalta-se que esta atividade deve e pode ser melhor explorada. Neste sentido, buscou-se nesta investigação, analisar as transformações no panorama rural do município de Ituiutaba/MG, resultantes da implantação das unidades processadoras de leite bovino, no período de 1975 a 2015, mostrando o potencial deste setor e a dinâmica resultante em nível local (Mapa 1).

Mapa 1: Localização do município de Ituiutaba/MG/Brasil

Embora a pecuária de leite tenha obtido maior expressão no cenário produtivo de Ituiutaba após a implantação da Nestlé¹ que foi instalada em 1974, vale ressaltar as demais processadoras de leite que coletam este produto nesta unidade territorial e que também contribuem para o fomento deste setor. Destaca-se a agroindústria Fazendeira², que é datada do ano de 1938 e a Canto de Minas³, que iniciou as suas atividades em 1994, ambas com capital de origem local. Além das agroindústrias citadas, salientam-se outras fábricas que captam leite dos produtores de Ituiutaba para atender a demanda de suas unidades, as quais localizam-se nos municípios limítrofes a unidade territorial enfocada, como a Alimentos Triângulo/Doce Mineiro (Canápolis/MG), COOPRATA – Cooperativa dos Produtores do Município de Prata (Prata/MG), CALU – Cooperativa Agropecuária Limitada de Uberlândia (Uberlândia/MG) e Catupiry (Santa Vitória/MG).

¹ De acordo com a entrevista realizada com o gestor da Nestlé, verificou-se que existem 240 trabalhadores diretos (chegando a 250 quando a produção está em alta) e 200 de forma indireta. Há 280 fornecedores de leite. Ocorre a coleta diária de leite de cerca de 1.800.000 litros. Ela possui capacidade produtiva de 2.000.000 de litros de leite por dia. Cabe ressaltar que a fábrica produz apenas o leite em pó (Trabalho de campo, 2015).

² Na entrevista foi informado que existem 51 fornecedores de leite. A empresa emprega 50 funcionários de forma direta e cerca de 20 funcionários indiretamente. A agroindústria possui a capacidade de transformação de 80.000 litros de leite por dia. Totalizam cinco diferentes variedades de produção com o uso do leite bovino, que são a manteiga de leite, o leite pasteurizado, o leite condensado, as sobremesas lácteas e o doce de leite (Trabalho de campo, 2015).

³ De acordo com a entrevista realizada com o gestor da Canto de Minas, resalta-se que na atualidade essa planta produz 53 itens derivados do leite, com o volume de processamento de 70.000 litros de leite por dia. A agroindústria possui 150 fornecedores dessa matéria prima e emprega de forma direta 220 funcionários (Trabalho de campo, 2015).



Neste sentido, explica-se a temática investigativa devido às mudanças agregadas no setor produtivo agropecuário do município de Ituiutaba após a implantação das agroindústrias de leite bovino, bem como devido à importância desta unidade territorial na produção desta matéria prima em âmbito local/regional. Sendo assim, a justificativa da realização deste estudo é centrada no intuito de compreender as dinâmicas resultantes do desenvolvimento do setor produtivo leiteiro nesta unidade territorial.

O objetivo central deste artigo foi analisar o incremento produtivo leiteiro no município de Ituiutaba/MG e a dinâmica espacial resultante, no período de 1975 a 2015. Especificamente, objetivou-se: (a) averiguar as perspectivas e barreiras da pecuária leiteira bovina; (b) analisar a importância da instalação das agroindústrias leiteiras para a dinâmica produtiva desta unidade territorial; (c) verificar o cenário produtivo leiteiro do município investigado.

Para entender as mudanças do setor produtivo agropecuário e as metamorfoses espaciais resultantes da cadeia produtiva de leite bovino nesta unidade territorial, foi fundamental o desenvolvimento das seguintes etapas metodológicas. Na primeira etapa, fez-se a pesquisa bibliográfica, alicerçando a matriz teórica e metodológica deste estudo; posteriormente, buscou-se dados secundários da produção agropecuária da unidade territorial investigada no site do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística; na terceira etapa fez-se visitas as propriedades produtoras de leite, nesta aplicou-se questionário aos produtores de leite, a fim de visualizar *in loco* a realidade vivida por estes atores, em outro momento do trabalho de campo ocorreu a visita aos laticínios, nesta aplicou-se questionários aos gestores das supramencionadas agroindústrias leiteiras, em outra fase do trabalho de campo, aplicou-se questionário aos responsáveis por associações, sindicatos e Secretaria da Agricultura do município, nesta etapa buscou-se averiguar as dificuldades e as perspectivas deste setor no cenário agropecuário atual, outra etapa do trabalho de campo foi referente à aplicação de questionário aos empresários de estabelecimentos comerciais agropecuários. Por fim, analisou-se as informações e dados obtidos nas fases anteriormente citadas, gerando a interpretação da dinâmica do setor agropecuário resultante do desenvolvimento da cadeia produtiva de leite no município de Ituiutaba no período de 1975 a 2015.

Verificou-se que a expansão da produção de leite bovino nesta unidade territorial foi fundamental para a reorganização produtiva, econômica e espacial, pois na medida em que houve a demanda por leite, os proprietários de estabelecimentos agropecuários que realizavam demais atividades, passaram a produzir leite, incrementando o setor. Contudo, vale ressaltar que esta atividade possui problemas, mas também, boas perspectivas no que tange ao desenvolvimento local. Sendo assim, para entender o processo de incremento e desenvolvimento da pecuária leiteira, deve-

se levar em conta as reflexões teóricas a respeito desta produção, as quais estão apresentadas neste artigo.

2 O SETOR PRODUTIVO DE LEITE BOVINO: OBSTÁCULOS E POSSIBILIDADES

O incremento do setor agropecuário brasileiro ocorreu com o intuito de alicerçar a economia do país. Aponta-se que os incentivos e ações para determinadas atividades foram intensificadas naquelas em que o mercado externo possuíam/possuem maior interesse. Nesta linha de pensamento, ressalta-se que o setor produtivo primário se desenvolveu de forma a atender à necessidade do mercado consumidor, financiando a economia do país.

Vilela, Bressan e Cunha (2001) ponderam que neste cenário a agricultura, que até o início da década de 1980 era desenvolvida em grande parte do Brasil de forma tradicional, com o incentivo público, juntamente com o interesse do capital privado nacional e, sobretudo internacional, priorizou a inserção de técnicas e tecnologias, como também, a realização de estudos para maior e melhor produtividade.

Entretanto, no que tange a pecuária leiteira, Vilela, Bressan e Cunha (2001, p. 9) ressaltam que “(...) o setor de lácteos aparece à frente de uma lista de exceções no processo de modernização das atividades agroindustriais.” Ainda nesta perspectiva, segundo Ribeiro e Lório (2006), “Apesar de toda significância que a Cadeia Produtiva do leite tem, observa-se que as principais restrições ao desenvolvimento da cadeia no Brasil são de natureza produtiva e industrial”.

Alguns problemas são verificados neste setor. Destaca-se a existência de restrições técnicas, baixa tecnologia utilizada, bem como áreas de pastagens degradadas ou com pouco manejo para uma pastagem de melhor qualidade. Aponta-se ainda a questão do baixo padrão genético dos animais para a produção de leite. Outra dificuldade se refere à falta de tecnologias para adequar a pecuária leiteira às diferentes realidades do país e, também, a escassez de pesquisas em zootecnia de precisão (RIBEIRO; LÍRIO, 2006).

Nesse contexto, verificam-se ainda outros empecilhos enfrentados por esse setor, os quais são relacionados ao tipo de transporte utilizado, às estradas precárias no meio rural, falta de refrigeração do leite *in natura* em algumas propriedades, assim como, a carência de fornecimento regular de energia elétrica. Já no segmento do beneficiamento e processamento do leite, Ribeiro e Lório (2006, p. 3) assinalam que existem restrições tecnológicas vinculadas ao capital internacional, pois “(...) as tecnologias de produto e processo encontram-se disponíveis, vindas em geral do



exterior, e são oferecidas por grandes corporações, na forma de equipamentos, embalagens e processos”.

No que tange ao papel da indústria processadora de leite no país, deve-se considerar a importância que a mesma possui para a manutenção e o desenvolvimento do setor. Dessa forma, Vilela, Bressan e Cunha (2001, p. 13) apontam que,

[...] por um lado, a indústria criou condições para a expansão horizontal de pecuária leiteira, por outro, pouco fez pelo (ou mesmo inibiu) o aumento de produtividade naquela atividade. Em vez de forçar a mudança, como ocorreu em tantos outros casos, a indústria de laticínios preferiu adaptar-se às precárias condições da produção leiteira, com seu suprimento instável de matéria-prima de baixa qualidade e alto custo de coleta. É curioso o paralelo entre os problemas da indústria e os da produção de leite. Assim como esta, aquela é extremamente heterogênea. Há um número pequeno de unidades industriais modernas, e um número enorme de pequenas empresas – milhares delas – e de cooperativas, com baixo padrão tecnológico, pouca sofisticação gerencial e produzindo bens de qualidade inferior. Assim como há um mercado informal de leite *in natura*, há uma indústria artesanal, que atende a um público menos sofisticado, em geral de menor poder aquisitivo.

Salienta-se que esta atividade passou por dificuldades até o fim da década de 1980. Este período foi marcado pela inserção dos interesses internacionais no campo brasileiro e pelas ações desenvolvidas pelo Estado. Aponta-se que a iniciativa privada e o poder público priorizaram o desenvolvimento de algumas atividades agrícolas. Além disso, havia restrições ao setor leiteiro, como tabelamento do preço do litro do leite produzido.

A pecuária leiteira obteve significativa depreciação nesse cenário, devido, principalmente, à importância a poucos segmentos produtivos agrícolas, como os relacionados à soja e à cana de açúcar, por exemplo, os quais são reflexos das ações e interesses do mercado externo, congruente às políticas de desenvolvimento agrícola. Neste período, ocorreu também a redução do programa de crédito rural subsidiado e a elevação da taxa de juros (GOBBI, 2006). Nessa perspectiva, Souza (1999, p. 41) salienta:

A expansão ou retração da produção leiteira está relacionada às políticas econômicas adotadas. Ao analisar a conjuntura econômica brasileira, observam-se reduções da produção de leite no início dos anos 1980, em função da crise econômico-financeira ocorrida nesse período. Esse foi um período conturbado, cujos efeitos para o setor leiteiro foram de atraso tecnológico, baixa competitividade e perda de mercados. Dentre os fatores que causaram esta situação desfavorável, destacam-se: endividamento externo, déficit fiscal, inflação e redução de investimentos.

No entanto, a partir da década de 1990 houve o crescimento do setor leiteiro no país, o qual se vinculou à expansão da necessidade desse produto no mercado interno e externo. Nesse sentido, destaca-se que o sistema agroindustrial leiteiro passou por mudanças importantes. Jank e Galan (1997, p. 199) enfatizam que inicialmente ocorreu a desregulamentação do mercado no Governo Collor, liberando os preços do leite, além disso, “simultaneamente, ocorreu a abertura comercial ao exterior e a consolidação do Mercosul, que representaram um incremento da concorrência com produtos importados”.

Ressalta-se a fala de Campos e Piacenti (2007, p. 9), os quais destacam que “a Cadeia Agroindustrial do Leite se configura como uma das mais importantes do agronegócio brasileiro, tanto sob a ótica econômica como social”. De acordo com Gomes (2001), esta cadeia produtiva, em abrangência nacional, vem desempenhando um relevante papel no suprimento de alimentos e na geração de empregos e de renda para a população.

No cenário produtivo agropecuário, Campos e Piacenti (2007, p. 4) referem que “(...) a atividade leiteira participa na formação da renda de grande número de produtores, além de ser responsável por elevada absorção de mão de obra rural (contratada e familiar), propiciando a fixação do homem no campo”. No entanto, verifica-se a necessidade do incremento produtivo desse setor, pois, de acordo com Vilela, Bressan e Cunha (2001, p. 13), “(...) a indústria de laticínios preferiu adaptar-se às precárias condições da produção leiteira, com seu suprimento instável de matéria prima de baixa qualidade e alto custo de coleta”. Contudo, deve-se levar em consideração o crescimento significativo da produção de leite no país. A este respeito, Gomes (1999, p. 4) pondera;

Em resumo, a produção de leite, no Brasil, vem crescendo a taxas significativas, e os resultados obtidos são mais expressivos, dadas as adversidades enfrentadas pelo produtor. Evidentemente que se deve esperar um desempenho ainda melhor, tendo em vista a disponibilidade de recursos naturais e a posição do país em relação à produção mundial. Entretanto, a velocidade das transformações vem aumentando, o que dá esperança de um desempenho ainda melhor nos próximos anos.

Portanto, Campos e Piacenti (2007, p. 4) assinalam a necessidade de um melhor conhecimento desta atividade, pois “(...) a partir da sua caracterização pode-se traçar novos direcionamentos e projeções futuras para a pecuária, propiciando melhor tomada de decisão e superação de entraves que impedem o desenvolvimento da atividade”. Deste modo, observa-se que ainda há imprescindibilidade de melhoria no processo de produção, sobretudo para atender à necessidade tanto do crescente mercado interno quanto do exigente mercado consumidor externo.



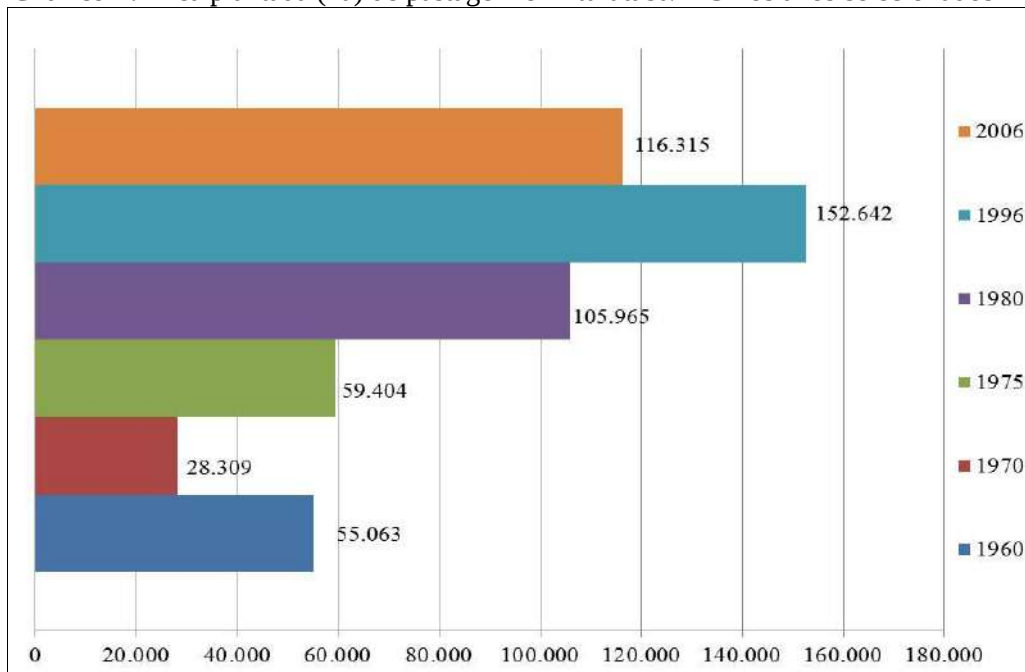
Para entender as barreiras e as perspectivas desta atividade produtiva, nesta investigação serão apresentadas as articulações resultantes da cadeia produtiva do leite e as mudanças ocasionadas no setor agropecuário do município de Ituiutaba.

3 A PECUÁRIA LEITEIRA NO MUNICÍPIO DE ITUIUTABA/MG E A PERMANÊNCIA/RESISTÊNCIA DESTE SETOR

A pecuária bovina de leite possui forte ligação com os laços culturais e de desenvolvimento de Minas Gerais. Este setor produtivo esteve entre os pilares do incremento socioespacial do estado. No que tange ao município de Ituiutaba, salienta-se que a expansão desta atividade, a partir da implantação da multinacional transformadora de leite Nestlé, foi primordial para a dinamização do setor agropecuário.

Entretanto, salienta-se que esta produção é realizada nesta unidade territorial desde o início da formação do município. Desta forma, destaca-se que a pecuária leiteira é importante para a manutenção do trabalhador rural no campo, como também para a valorização da mão de obra familiar, auxiliando ainda no giro do capital em nível local, bem como, regional.

Neste cenário, ressalta-se a dinâmica que a pecuária leiteira proporcionou no espaço rural de Ituiutaba. Entre os anos de 1974 a 2015 houve a expansão de 1.106,7% da quantidade produzida de leite, equivalendo a uma produção 11 vezes maior (IBGE, 2015). Tal resultado corresponde à necessidade do leite pelos laticínios de Ituiutaba, como a Fazendeira, Nestlé e Canto de Minas, bem como os demais que são instalados em outros municípios, que são, Alimentos Triângulo/Doce Mineiro, COOPRATA, CALU e Catupiry (Gráfico 1).

Gráfico 1: Área plantada (ha) de pastagem em Ituiutaba/MG nos anos selecionados

Fonte: Censo Agrícola do IBGE de 1960 e Censos Agropecuários do IBGE de 1970, 1975, 1980, 1996, 2006

Organização: os autores/2019

Enfatiza-se que o crescimento produtivo leiteiro em Ituiutaba ocorreu após a implantação da Nestlé. Para atender a demanda desta agroindústria, muitos produtores rurais que realizavam atividades agrícolas tradicionais, como relacionado à produção de arroz⁴, por exemplo, passaram a se dedicar à criação de gado e utilização de suas terras para o cultivo de pastagem, a qual é fundamental para a alimentação dos ruminantes (neste período, inclusive, era uma das principais fontes de nutrição do gado). Assim, o principal motivo para o redirecionamento produtivo, neste momento, se deu no intuito de atender a demanda da produção de leite bovino, congruente à necessidade de um maior número de vacas leiteiras.

Verificou-se a expansão da quantidade de área plantada de pastagem a partir do ano de 1970 até o ano de 1996. Ressalta-se que posterior ao ano de 1980 houve a inserção da soja na região e, a

⁴ A orizicultura até a década de 1970 proporcionou a Ituiutaba e à sua Microrregião crescimento populacional e econômico valorizando a importância desta produção (...) destaca-se que tanto os aspectos naturais, relacionando os componentes e atributos do solo, clima, dentre outros, quanto os de delimitação propriamente de responsabilidade humana, ou seja, as políticas, determinaram o redirecionamento da produção agrícola em Ituiutaba. Além da redução no plantio de arroz, também ocorreu um redirecionamento das empresas que prestavam serviços e que subsidiavam as necessidades desta cultura. Resultando a mudança dos setores de prestação de serviços, e até mesmo a falência das empresas que não se adaptaram às novas exigências, provindas dos novos usos do solo. Como consequência deste fato, alguns produtores deste cereal tiveram problemas financeiros, porém houve alguns produtores que se adaptaram aos novos segmentos, como a produção de algodão, milho, soja, cana-de-açúcar, além da pecuária de leite e de corte. (CASTANHO; SOUTO, 2014, p. 98).

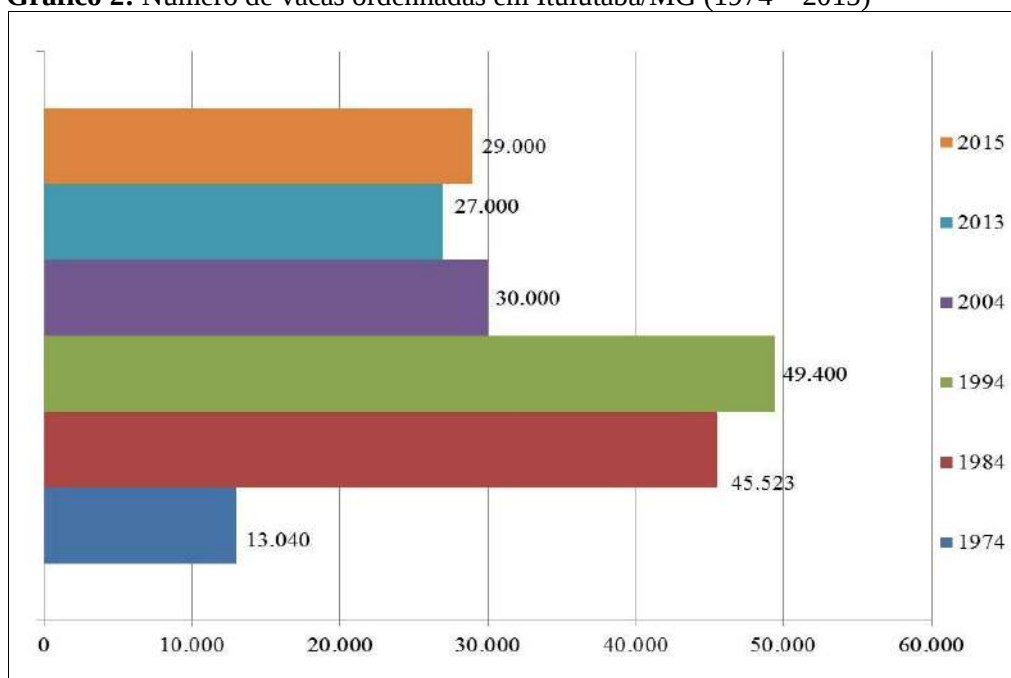


partir do ano de 2000, ocorreu a expansão do cultivo de cana de açúcar. A inserção e posterior expansão das culturas supramencionadas levaram à redução da área utilizada para a pastagem plantada, proporcionando, novamente, mudanças no espaço rural deste município.

Neste sentido, enfatiza-se que, a partir do ano de 2006, observou-se uma redução da área destinada à pastagem, tal resultado refere-se a expansão da área utilizada para o cultivo de cana de açúcar. Aponta-se que entre 1990 e 2000 houve um crescimento da área plantada de cana de açúcar nesta unidade territorial de 25%. Em contrapartida, entre 2000 e 2013, o aumento da área plantada desta cultura foi de 4.050% (IBGE, 2015).

A este respeito, deve-se levar em consideração que o setor produtivo de leite sofreu algumas restrições. Dentre os impactos sofridos por este setor, ressalta-se a redução do número de vacas ordenhadas no ano de 2004 se comparado aos anos anteriores. Tal resultado é relacionado à redução da área utilizada para criação do gado e também para o cultivo de pastagem (Gráfico 2).

Gráfico 2: Número de vacas ordenhadas em Ituiutaba/MG (1974 – 2015)



Fonte: Pesquisa Pecuária Municipal do IBGE (2015)

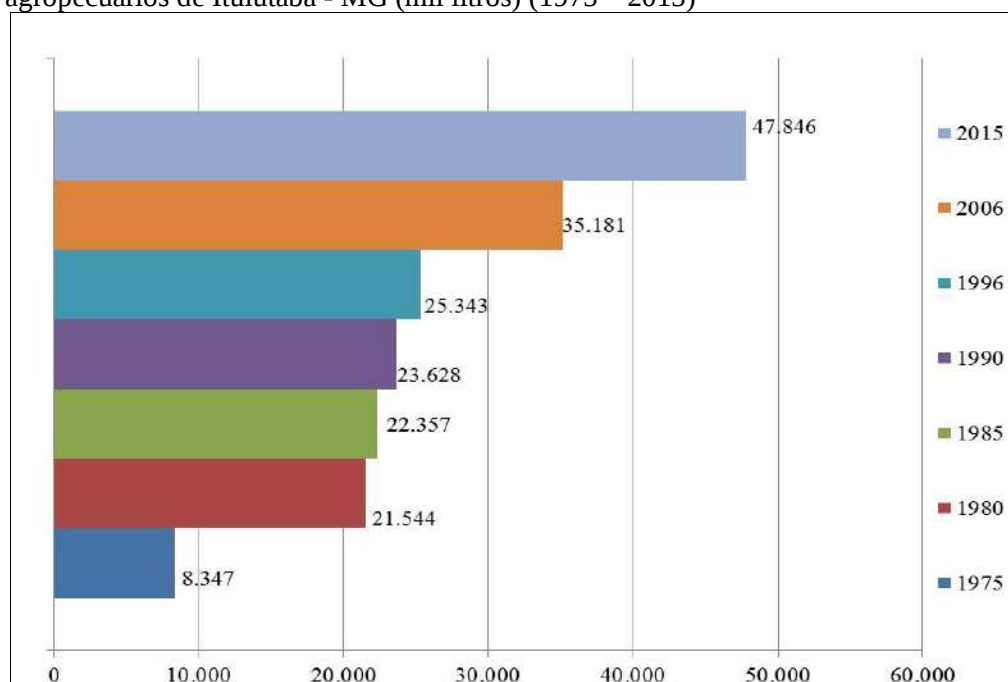
Organização: os autores/2019

Ressalta-se que o período entre 1974 a 1994, foi de grande importância para o setor leiteiro neste município, pois houve um crescimento expressivo do número de vacas ordenhadas, resultando no incremento deste setor. Contudo, após o ano de 1994 houve uma significativa redução do número de vacas ordenhadas. Tal processo foi resultante da expansão do cultivo de soja e cana de

açúcar. Deste modo, a área utilizada para pastagem e criação de gado reduziu e, conseqüentemente, houve uma queda no número de vacas ordenhadas.

Todavia, mesmo diante da redução da área utilizada para a criação de gado e de pastagem plantada, bem como do número de vacas ordenhadas, a produção leiteira continuou crescendo. Tal fato se deve às melhorias no processo produtivo relacionado à genética do gado, alimentação balanceada, utilização da ordenha mecanizada, entre outros meios. A mecanização inserida, neste setor produtivo, proporcionou maior produtividade do leite frente à redução do número de vacas ordenhadas. Neste panorama, destaca-se a expansão produtiva do leite bovino em Ituiutaba (Gráfico 3).

Gráfico 3: Quantidade produzida de leite de vaca nos estabelecimentos agropecuários de Ituiutaba - MG (mil litros) (1975 – 2015)



Fonte: Censos Agropecuários do IBGE de 1975, 1980, 1985, 1990, 1996, 2006. SIDRA/IBGE – Pesquisa Pecuária Municipal de 2015

Organização: os autores/2019

O incremento ocorrido na produção de leite bovino foi vinculado à modernização do processo de manejo e coleta do leite bovino, proporcionando no cenário produtivo local, um crescimento da quantidade produzida de leite. Deve-se destacar que a adequação do manejo do gado e da coleta do leite nas propriedades enfocadas, bem como, a ação das agroindústrias para promover o aumento da produtividade que possibilitou atender a demanda por este produto no mercado local e regional.



Entretanto, destaca-se que a dinâmica do setor agropecuário resultou na redução da área em hectares destinadas a pastagem e criação de gado, frente à expansão de alguns cultivos, como soja e cana de açúcar. Desta forma, embora a área utilizada para pastagem e o número de vacas ordenhadas tenham diminuído, enfatiza-se que a produção de leite continuou crescendo. Tal fato se deve ao aumento da produtividade devido a melhoria nas técnicas produtivas e inserção de tecnologias, auxiliando na produção de leite.

Portanto, a expansão da produção de leite em Ituiutaba foi fundamental para a reorganização produtiva, econômica e espacial da unidade territorial enfocada, pois na medida em que houve a demanda por leite, os proprietários dos estabelecimentos agropecuários que realizavam outras atividades, passaram a criar a gado leiteiro. Este desenvolvimento é percebido por meio da transferência do capital obtido nesta atividade para o espaço urbano, como a expansão de estabelecimentos comerciais agropecuários e demais setores prestadores de serviços para os pecuaristas. Contribuindo na economia local e, conseqüentemente, para o desenvolvimento local e regional.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

No cenário rural do município investigado ocorreram transformações que foram impulsionadas por meio da dinâmica produtiva agropecuária. Neste panorama, destaca-se as mudanças ocorridas após a implantação da processadora de leite Nestlé, que por sua vez foram centralizadas, em um determinado momento, na expansão da área utilizada para pastagem plantada, promovendo a redução da área para outros cultivos. Tal processo foi vinculado ao aumento do número de vacas ordenhadas para atender a demanda desta agroindústria multinacional, incrementando este setor produtivo.

A partir da necessidade de atendimento da demanda de leite por esta unidade industrial, os produtores rurais que realizavam outras atividades e que se encontravam estagnadas, ou que já eram produtores de leite, tiveram a oportunidade de desenvolver a pecuária leiteira e/ou expandir a sua produção, contribuindo para o desenvolvimento econômico local.

Contudo, devido às políticas governamentais e ações do setor privado, houve uma reorganização produtiva em grande parte dos municípios brasileiros. Desta maneira, a dinâmica produtiva agropecuária foi responsável pela reorganização no campo, cedendo espaço para a inserção e expansão de cultivos importantes para atender a demanda do capital externo,

principalmente relacionado à plantação de soja e cana de açúcar, proporcionando a redução da área utilizada para pastagem e criação do gado neste município.

Na perspectiva das mudanças resultantes do processo de modernização da agricultura, a unidade territorial enfocada também passou por profundas mudanças em sua estrutura produtiva agropecuária. Destaca-se que houve uma reorganização das áreas utilizadas, a qual foi efetivada pela expansão de algumas atividades no campo.

Todavia, mesmo diante do crescimento da área utilizada para outras atividades agrícolas, a produção de leite bovino, neste município, mantém o ritmo de crescimento desde o ano de 1974. Tal processo ocorre devido à manutenção da demanda pela Nestlé, assim como pelas demais processadoras de leite de Ituiutaba e região.

Por fim, enfatiza-se a importância da cadeia produtiva do leite no processo de transformação espacial deste município e a permanência/resistência deste setor frente as principais atividades agrícolas as quais possuem maior auxílio governamental para a produção, somado a demanda do mercado externo. Portanto, evidencia-se que na unidade territorial enfocada, a pecuária bovina de leite é uma atividade que contribui para a fixação do trabalhador rural no campo, manutenção e criação de postos de trabalho no espaço rural, valorização da mão de obra familiar, promovendo a dinâmica produtiva e circulação do capital em nível local e regional.

REFERÊNCIAS

- CAMPOS, K. C.; PIACENTI, C. A. Agronegócio do leite: cenário atual e perspectivas. In: **XLV Congresso da SOBER**. Londrina, 2007. p. 1 – 18.
- CASTANHO, R. B.; SOUTO, T. S. A importância da orizicultura na constituição do espaço geográfico: evolução e dinâmica da produção de arroz no período de 1930 a 2010 em Ituiutaba (Minas Gerais - MG, Brasil) e a inserção de novas culturas. In: **Cuadernos de Geografía**. v. 23, n. 1, p. 93-107, 2014. Disponível em: <<http://ref.scielo.org/46p2d7>>. Acesso em: 03 mai. 2018.
- GOBBI, W. A. de O. **A pecuária leiteira na comunidade da Canoa – Ituiutaba (MG): persistência e resistência**. Uberlândia: Universidade Federal de Uberlândia, 2006. (Dissertação de Mestrado em Geografia).
- GOMES, S. T. **Diagnóstico e perspectiva da produção de leite no Brasil**. Brasília: MCT/CNPQ/PADCT, Juiz de Fora, MG: EMBRAPA – CNPGL, 1999. Disponível em: <[http://www.ufv.br/der/docentes/stg/stg_artigos/Art_121%20-%20DIAGN%20STICO%20E%20PERSPECTIVA%20DA%20PRODU%20C7%C3O%20DE%20LITE%20DO%20BRASIL%20\(11-3-99\).pdf](http://www.ufv.br/der/docentes/stg/stg_artigos/Art_121%20-%20DIAGN%20STICO%20E%20PERSPECTIVA%20DA%20PRODU%20C7%C3O%20DE%20LITE%20DO%20BRASIL%20(11-3-99).pdf)>. Acesso em: 20 nov. 2014.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Censo Agrícola de Minas Gerais**. Rio de Janeiro: IBGE, 1960.



_____. **Secretaria de Planejamento e Coordenação da Presidência da República.** Boletim de Serviço. Rio de Janeiro: IBGE, p. 2, ano XXXVIII, 1989.

_____. **Censo Agropecuário de Minas Gerais.** Rio de Janeiro: IBGE, 1970.

_____. **Censo Agropecuário de Minas Gerais.** Rio de Janeiro: IBGE, 1980.

_____. **Censo Agropecuário de Minas Gerais.** Rio de Janeiro: IBGE, 1996.

_____. **Censo Agropecuário de Minas Gerais.** Rio de Janeiro: IBGE, 2006.

_____. **Pesquisa Pecuária Municipal.** Rio de Janeiro: IBGE, 2013. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/pesquisas/ppm/default.asp>>. Acessado em: 20 fev. 2015.

_____. **Pesquisa Pecuária Municipal – Dados Gerais.** 2015. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/acervo/>>. Acessado em: 5 dez. 2014

JANK, M. S.; GALAN, V. B. **Competitividade do sistema agroindustrial do leite.** São Paulo: PENSA/FIA/FEA/USP, 1997.

RIBEIRO, H. M. D.; LÍRIO, V. S. Desempenho da cadeia produtiva de leite do município de Bom Despacho – MG. In: **XII Seminário sobre a Economia Mineira**, Diamantina, 2006, p. 1 -13.

SOUZA, O. T. **O setor leiteiro:** políticas, competitividade e impactos da liberalização comercial nos anos noventa. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1999 (Dissertação de Mestrado em Economia Rural). Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/2522>>. Acessado em: 15 out. 2014.

VALVERDE, O. Geografia da pecuária no Brasil. **FINISTERRA - Revista Portuguesa de Geografia.** n. 4, v. 2, 2014. Disponível em: <<http://revistas.rcaap.pt/finisterra/article/view/2524/2152#>>. Acessado em: 10 out. 2014.

VILELA, D.; BRESSAN, M.; CUNHA, A. S. **Cadeia de lácteos no Brasil:** restrições ao seu desenvolvimento. Brasília: MCT/CNPq, Juiz de Fora: Embrapa Gado de Leite, 2001.

Recebido em 20 de Março de 2019
Aprovado em 28 de Outubro de 2019



IMPACTOS DA PRECIPITAÇÃO PLUVIOMÉTRICA NA PRODUÇÃO, PRODUTIVIDADE E ÁREA PLANTADA DO MILHO NO ESTADO DO CEARÁ

IMPACTS OF PLUVIOMETRIC PRECIPITATION ON THE PRODUCTION, PRODUCTIVITY AND PLANTED AREA OF CORN IN THE STATE OF CEARÁ

IMPACTOS DE LA PRECIPITACIÓN PLUVIOMÉTRICA EN LA PRODUCCIÓN, PRODUCTIVIDAD Y ÁREA PLANTADA DEL MAÍZ EN EL ESTADO DEL CEARÁ

DOI 10.33360/RGN.2318-2695.2019.i3.p.165-184

Matheus Oliveira de Alencar

Graduado em Economia pela Universidade Regional do Cariri (URCA)
Mestrando em Economia Rural pela Universidade Federal do Ceará (UFC)
E-mail: matheusalencar29@gmail.com

Antonio Bruno Fernandes Marcelino

Graduando em Economia pela Universidade Regional do Cariri (URCA)
E-mail: brunnofernandes@outlook.com

Wellington Ribeiro Justo

Doutor em Economia Aplicada (PIMES - UFPE)
Professor do Departamento de Economia da Universidade Regional do Cariri (URCA)
Professor do PPGECON - UFPE
E-mail: justowr@ahoo.com.br

Francisco Aquiles de Oliveira Caetano

Graduado em Economia pela Universidade Federal do Ceará (UFC)
Mestrado em Economia Rural pela Universidade Federal do Ceará (UFC)
E-mail: aquilescaetano@yahoo.com.br

RESUMO:

No semiárido a chuva é um elemento de suma importância para o plantio das culturas que são adaptadas ao solo pouco desenvolvido da região. Dentre estas, o milho figura-se entre as culturas energéticas mais produzidas nacionalmente, inclusive no Ceará. Tendo em vista que o clima exerce o papel de principal regulador da atividade agrícola, influenciando em todas as etapas do processo produtivo, esse trabalho busca relacionar a produção de milho do Ceará com o nível pluviométrico deste mesmo estado, utilizando dados de natureza secundária provenientes da Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB) e da Fundação Cearense de Meteorologia e Recursos Hídricos (FUNCEME). Nesse estudo utilizou-se o método VAR (Vetor Auto-Regressivo). Os resultados apontaram que a seca tem um efeito na produção e produtividade e, com menor impacto, na área plantada. Também se observou que a seca tem ocorrido com frequência em mais de um ano consecutivo.

Palavras-chave: Precipitação Pluviométrica; Milho; Ceará.

ABSTRACT:

The rainfall in the semi-arid is an element of paramount importance for the agricult crops that are adapted to the underdeveloped soil of the region. Among these, maize is among the most produced energy crops in Brazil, including in Ceará. Considering that the climate plays the main regulator of agricultural activity, influencing all stages of the production process, this work tries to relate the production of maize from Ceará to the rainfall level of this state using data of secondary nature of the Companhia Nacional de Abastecimento

(CONAB) and of the Fundação Cearense de Meteorologia e Recursos Hídricos (FUNCEME). In this study, the VAR (Vector Autoregression) method was used. The results showed that drought has an effect on production and productivity and, with less impact, on planted area. It has also been observed that drought has occurred frequently in more than a consecutive year.

Keywords: Rainfall; Corn; Ceará.

RESUMEN:

En el semiárido la lluvia es un elemento de suma importancia para la siembra de las culturas que se adaptan al suelo poco desarrollado de la región. Entre ellas, el maíz se encuentra entre los cultivos energéticos más producidos nacionalmente, incluso en Ceará. En vista de que el clima ejerce el papel de principal regulador de la actividad agrícola, influyendo en todas las etapas del proceso productivo, este trabajo busca relacionar la producción de maíz de Ceará con el nivel pluviométrico de este mismo estado, utilizando datos de naturaleza secundaria provenientes de la Compañía Nacional de Abastecimiento (CONAB) y de la Fundación Cearense de Meteorología y Recursos Hídricos (FUNCEME). En este estudio se utilizó el método VAR (Vector Auto-Regresivo). Los resultados apuntaron que la sequía tiene un efecto en la producción y productividad y, con menor impacto, en el área plantada. También se observó que la sequía ha ocurrido con frecuencia en más de un año consecutivo.

Palabras clave: Precipitación Pluviométrica; Maíz; Ceará.

1 INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas tem sido frequente a discussão, bem como a divulgação de relatórios de alerta por autoridades científicas, a respeito da ação antrópica e sua influência no clima do planeta. O avanço industrial observado sobremaneira a partir de meados do século XX acelerou a emissão de gases poluentes, que estariam potencializando o chamado efeito estufa, que vem impedindo que a energia calorífera retorne para fora da atmosfera, resultando em fortes mudanças climáticas (SARMENTO, 2007).

Sleiman (2008) define que o clima é composto por um conjunto de elementos integrados que são determinantes para a vida na Terra, e que o mesmo pode tanto facilitar como dificultar a fixação do homem em uma região, assim como o desenvolvimento de suas atividades. Para o autor, dentre todos os elementos climáticos, a precipitação pluviométrica tem um papel preponderante no desenvolvimento das atividades humanas, visto que exerce grande influência na esfera econômica.

O semiárido brasileiro consiste em uma região com dimensão continental, que apresenta considerável heterogeneidade climática, com médias pluviométricas anuais oscilando entre 300 e 800 mm/ano, a depender da área observada (CONTI, 2005). Apesar de ter uma média pluviométrica consideravelmente mais baixa do que o restante do país, a região semiárida brasileira é uma das mais chuvosas dentre as demais regiões semiáridas do mundo, apresentando pluviosidade média de 750 mm/ano (SANTIAGO *et al.*, 2013; ZANELLA, 2014). Ainda segundo Santiago *et al.* (2013), existe déficit hídrico, mas isso não significa falta de água, pois o principal problema da região é a elevada evapotranspiração (3.000 mm/ano) e a precipitação irregular, que tornam a chuva um

elemento de suma importância para o plantio das culturas que são adaptadas ao solo pouco desenvolvido da região.

Para o IPECE (2009), o plantio de culturas agrícolas, independente da região, está condicionado ao regime de chuvas e a fertilidade do solo explorado, mas nas regiões tropicais a precipitação pluviométrica é a principal variável que determina a duração do período de desenvolvimento das atividades e a produtividade do setor agrícola, sendo necessário, portanto, um bom volume de chuvas bem distribuídas.

Como a agricultura tem grande importância na vida de milhares de famílias brasileiras, em especial do semiárido nordestino, é fundamental a adoção de técnicas agrícolas que proporcionem o aumento da produtividade das culturas. Uma boa estratégia é a escolha da época ideal para o plantio, seja do milho ou de qualquer outro produto, pois isso contribuirá para que o desenvolvimento da planta não seja comprometido (SANTIAGO *et al.*, 2013).

Conforme Cantele (2009), o milho é uma planta originária da América, mais especificamente do Vale Central do México, e possui múltiplas utilizações, como na alimentação humana, na alimentação de animais de criação, ou ainda, como matéria prima no setor industrial, constituindo-se numa das culturas mais cultivadas do mundo.

Para Maldaner *et al.* (2014), o milho figura-se entre as culturas energéticas mais produzidas no Brasil, que se destaca por possuir alta competitividade na produção, devido, entre outros fatores, às condições agroclimáticas favoráveis, às técnicas especializadas de cultivo e aos estudos sobre as interferências na produção. Para os autores, o sucesso da produção brasileira está ligado ao planejamento da atividade, pois quanto mais eficiente for o planejamento rural menor serão os fatores de risco. No estado do Ceará, o milho é também uma das culturas mais produzidas, apresentando uma área cultivada 460,2 mil ha, na safra de 2015/2016, correspondente à produção de 163,8 mil toneladas (CONAB, 2017).

Para a sua máxima produtividade, o milho necessita de uma quantidade de chuva que gira em torno de 500 mm a 800 mm durante todo o ciclo, mas é possível obter uma boa produtividade com uma quantidade de chuvas que varie de 350 mm a 500 mm por ciclo, o que não ocorre com precipitações pluviométricas inferiores, sendo necessário o uso de irrigação (EMBRAPA, 2004).

Tendo em vista que o clima exerce o papel de principal regulador na atividade agrícola de produção do milho, influenciando em todas as etapas do processo produtivo, além do destaque dessa cultura na agricultura cearense, esse trabalho busca apreender a relação entre as variáveis seca, produção, produtividade e área plantada de milho no estado do Ceará.



Além desta seção introdutória, o presente artigo encontra-se dividido em mais quatro. Na segunda seção encontra-se uma breve revisão de literatura acerca dos aspectos climáticos das regiões semiáridas, enfocando o estado do Ceará, e uma breve caracterização da produção do milho. Na terceira seção tem-se a descrição da metodologia. Na quarta seção, são apresentados os resultados do modelo VAR (Vetor Auto-Regressivo) e suas análises. Por fim, na quinta seção, expõe-se a conclusão.

2 REVISÃO DE LITERATURA

O estado do Ceará, bem como toda região Nordeste, sempre despertou o interesse dos pesquisadores, não apenas por terem uma rica contribuição na cultura nacional, mas também por se tratarem de um espaço que historicamente apresenta sérios problemas de natureza social e econômica, ficando isso bem evidente quando estas áreas são comparadas a outras regiões do país. É consenso para muitos autores que esses problemas são em grande parte tidos como consequências trágicas de características climáticas desfavoráveis, características estas que atingem com mais severidade as regiões semiáridas. Logo, os efeitos econômicos e sociais negativos gerados com as secas são a principal característica que leva a desigualdade entre os estados nordestinos e os estados de outras regiões, principalmente das regiões Sul e Sudeste (CAMPOS, 1997; KHAN *et al.* 2005).

Atualmente, o semiárido brasileiro compreende 1.262 municípios, dos estados do Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Bahia e Minas Gerais. A nova delimitação do semiárido estabelecida no ano de 2017 determina os seguintes critérios de classificação da região semiárida: precipitação pluviométrica média anual igual ou inferior a 800 mm; índice de aridez de Thornthwaite igual ou inferior a 0,50; e percentual diário de déficit hídrico igual ou superior a 60%, considerando todos os dias do ano (BRASIL, 2017).

Para Costa e Dantas (2012), o principal obstáculo para o desenvolvimento das atividades agrícolas no semiárido nordestino é a escassez de recursos hídricos. Esse problema é causado pela falta e irregularidade de chuva nessa região, e agravado pela carência de sistemas eficientes de armazenamento (ALENCAR *et al.* 2018).

O Ceará é um dos nove estados da região Nordeste, com um território aproximado de 149 mil km², do qual cerca de 92% se configura como sendo de áreas semiáridas. Dessa maneira, este estado também se encontra diretamente afetado pelos efeitos perversos das recorrentes secas características desse tipo de clima. Nos 8% restante do território cearense prevalecem os climas

tropical quente subúmido, tropical quente úmido e tropical subquente subúmido (KHAN *et al.* 2005; IPECE, 2007).

Quanto à precipitação pluviométrica, no estado do Ceará, especificamente, a média anual na última década foi cerca de apenas 570 mm, sendo muito mais baixa em algumas regiões específicas do estado, como os Sertões de Crateús. Esse baixo nível coloca o estado frequentemente em situações de calamidade climática (KHAN *et al.* 2005; FUNCEME, 2019).

Além disso, com base nos conhecimentos acumulados ao longo do tempo sobre clima, sabe-se que não é somente a escassez de chuvas o fator responsável pela oferta insuficiente de água em regiões semiáridas. A má distribuição chuvosa associada a uma alta taxa de evapotranspiração, são os principais fatores que acarretam no fenômeno da seca, visto que a evaporação, normalmente, é três vezes maior do que a precipitação ocorrida (FUNCEME, 2017).

No que se refere ao índice de aridez, a maior parte do território cearense apresenta valores abaixo de 0,50 (áreas caracterizadas com clima semiárido e subúmido seco). Isso significa que essas áreas possuem taxas muito elevadas de evaporação e evapotranspiração, o que, combinado à baixa e irregular pluviosidade, resulta em déficit hídrico ao longo do ano (FUNCEME, 2017; ALENCAR *et al.* 2018).

No tocante à vulnerabilidade do território cearense ao processo de desertificação, deve-se considerar aspectos como geologia, tipos de solo e vegetação. Em termos de geologia, o embasamento cristalino que predomina em cerca de 76% do território do estado, resulta em grandes limitações na disponibilidade de água subterrânea, dado que o armazenamento hídrico natural nessas condições é limitado. Quanto aos solos, a maior parte do estado consiste em solos rasos, que por suas características físicas, químicas, morfológicas e mineralógicas, são bastante suscetíveis à erosão. No que se refere à vegetação, a maior cobertura vegetal do Ceará é a Caatinga, uma formação caducifólia, comumente distribuída de modo esparsa ou aberta, com fisionomia arbustiva, o que restringe a capacidade de proteção do solo contra os efeitos erosivos. Na identificação da Área Suscetível à Desertificação o estado do Ceará é classificado como 100% suscetível, ou seja, os 184 municípios do Ceará são suscetíveis à desertificação (FUNCEME, 2017; CAETANO, 2018).

Os efeitos da escassez de água no Ceará e em todas as áreas semiáridas do Nordeste, podem se apresentar de diversas maneiras, sendo comumente observados como o aumento do desemprego rural, da fome e da pobreza. Além disso, as secas podem provocar também a migração das famílias agricultoras de áreas afetadas para os grandes centros urbanos, contribuindo com a periferização desses centros, e consequentemente com o aumento da pobreza urbana e da violência (COSTA; DANTAS, 2012).



No cenário econômico, a seca representa, além da quebra da expectativa de produção evidenciada com a redução da produção agrícola da região, o imediato acréscimo nos preços dos alimentos básicos e a queda da demanda agregada, bem como a redução no nível de renda e ocupação rural, desdobrando-se sobre os demais setores econômicos, tais como comércio, indústria e serviços, com a consequente redução na arrecadação estadual e nas taxas de crescimento do estado ou da região (KHAN *et al.*, 2005, p. 3).

De acordo com Luna (2007), a pobreza é uma vertente da escassez hídrica causada pela seca, pois a água um dos elementos essenciais ao desenvolvimento e bem-estar das pessoas. Bosch *et al.* (2001) e Alencar *et al.* (2018) afirmam que a escassez hídrica resulta, também, na má alocação do capital humano da sociedade, uma vez que se considera o tempo despendido pelas pessoas, principalmente mulheres e crianças, na procura e na captação de água, o que resulta em prejuízo econômico e social. Deve-se mencionar um efeito secundário, ainda na fase de formação de capital humano, no caso do tempo despendido por crianças, que podem estar deixando de frequentar regularmente a escola.

Considerando as relações supracitadas entre clima, ambiente e pobreza, é possível supor que há constantemente, no estado do Ceará, uma situação econômico-social de iminente risco e vulnerabilidade, principalmente tendo-se em vista que grande parte da sua população e território estão apreendidas pelas circunstâncias típicas do clima semiárido, aliadas a características geomorfológicas que diminuem a disposição de retenção de água pelo ambiente. Uma das principais implicações decorrentes disso, é a forte concentração populacional na Região Metropolitana de Fortaleza, evidenciando a fuga das vulnerabilidades e da pobreza de regiões menos desenvolvidas do estado (IPECE, 2009).

Entretanto, também é importante salientar que os impactos desse conjunto de fatores presentes em áreas suscetíveis a desertificação (ADS), dependem da capacidade adaptativa e de ações realizadas que minimizem a dependência econômica de atividades influenciadas pelo clima (IPECE, 2009). Infelizmente, segundo Brasil (2004):

Uma imensa massa de pequenos agricultores descapitalizados, confinados em pequenas parcelas de terras de tais áreas (via de regra, de média ou baixa fertilidade natural), dependentes de seu trabalho para a produção de alimentos para autoconsumo, de forragens para seus animais, mas necessitando produzir excedentes comercializáveis, tenderá, naturalmente, a sobreutilizar os recursos naturais, contribuindo dessa forma para agravar os processos de degradação. Nas ASD, este círculo vicioso é agravado pela ocorrência de secas periódicas, que levam a perdas significativas e recorrentes de produção e de renda.

O estado do Ceará, por ser um estado localizado na região semiárida, possui um histórico de baixos e escassos índices pluviométricos, muitas vezes insuficientes para suprir as necessidades hídricas de culturas como milho e feijão, que representam a maioria da produção total de grãos do estado (IBGE, 2008).

A má distribuição temporal das chuvas no Ceará, caracteriza-se como a concentração das chuvas nos meses de fevereiro, março, abril e maio (intervalo de tempo conhecido como “quadra chuvosa”), e esse período compreende aproximadamente 80% da precipitação total anual dessas áreas (SALES *et al.* 2010 *apud* COSTA; DANTAS, 2012). Esse fenômeno acaba prejudicando e limitando a produção de várias culturas agrícolas, entre elas o milho.

Considerada uma cultura de verão, o milho necessita de umidade suficiente para sua germinação, caso contrário, a deficiência poderá acarretar em um grande número de plantas improdutivas, isto porque o grão transpira intensamente, sendo por isso exigente de muita água. Entretanto não é apenas na germinação que o milho necessita de uma boa quantidade de água. Para uma boa produtividade, o milho requer uma apropriada distribuição pluviométrica durante todo o ciclo de formação da planta (EMBRAPA, 2004; CANTELE, 2009).

Além disso, as altas temperaturas observadas durante o dia no Ceará, também prejudicam o desenvolvimento do milho, pois, para Cantele (2009), durante as temperaturas mais elevadas do dia, a planta sofre um estresse hídrico, isto é, as raízes enfrentam dificuldade para repor a água perdida na transpiração, afetando a fotossíntese, o ciclo de gás carbônico e podendo afetar também a produtividade, dependendo da duração deste estresse.

No entanto, vale destacar que, apesar de sua origem tropical, com a utilização de tecnologias adequadas, é possível cultivar o milho em faixas terrestres com condições climáticas diferentes (CANTELE, 2009). Segundo a autora, há uma variedade de culturas, como por exemplo, a cultura precoce que se adapta melhor às zonas temperadas de verão curto e dias longos, cuja colheita pode ser efetuada aos três meses, e a cultura tardia que se adapta melhor às regiões equatoriais úmidas, cuja colheita pode ser feita a partir de dez meses.

3 METODOLOGIA

3.1 DESCRIÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO

A área de abrangência do presente estudo é o Estado do Ceará. O Ceará está localizado na região Nordeste do Brasil, é composto por 184 municípios, possuindo uma extensão de cerca de 148.825,6 km², com uma população de 8.448.055 habitantes em 2010 (IBGE, 2010; IPECE, 2016).



Segundo dados do IPECE (2016), este estado representa 9,57% da área da região Nordeste e 1,74% da área do território brasileiro.

Figura 01: Mapa da Posição Geográfica, Dimensões e Limites do Estado do Ceará



Fonte: IPECE, 2007

3.2 FONTE DE DADOS E DESCRIÇÃO DAS VARIÁVEIS

Para a execução desse trabalho foram utilizados dados de natureza secundária, provenientes da Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB) e da Fundação Cearense de Meteorologia e Recursos Hídricos (FUNCEME). A periodicidade das séries de dados é anual e o período de abrangência das mesmas compreende os anos de 1976 a 2013, limitando-se a este último ano devido a indisponibilidade de dados mais recentes.

As variáveis utilizadas na análise, bem como suas respectivas abreviações, periodicidades e fontes estão descritas no quadro 1.

Quadro 1: Descrição das Variáveis

Variável	Abreviação	Periodicidade	Fonte
Anos de seca	Dseca	1976-2013	FUNCEME
Produção de milho no Ceará	ProdMCE	1976-2013	CONAB
Produtividade do milho no Ceará	ProtMCE	1976-2013	CONAB
Área plantada de milho no Ceará	AMCE	1976-2013	CONAB

Fonte: Elaboração própria

3.3 MÉTODO DE ANÁLISE

Para alcançar o objetivo central deste trabalho, de analisar a relação entre a seca e a produção, produtividade e área plantada de milho no estado do Ceará, utilizou-se um modelo de Vetores Autorregressivos (VAR). Nesse sentido, fez-se inicialmente, para verificar a adequabilidade do modelo, uma análise descritiva dos dados, os testes de raiz unitária (Dickey-Fuller e Phillips-Perron) e o teste de Cointegração de Johansen. Logo após, estimou-se o modelo Vetorial Autorregressivo (VAR), apresentado na forma de função impulso-resposta. Por fim, para validação dos resultados estimados, foram executados outros testes (teste de Multiplicador de Lagrange) para autocorrelação dos resíduos, teste de estabilidade do modelo e teste de normalidade dos resíduos de Jarque-Bera.

3.3.1 Teste de raiz unitária: Dickey-Fuller aumentado e Phillips-Perron

Estudos com tratamento de variáveis de séries de tempo, deve-se inicialmente analisar a estacionariedade da série. Segundo Gujarati e Porter (2011), um processo estocástico será chamado de estacionário se sua média e variância forem constantes ao longo do tempo e o valor da covariância entre os dois períodos de tempo depender apenas da distância, do intervalo ou da defasagem entre os dois períodos.

Nesse sentido, para que o processo estocástico seja estacionário, é necessário satisfazer as seguintes propriedades:

$$\text{Média:} \quad E(Y_t) = \mu \quad (1)$$

$$\text{Variância:} \quad Var(Y_t) = E(Y_t - \mu)^2 = \sigma^2 \quad (2)$$

$$\text{Covariância:} \quad \gamma_k = E[(Y_t - \mu)(Y_{t+k} - \mu)] \quad (3)$$



em que γ_k , a covariância (ou autovariância) na defasagem k , é a covariância entre os valores de γ_t e γ_{t+k} . Os procedimentos utilizados neste trabalho para verificar a prevalências de tais propriedades foram os testes de Dickey-Fuller e Phillips-Perron.

3.3.2 Modelo vetorial autorregressivo (var)

A proposta do modelo de Vetor Autorregressivo (VAR) foi elaborada como alternativa aos modelos estruturais multe equacionais. É bastante utilizado em estudos sobre séries de tempo na economia agrícola, podendo-se citar, Barros (1994), Barros e Bittencourt (1997), Alves e Bacchi (2004), Mayorga *et al.* (2007), Silva e Machado (2009), Melo *et al.* (2016) e Souza *et al.* (2017).

Segundo Alves e Bacchi (2004), o uso do modelo VAR permite a obtenção de elasticidades de impulso para k períodos à frente. Essas elasticidades de impulso possibilitam a avaliação do comportamento das variáveis em resposta a choques (inovações) individuais em quaisquer dos componentes do sistema, podendo-se assim analisar, através de simulação, efeitos de eventos que tenham alguma probabilidade de ocorrer. Entretanto também apresenta limitações, pelo fato de ter uma estrutura recursiva para as relações contemporânea entre as variáveis.

Segundo Justo e Lima (2007), o modelo VAR foi desenvolvido considerando todas as variáveis simetricamente. Dessa forma, não se faz hipóteses *ex ante* de quais variáveis são endógenas e quais são exógenas. Em geral para a construção de um VAR seguem-se os seguintes passos: escolha das variáveis (devem ser endógenas¹); testar o comprimento da defasagem e a determinação da ordem de entrada das variáveis.

Por definição, o modelo VAR é um sistema de equações em que cada uma das variáveis que compõem o sistema é função dos valores das demais variáveis no presente, dos seus valores e dos valores das demais variáveis defasadas no tempo, mais o erro (ruído branco). É possível então, demonstrar que a estimação de um vetor autorregressivo nestes moldes será igual a uma estimação por mínimos quadrados ordinários de cada equação individualmente.

Na forma padrão um VAR mais simples com duas variáveis y e z e uma defasagem pode ser representado da seguinte forma:

$$y_t = b_{10} - b_{12}z_t + \gamma_{11}y_{t-1} + \gamma_{12}z_{t-1} + \varepsilon_{yt} \quad (4)$$

¹ As variáveis nestes modelos, geralmente, são tratadas como endógenas, de forma que cada uma das variáveis é explicada pelo seu valor defasado (excedido) e explicadas também, pelos valores defasados das outras variáveis que compõem o modelo (SOUZA *et al.* 2017).

$$z_t = b_{20} - b_{21}y_t + \gamma_{21}y_{t-1} + \gamma_{22}z_{t-1} + \varepsilon_{zt} \quad (5)$$

admitindo que y_t e z_t são estacionários; ε_{yt} e ε_{zt} são erros “ruído branco” com desvios padrão σ_y e σ_z , respectivamente, as sequências $\{\varepsilon_{yt}\}$ e $\{\varepsilon_{zt}\}$ são erros não correlacionados “ruído branco”.

Deste modo, as equações (4) e (5) formam um VAR de primeira ordem no seu formato mais simples, já que o número de defasagem é igual a um. Segundo Justo e Lima (2007), o número de defasagens é determinado de forma que assegure que os erros sejam “ruído branco”, dessa maneira o sistema permite que y_t e z_t afetem-se mutuamente e que ε_{yt} e ε_{zt} representam choques em y_t e z_t . Portanto, o sistema é denominado primitivo, pois y_t tem efeito contemporâneo em z_t e, z_t tem efeito contemporâneo sobre y_t .

Para ser estável, o VAR tem que ser estacionário. Esta estabilidade está relacionada com ao fato de que os eventuais efeitos de choques desaparecem ao longo do tempo, ou seja, o sistema volta ao seu equilíbrio (SOUZA *et al.* 2017).

Pode-se obter o VAR padrão ou sistema reduzido através da forma matricial:

$$\begin{bmatrix} y_t \\ z_t \end{bmatrix} = \begin{bmatrix} a_{10} \\ a_{20} \end{bmatrix} + \begin{bmatrix} a_{11}Y_{t-1} & a_{12}Z_{t-1} \\ a_{21}Y_{t-1} & a_{22}Z_{t-1} \end{bmatrix} + \begin{bmatrix} e_{1t} \\ e_{2t} \end{bmatrix} \quad (6)$$

Vale destacar que um problema na estimação do VAR estrutural é que não se podem determinar todos os parâmetros a não ser que se faça restrições aos coeficientes dos elementos da matriz B. A ordem de entrada das variáveis no VAR é importante, pois determinará os parâmetros que serão excluídos.

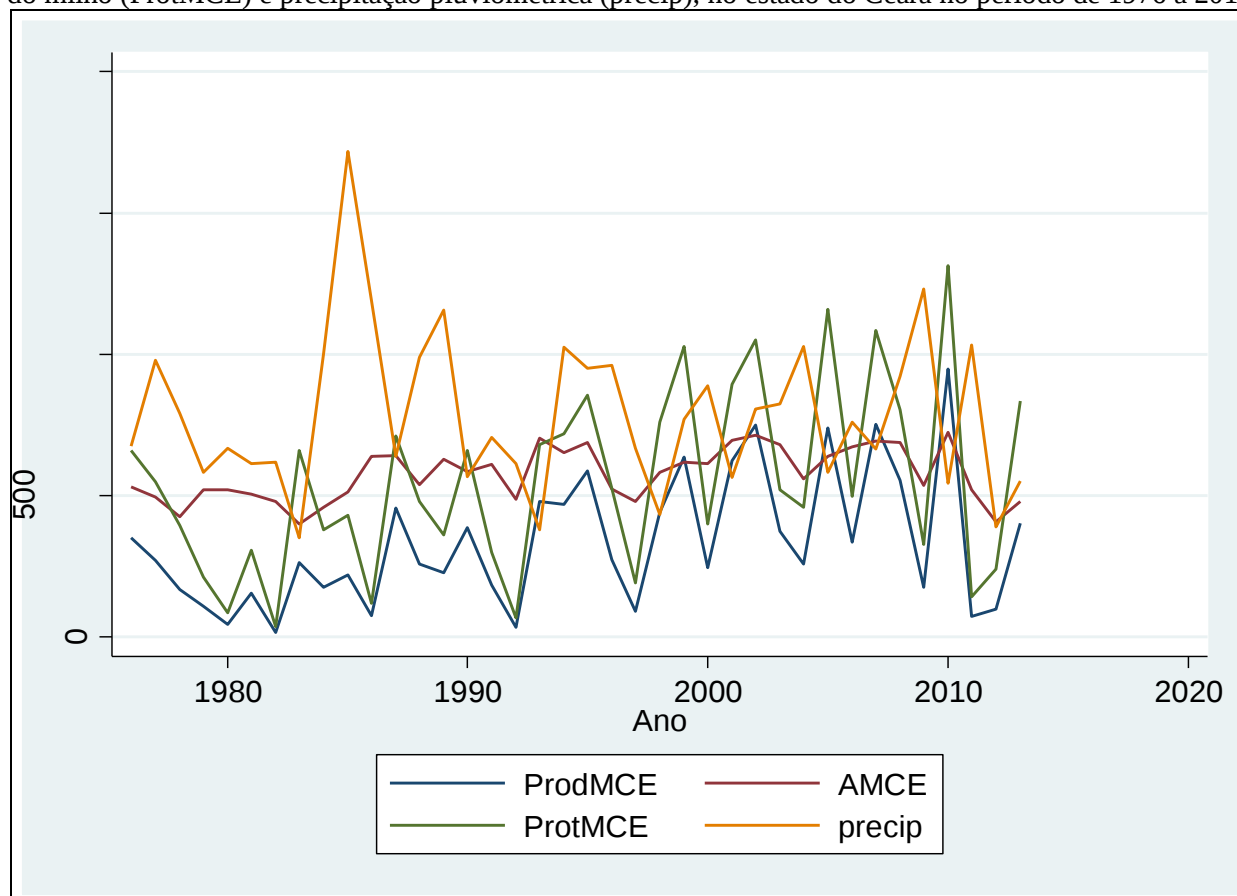
4 RESULTADOS

Nesta seção são apresentados os resultados do estudo. Inicialmente realiza-se uma observação acerca do comportamento das séries utilizadas na estimação do VAR, com intuito de se verificar a adequabilidade desse tipo modelo. Em seguida, apresenta-se as estimativas do modelo VAR na forma de função impulso-resposta, ou seja, o efeito de choques exógenos em cada uma das variáveis do modelo. Por fim, são demonstrados os resultados de alguns testes necessários para atestar a viabilidade do modelo.



Na figura 2 observa-se a trajetória das variáveis utilizadas no modelo. Apenas não aparece a variável anos de seca que entrou no modelo como uma *dummy*, isto é, uma variável binária que assume valor 1 em anos de seca e 0 nos demais anos. Assim, tem-se nessa figura a variável base para identificação dos anos de seca, que é a precipitação.

Figura 2: Trajetória da produção de milho (ProdMCE), área plantada de milho (AMCE), produtividade do milho (ProtMCE) e precipitação pluviométrica (precip), no estado do Ceará no período de 1976 a 2013



Fonte: Elaborado pelos autores com dados da Conab e da Funceme

Observa-se que, justamente a variável precipitação (precip) é a que apresenta as maiores oscilações. No sentido contrário, a área plantada de milho (AMCE) é a que apresenta menor oscilação. As demais variáveis também apresentam oscilações, mas se observa um indicativo que as séries são estacionárias, porém há necessidade de confirmação com os testes de raiz unitária.

Foram utilizados os testes de Dickey-Fuller e Phillip-Perron e em todas as opções testadas, isto é, com intercepto, com tendência e com intercepto e tendência a pelo menos cinco por cento, rejeitou-se a hipótese de existência de raiz unitária.

Em seguida foi realizado o teste para verificar a existência de cointegração entre as séries, apresentado na tabela 1. O teste utilizado foi o de Johansen (1988), o qual a hipótese nula consiste

na existência de cointegração entre as séries do modelo. O resultado apontou a inexistência de equações de cointegração, pois como os valores calculados são maiores que os valores críticos, como pode ser visto na tabela 1, rejeita-se a hipótese nula. Isso significa dizer que não há relação de longo prazo entre as variáveis, indicando a adequação para se estimar um modelo VAR. Assim, partiu-se para a realização do teste de identificação do número ótimo de defasagens no modelo.

Tabela 1: Teste de Cointegração de Johansen

	Autovalor	Valor calculado	Valor crítico (5%)
0	-	44,2653	29,68
1	0,42356	24,4332	15,41
2	0,36035	8,3472	3,76
3	0,20695	-	-

Fonte: Elaborado pelos autores com dados da Conab e da Funceme

A tabela 2 apresenta o teste de identificação do número de defasagens no modelo VAR. Como pode ser visto, este teste apontou que o número ótimo de defasagens no modelo é três, utilizando-se os critérios FPE (*Final Prediction Error*) e AIC (*Akaike*), que são os critérios comumente empregado na maioria dos trabalhos que fazem uso desse método. Sendo assim, estimou-se o modelo VAR com três defasagens.

Tabela 2: Teste de identificação do número de defasagens no modelo VAR

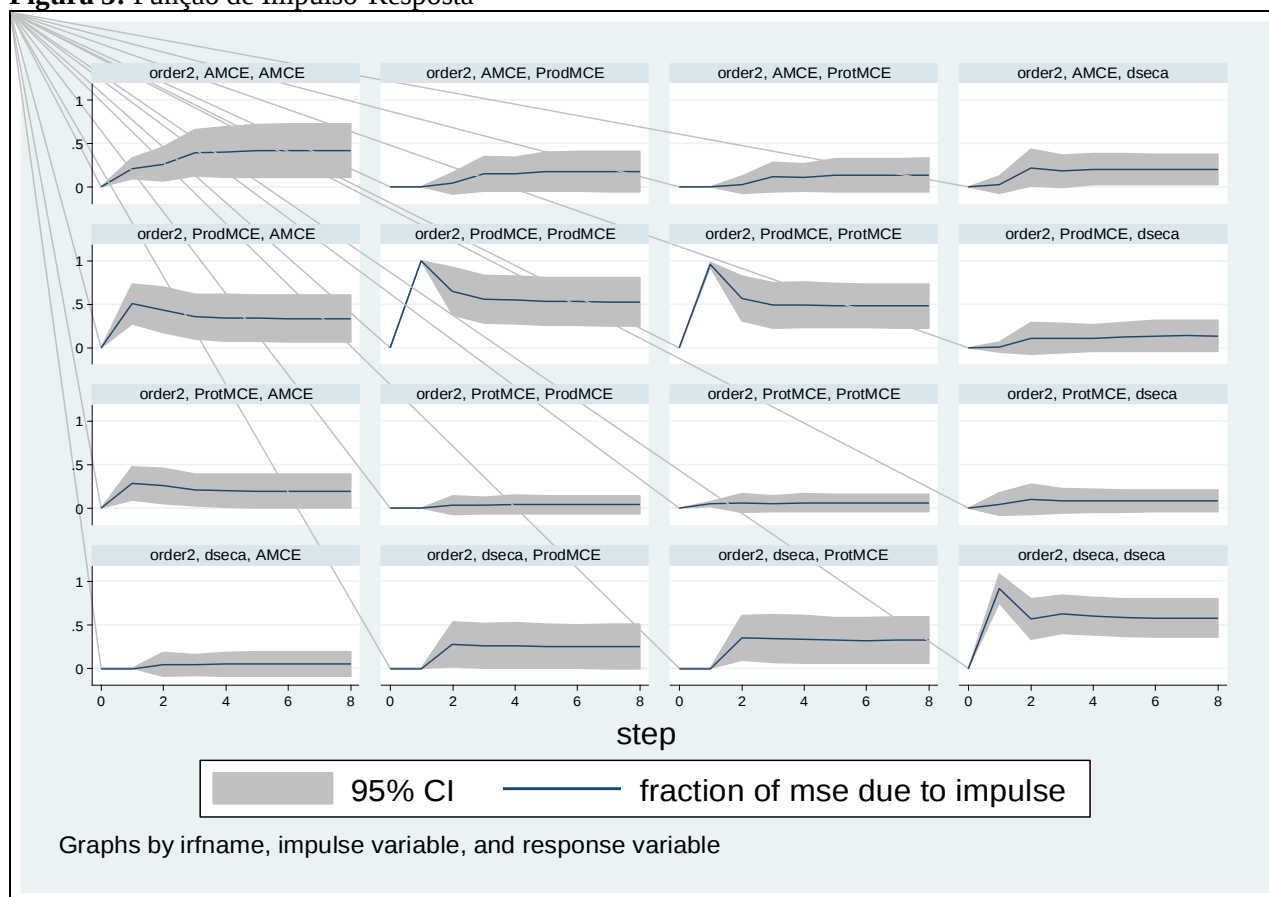
Defasagens	LL	LR	df	p	FPE	AIC
0	-606,078	-			4,8e+10	35,946
1	-587,612	38,932	16	0,001	3,9e+10	35,742
2	-575,469	24,286	16	0,083	5,2e+10	35,969
3	-550,511	49,918*	16	0,000	3,4e+10*	35,442*
4	-542,104	16,813	16	0,398	6,7e+10	35,889

Fonte: Elaborado pelos autores com dados da Conab e da Funceme

Os resultados do VAR são comumente apresentados na forma de tabela com as equações, com a função de Impulso-Resposta e decomposição da variância. Optou-se por utilizar nesse estudo a função de Impulso-Resposta.

A figura 3 traz a função de Impulso-Resposta, ou seja, o efeito de choques exógenos em cada uma das variáveis do modelo. A figura é composta por quatro linhas, onde cada linha traz o efeito em cada uma das variáveis dado um choque exógeno em uma variável do modelo. Assim, como o modelo é composto por quatro variáveis, tem-se dezesseis combinações linha-coluna, inclusive o efeito em uma variável dado um choque exógeno nela mesma. A sequência das variáveis nas linhas e colunas é: área plantada de milho no Ceará, produção de milho no Ceará, produtividade do milho no Ceará e ano de seca.



Figura 3: Função de Impulso-Resposta

Fonte: Elaborado pelos autores com dados da Conab e da Funceme

A primeira linha da figura 3 apresenta o choque externo da área plantada com milho nas variáveis do modelo. O maior efeito desse choque é na própria variável, que é o primeiro gráfico da primeira linha. Praticamente não se observa efeito desse choque nas demais variáveis (demais gráficos da primeira linha).

Na segunda linha da figura 3, tem-se o efeito de um choque externo da variável produção. Observa-se que há um efeito positivo nas demais variáveis, exceto na variável seca (último gráfico da segunda linha). Contudo, os maiores efeitos são na própria variável e na produtividade (segundo e terceiro gráficos da segunda linha, respectivamente).

A terceira linha traz o efeito do choque externo da produtividade nas demais variáveis. A produtividade tem um efeito na área plantada que se dissipa a partir do ano seguinte (primeiro gráfico da terceira linha). O efeito nas demais variáveis é muito baixo (demais gráficos da terceira linha).

Finalmente, na quarta linha da figura 3, tem-se o efeito do choque externo da seca sobre as variáveis do modelo. Aqui, tem-se que o efeito na área plantada só ocorre a partir do ano seguinte (primeiro gráfico da quarta linha), o que intuitivamente é esperado. Contudo, os resultados mostram

o quão o agricultor é persistente na atividade, pois o efeito de um choque da variável seca tem um efeito pequeno na área cultivada com o milho no Ceará.

Já na produção e na produtividade (segundo e terceiro gráficos da quarta linha) observa-se uma queda, e em seguida uma elevação, indicando que nos anos seguintes o agricultor se deixa mover pelo efeito “teia de aranha”, ou seja, um ano de colheita ruim incentiva no ano seguinte buscar compensar a queda na produção anterior. Contudo, o maior efeito de um choque externo na variável seca é nela própria (quarto gráfico da quarta linha), ou seja, há indicativo de que a seca no estado do Ceará ocorre com frequência em mais de um ano consecutivo.

Os resultados da estimação do VAR precisam ser validados com a aplicação de testes de autocorrelação dos resíduos, de estabilidade do modelo e normalidade dos resíduos, os quais são apresentados a posteriori.

A tabela 3 expõe o teste para verificação de autocorrelação dos resíduos. Essa verificação é realizada por meio do teste LM (*Lagrange-multiplier test*), com hipótese nula de não correlação dos resíduos. O resultado desse teste apontou que os resíduos são não autocorrelacionados, uma vez que não se rejeita a hipótese nula (valor prob. > 0,10). Assim, por esse critério, os resultados do VAR são válidos, conforme estabelecido por Bueno (2011).

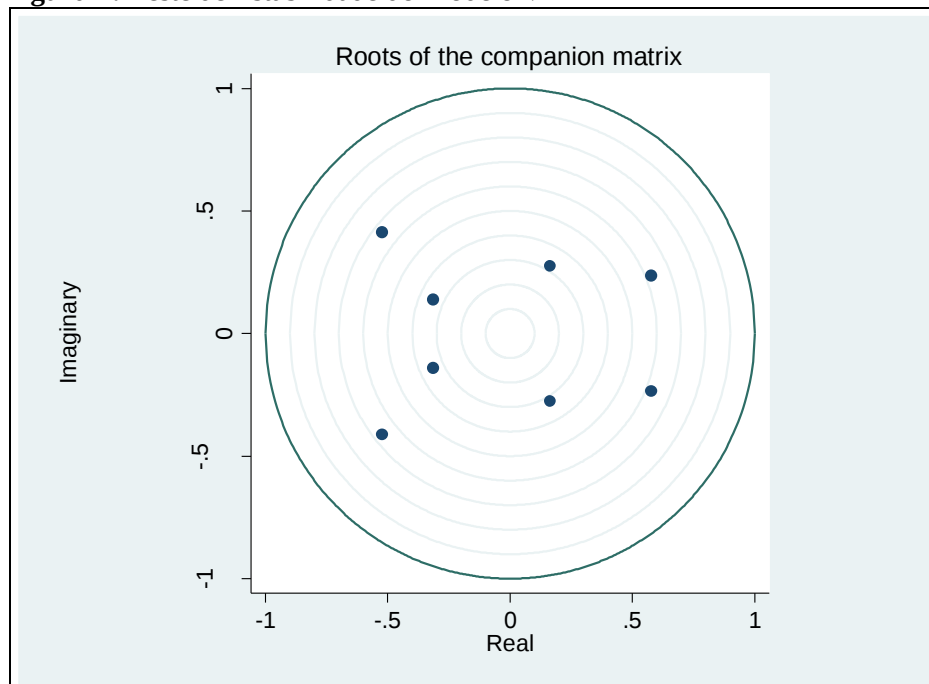
Tabela 3: Teste LM de Autocorrelação dos Resíduos

Defasagem	Chi2	df	Prob.
1	10,7805	16	0,8228
2	14,1891	16	0,5846
Hipótese nula	Não autocorrelação dos resíduos		

Fonte: Elaborado pelos autores com dados da Conab e da Funceme

A figura 4 traz o resultado do teste de estabilidade do modelo. Esse teste serve para verificar se não há raiz unitária após a estimação. É um dos pressupostos do modelo. Como pode ser visto todas as raízes unitárias estão dentro do círculo unitário. Sendo assim, por este critério, o modelo também é válido.



Figura 4: Teste de Estabilidade do Modelo VAR

Fonte: Elaborado pelos autores com dados da Conab e da Funceme

A tabela 4 traz o resultado do teste para verificação da normalidade ou não dos resíduos do modelo. Para realizar essa verificação emprega-se o teste Jarque-Bera, para o qual a hipótese nula consiste na normalidade na distribuição dos resíduos, necessária para a validade das estimativas do VAR (BUENO, 2011).

Tabela 4: Teste Jarque-Bera de Normalidade dos Resíduos do VAR

Séries	Chi2	df	Prob.
ProdMCE	2,367	2	0,3062
ProtMCE	4,176	2	0,1239
AMCE	0,411	2	0,8143
Dseca	1,371	2	0,5039
Todas	8,235	8	0,4023

Fonte: Elaborado pelos autores com dados da Conab e da Funceme

Como se observa, para todas as séries utilizadas na estimação do VAR, não se rejeita a hipótese nula da normalidade dos resíduos (valor prob. > 0,10). Sendo assim, pode-se dizer que os resíduos seguem uma distribuição normal, atestando a validade das estimativas do modelo.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

É sabido que nas últimas décadas o estado do Ceará tem apresentado vários anos de seca. Esse fenômeno secular afeta a produção agrícola, o fornecimento de água para consumo humano e dos animais e, por conseguinte, a renda do agricultor, notadamente o agricultor familiar que planta em regime de sequeiro.

Este estudo buscou estimar um modelo de Vetor Auto-regressivo (VAR) para apreender a relação entre as variáveis seca, produção, produtividade e área plantada de milho no estado do Ceará. Os resultados apontaram que a seca tem impacto na produção, na produtividade e, em menor escala, na área plantada. Também se observou que a seca tem ocorrido com frequência em mais de um ano consecutivo.

Os testes de normalidade, estabilidade e autocorrelação apontaram a validade do modelo estimado. O teste de causalidade de Granger apontou a seca como variável que afeta as demais variáveis do modelo no sentido de Granger.

Dessa forma, tendo em vista a importância da cultura do milho para sobrevivência da agricultura familiar no Ceará, fica evidente a necessidade de atuação conjunta dos órgãos de assistência técnica, de pesquisa e dos bancos que financiam a produção, para que os agricultores tenham as melhores condições possíveis para o desenvolvimento de sua atividade, como por exemplo, tendo acesso a sementes de variedades mais adaptadas a estiagem, incentivos na forma de crédito, ensinamento de técnicas agrícolas adequadas ao clima, dentre outras formas de contribuição.

REFERÊNCIAS

- ALENCAR, M. O. *et al.* Os Efeitos do Programa “Uma Terra e Duas Águas (P1+2)” sobre a Qualidade de Vida do Pequeno Produtor Rural do Semiárido Nordeste. **Revista Econômica do Nordeste**, v. 49, n. 1, p. 165-180, 2018.
- ALVES, L. R. A.; BACCHI, M. R. P. Oferta de exportação de açúcar do Brasil. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 42, n. 1, p. 9-33, 2004.
- ANDRIGUETO, J. R.; KOSOSKI, A. R. Desenvolvimento e conquistas da produção integrada de frutas no Brasil. In: SIMPÓSIO NACIONAL DO MORANGO, 2, 2004, Pelotas. **Anais eletrônicos...** Pelotas: Embrapa Clima Temperado, 2004.
- ARAÚJO, V. F. S.; CAMPOS, D. F. A cadeia logística do melão produzido no Agropolo Fruticultor Mossoró/Açu. **Revista Econômica do Nordeste**, Fortaleza, v. 42, n. 3, p. 505-529, 2011.



BARROS, G.S. de C. Formação de preços no setor de frango de corte no Brasil. **Relatório de Pesquisa**. Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz/USP. 1994.

BARROS, G.S. de C.; BITTENCOURT, M.V.L. Formação de preços sob oligopsônio: o mercado de frango em São Paulo. **Revista Brasileira de Economia**, Rio de Janeiro, v. 51, n. 2, p. 181-199, 1997.

BOSCH, C.; HOMMANN, K.; SADOFF, C.; TRAVERS, L. Agua, saneamiento y la pobreza. **World Bank**, 1999.

BRASIL, Ministério da Integração Nacional. Delimitação do Semiárido. 2017.

BRASIL, PAN. **Programa de ação nacional de combate à desertificação**. Brasília, DF: Ministério do Meio Ambiente, Secretaria de Recursos Hídricos, 2004.

BUENO, Rodrigo de Losso da Silveira. **Econometria de séries temporais**. 2ª ed. São Paulo: Cengage Learning, 2011.

AMPOS, José Nilson Bezerra. Vulnerabilidades hidrológicas do semi-árido às secas. **Planejamento e Políticas Públicas**, n. 16, 2009.

CAETANO, F. A. O. **Desertificação e governança nas comunidades rurais da ASD do Sertão dos Inhamuns, Ceará**. 2018. 125 f. Dissertação (Mestrado em Economia Rural) - Centro de Ciências Agrárias, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2018.

CANTELE, E. F. **Desempenho da cultura de milho em diferentes épocas de cultivo no sudoeste paulista**. 2009. 73 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

CONAB – COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO. Disponível em: <<http://www.conab.gov.br>>. Acesso em: 07 de março de 2016.

_____. **Safra:** séries históricas. 2017. Disponível em: <https://www.conab.gov.br/conteudos.php?a=1252&t=2&Pagina_objcSConteudos=3#A_objcSConteudos>. Acesso em: 17 out. 2019.

CONTI, J. B. A questão climática do nordeste brasileiro e os processos de desertificação. **Revista Brasileira de Climatologia**, v. 1, n. 1, p. 7-14, 2005.

COSTA, L. R. F.; DANTAS, S. P. Clima e a Problemática das Secas no Ceará: um novo olhar sobre os grandes reservatórios e o avanço da desertificação. **Revista GEONORTE**, Edição Especial 2, v. 2, n. 5, p. 1034-1042, 2012.

EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária. **Manual de segurança e qualidade para a cultura do milho**. Brasília, 2004.

FUNCEME – FUNDAÇÃO CEARENSE DE METEOROLOGIA E RECURSOS HÍDRICOS. A Crise Hídrica e a Questão da Estiagem no Estado do Ceará. 2017. Disponível em: <https://www.cidades.ce.gov.br/wp-content/uploads/sites/12/2017/06/funceme_margareth_29_reuniao_concidades.pdf>. Acesso em: 18 de outubro de 2019.

FUNCEME – FUNDAÇÃO CEARENSE DE METEOROLOGIA E RECURSOS HÍDRICOS. Disponível em <<http://www.funceme.br>>. Acesso em: 17 de outubro de 2019.

GUJARATI, D. N.; PORTER, D. C. **Econometria básica**. 5ª ed. Porto Alegre: AMGH, 2011.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Disponível em <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 07 de maio de 2016.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Produção Agrícola Municipal 1990-2007. Rio de Janeiro. IBGE. 2008.

IPECE – INSTITUTO DE PESQUISA E ESTRATÉGIA ECONÔMICA DO CEARÁ. A influência do clima no desempenho da economia cearense. Texto para discussão nº 56. Fortaleza, 2009.

IPECE – INSTITUTO DE PESQUISA E ESTRATÉGIA ECONÔMICA DO CEARÁ. Ceará em Mapas. 2007. Disponível em <<http://www2.ipece.ce.gov.br/atlas/lista/index.htm>>. Acesso em: 17 de outubro de 2019.

IPECE – INSTITUTO DE PESQUISA E ESTRATÉGIA ECONÔMICA DO CEARÁ. Disponível em <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 07 de maio de 2016.

JOHANSEN, Søren. Statistical analysis of cointegration vectors. **Journal of economic dynamics and control**, v. 12, n. 2-3, p. 231-254, 1988.

JUSTO, W. R.; LIMA, R. C. Relações de curto e longo prazo entre as economias dos estados: Bahia, Pernambuco e Ceará: 1970-2000. **Economia e Desenvolvimento**, n. 19, 2007.

KHAN, A. S. *et al.* Efeito da Seca Sobre a Produção, a Renda e o Emprego Agrícola na Microrregião Geográfica de Brejo Santo e no Estado do Ceará. **Revista Econômica do Nordeste**, Fortaleza - CE, v. 36, n. 2, p. 242-262, 2005.

LUNA, R. M. **Desenvolvimento do índice de pobreza hídrica (IPH) para o semi-árido brasileiro**. 2007. 138 f. Tese (Doutorado em Engenharia Civil: Recursos Hídricos) - Centro de Tecnologia, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2007.

MALDANER, L. J. *et al.* Exigência Agroclimática da Cultura do Milho. **Revista Brasileira de Energias Renováveis**, v. 3, p. 13-23, 2014.

MAYORGA, R. O. *et al.* Análise de transmissão de preços do mercado atacadista de melão do Brasil. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 45, n. 3, p. 675-704, 2007.

MELO, A. F. *et al.* Cointegração e Transmissão de Preços na Avicultura em Pernambuco: Milho, Soja e Preço da Carne de Frango. **Informe Gepec**, v. 20, n. 1, 2016.

PINHEIRO, A. M.; HERREROS, M. M. A. G. Fluxos de Capitais e Componentes Macroeconômicos: análise de inter-relações através da aplicação de um modelo de vetores autorregressivos (VAR). In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA, 33. 2005, Natal. **Anais...** Natal: Associação Nacional dos Centros de Pós-Graduação em Economia, 2005.

SANTIAGO, F. S.; DIAS, I. C. G. M.; JALFIM, F. T.; SILVA, N. C. G.; BLACKBURN, R. M.; FREITAS, R. R. L.; NANES, M. B. Variabilidade Pluviométrica em Agricultura de Sequeiro no Sertão do Pajeú-PE. In: SIMPÓSIO BRASILEIRO DE RECURSOS HÍDRICOS, 20, 2013, Bento



Gonçalves - RS. **Anais eletrônicos...** Bento Gonçalves: Associação Brasileira de Recursos Hídricos, 2013.

SARMENTO, F. J. Mudanças Climáticas: Impactos Sociais, Econômicos e Ambientais no Semiárido Brasileiro. In: SIMPÓSIO BRASILEIRO DE RECURSOS HÍDRICOS, 17., 2007, São Paulo - SP. **Anais eletrônicos...** São Paulo: Associação Brasileira de Recursos Hídricos, 2007.

SILVA, C. A. G.; FERREIRA, L. R.; ARAÚJO, P. F. C. Crescimento do Produto Agropecuário: uma aplicação do vetor auto-regressivo (VAR). In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 44, 2006, Fortaleza - CE. **Anais...** Fortaleza: SOBER, 2006.

SILVA, F. M.; MACHADO, T. A. Transmissão de preços da soja entre o Brasil e os estados unidos no período de 1997 a 2007. **Economia e Desenvolvimento**, n. 21, 2009.

SLEIMAN, J. **Veranicos ocorridos na porção noroeste do Estado do Rio Grande do Sul entre 1978 e 2005 e sua associação às condições climáticas na atmosfera**. Dissertação (Mestrado) – Universidade de São Paulo, USP. São Paulo, 2008.

SOUZA, S. F. *et al.* Mecanismo de transmissão de preços: uma análise sobre as exportações brasileiras de melão. **Economia Aplicada**, v. 21, n. 1, p. 95, 2017.

SULIANO, D.; MAGALHÃES, Klinger Aragão; SOARES, Rogério Barbosa. A influência do clima no desempenho da economia cearense. **IPECE, Texto para Discussão**, n. 56, 2009.

ZANELLA, M. E. Considerações sobre o clima e os recursos hídricos do semiárido nordestino. **Caderno Prudentino de Geografia**, Volume Especial, n. 36, p.126-142, 2014.

Recebido em 28 de Julho de 2018
Aprovado em 20 de Outubro de 2019



(DES)CONSIDERAÇÕES DA ESQUERDA INTELECTUAL BRASILEIRA SOBRE O CAMPO E O CAMPESINATO

(DIS)REGARD OF BRAZILIAN INTELLECTUAL LEFT ON THE COUNTRYSIDE AND THE PEASANTRY

(DES)CONSIDERACIONES DE LA IZQUIERDA INTELECTUAL BRASILEÑA SOBRE EL CAMPO Y EL CAMPESINATO

DOI 10.33360/RGN.2318-2695.2019.i3.p.185-204

Jânio Roberto Diniz Santos

Professor Titular do Departamento de Geografia da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB) - Campus de Vitória da Conquista
E-mail: jandiniz@yahoo.com.br

Suzane Tosta Souza

Professora Titular do Departamento de Geografia da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB) - Campus de Vitória da Conquista
E-mail: suzanetosta@gmail.com

Alexandrina Luz Conceição

Professora Emérita da Universidade Federal de Sergipe (UFS)
E-mail: aluzcon@hotmail.com

RESUMO:

O debate sobre o campo brasileiro assume nova dimensão a partir da segunda metade do século 20, dadas as transformações significativas ocorridas nesse espaço, em um contexto de expansão e acumulação de capital, modificando as relações sociais existentes até então. No entanto, apesar da efervescência política ocorrida no campo – a exemplo dos movimentos organizados de luta pela terra – como as Ligas Camponesas, no âmbito acadêmico, os debates sobre o desenvolvimento do capitalismo no Brasil evidenciam, predominantemente, os espaços urbanos e a classe proletária – enquanto aquela que produz valor e que, portanto, ocuparia papel central no processo revolucionário, repercutindo em um certo descrédito e subordinação dos sujeitos camponeses nesse processo. É nesse contexto que se inicia o debate proposto por intelectuais como: Alberto Passos Guimarães, Caio Prado Junior, Jacob Gorender e, mais recentemente, José de Souza Martins, Márcia Mota, Arioaldo Umbelino de Oliveira, dentre outros, destacando a efervescência existente no campo brasileiro e a necessidade dos pesquisadores se debruçarem sobre essa realidade.

Palavras-chave: Campo; Camponesinato; Capitalismo; Relações de Produção; Reprodução da Vida.

ABSTRACT:

The discussion on the Brazilian countryside takes on new dimension from the second half of the twentieth century, given the significant changes that have occurred in this space, in a context of expansion and capital accumulation, modifying the existing social relations until then. However, despite the political occurred in the countryside - the example of organized movements of struggle for land - as the Peasant Leagues, within academic sphere, the discussions on the development of capitalism in Brazil predominantly show the urban spaces and the proletarian class - while the one that produces value and that, therefore, occupies a central role in the revolutionary process, reflecting in a certain discredit and subordination of peasant subjects in this process. It is in this context that starts the discussion proposed by scholars such as: Alberto Passos Guimarães, Caio Prado Junior, Jacob Gorender and, more recently, José de Souza Martins, Márcia Mota, Arioaldo Umbelino de Oliveira, among others, highlighting the effervescence prevailing in the Brazilian

countryside and the need of researchers that deal with this reality.

Keywords: Countryside; Peasantry; Capitalism; Relationships of Production; Reproduction of Life.

RESUMEN:

El debate a respecto del campo brasileño asume una nueva dimensión a partir de la segunda mitad del siglo XX, dadas las transformaciones significativas ocurridas en ese espacio, en un contexto de expansión y acumulación de capital, modificando las relaciones sociales existentes hasta entonces. Sin embargo, a pesar del fervor político ocurrido en el campo – como en el ejemplo de los movimientos organizados de lucha por la tierra – como las Ligas Campesinas, en el ámbito académico los debates sobre el desarrollo del capitalismo en Brasil evidencian, predominantemente, los espacios urbanos y la clase obrera – en cuanto aquella produce un valor y que, por tanto, ocuparía un papel central en el proceso revolucionario, repercutiendo en un cierto descrédito y subordinación de los sujetos campesinos en ese proceso. Es en ese contexto que se inicia el debate propuesto por intelectuales como: Alberto Passos Guimarães, Caio Prado Junior, Jacob Gorender y, más recientemente, por José de Souza Martins, Márcia Mota, Ariovaldo Umbelino de Oliveira, entre otros, evidenciando el fervor existente en el campo brasileño y la necesidad de que los investigadores se desdoble a respecto de esa realidad.

Palabras clave: Campo; Campesinato; Capitalismo; Relaciones de Producción; Reproducción de la vida.

1 INTRODUÇÃO

O presente artigo parte das discussões realizadas sobre o campo brasileiro, junto ao Grupo de Pesquisa Trabalho, Mobilidade e Relação Campo Cidade na Produção do Espaço (LEAU-UESB), ao se constatar certa negligência ou mesmo preconceito dos setores da esquerda intelectual brasileira em considerar ou admitir o papel político do campesinato, tanto no campo quanto na sociedade brasileira como um todo, dado, sobretudo, a centralidade em torno do papel revolucionário a ser desempenhado pelo proletariado, no âmbito da análise marxista, na perspectiva da superação da ordem societal do capital, e do papel simplório, ou mesmo ‘conservador’, atribuído ao campesinato nesse processo.

Por outro lado, evidencia-se, também, uma forte influência nos setores intelectuais em se compreender as transformações impostas por um processo de industrialização e, conseqüente, urbanização da maior parte da sociedade brasileira e o deslocamento do foco analítico para esses espaços, em detrimento da efervescência do conteúdo político e dos conflitos de classes que marcam o campo brasileiro. Nesse aspecto, reforçam a análise do urbano como possibilidade e do campo, não raramente, vinculado a um conteúdo a ser superado, posto vinculado a um outro modo de produção.

A hipótese que o referido artigo adota é que: um possível ‘abandono’ do campo – como *locus* da vida societal – e uma certa centralidade das análises sobre os processos de produção concentrados, sobretudo, no espaço urbano, serviu para um certo preconceito para com os sujeitos que se reproduzem no campo – os camponeses e, ao mesmo tempo, abre diversas possibilidades analíticas sobre esse espaço, inclusive no campo da esquerda intelectual brasileira, não raras vezes

(des)considerando tais sujeitos no sentido da possibilidade de um despertar da consciência de classe e de uma ação política voltada para o questionamento da ordem dominante.

Em muitas dessas análises, chega-se ao absurdo de se apontar essa classe unicamente como conservadora e sua luta em torno da reprodução da propriedade privada sobre a terra – desconsiderando o fato de que, para o campesinato, a terra constitui-se em lugar de vida e trabalho, não como possibilidade de extração de renda e lucro através da exploração do trabalho de outros. Também é possível se verificar a defesa de um processo de proletarização do campesinato e de expansão total do trabalho assalariado no campo, como condição a eclosão de um processo revolucionário.

Diferente de tais análises, o presente artigo busca se sustentar na realidade histórica e social e ler o processo de reprodução camponesa no Brasil, nas próprias contradições inerentes a esse modo de produção, sem desconsiderar, entretanto, o papel político historicamente desempenhado por esses sujeitos em luta pela terra, ou para nessas permanecerem, ou mesmo no questionamento a essa ordem dominante pautada na exploração do trabalho por meio da extração da *mais valia* e da renda da terra. Por outro, aponta também um processo crescente de sujeição da produção camponesa ao capital, destacando os desafios postos a essa classe como condição para a sua permanência no campo na atualidade.

2 CONTEXTO DE RETOMADA DAS ANÁLISES SOBRE O CAMPO

De acordo com João Pedro Stédile (2005) foi a partir de meados do século 20 que o debate sobre o campo brasileiro ocupou posição de destaque nos setores da esquerda brasileira, sobretudo com a ação dos partidos políticos – que tinham um projeto de crítica ao capital e (ainda) representavam os interesses da classe trabalhadora. Isso se dá no âmbito em que o país já contava com sérios problemas no campo, frente à estrutura agrária bastante concentrada, e a expulsão de grande parte da massa camponesa, bem como a abertura do campo para o desenvolvimento de novos projetos do capital.

Essa pequena ou nenhuma importância dada pela esquerda e pela intelectualidade brasileira, em relação aos sujeitos que se reproduziam no campo, em muito se deve ao apego a determinadas teorias de base marxista (em destaque os estudos realizados por Vladimir Lênin e Karl Kautsky, elaboradas em outros contextos históricos), na quais o proletariado era visto como única e fundamental classe para superar o capitalismo, enquanto o campesinato era considerado como apêndice no processo de transformação social, já que não apresentaria as condições históricas de



serem protagonistas do processo, ficando a reboque da classe operária. Ou mesmo eram vistos como classe conservadora – aliada das classes proprietárias, ou como classe em vias de extinção – dada predominância absoluta do trabalho assalariado no campo. Sobre isto, Martins (1981) destaca que:

É no contexto [...] que as lutas camponesas têm sido classificadas politicamente e têm sido vistas sob fortes suspeitas e descrédito. Com frequência, a discussão sobre a relação entre o campesinato e a política repousa na pressuposição de que o campesinato é estranho a política e é melhor que assim permaneça. O que se liga à suposição de que, no processo político, o campesinato só pode ter uma presença passiva e subordinada – isto é, subordinada à perspectiva, ao jogo e aos interesses de outra classe social (conservadoramente, à burguesia ou os proprietários de terra; revolucionariamente, ao proletariado). A possibilidade de o campesinato falar sua própria linguagem de classe perturba os esquemas de interpretação, as posições partidárias, a lógica férrea e enferrujada do economicismo desenvolvimentista. (MARTINS, 1981, p. 12)

No âmbito desse debate, as interpretações sobre o campo brasileiro apontavam para diversas direções, que enfocavam desde os que analisavam a realidade agrária existente como entrave ao desenvolvimento do capitalismo, e até da existência de resquícios feudais, que tinha em Alberto Passos Guimarães (em *Quatro Séculos de Latifúndio*) e Maurício Vinhas (*Problemas agrário camponeses do Brasil*) seus principais expoentes; até aqueles que defendiam a posição de que no Brasil nunca existiu feudalismo, em que as relações sociais e de produção não se constituíam entraves ao desenvolvimento do capitalismo, que teve como uma de suas principais referências o historiador Caio Prado Júnior (com destaque para a obra *Formação do Brasil Contemporâneo*).

O debate é retomado na década de 1970, através das análises de Jacob Gorender, que passa a propor que o que existia no Brasil Colonial não era capitalismo e sim um modo de produção escravista colonial (defendendo sua tese na obra *O escravismo Colonial*); contrariando a tese de Caio Prado – que defendia que o Brasil já era capitalista, tendo desempenhado papel fundamental na acumulação de capital da Europa.

Para Stédile (2005), o primeiro grande debate que elaborava teses e ideias sobre as origens e as características da posse, propriedade e uso da terra só vai acontecer na década de 1960. Um desses estudos mais significativos foi elaborado, antes da década de 1960, pelo professor da Universidade de São Paulo (USP), Robert Simonsen, que concluía, através de um estudo sobre a história econômica do país, pelo predomínio de relações de produção capitalistas no campo brasileiro. Esse debate, segundo Stédile (2005), veio no bojo da primeira grande crise do modelo de industrialização dependente que foi imposto ao Brasil, como condição para o desenvolvimento, acrescido de uma série de mobilizações sociais, disputa entre as classes sociais e tentativas de superação da crise.

3 BREVE LEITURA DAS TRÊS PRINCIPAIS TESES SOBRE O CAMPO BRASILEIRO

De acordo com Motta (2006), na década de 1950 a matriz predominante no Partido Comunista Brasileiro (PCB) defendia que a sociedade brasileira apresentava características semicoloniais e semifeudais, em que com base na utilização das teses Leninistas defendia que o país deveria passar por uma Revolução Democrático-Burguesa a fim de varrer os traços feudais, e com eles os representantes do imperialismo e do latifúndio. Um dos primeiros teóricos a defender tal ideia foi Nelson Werneck Sodré, do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB), na tentativa de buscar explicações para o subdesenvolvimento no país. Nesse sentido, defendia que a sociedade brasileira era marcada pela servidão de grande parte da população que vivia no campo.

O feudalismo havia se inserido no país às margens do regime escravista, produtor de gêneros para a exportação. A decadência da produção escravista (como por exemplo, a falência das fazendas de açúcar) e a própria abolição da escravatura, ao não alterarem a forma de apropriação da terra, teriam ampliado a dominação feudal no campo. A imigração de trabalhadores no final do século XIX não aceleraria a transformação das relações de trabalho, já que o latifúndio persistiu enquanto forma majoritária de apropriação da terra (SODRÉ, 1976 *apud* MOTTA, 2006, p. 43).

Assim, as relações escravistas cedem lugar a relações feudais e semifeudais, em que se tem o crescimento de uma população de pequenos lavradores e criadores, muito dos quais escravizados, que segundo Sodré (1976) não tinham participação no mercado, face a fragilidade da produção – que servia apenas para alimentar as famílias, o que, em um certo ponto, contradiz com a análise desenvolvida por Palácios (2004) quando ao analisar comunidades camponesas, na Capitania de Pernambuco, ainda no século 18, como também ao longo do século 19, conclui que os camponeses desenvolveram formas de organização social e relações de produção que lhes permitiram, inclusive, participar de um mercado interno, e mesmo de um mercado externo, por meio do contato com traficantes, em que comercializavam, sobretudo, a mandioca e o tabaco.

Também aceitando a existência do feudalismo no Brasil, Alberto Passos Guimarães escreve no ano de 1963 o livro *Quatro Séculos de Latifúndio*, quando a situação conjuntural apontava, pela primeira vez, na história do país, para a realização de um amplo programa de reforma agrária, pelo então presidente João Goulart, o que na leitura de Guimarães significaria uma verdadeira revolução, capaz de promover um acelerado desenvolvimento do capitalismo em bases nacionais. Essa reforma agrária, portanto, seria a responsável pela destruição dos traços semifeudais do latifúndio, que



garantia a subordinação econômica, política e jurídica dos camponeses aos proprietários latifundiários.

Para Motta (2006), considerando os trabalhos desenvolvidos por Sodré e Guimarães, o segundo analisou de forma mais pormenorizada as camadas sociais estranhas ao binômio senhor/escravo, dando visibilidade aos posseiros e à luta desses sujeitos sociais pela posse da terra, o que segundo a autora constitui-se na maior contribuição do autor. No entanto, ao considerar esses sujeitos sociais que se reproduziam no campo – através do trabalho na terra – e que nós consideramos camponeses, Guimarães os via como resquícios de um outro modo de produção e que, portanto, mediante o desenvolvimento de relações capitalistas no campo – tenderiam ao desaparecimento.

De acordo com Guimarães (1974) *apud* Stédile (2004), seria um equívoco pensar que o fato da Europa, na época do descobrimento, encontrar-se em pleno florescimento do mercantilismo, que essas mesmas condições se desenvolveriam no Brasil, quando ao invés de vivenciar os traços do feudalismo decadente, seriam reproduzidas as mesmas condições da economia mercantil em formação. Considera que o sistema colonial tende a transportar para o território conquistado os elementos regressivos do país dominante, exportando para as colônias processos econômicos e instituições políticas que assegurasse a perpetuação de seu domínio, instituições essas atrasadas e opressivas.

Para Guimarães (1974), o fracasso das primeiras tentativas de colonização ocorre pela impossibilidade de uma simples transposição para o Novo Mundo de todos os componentes da estrutura produtiva da economia medieval. Assim sendo, a metrópole decide colocar nas mãos da fidalguia os imensos latifúndios que surgiram dessa partilha, com o propósito de lançar nessa colônia os fundamentos econômicos da ordem de produção feudal, ignorando o fato de que, para garantir o processo de ocupação do território, o governo português não tivesse em mãos nenhum outro atrativo a não ser a imensidão de terras disponíveis, oferecendo vantagens a essa população que migrasse para o Brasil (que deveriam ter vultosos recursos para investir nas imensas áreas concedidas), além da necessidade de explorar o território economicamente e garantir as fronteiras frente às constantes possibilidades de ataques por parte dos outros países da Europa, em plena expansão mercantil¹.

¹ Questionando a análise desenvolvida por Simonsen (1937) Guimarães (1974) *apud* Stédile (2004) destaca que: “Como se vê, Simonsen não se contentara em negar o caráter feudal do regime implantado no Brasil - Colônia; e, indo mais além, deu por extinto, já no começo do século 16, o feudalismo em Portugal” (p. 40). Assim sendo, não basta, para Guimarães à presença de algumas categorias para caracterizar como capitalista o regime econômico de Portugal.

No sistema de plantação, como aliás no conjunto de uma economia pré-capitalista do Brasil-Colônia, o elemento fundamental, a característica dominante à qual estavam subordinadas todas as demais relações econômicas, é a propriedade agrária feudal, sendo a terra o principal e mais importante dos meios de produção. (GUIMARÃES *apud* STÉDILE, 2004, p. 46).

Afere-se que, segundo Guimarães (1974), a relação com a terra, ou melhor, com o tamanho das propriedades, seria fundamental para se compreender o modo de produção que se estabelecia no Brasil. Dessa forma, o fato de dispor de grandes propriedades – que lembre os feudos, já seria uma característica marcante desse modo de produção, como se no capitalismo não fosse possível a existência de grandes propriedades. A experiência europeia, com base nas pequenas e médias propriedades, não aconteceu, nos mesmos moldes, em países que sofreram um processo de colonização, como no Brasil, de enormes porções territoriais, e cujas dificuldades da Coroa de promover a ocupação desse território foi que definiu a existência de grandes faixas de terras, posteriormente transformadas em propriedades privadas.

Ao definir com base no tamanho das propriedades rurais o modo de produção existente, Guimarães (1974) distancia-se do processo histórico, que resultou em uma desigual distribuição das terras, como o que acontece no Brasil. É o modo de produção e sua necessidade de acumulação quem determina as relações sociais e de produção, assim como a distribuição da terra, e não os tamanhos das propriedades que define o modo de produção. A forma como o capitalismo desenvolveu-se no Brasil não foi a mesma em que se desenvolveu na Europa, por isso é preciso que se considere qual o papel que o Brasil desempenhou nesse processo de produção e acumulação de capital, e quais as condições históricas que fizeram com que o capitalismo brasileiro se sustentasse, historicamente, na grande propriedade privada, como possibilidade de garantia da exploração do trabalho e da sujeição da renda camponesa ao capital.

Para Guimarães (1974), não são as contradições do capitalismo que engendram relações não capitalistas de produção, a fim de se apropriar do trabalho, mas sim, a espoliação imperialista – que é a causa histórica do atraso semifeudal de nossa agricultura. Por isso, o Brasil não conseguiria chegar a um patamar mais elevado – capitalista, como se o capitalismo, no seu processo de realização, não reproduzisse e se apropriasse do “atraso”.

Ao destacar os caminhos possíveis para o desenvolvimento do capitalismo no campo brasileiro, Guimarães (1974) deixa clara a existência de duas possibilidades: ou isso se faz de modo revolucionário ou de modo reformista. Para tanto, o proletariado e as forças mais progressistas da sociedade brasileira devem apoiar as transformações burguesas no campo, que resultem na destruição dos laços do feudalismo, na destruição das formas pré-capitalistas. É visível, na



afirmativa, a transposição de teorias desenvolvidas para outros momentos históricos, a exemplo da luta de classe ocorrida na França, no século 18, e bastante tratada por Marx (1997) em *O 18 Brumário*, para tentar explicar a história do Brasil, que se dá em um contexto bem diferenciado.

Aceitando a análise de Guimarães (1974 e 1979) poderíamos perguntar: quem seria essa burguesia, a quem o proletariado deveria unir-se, tendo em vista que mesmo no momento em que ela se consolida jamais esteve em lado oposto aos interesses dos latifundiários, ou, muitas vezes, acabam sendo a mesma pessoa? Onde caberia o campesinato, se esse é produto das relações feudais? Em sendo, teriam que ser extintos também, de modo que as relações capitalistas pudessem desenvolver-se plenamente? Ou esses seriam uma classe necessária no campo, embora não necessariamente capitalista? A análise nos parece permeada de contradições, ou seria melhor dizer que essas não consideram, exatamente, as contradições do modo de produção capitalista?

É *mister* destacar que há uma preocupação, na análise de Guimarães (1979), quanto às condições apresentadas a população camponesa, sobretudo pelo não acesso à terra o que é destacado também no livro *A Crise Agrária*, quando além de demonstrar a necessidade da reforma agrária, por via do ataque direto ao latifúndio (de características feudais), deixa clara a aceitação de que além da terra, a industrialização² pode ser vista como uma solução de emprego para aqueles que migraram do campo em direção as cidades, não se distanciando das leituras desenvolvimentistas da época. Para ele,

A população camponesa e assalariada, que a miséria rural atira no nomadismo e no subemprego, cresce todos os dias e, tendo sido estimada há algum tempo em 6 ou 7 milhões, cedo poderá atingir 10 milhões. O número de subempregados, isto é, dos que se mantêm fora da economia monetária, somados aos que não conseguem mais de 100 dias de trabalho por ano e aos que não ganham além de um ou dois salários mínimos, atingem um percentual surpreendentemente elevado da força de trabalho nacional. O crescimento dessa população miserável não será impedido pela imposição de medidas anticoncepcionais, pois o planejamento familiar só pode institucionalizar-se como uma consequência natural do desenvolvimento da sociedade e quando o nosso país atingir o equilíbrio demográfico adequado as nossas condições geográficas, econômicas e sociais. Não haverá outra solução para os excedentes relativos da população fora da criação para eles de novas oportunidades de trabalho: no campo, por meio da distribuição da terra e de outros meios de produção; nas cidades, através da expansão do desenvolvimento industrial (GUIMARÃES, 1979, p. 21/22).

² Para Stédile (2004, p. 30), “Dessa forma, a lógica do modelo de industrialização dependente atuava de forma contraditória e complementar, em que os camponeses, ao mesmo tempo em que se reproduziam e se multiplicavam enquanto classe, tiveram parcelas crescentes de seus membros migrando para as cidades e se transformando em operários”.

Quanto às soluções apontadas pelo autor, discorda-se, dentre outras coisas, da leitura que coloca a industrialização como caminho para a superação da situação brasileira de “subdesenvolvimento”, apostando em um projeto nacionalista e desconsiderando que o processo de produção de capital se estabelece de forma mundial, o que significa dizer que tal projeto de industrialização não aconteceria de forma independente, inclusive de seu conteúdo de classe. Não é apenas a distribuição de terras e a industrialização que vão dar possibilidades de melhorias das condições de vida dos trabalhadores assalariados e camponeses, mas a transformação da própria sociedade sob a égide da reprodução ampliada do capital. A concentração da terra é vista não dentro das contradições da forma de desenvolvimento do capitalismo no Brasil, mas como resquício do feudalismo. Daí a necessidade de distribuir a terra, a fim de romper com as relações feudais, e não como forma de superação da sociedade capitalista, como se essa fosse avançada e benéfica.

Ao focar a questão da reforma agrária, a impressão que Guimarães passa é a de uma ação mais voltada às demandas do capital, do que aos interesses dos trabalhadores assalariados e camponeses sem terra – que viviam em precárias condições de vida nas cidades. No entanto, é preciso considerar que as expectativas da realização de uma reforma agrária no Brasil, no Governo de João Goulart, são frustradas com Golpe Militar de 1964, apoiado pela burguesia, e por amplos setores da classe média, em aliança com o capital estrangeiro; sem alterar o poder dos latifundiários, o que fez retroceder as lutas por Reformas de Base.

Por outro lado, as interpretações no próprio âmbito do Partido Comunista não são unânimes e vozes como a de Caio Prado apresenta-se como um contraponto a análise de Guimarães, Sodré e outros, negando a existência de características feudais no país e entendendo que nesse prevalecia a forma desigual na qual se desenvolve o modo de produção capitalista, desde a sua gênese. Esse pensamento é expresso no livro *Formação do Brasil Contemporâneo*, quando Prado (1972) busca desvendar o sentido da colonização brasileira. Essa colonização, na verdade, funcionava como uma empresa comercial que visava explorar o território colonial para o enriquecimento europeu (da metrópole). A colônia se inseria, portanto, no plano internacional, sendo, também, capitalista.

Não há como esperar do desenvolvimento do capitalismo na agropecuária brasileira e muito menos da extinção da parceria uma elevação dos padrões da massa trabalhadora rural. Essa elevação somente virá através da luta desses trabalhadores, sejam quais forem suas relações de trabalho e natureza da remuneração que recebem, por melhores condições de trabalho e de vida. O maior embaraço, de natureza econômica e de ordem geral no caminho dessa luta, é sem dúvida a concentração da propriedade agrária que, segundo vimos, contribui fortemente para colocar o trabalhador em posição muito desfavorável. Não existe para ele outra alternativa de ocupação e maneira de alcançar seus meios de subsistência que se colocar a serviço da grande propriedade e aceitar as condições que lhe são



impostas. Essa alternativa somente se apresentará em proporções capazes de influir no equilíbrio do mercado de trabalho e da oferta e procura de mão-de-obra rural, quando o acesso dos trabalhadores à propriedade agrária se tornar uma possibilidade que hoje praticamente não existe (PRADO, 1972 *apud* STÉDILE, 2004, p. 80).

Partindo da análise dialética Caio Prado expõe as contradições do processo de apropriação do território brasileiro, marcado, por um lado, por uma reduzida minoria de grandes proprietários – que detêm o monopólio da terra e, de outro, uma grande massa de trabalhadores que precisam da terra para conseguir seus meios de subsistência, daí a importância da reforma agrária – como forma de proporcionar o acesso à propriedade da terra aos trabalhadores rurais.

Por outro lado, embora Caio Prado defenda a reforma agrária como possibilidade de melhoria das condições de vida dos trabalhadores do campo, essa defesa se faz considerando o avanço do capitalismo no Brasil e o processo de proletarianização, que por sua vez, pouco ou nenhum relevo dá ao campesinato, já que o que se tem no Brasil, desde o início da colonização, são relações capitalistas de produção. O autor acaba defendendo que o desenvolvimento desse modo de produção resultará em um processo de proletarianização, em que os camponeses se tornam trabalhadores assalariados. Daí o fato de considerar que a reforma agrária iria, na verdade, beneficiar os trabalhadores assalariados, acreditando que esse já se proletarianizou, e encontra-se no processo produtivo na condição de vendedor de sua força de trabalho, de tipo capitalista; esse desenvolvimento capitalista puro, “que se realiza no salariado sem traço algum de “restos feudais”: o bóia-fria, apelido que já diz tudo” (PRADO, 1978, p. 09). Destaca ainda que a grande exploração de tipo comercial tende a se expandir “[...] e absorver o máximo de terras aproveitáveis, eliminando lavradores independentes, proprietários ou não, bem como suas culturas de subsistência” (p. 31).

Embora se possa considerar significativo o avanço do capitalismo no campo e as tentativas desse de se impor a todos os setores e grupos sociais, não se pode esquecer que: 1º) o capitalismo se desenvolve movido por contradições, assim sendo, interessa ao próprio capitalismo reproduzir as relações não capitalistas, camponesas, de produção e se aproveitar dessa força de trabalho e, 2º) que os camponeses não são apenas expropriados, mas também buscam reagir à lógica do capital, cujos exemplos se multiplicam ao longo da história. Tem-se no campo, portanto, duas vias fundamentais (embora de modo algum excludentes) que nos permite pensar a reprodução/sujeição do campesinato em uma sociedade capitalista.

Também se utilizando do arcabouço teórico marxista e do método dialético Martins (1998) elabora críticas a Caio Prado, exatamente por conta deste autor apontar que com a crise do trabalho escravo as relações de trabalho passariam a ser desenvolvidas por trabalhadores livres,

negligenciando, uma série de relações de trabalho que não podem ser definidas como, simplesmente, capitalistas, a exemplo: do colonato, das parcerias, etc. Por isso, Martins (1998) observa que:

Um dos mais prestigiosos historiadores brasileiros, Caio Prado Júnior, observa que a lavoura cafeeira baseou-se “na grande propriedade monocultural trabalhada por escravos negros, substituídos mais tarde [...] por trabalhadores assalariados. Mais adiante acrescenta que, com o abandono do sistema de parceria, a remuneração do trabalho “deixará de ser feita com a divisão do produto, passando a realizar-se com o pagamento de salários” (p. 09).

Assim, para Martins (1998), verifica-se a tentativa de classificar com relações capitalistas aquelas que não são, ou não são puramente capitalistas, descartando “a reconstituição das relações, tensões e determinações que se expressam nas formas assumidas pelo trabalho” (p. 11). Por isso, o autor passa a defender, com base nas contradições que determinam o movimento da sociedade capitalista, a hipótese de que o capitalismo, na sua expansão, “[...] não só redefine antigas relações, subordinando-as à reprodução do capital, mas também engendra relações não capitalistas igual e contraditoriamente necessárias a essa reprodução” (p. 20).

Caio Prado foi também criticado por Motta (2006) para quem o autor, preocupado em entender o país por meio de seus vínculos externos, acabou sendo contraditório em sua avaliação sobre as camadas intermediárias da sociedade escravista. Ainda que “[...] considerasse a existência da agricultura de subsistência, incluída nos domínios da grande lavoura, o autor enfatizaria também a impossibilidade de uma existência digna do homem livre” (MOTTA, 2006, p. 45). Para essa autora, em *História Econômica do Brasil*, a ênfase de Caio Prado voltava-se à crise do modelo escravista e a ameaça ao poder dos grandes proprietários de terra; já em *Revolução Brasileira*, publicado no ano de 1966, o autor destaca os erros teóricos daqueles que defendiam a “tese feudal” para o Brasil, apoiando-se na base teórica marxista. Em *A Questão Agrária*, do ano de 1978, o destaque de Caio Prado se dá ao processo de proletarianização no campo e à supremacia da força de trabalho de tipo assalariada, capitalista, no campo brasileiro. De fato, pouca ou nenhuma ênfase é dada às relações de produção não capitalistas, com base nas próprias contradições do capitalismo, assim como, as diversas formas de resistência dos camponeses, pela posse da terra, no campo brasileiro.

Ainda assim, conforme destaca Motta (2006), alguns autores se voltam à compreensão e o centro de suas análises para esses homens (e mulheres) pobres e livres, como é o caso de Vioti da Costa (1982), com a publicação *Da senzala a Colônia*, que ao analisar a marcha avassaladora do latifúndio, destaca:



[...] O processo de desapropriação dos pequenos proprietários. Alguns seriam incapazes de resistir ao mecanismo jurídico de apropriação da terra pelos grandes fazendeiros, tornando-se agregados à propriedade. Nem todos, no entanto, se submeteram passivamente à sua transformação em agregados, pois “o processo de desapropriação, a que foram submetidas às populações mais pobres, não se deu sem conflitos e resistências” (DA COSTA, 1982 *apud* MOTTA, 2006, p. 48).

Por outro lado, Motta (2006) elabora uma crítica a análise desenvolvida por Martins (1998) sobretudo no que se refere à substituição do trabalho escravo pelo trabalhador de tipo “livre”, pois para Martins não seria essa força de trabalho substituída nem pelo escravo (que identificaria a liberdade com o não trabalho) e nem pelo homem livre nacional, uma vez que esse também se desagregou quando o mundo do cativo esboroou, porque sua liberdade era fundamental na escravidão de outros. Para Motta (2006) o homem pobre livre se recusou a trabalhar nas fazendas de café não porque confundisse o trabalho com a escravidão, mas por compreender que essa era uma das últimas alternativas possíveis na luta pela sobrevivência. Por isso, considera que Martins (1991)³ deu pouca visibilidade aos camponeses de outrora, antepassados dos camponeses de nossos dias, e maior ênfase nos trabalhadores assalariados de hoje.

Pode-se considerar que embora, em determinadas obras, José de Souza Martins tenha dado ênfase aos trabalhadores assalariados e as formas que esses buscam para lutar pela terra, isso não significa relegar, a segundo plano, os camponeses. Tanto é que o autor possui obras reconhecidas sobre os camponeses, a exemplo de *Os Camponeses e a Política no Brasil* (1981), em que destaca o papel político desempenhado, historicamente, por essa classe social no campo brasileiro, buscando, por meio do método dialético, entender a realidade, inclusive questionando as teorias que não viam lugar, na História, para esses sujeitos sociais.

Discordamos da análise de Motta (2006) quando aponta como perspectiva de compreensão para o campo brasileiro os chamados “recortes regionais” realizados pelos historiadores “ratos de arquivo” responsáveis, segundo a autora, em dar visibilidade aos homens que ajudaram a construir o mercado interno e desenvolveram estratégias de sobrevivências no campo. Embora considerando a importância dos estudos que se debruçam nos documentos históricos como forma de desvendar a realidade, considera-se que não se trata apenas de pensar na “tradição cultural”, como bem destaca a autora, muito menos reforçar as análises regionais (já tão criticadas na própria Geografia) quando se trabalha a localidade fora do contexto da totalidade das relações sociais, nas quais a singularidade

³ O que segundo Motta (2006) encontra-se explícito em obras do autor como: MARTINS, José de Souza. **Expropriação e Violência: a questão política no campo**. 3ª ed. (Revista e Ampliada). São Paulo: HUCITEC, 1991.

pode ser melhor compreendida, o que remete à compreensão do modo de produção e as contradições desse processo.

Em fins da década de 1970, emergem debates que se constituem em uma terceira vertente interpretativa sobre o modo de produção existente no Brasil Colônia, quando Jacob Gorender, passa a questionar tanto a existência do feudalismo no Brasil quanto a aceitação de que o Brasil já era capitalista, nessa ocasião. Assim, lança as bases que o fez defender a existência de um modo de produção escravista colonial, esboçado no livro *O Escravismo Colonial*, de 1978.

Para Gorender (1994), foi, portanto, no bojo da produção escravista que foram formadas as bases em que se deu a acumulação originária do capital, para o início do capitalismo no Brasil. Contrariando as abordagens que concebem uma interligação entre a formação socioeconômica brasileira com base no feudalismo existente na Europa, o autor aponta para a existência de um modo de produção escravista colonial – cujas especificidades históricas não podem ser confundidas com o feudalismo existente nos países europeus.

Gorender (1994) se opõe a ideia de que é a sobrevivência dos “resquícios” feudais e semif feudais no campo brasileiro que se constituem em obstáculos econômicos a penetração do capitalismo na agropecuária nacional – as possibilidades de avanço das forças produtivas. Contraria ainda a concepção de que o capitalismo se estabelece no Brasil junto com o processo de colonização, já que não tinham sido ainda criadas às condições históricas para o seu desenvolvimento, que só seria possível por meio de um processo de acumulação originária do capital, o que se constitui em um processo:

[...] pré-capitalista ou não-capitalista de acumulação de meios de produção e de meios monetários, fora do funcionamento especificamente próprio do modo de produção capitalista, [...] a acumulação originária de capital é uma acumulação de capital por meios não-capitalistas, não próprios do modo de produção capitalista (GORENDER, 1994, p. 19-20).

Outra condição essencial seria a liberação da força de trabalho dos vínculos jurídicos e patrimoniais, tornando-a uma força de trabalho despossuída e apta a “livre” contratação assalarial, portanto, incompatível, inicialmente, às condições dos escravos e servos. Destaca ainda que o desenvolvimento do capitalismo requer:

[...] um determinado nível de desenvolvimento das forças produtivas, o que significa, precipuamente, a dissolução da economia natural e o incremento da divisão social do trabalho – sob as condições da propriedade privada dos meios de produção, com a expansão conseqüente de valores de uso que adquirem a forma de valores de troca (GORENDER, 1994, p. 20).



Por meio dessas condições para o desenvolvimento do modo de produção capitalista no Brasil, é que se pode entender o fim da “escravidão” ou a crise do trabalho servil e a introdução da força de trabalho “livre”, bem como o controle da terra, o que precisava ser institucionalizado, a fim de que pudessem ser criadas as condições necessárias à manutenção da exploração do trabalho, já que não tendo “legalmente” o direito à terra, nem aos instrumentos de trabalho, o trabalhador via-se obrigado a trabalhar com base no novo regime – o trabalho assalariado. Por outro lado, a introdução do trabalho assalariado não destrói outras relações de trabalho baseadas em relações ditas não capitalistas de produção⁴, como os parceiros, meeiros, e outros; o que demonstra uma das contradições fundamentais para se entender o desenvolvimento do capitalismo no Brasil.

Sobre isso Gorender (1994) deixa claro que apesar do estabelecimento das condições para a consolidação do capitalismo no Brasil, esse não extingue as possibilidades da permanência de relações sociais e de produção desenvolvidas em outros modos de produção, entretanto, o capitalismo se relaciona com outros modos de produção – a fim de espoliá-los.

[...] o capitalismo, no seu relacionamento com outros modos de produção, vai mudando; se num certo momento precisa de modos de produção pré-capitalistas para acumular capital, para crescer, em outro momento, já acrescido, já amadurecido, com outra tecnologia mais avançada, o que interessará a ele será dissolver esses modos de produção pré-capitalistas e reorganizar suas forças produtivas à maneira capitalista, ao que nós também já estamos assistindo no Brasil, ao menos em parte (GORENDER *apud* STÉDILE, 1994, p. 19).

Nessa perspectiva é que se pode buscar entender no Brasil a permanência de outras relações de produção como meeiros e parceiros – cuja base é o próprio “modo de produção escravista colonial” – com a propriedade latifundiária, e o processo de permanência dos camponeses no campo brasileiro, da figura do camponês – baseado na produção de pequenos cultivadores não-escravistas, consideradas por Gorender (1994) “formas camponesas independentes”, mas que, posteriormente, passam a ser subordinadas – como força de trabalho – utilizada pelo modo de produção capitalista, a fim de se reproduzir.

⁴ Expressão utilizada por MARX, Karl. **O Capital. Crítica da Economia Política**. Editado por Friedrich Engels, 1894. Apresentação de Jacob Gorender; Coordenação e revisão de Paul Singer; tradução de Regis Barbosa e Flavio R. Kothe. São Paulo: Abril Cultural, 1984. LUXEMBURGO, Rosa. **A Acumulação do Capital**: contribuição ao estudo econômico do imperialismo; Anticrítica; Apresentação de Paul Singer; Traduções de Marijane Vieira Lisboa e Otto Erich Walter Maas. 2ª ed. São Paulo: Nova Cultural, 1985 (Os Economistas). No Brasil, autores como MARTINS, José de Souza. **O Cativo da Terra**. 7ª ed. São Paulo: Hucitec, 1998 e OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **A Agricultura Camponesa no Brasil**. 4ª ed. São Paulo: Contexto, 2001, também em seus estudos sobre o campo brasileiro, apontam para a existência de relações desse tipo em diversas regiões do país.

A permanência de relações não necessariamente assalariadas no campo brasileiro, associada às relações do tipo assalariadas ocorre, portanto, ao mesmo tempo, como expressão concreta de uma mesma formação social; entretanto ainda conforme destaca Gorender, tomando por base a análise de Marx, um modo de produção é predominante, nesse caso o capitalismo. Ao tratar do processo de formação dos cafezais paulistas Gorender (1994) chama a atenção para a figura do empreiteiro, que junto com sua família desbravava a terra, destocava, limpava, plantava as sementes e durante o período de quatro a seis anos plantava gêneros de subsistência como: feijão, milho, arroz e outros. Com isso, conseguia garantir a reprodução da família nesse período. Passados esses anos o cafezal e todo trabalho acumulado nele passava a pertencer ao proprietário. Assim, o fazendeiro não precisava despendar nenhum capital para a formação do cafezal, nem pagamento da força de trabalho, aumentando suas possibilidades não apenas de extração da renda, mas também do lucro.

O mérito da análise de Gorender consiste no fato desse buscar dar visibilidade às outras formas de relação de produção e de organização social que não as relações meramente assalariadas, demonstrando a existência de uma massa de agricultores pobres que já existiam no território e que precisam ser consideradas. A discordância com o autor é no sentido de se considerar tais relações de produção e formas de organização social como produto de um modo de produção escravista colonial. Para nós estas relações são reproduzidas pelo próprio capitalismo, e sua forma de desenvolvimento no país. Como ele igual e contraditoriamente necessita de relações não necessariamente capitalistas para se reproduzir –, ao mesmo tempo, reproduz e se apropria de formas de produção com base em outros tipos de organização social. Daí, portanto, pode-se buscar o entendimento não apenas da permanência, mas também da subordinação de relações não capitalistas de produção – por meio do qual se pode compreender o processo de reprodução camponesa no Brasil, como uma realidade contraditória do modo produtivo dominante.

Aceitar a leitura de Gorender significaria reconhecer que o campesinato foi produzido e reproduzido pelo modo de produção escravista colonial, e existe hoje como resquícios desse modo de produção, e não enquanto produto contraditório e necessário a própria reprodução do capital. Para Gorender o que define são as relações de trabalho, e não o modo de produção, uma vez que a Europa já era capitalista, tão logo, no Brasil, as relações de exploração representavam formas de exploração nos moldes capitalistas, fundamentais a acumulação capitalista europeia.

Este desenvolvimento contraditório ocorre através de formas articuladas pelos próprios capitalistas que se utilizam dessas relações de trabalho para não terem que investir na contratação de mão-de-obra uma parte do seu capital. Ao mesmo tempo que, utilizando-se dessa relação sem remunerá-la, recebem uma parte do fruto do trabalho desses trabalhadores parceiros ou camponeses, convertendo-a em



mercadoria, vendendo-os, portanto, e ficando com o dinheiro, ou seja, transformando em capital (OLIVEIRA, 1994, p. 46).

Um exemplo de apropriação da renda da terra por meio de relações não capitalistas no campo, mas fundamentais à reprodução do capital é apontada por Santos (2003), nos laranjais baianos e sergipanos quando os camponeses trabalham nas terras do proprietário, plantando pés de laranja e, entre as fileiras, cultivando produtos destinados à sua subsistência – feijão, mandioca, milho e outros – durante os quatro primeiros anos da produção. Passado esse período, o trabalhador entrega o laranjal, com todo seu trabalho acumulado ao proprietário, que se apropria do produto gerado pelas mãos do trabalhador, que adquire ainda a vantagem de não despender recursos com o pagamento da força de trabalho assalariada. Com relação ao trabalhador esse segue sua “odisseia” trabalhando na produção de novos laranjais, a serem novamente apropriados, para o mesmo proprietário ou para outros.

Tais exemplos se multiplicam no campo brasileiro e espelham o modo contraditório que o capitalismo se desenvolve no país, criando indicativos para se analisar os conflitos de classes no campo o que, por outro lado, reverte-se em possibilidades para se pensar também o processo de reprodução camponesa. Além disso, os camponeses passam, organizados em Movimentos Sociais ou não, a lutar pela terra – o que se expressa nos conflitos entre posseiros e proprietários, por via da ocupação de terras devolutas ou improdutivas, cujos exemplos no campo brasileiro tomam uma dimensão importante no entendimento do acirramento da luta de classes, *versus* os interesses dos proprietários e capitalistas no controle privado da terra, e nas formas diversas de extorquir renda da terra e lucro, através da sujeição da renda da terra e da subsunção do trabalhador.

Na Geografia, Oliveira (1998), ao analisar estudos existentes sobre a agricultura brasileira, enfatiza as vertentes do pensamento marxista e suas diferentes formas de interpretação, assumindo a perspectiva de análise das contradições segundo a qual o capital se desenvolve no país, permitindo a reprodução e apropriação do produto do trabalho camponês por esse.

[...] A compreensão do papel dos camponeses na sociedade capitalista e no Brasil em particular é fundamental. Ou entende-se a questão no interior do processo de desenvolvimento do capitalismo no campo, ou então, continuar-se-á ver muitos autores afirmarem que os camponeses estão desaparecendo, [...], entretanto, eles [...] continuam lutando para conquistar o acesso às terras em muitas partes do Brasil. [...]. Se a tese da extinção do campesinato, de fato tivesse capacidade explicativa, estes posseiros deveriam ter se tornado proletários. Mas não foi isso o que ocorreu. Eles, os camponeses ao invés de se proletarizarem, passaram a luta para continuarem sendo camponeses (OLIVEIRA, 1998, p. 06).

Assim, considera que o processo de desenvolvimento do modo de produção capitalista no território brasileiro é contraditório e combinado, o que quer dizer que ao mesmo tempo em que esse avança reproduzindo relações tipicamente capitalistas (o trabalho assalariado, a exemplo do bóia-fria) produz também, igual e contraditoriamente, as relações camponesas de produção (como o aumento do trabalho familiar no campo). Aponta ainda as possibilidades de enfrentamentos realizados historicamente pelos camponeses, dando visibilidade a esses sujeitos históricos, não os considerando sujeitos inertes, desprovidos de organização política. A ênfase no papel político do campesinato constitui-se como objetivo central de parte dessas análises e se expressa, sobretudo, na luta pela terra implementada pelos movimentos sociais, através das ocupações, e pressionando o Estado no sentido de realizar a reforma agrária no país.

No que se refere especificamente à reforma agrária é fundamental destacar que para parte da bibliografia consultada essa não se constitui na vitória final, para os camponeses e trabalhadores assalariados, cuja questão central seria a socialização dos meios de produção e dos instrumentos de trabalho, além da terra, mas, por outro lado, a realização da reforma agrária (ainda que se carregue um ranço reformista e não revolucionário) seria considerável, na medida em que permitiria o acesso à terra a milhares de camponeses e trabalhadores assalariados – que por não disporem da terra acabam entregando todo seu trabalho aos proprietários e capitalistas. Sem dúvida a luta pela terra vem permitindo um acirramento da luta de classes no campo brasileiro, mas é preciso ter claro que a bandeira da reforma agrária tem seus limites e não permite, por si só, uma transformação significativa, quando essa não vem acompanhada de outras mudanças estruturais fundamentais a sociedade, na perspectiva da superação da sociedade de classes.

A luta dos camponeses sem-terra e dos trabalhadores assalariados pela terra pressiona o Estado a intervir no campo brasileiro, no entanto a reforma agrária (ainda que reformista) encontra-se longe de concretizar-se. Na realidade o que se verifica é uma política de assentamento de população, que se encontra muito distante da promoção de uma transformação significativa no campo brasileiro. Apesar disso, não se pode menosprezar a força política dessas classes dominadas em seu enfrentamento com as classes dos capitalistas e dos proprietários fundiários. Por outro lado, o Estado atua de forma paliativa, com o objetivo de minimizar os conflitos no campo, mas em nenhum momento promove uma ação efetiva de alteração da estrutura fundiária brasileira, o que significaria mexer nos interesses das classes dominantes.



4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O artigo buscou refletir sobre os variados discursos explicativos sobre o campo brasileiro, no âmbito da esquerda intelectual brasileira, apontando ainda um certo descrédito para com os sujeitos camponeses e, em contraposição a essa análise, uma possível atuação política desses no enfrentamento entre classes antagônicas no campo, bem como na sociedade como um todo.

Para tanto retomou as três principais linhas de investigação sobre o processo de formação social e econômica brasileira em que o campo é analisado, destacando o viés que defende que no Brasil colonial o modo de produção dominante era o feudalismo, fato que era defendido por autores como Alberto Passos Guimarães, como uma condição de traços em superação na realidade europeia, que reproduzia, em suas colônias, essas formas mais atrasadas como necessárias ao seu processo geral de acumulação. A essa leitura, confronta-se a análise que considera que o Brasil cumpriu papel fundamental no processo de acumulação capitalista global, em que a reprodução de relações não capitalistas é reproduzida e apropriada para a expansão de capital. Essa leitura tem em Caio Prado Junior um de seus principais expoentes. Por fim, reporta-se à leitura apresentada por Jacob Gorender, ao considerar que o que explicaria a reprodução dessas relações não capitalistas de produção, seria a compreensão do que se tinha no Brasil Colônia era a reprodução de um modo de produção escravista colonial.

Partindo de uma leitura sobre a realidade mais atual existente no campo brasileiro, nos sustentamos no debate apresentado por Caio Prado Junior, compreendendo que a reprodução das relações não capitalistas de produção é fundamental para explicar o processo de reprodução histórica desses sujeitos no campo. No entanto, ancorando-se em Martins, acata-se que esses sujeitos não desapareceram com o avanço do capitalismo, como acreditava Prado Jr (1987), mas se reproduzem no capitalismo mais moderno, e se concretizam na reprodução de centenas e milhares de sujeitos que vivem da terra, ou que lutam por essa, via movimentos sociais, como forma de se reproduzir no campo. Reafirma-se, portanto, o caráter contraditório do desenvolvimento do capitalismo no campo, no Brasil, e a atualidade histórica da luta política dos camponeses.

Acrescenta-se a essas análises, a retomada dos movimentos sociais de luta pela terra na América Latina e no Brasil, nas últimas décadas, e esse novo significado político que o campesinato passa a assumir, sobretudo nos processos de ocupação de terras, interferindo, muitas vezes, nos interesses dos grandes proprietários fundiários e empresas capitalistas que atuam no campo; e que embora a luta pela reforma agrária imponha limites estruturais à ação mais radical, traz a nu as

contradições existentes no campo brasileiro, evidenciando a atualidade da luta e do conflito estabelecido, historicamente, entre classes antagônicas.

REFERÊNCIAS

- COSTA, E. Vioti da. **Da Senzala à Colônia**. 2ª ed. São Paulo: Ciências Humanas, 1982.
- GORENDER, Jacob. Gênese e desenvolvimento do capitalismo no campo brasileiro. In: STÉDILE, João Pedro (Org.). **A Questão Agrária Hoje**. Porto Alegre: Ed. Da Universidade/UFRGS, 1994. 322p.
- _____. **O Escravismo Colonial**. 4ª ed. São Paulo: Ática, [1978], 1985.
- GUIMARÃES, Alberto Passos. **Quatro Séculos de Latifúndio**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.
- _____. **A Crise Agrária**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
- KAUTSKY, Karl. **A Questão Agrária**. São Paulo: Proposta Editorial, 1980.
- LENIN, Vladimir I. **O Desenvolvimento do Capitalismo na Rússia. O Processo de Formação do Mercado Interno para a Grande Indústria**. Tradução de José Paulo Netto; revisão, com base no original russo, por Paulo Becerra; introdução de José Paulo Netto. São Paulo: Abril Cultural, 1982. (Os Economistas).
- LUXEMBURGO, Rosa. **A Acumulação do Capital: contribuição ao estudo econômico do imperialismo**; Anticrítica; Apresentação de Paul Singer; Traduções de Marijane Vieira Lisboa e Otto Erich Walter Maas. 2ª ed. São Paulo: Nova Cultural, 1985 (Os Economistas).
- MARTINS, José de Souza. **Os Camponeses e a Política no Brasil**. São Paulo: Vozes, 1981.
- _____. **Expropriação e Violência: a questão política no campo**. 3ª ed. (Revista e Ampliada). São Paulo: HUCITEC, 1991.
- _____. **O poder do atraso. Ensaios de Sociologia da História Lenta**. São Paulo: HUCITEC, 1994.
- _____. **O Cativo da Terra**. 7ª ed. São Paulo: Hucitec, 1998. 157p.
- MARX, Karl. **O Capital. Crítica da Economia Política**. Editado por Friedrich Engels, 1894. Apresentação de Jacob Gorender; Coordenação e revisão de Paul Singer; tradução de Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. São Paulo: Abril Cultural, 1984.
- _____. **O 18 Brumário e Cartas a Kugelman**. 7ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.
- MOTTA, Márcia Maria Menendes. Caindo por terra: um debate historiográfico sobre o universo rural do Brasil dos oitocentos. In: **Revista Lutas & Resistências**. Dossiê: Dimensões da questão agrária no Brasil. V. 1. Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais. Londrina: Universidade Estadual de Londrina, setembro de 2006.



OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. O campo brasileiro no final dos anos 80. STÉDILE, João Pedro (Org.). **A Questão Agrária Hoje**. Porto Alegre: Ed. da Universidade/UFRGS, 1994. 322p.

_____, **As Transformações Territoriais Recentes no Campo Brasileiro**. Prova do Concurso para provimento de cargo de Professor Titular. FFLCH-USP, 03/03/1998.

_____, **A Agricultura Camponesa no Brasil**. 4ª ed. São Paulo: Contexto, 2001.

PALÁCIOS, Guillermo. **Campesinato e escravidão no Brasil. Agricultores livres e pobres na Capitania Geral de Pernambuco (1700-1817)**. Tradução de Walter Sotomayor. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2004. 380p.

PRADO JÚNIOR, Caio. **A Revolução Brasileira**. São Paulo: Brasiliense, 1966.

_____, **Formação do Brasil Contemporâneo**. 12ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1972.

_____, **História Econômica do Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1978.

_____, **A Questão Agrária no Brasil**. 4ª ed. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1987.

SANTOS, Jânio Roberto Diniz dos. **Relações de Produção e Modificações Sócio-espaciais no Centro-Sul de Sergipe e Litoral Norte da Bahia a partir da citricultura (1960-2003)**. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Geografia. Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2003.

SIMONSEN, Roberto C. **História Econômica do Brasil 1500-1820**. São Paulo – Rio de Janeiro – Recife: Companhia Editora Nacional, 1937.

SODRÉ, Nelson Werneck. **História da Burguesia Brasileira**. 10ª Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1976.

_____, **Formação Histórica do Brasil**. Civilização Brasileira. Rio de Janeiro, 1962.

STÉDILE, João Pedro (Org.). **A Questão Agrária Hoje**. Porto Alegre: Ed. da Universidade/UFRGS, 1994. 322p.

_____, (Org.). **A Questão Agrária no Brasil 1. O debate tradicional: 1500-1960**. São Paulo: Expressão Popular, 2004, 304p.

_____, (Org.). **A Questão Agrária no Brasil 3. Programas de reforma agrária: 1946-2003**. São Paulo: Expressão Popular, 2005a, 240p.

VINHAS, Maurício. Problemas Agrário-Camponeses do Brasil – 1968. In: STÉDILE, João Pedro (Org.). **A Questão Agrária no Brasil 1. O debate tradicional: 1500-1960**. São Paulo: Expressão Popular, 2005, 304p.

Recebido em 16 de Dezembro de 2017
Aprovado em 06 de Dezembro de 2019



A ATIVIDADE CANAVIEIRA NO MUNICÍPIO DE CORONEL JOÃO PESSOA/RN

THE SUGAR CANE ACTIVITY IN THE MUNICIPALITY OF CORONEL JOÃO PESSOA/RN

ACTIVIDAD DE LA CAÑA DE AZÚCAR EN EL MUNICIPIO DE CORONEL JOÃO PESSOA/RN

DOI 10.33360/RGN.2318-2695.2019.i3.p.205-226

João Airton Bessa Lima

Economista graduado pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN)

E-mail: joaoairton2011@hotmail.com

Boanerges de Freitas Barreto Filho

Professor da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN)

E-mail: boanerges.sms@hotmail.com

RESUMO:

A pesquisa tem como objetivo geral identificar as contribuições da produção canavieira para o desenvolvimento rural de Coronel João Pessoa/RN. Foi realizada uma pesquisa bibliográfica em autores reconhecidos, além de pesquisa de campo que contemplou a aplicação de questionários para todos os produtores de cana de açúcar de Coronel João Pessoa/RN no ano de 2018, bem como, foram realizadas entrevistas com proprietários de engenhos rapadureiros, observação direta nas áreas de cultivo e fabricação dos derivados e obtenção de fotografias. Os resultados indicam que a atividade canavieira desempenha papel importante para a diversificação produtiva dos estabelecimentos da agricultura familiar, gera oportunidades para utilização do trabalho de familiares e trabalhadores contratados, especialmente nos períodos de “moagem” da cana de açúcar, gera renda para os produtores, para os proprietários dos engenhos, para trabalhadores com pouca capacitação e os derivados têm boa aceitação no mercado local e regional. Os resultados da pesquisa sinalizam que a atividade canavieira contribui, ainda que modestamente, para o desenvolvimento rural de Coronel João Pessoa/RN e tem perspectivas, desde que sejam superados alguns problemas (envelhecimento dos produtores, pouco interesses dos mais jovens, áreas plantadas reduzidas, dentre outros), para potencializar a agricultura familiar e economia local.

Palavras-chave: Atividade Canavieira; Agricultura Familiar; Desenvolvimento Rural.

ABSTRACT:

The general objective of this research is to identify the contribution of sugar cane production to the rural development of Coronel João Pessoa/RN. A bibliographical research was carried out on renowned authors, as well as a field research that included the application of questionnaires to all sugarcane producers of Coronel João Pessoa/RN in the year 2018; interviews with owners of sweetie mills; direct observation in the areas of cultivation and manufacture of derivatives; and the obtention of photographs. The results indicate that the sugarcane activity practiced in Coronel João Pessoa/RN plays an important role in the productive diversification of family farming establishments, creating opportunities for the use of the work of family members and contracted workers, especially during sugarcane "milling" periods; it also generates income for the producers, for the owners of the mills and for low-skilled workers; besides, the derivatives have good acceptance in the local and regional market. It is also verified the possibility of exploring the tourist potential of the visitation to the mills, as well as the possibility of holding fairs for dissemination and consumption of the products. The results of this research signals that sugarcane activity contributes, albeit modestly, to the rural development of Coronel João Pessoa/RN and has prospects, provided that some problems are overcome (such as aging of the producers, little interest of the younger ones, reduced planted areas, among others), in order to promote family farming and boost local economic dynamics.

Keywords: Sugar Cane Activity; Family Farm; Rural Development.

RESUMEN:

La investigación pretende identificar las contribuciones generales de la producción de caña de azúcar para el desarrollo rural de Coronel João Pessoa/RN. Se llevó a cabo una búsqueda de literatura de autores reconocidos, además de trabajos de campo que incluyó la aplicación de cuestionarios a todos los productores de caña de azúcar de Coronel João Pessoa/RN en el año 2018, así como, se realizaron entrevistas con los propietarios de molinos de caña de azúcar, observación directa en las áreas de cultivo y fabricación de derivados y la obtención de fotografías. Los resultados indican que la actividad de la caña de azúcar desempeña papel importante de diversificación productiva de los establecimientos de agricultura familiar, genera oportunidades para el uso de trabajadores familiares y de los trabajadores subcontratados, especialmente en períodos de "molienda" de caña de azúcar, recauda dinero para los productores, para los dueños de los molinos de caña de azúcar, para los trabajadores con escasa formación y los derivados tienen buena aceptación en el mercado local y regional. Resultados de la investigación indican que la actividad de la caña de azúcar contribuye, aunque frugalmente, para el desarrollo rural de Coronel João Pessoa/RN y tiene perspectivas, siempre que se superen algunos problemas (envejecimiento de los productores, poco interés de jóvenes, pequeñas áreas plantadas, entre otros) para fortalecer la agricultura familiar y economía local.

Palabras clave: Actividad de la Caña de Azúcar; Agricultura Familiar; Desarrollo Rural.

1 INTRODUÇÃO

A atividade canavieira se configura como uma das primeiras atividades econômicas praticada no Brasil, perdurando por longo período como a atividade responsável pelo êxito da empreitada colonial portuguesa. A exploração realizada em extensas faixas de terras, utilizando-se mão de obra escrava e destinada ao mercado europeu assegurou elevada rentabilidade para a metrópole, além de garantir a posse das terras coloniais através da expansão do cultivo em praticamente toda a faixa litorânea (FURTADO, 2007).

O cultivo permitiu a interiorização da ocupação colonial, como foi observado no Nordeste, através da articulação da atividade canavieira com a pecuária. As terras férteis do litoral foram utilizadas para a atividade principal (canavieira) e as terras do agreste e do sertão se destinaram para a constituição das fazendas de gado (FURTADO, 2007). É importante frisar que a cultura da cana de açúcar, mesmo perdendo a proeminência alcançada na época colonial, ainda tem grande relevância para a economia brasileira, destacando-se a produção de açúcar e etanol. Embora o cultivo em grandes propriedades seja o lado mais visível da atividade, tem-se que o plantio também ocorre em médias e pequenas propriedades, inclusive nos estabelecimentos da agricultura familiar.

O cultivo de cana de açúcar para o processamento realizado pelos engenhos rapadureiros ainda ocorre em inúmeros municípios do Nordeste, destinando-se a produção para o atendimento dos mercados regionais. Destaque-se que o cultivo ocorre com a utilização de técnicas tradicionais e o processamento é realizado com equipamentos muito simples, sendo o trabalho, quase que exclusivamente realizado por integrantes das famílias. Os produtos oriundos do processamento da

cana de açúcar são: a rapadura, o alfenim, a batida e o mel, além de produção de cachaça artesanal, com destaques no Alto Oeste Potiguar para a Cachaça Malhada Vermelha que foi produzida em Severiano Melo/RN e para a Tonel Velho produzida em Coronel João Pessoa/RN.

Pelo exposto, o estudo tem como objetivo identificar as contribuições da produção canavieira para o desenvolvimento rural de Coronel João Pessoa/RN, enfatizando-se as técnicas e processos utilizados no cultivo e no processamento realizado nos engenhos rapadureiros. A pesquisa focalizou as técnicas e processos utilizados no cultivo e no processamento realizado nos engenhos rapadureiros, a inserção no mercado, a geração de emprego e renda e as motivações para a continuidade da atividade.

Acredita-se que a atividade canavieira tem potencial para contribuir com o desenvolvimento socioeconômico regional, considerando-se a base econômica modesta de boa parte dos municípios do Alto Oeste Potiguar e, por isso mesmo, acredita-se que o fortalecimento da cultura destinada ao processamento nos engenhos rapadureiros se constitui em medida necessária para oportunizar emprego e renda para a população carente da região. Dessa forma, entende-se que a cultura da cana de açúcar ainda é de grande importância para a sociedade, não apenas por se tratar de uma cultura tradicional, mas também pela criação de empregos ou, ainda, pela geração de renda, principalmente, para os agricultores familiares.

Foi realizada pesquisa bibliográfica em livros, artigos científicos e outros materiais disponíveis no meio virtual, sendo, portanto, caracterizada como pesquisa bibliográfica e assentando-se nas contribuições de autores renomados, como: Furtado (2007), Abramovay (1998), Kageyama (2004), Mattei, (2014), Wanderley (2003), Schneider (1999, 2003, 2010), Buainain (2006), entre outros. Realizou-se também pesquisa em plataformas digitais, como por exemplo, o *site* do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística).

Por fim, também foi realizada uma pesquisa de campo, em que foram coletados dados sobre o cultivo (estabelecimentos rurais), nos locais de processamento (engenhos) e mercados em que os produtos são comercializados. Na pesquisa de campo foram aplicados questionários padronizados para todos os agricultores familiares que plantaram a cana de açúcar em 2018 e dois proprietários dos engenhos que processaram o produto no respectivo ano. Além disso, foram realizadas visitas nos locais para obtenção de fotografias e observação direta, e realização de entrevistas com os agricultores familiares que exploram a cana de açúcar e com os proprietários de engenhos para esclarecimentos de questões pontuais. Os depoimentos dos entrevistados foram gravados e depois foi feita a transcrição dos áudios.



2 AGRICULTURA FAMILIAR: BREVES CONSIDERAÇÕES SOBRE A CARACTERIZAÇÃO E EVOLUÇÃO DA ATIVIDADE

Quando se fala em agricultura familiar é importante frisar que este termo pode ser facilmente confundido com campesinato. Nesses termos, Wanderley (2003) caracteriza a produção camponesa como aquela que visa apenas a produção para sua própria subsistência, já o agricultor familiar vê na produção agrícola uma forma de obter renda. Sabe-se que a agricultura familiar é uma prática econômica desenvolvida há tempo, porém, passou por diversas modificações, principalmente no seu meio de produção e na escolha dos produtos. A partir da década de 1990 essa transformação ficou ainda mais visível tendo em vista a diversidade de culturas que os agricultores começaram a desenvolver em seus estabelecimentos (PERONDI, 2007).

Os governantes brasileiros, embora tardiamente, perceberam o potencial da agricultura familiar, especialmente como um instrumento para manutenção de parte da população nas zonas rurais, inclusive nos municípios com baixa capacidade de geração de empregos e renda, como é o caso de boa parte dos municípios do Semiárido. Para oportunizar recursos para o segmento da agricultura familiar se fez necessário o estabelecimento de critérios que não permitissem o acesso de tais fontes pela agricultura patronal, assim, procedeu-se a classificação dos agricultores familiares, com fins de elegibilidade para acessar aos programas.

Segundo a Lei nº. 11.326/2006, que formula a Política Nacional da Agricultura Familiar, para ser considerado um agricultor familiar alguns parâmetros devem ser observados, tais como:

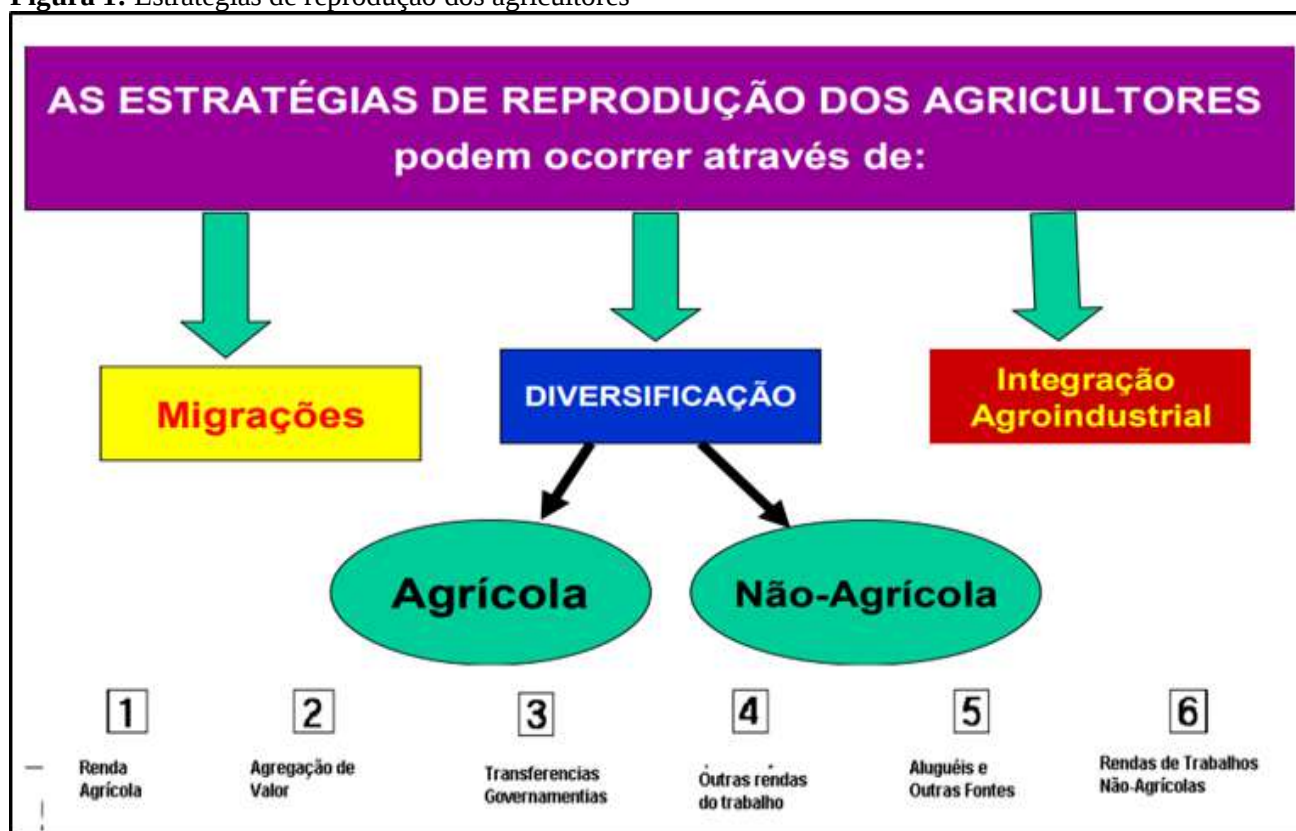
- I – não detenha, a qualquer custo, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais;
- II – utilize predominantemente mão de obra da própria família [...];
- III – tenha percentuais mínimo de renda originados do seu próprio empreendimento [...];
- IV – dirija seu estabelecimento ou empreendimento com a própria família (BRASIL, 2006).

Assim, o agricultor familiar é aquele pequeno produtor que se utiliza da sua própria mão de obra e de sua família para realização de sua produção. Além disso, grande parte de sua renda é advinda, exclusivamente, do que ele produz em sua propriedade, sendo que essa produção deve ser gerida pela sua própria família, sem que haja interferência de terceiros na gestão do empreendimento.

A figura 1, elaborada por Schneider (2010, p. 92),

[...] indica que o processo de fragilização e vulnerabilização dos indivíduos e das famílias segue de um modo que obedece a um gradiente em que riscos, choques e vulnerabilidades diversas formam o chamado ‘ambiente ou contexto hostil’, no qual esses atores precisam mobilizar seu parcos recursos e habilidades (capitais) para construir estratégias e alternativas que lhes permitam resistir ou se adaptar, conforme as características e a intensidade da situação.

Figura 1: Estratégias de reprodução dos agricultores



Fonte: Schneider (2010, p. 93)

Buainain (2006) atenta para a grande diversificação que existe no âmbito da agricultura familiar, podendo variar desde agricultores de pequeno porte até produtores ligados às agroindústrias. Mas foi somente a partir da década de 1990 que a agricultura familiar ganhou espaço na agenda pública. Alguns aspectos foram relevantes para que o segmento da agricultura familiar passasse a merecer maior atenção, dentre os quais: a força econômica e social demonstrada pelo segmento, com produção relevante de alimentos, fibras e energia, geração de empregos, ocupações em grande volume e o ativismo social dos grupos organizados (sindicatos de trabalhadores rurais) (SCHNEIDER, 2003).

Todas as regiões do país têm forte presença de agricultores familiares no universo da agricultura, sendo as maiores densidades observadas nas regiões Sul e Nordeste e as menores em



alguns municípios da região Norte decorrente da cobertura florestal, e da região Centro Oeste pela forte presença das grandes propriedades do agronegócio.

A agricultura familiar encontra-se espalhada em todo o território nacional. Exceto na Região Centro-Oeste e em municípios da Região Norte, cobertos pela floresta tropical. Nos demais municípios, a participação dos estabelecimentos familiares no total de estabelecimentos é superior a 60%. Nas regiões Sul e Nordeste, em regra, os estabelecimentos familiares superam 80% do total (BUAINAIN, 2006, p. 23).

Uma característica marcante da agricultura familiar é a capacidade que os produtores têm em desenvolverem uma gama significativa de atividades. A pluriatividade, segundo Fuller *apud* Schneider (1999), leva em consideração não apenas as diferentes culturas que estão sendo produzidas, mas também as mais variadas fontes de renda que consigam obter.

Um dos maiores problemas que ainda se observa para o desenvolvimento da agricultura familiar é a falta de terras necessárias para a ampliação dos cultivos e o déficit de mão de obra. Tais circunstâncias impõem que as famílias busquem outras atividades não agrícolas, sendo assim, passa a desempenhar outras atividades, tais como: comerciais, artesanais, prestação de serviços, inclusive domésticos, dentre outras atividades. As diferenciações no universo da agricultura familiar se consubstanciam numa pluriatividade crescente, sobretudo naqueles segmentos menos capitalizados (SCHNEIDER, 2003).

Também se evidencia, dentre os agricultores familiares que conseguem superar a descapitalização, uma crescente mercantilização com consequências positivas para a ampliação da produção e produtividade, mas também comprometendo a essência da agricultura familiar, especialmente, pela dependência crescente de insumos externos ao estabelecimento. Conforme citam Schneider e Niederle (2008, p. 995)

O processo de mercantilização crescente da vida social e econômica leva a uma crescente interação e integração das famílias aos mercados. Como resultado, reduz-se consideravelmente a sua autonomia, já que passam a depender da compra de insumos e ferramentas para produzir e da venda da produção para arrecadar dinheiro que lhes permita reiniciar e reproduzir o ciclo. Nesse contexto, as estratégias de reprodução social das famílias rurais tornaram-se cada vez mais subordinadas e dependentes do exterior, quer seja dos mercados de produtos ou mesmo dos valores e da cultura.

Outro aspecto diz respeito ao processo produtivo, que deve levar em consideração vários fatores, como o ecossistema, clima, solo e outros elementos naturais, para que as atividades sejam praticadas em menor impacto ambiental, reduzindo os riscos de exposição dos agricultores aos

agrotóxicos, bem como, garantindo produtos mais saudáveis para os consumidores e para o autoconsumo.

Como maneira de desenvolver a agricultura familiar nas mais diversas regiões do país, criaram-se diversas políticas públicas, dentre elas, o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) que trouxe para os agricultores familiares a perspectiva de obtenção de crédito, sem a concorrência da agricultura patronal, para aprimorar o processo produtivo, principalmente, com juros abaixo dos praticados no mercado (SCHNEIDER, 2003).

É importante frisar que a partir do PRONAF houve a necessidade de diferenciar, detalhadamente, os segmentos da agricultura familiar que, segundo Schneider (2010), podem ser classificados em agricultores familiares empresariais, não empresariais e camponeses. Nos termos dessa classificação, verifica-se que os produtores empresariais e não empresariais podem se beneficiar das políticas agrícolas, já os camponeses se beneficiam da política agrária.

3 DESENVOLVIMENTO RURAL NO BRASIL: APONTAMENTOS SOBRE OS ELEMENTOS NECESSÁRIOS PARA O ESTABELECIMENTO DE UM NOVO PARADIGMA

Para se compreender o que vem a ser o desenvolvimento rural (DR) é necessário buscar aproximações teóricas sobre o espaço rural. Wanderley (2001, p. 40) afirma que:

[...] [É] um lugar específico de vida e de trabalho, historicamente pouco conhecido e reconhecido pela sociedade brasileira, porém carregado, em sua diversidade, de um grande potencial econômico, social, cultural e patrimonial, que deve ser transformado em forças sociais para o desenvolvimento.

É um espaço para viver e trabalhar, mas também carregado de enorme simbolismo, especialmente para a população do interior nordestino, percebendo-se tal ligação através de inúmeras obras literárias, musicais e diversas outras formas de manifestações culturais. É um espaço rico e diversificado e com enorme potencial econômico para contribuir com o processo de desenvolvimento.

Correndo o risco de uma simplificação exagerada, tem-se que o entendimento sobre DR pode ser agrupado em duas grandes linhas de abordagem¹: a primeira, que realça o aspecto produtivista, associando-se à incorporação de inovações tecnológicas do pacote agroquímico e

¹ “No campo dos estudos rurais, por exemplo, três enfoques podem ser identificados: o do desenvolvimento exógeno, o enfoque do desenvolvimento endógeno e uma combinação dos dois” (KAGEYAMA, 2004, p. 383).



tecnológico da “revolução verde” e de medidas intervencionistas patrocinadas pelo Estado para assegurar a modernização da grande propriedade; e a segunda, que realça a “[...] multifuncionalidade do espaço rural [...]” (KAGEYAMA, 2004, p. 385).

Para Freitas, Freitas e Dias (2012, p. 1.580), o DR se baseia em quatro princípios importantes:

i) a noção de crescimento econômico, que tenta romper com o ‘atraso’ da agricultura tradicional, introduzindo os valores econômicos modernos; (ii) a noção de abertura técnica, econômica e cultural, com a prevalência da heteronomia sobre a autonomia dos agricultores em relação aos agentes econômicos com os quais passam a se relacionar; (iii) a noção de especialização da produção agrícola, simplificando os sistemas de produção e ao mesmo tempo adequando-os às modernas técnicas de produção; (iv) a valorização de um novo tipo de agricultor, ‘moderno’, empresarial, individualista e voltado à competição por mercados consumidores.

Os autores apontam a modernização, os relacionamentos estabelecidos, a especialização e uso de técnicas modernas de produção e o modelo de gestão empresarial do estabelecimento rural como os princípios norteadores do DR.

Kageyama (2004, p. 384), baseando-se em Van der Ploeg *et al.* (2000), afirma que:

[...] o paradigma da modernização da agricultura, que dominou a teoria, as práticas e as políticas, como a principal ferramenta para elevar a renda e o desenvolvimento das comunidades rurais, vem sendo substituído, notadamente na Europa, por um novo paradigma, o do ‘desenvolvimento rural’, no qual se incluem a busca de um novo modelo para o setor agrícola, com novos objetivos, como a produção de bens públicos (paisagem), a busca de sinergias com os ecossistemas locais, a valorização das economias de escopo em detrimento das economias de escala e a pluriatividade das famílias rurais.

Observa-se que o enfoque sobre o DR se torna muito mais amplo do que o defendido pelo enfoque da modernização da agricultura, passando a considerar novos aspectos, como:

a) o reconhecimento de que a modernização agrícola incidirá sempre sobre o emprego no sentido de reduzi-lo, mas a população pode permanecer no seu local de origem praticando atividades não-agrícolas; b) devido ao desemprego urbano, a população deve ser dissuadida de abandonar o campo; c) o espaço rural perde a função primordial produtiva, e outras passam a ser valorizadas (funções paisagística, turística e ecológica); d) a ‘desagrarização’ do meio rural não deve significar a falência da produção familiar, mas seu fortalecimento por meio da diversificação das fontes de renda, da agregação de valor aos produtos aproveitando nichos de mercado e a conversão do agricultor em ‘empresário rural’; e) o reforço da pluriatividade, tanto sob a forma de atividades complementares dentro do próprio estabelecimento, como pela integração a outros setores

econômicos (indústria e serviços) (SACO DOS ANJOS, 2003, *apud* KAGEYAMA, 2004, p. 385, Grifo nosso).

Apontam-se, dentre outros aspectos, as possibilidades para o DR requerer o fortalecimento da agricultura familiar através da diversificação produtiva, aproveitamento de nichos de mercado, agregação de valor aos produtos e reforço da pluriatividade. Percebe-se que o uso que se faz das terras tem grande importância no desenvolvimento rural e, além disso, a produção diversificada, juntamente com incentivos governamentais, podem permitir que a população rural não deixe o espaço rural para buscar oportunidades nas cidades (ABRAMOVAY, 1998).

Abramovay (1998) salienta que o modelo de desenvolvimento brasileiro ainda seria pautado pelo incentivo à urbanização. O resultado conhecido do processo de urbanização desenfreado ainda se faz bem visível nas regiões metropolitanas país à fora: favelização, segregação socioespacial das classes menos favorecidas economicamente, escassez ou ausência de equipamentos e serviços públicos nas áreas periféricas, etc., compondo-se com espaços rurais, como os do Semiárido, com elevados índices de concentração de pobreza e miséria.

O quadro de evidente desequilíbrio, cidades superpovoadas e espaços rurais marcados pela miséria e pobreza, poderia ser enfrentado através da execução de políticas públicas para ampliar as oportunidades para a população economicamente marginalizada. Observe que, segundo Mattei (2014), baseando-se em dados do Censo Agropecuário (2006), o Brasil se colocava entre os países com os mais elevados índices de concentração de terras, revelando-se “[...] o quadro dramático da maioria dos agricultores brasileiros sem terra ou com pouca terra, uma vez que os estabelecimentos com até 10 hectares representam 32% do total dos estabelecimentos do país e detém apenas 1,8% da área total” (MATTEI, 2014, p. 73).

Ampla mercado interno, com população majoritariamente urbana, e ampla disponibilidade de terras, porém concentradas, que poderiam servir para assentar sem terras e redistribuir a posse em favor dos minifundiários que não dispõem de quantidade suficiente de terras para viabilizar economicamente a produção. Tal cenário, economicamente mais equilibrado e socialmente mais justo, ainda não se faz presente no Brasil, mas é necessário pontuar que alguns avanços ocorreram ao longo das duas últimas décadas.

A heterogeneidade do espaço rural brasileiro representa um grande desafio para o desenho de políticas públicas suficientemente amplas para serem capazes de abarcar as particularidades existentes. De outro lado, a amplitude acaba por favorecer a captura dos recursos disponibilizados por parte dos segmentos mais organizados, deixando-se os elos mais fracos, como os agricultores familiares descapitalizados, quase que a mercê do destino. Neste sentido, pode-se considerar que a



intervenção estatal para promoção do desenvolvimento rural ainda não logrou êxito, em que pese o reconhecimento de alguns avanços existentes.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

A origem de Coronel João Pessoa/RN remonta ao século XVIII, com os seus antigos nomes “Baixio dos Kágados” e depois “Baixio² de Nazaré”, deixando evidente que as características das terras serviram como atrativos para o estabelecimento de posseiros provenientes do Ceará, cujo principal objetivo era a implantação de fazendas para criação de gado (IBGE, 2019). Neste sentido, a ocupação do espaço seguiu o mesmo padrão das demais terras do Alto Oeste Potiguar e se deu através da expansão da atividade pecuária e depois pela exploração das terras mais férteis para cultivo de milho, feijão, mandioca, cana de açúcar, dentre outros itens.

Geograficamente (Figura 2), o município se limita com São Miguel (ao Norte e a Oeste); Luís Gomes e Venha-Ver (ao Sul); Riacho de Santana, Água Nova e Encanto (a Leste). Coronel João Pessoa/RN é um município brasileiro localizado no interior do estado do Rio Grande do Norte, no Alto Oeste Potiguar, Mesorregião do Oeste Potiguar, distante cerca de 433 quilômetros da capital do estado (Natal/RN). O município contava em 2010 com uma população de 4.772 habitantes, com uma densidade demográfica de 40,74 hab/Km² (IBGE, 2010). Trata-se de uma cidade pequena, cuja economia apresenta forte dependência de transferências externas de recursos públicos, tanto diretamente para os cidadãos (através da Previdência Rural e Programa Bolsa Família), como para a Administração Municipal (Fundo de Participações dos Município, Fundo de Desenvolvimento da Educação Básica, Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços, dentre outros), bem como com modestíssima participação do setor industrial e pouco dinamismo dos demais serviços e do comércio.

² O termo “Baixio” é utilizado para designação de áreas propícias para o desenvolvimento de atividades agropecuárias.

Figura 2: Limites do município de Coronel João Pessoa/RN

Fonte: Google Earth (2018)

Em relação à caracterização do espaço rural municipal, observa-se que a qualidade do solo é uma característica importante para viabilizar a continuidade da exploração dos agricultores familiares, pois mesmo com estabelecimentos rurais considerados pequenos conseguem produzir para o autoconsumo familiar e extrair excedentes para comercialização nos mercados local e regional. Sendo a produção realizada nos baixios e vazantes inundadas por riachos e pequenas represas que, ao transbordarem durante os períodos mais chuvosos, reúnem boa parte das plantações. Em virtude dessa característica, tem-se que a estiagem prolongada (2012-2017) impactou negativamente a produção agropecuária e prejudicou ainda mais a economia local.

De acordo com dados preliminares do Censo Agropecuário (2017), o município tem 278 estabelecimentos agropecuários, com 4.970 hectares, distribuídas em 66 hectares destinados às lavouras permanentes, 506 hectares para as lavouras temporárias, 562 hectares para pastagens naturais, e 399 hectares para pastagens plantadas, além de áreas com outras destinações. Apurou-se que 10 estabelecimentos agropecuários cultivaram cana de açúcar, com 188,120 toneladas produzidas, numa área colhida de 9 hectares e valor estimado da produção em, aproximadamente,



R\$ 27.500,00³, representando apenas uma pequena parcela da produção estadual que foi de 1.262.565,215 toneladas, obtida em 490 estabelecimentos rurais distribuídos em 34 municípios (IBGE, 2017).

Embora o município não se apresente entre os 20 maiores produtores do RN foi, de acordo com os dados preliminares do Censo Agropecuário (2017), o segundo maior produtor do Alto Oeste Potiguar, ficando atrás de Almino Afonso (288 toneladas) e superando Luís Gomes (154, 500 toneladas), Marcelino Vieira (25 toneladas), Venha-Ver (21,800 toneladas), Frutuoso Gomes (9 toneladas), Antônio Martins (7,300 toneladas) e Tenente Ananias (3,600 toneladas) (IBGE, 2017).

Os dados indicam (Quadro 1 e Quadro 2) que o município de Coronel João Pessoa/RN manteve o cultivo de cana de açúcar, até mesmo nos períodos de estiagem mais acentuada (período 2013-2017) e, muito embora os valores estimados para a produção não sejam muito expressivos, deve-se considerar que os resíduos são reaproveitados na alimentação dos animais. Ademais, a aceitação dos produtos fabricados no mercado regional indica que os resultados financeiros alcançados ainda compensam o cultivo e processamento da cana de açúcar. Observa-se que a produção, a partir de 2012, começou a apresentar uma tendência de queda (Quadro 2), acentuando-se substancialmente em 2016, mas sendo retomada com maior vigor em 2017 (acima de 188 toneladas) e 2018⁴. A explicação mais plausível para a queda da produção decorre da intensificação da estiagem, isso porque alguns produtores optaram pela venda da água dos poços, reduzindo-se a disponibilidade para a irrigação.

Quadro 1: Produção agrícola/Lavoura temporária – Cana de açúcar – Coronel João Pessoa/RN (2010-2004)

Variáveis	2010	2009	2008	2007	2006	2005	2004
Quantidade produzida (ton.)	1.800	1.500	1.250	1.000	1.000	1.000	1.000
Valor da Produção (R\$)	72.000,00	69.000,00	56.000,00	35.000,00	35.000,00	35.000,00	32.000,00
Área Plantada (hectares)	60	60	50	40	40	40	40
Área Colhida (hectares)	60	60	50	40	40	40	40
Rendimento Médio (Kg/ha)	30.000	25.000	25.000	25.000	25.000	25.000	25.000

Fonte: IBGE (2004 a 2010)

³ Utilizando-se como referência o preço de 1 tonelada em 2016 (cerca de R\$ 146,00).

⁴ Não foi possível fazer uma estimativa confiável da quantidade produzida, pois os produtores pesquisados estavam em fases distintas do processo (parte não tinha colhido o produto).

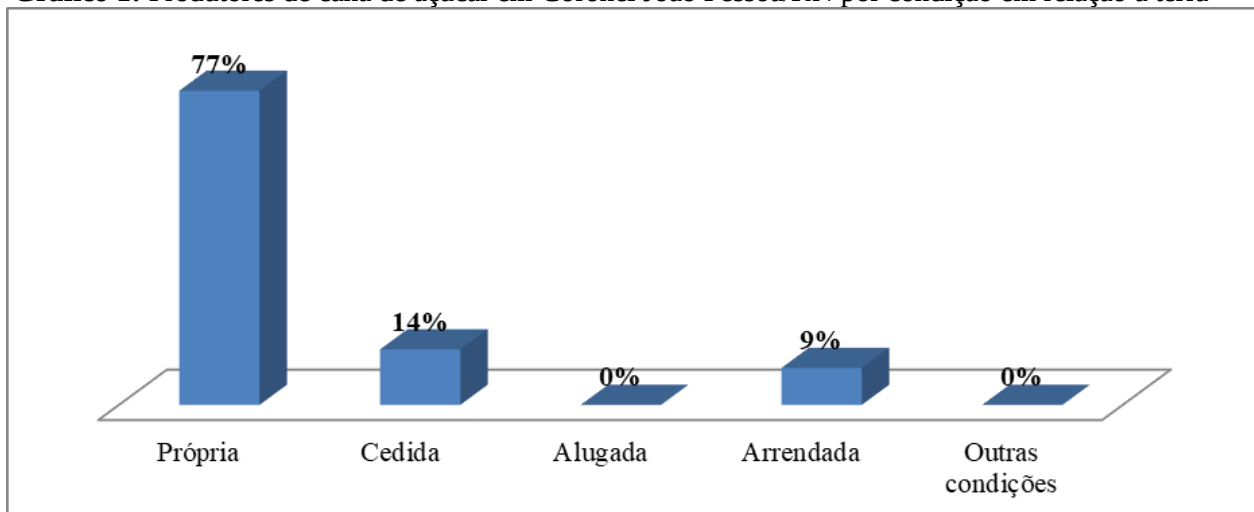
Quadro 2: Produção agrícola/Lavoura temporária – Cana de açúcar – Coronel João Pessoa/RN (2011-2016)

Variáveis	2016	2015	2014	2013	2012	2011
Quantidade produzida (toneladas)	75	550	600	294	1.200	1.200
Valor da produção (R\$)	11.000,00	50.000,00	42.000,00	13.000,00	60.000,00	57.000,00
Área plantada (hectares)	10	22	20	07	40	40
Área colhida (hectares)	03	22	20	07	40	40
Rendimento médio (kg/ha)	25.000	25.000	30.000	42.000	30.000	30.000

Fonte: IBGE (2011 a 2016)

A pesquisa realizada no município de Coronel João Pessoa/RN aponta dados da situação do processo de cultivo e processamento da cana de açúcar no ano. O município conta com 278 estabelecimentos rurais, sendo que, segundo a pesquisa de campo realizada, foram identificados 22 estabelecimentos que realizaram o cultivo de cana de açúcar em 2018 (IBGE, 2017; PESQUISA DE CAMPO, 2018).

O gráfico 1 apresenta a condição do produtor em relação a terra. Verificou-se que a grande maioria (77%) é proprietária das terras cultivadas, com apenas 14% realizando o plantio em terras cedidas por terceiros e 9% em terras arrendadas.

Gráfico 1: Produtores de cana de açúcar em Coronel João Pessoa/RN por condição em relação à terra

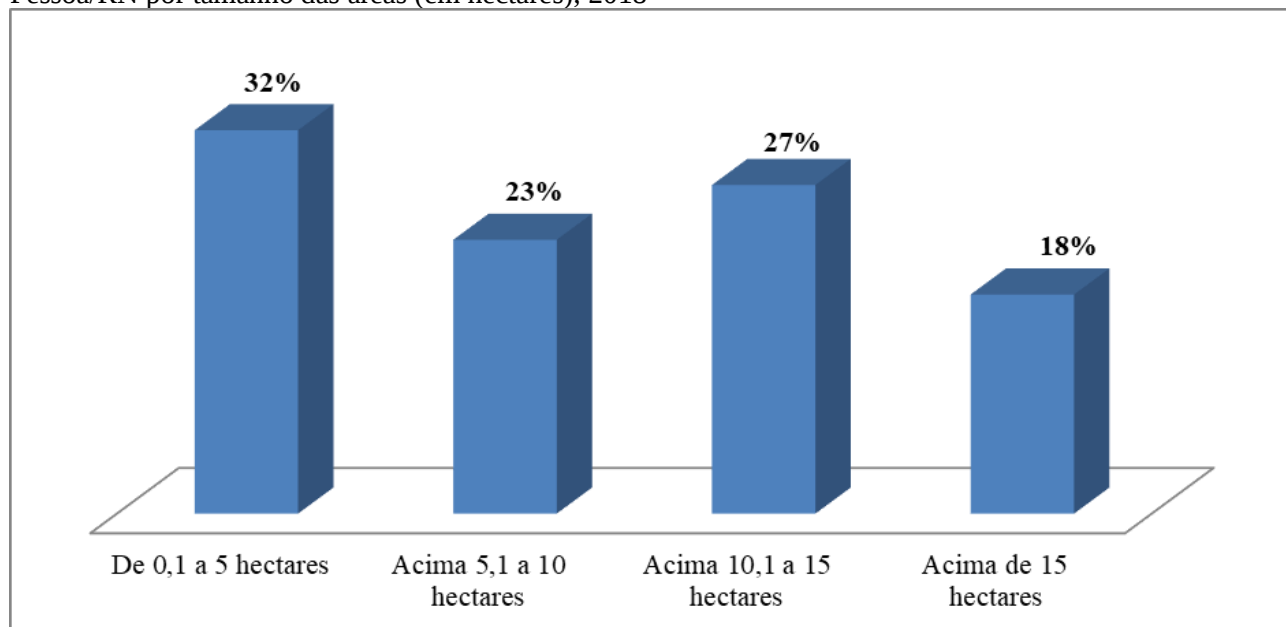
Fonte: Pesquisa de campo (2018)

O gráfico 2 aponta o tamanho dos estabelecimentos rurais que apresentam plantações de cana de açúcar. Mesmo os maiores estabelecimentos não ultrapassam os 50 hectares e se caracterizam como minifúndios produtores de cana de açúcar e que não mantêm vínculos formais com quaisquer dos proprietários de engenhos. Neste sentido, dispõem de liberdade para destinarem



a produção para o que considerarem mais conveniente (vender a produção *in natura*, processar num engenho ou utilizar como ração animal).

Gráfico 2: Distribuição dos estabelecimentos rurais com cultivo de cana de açúcar em Coronel João Pessoa/RN por tamanho das áreas (em hectares), 2018



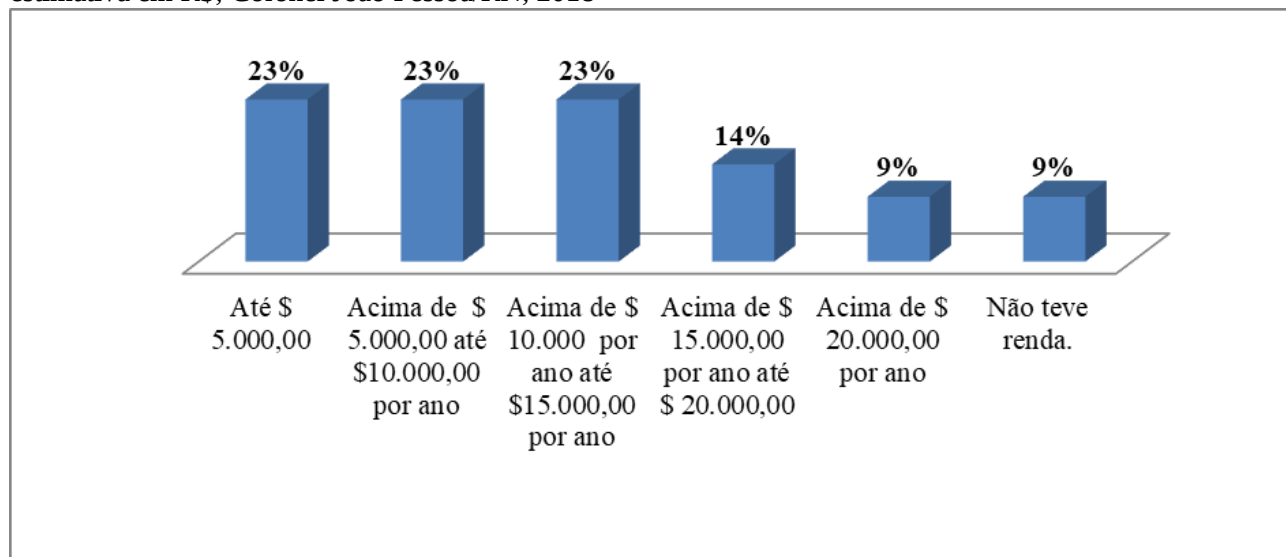
Fonte: Pesquisa de campo (2018)

O gráfico 2 também mostra que 55% dos estabelecimentos rurais que apresentam cultivo de cana de açúcar têm até 10 hectares, demonstrando-se de forma cabal que a atividade canavieira em Coronel João Pessoa/RN é realizada em estabelecimentos rurais com áreas reduzidas. Ademais, 82% dos estabelecimentos produtores têm até 15 hectares e apenas 18% apresentam áreas maiores que 15 hectares. Embora dispondo de áreas pequenas, observou-se que os agricultores buscam utilizar as áreas disponíveis para desenvolverem atividades diversificadas, como cultivo de milho e feijão, bem como fazendo uso dos restos provenientes do cultivo da cana de açúcar para ração dos animais. Verificou-se também que as áreas destinadas para o cultivo de cana de açúcar são muito reduzidas, com 91% dos produtores informando que destinaram para o plantio de cana de açúcar áreas de até 1,5 hectare e 9% com áreas acima de 1,5 hectare até 3 hectares. As justificativas para não usar mais terras na atividade apontaram principalmente para os seguintes aspectos: as propriedades são pequenas, os custos para o processamento são cada vez maiores, os riscos climáticos, as dificuldades para conseguirem mão de obra capacitada para algumas tarefas, a falta de dinheiro para poder arriscar mais e o trabalho muito árduo associado à atividade.

O gráfico 3 mostra a distribuição das rendas agropecuárias indicadas pelos produtores pesquisados obtidas no ano anterior à realização da pesquisa. Observou-se grande dificuldade para

os produtores responderem sobre questões associadas às rendas auferidas e aos custos, não sendo, portanto, desprezíveis as possibilidades de erros, principalmente porque, segundo foi apurado, não têm o hábito de contabilizarem as operações realizadas ao longo dos anos.

Gráfico 3: Renda proveniente das atividades agropecuárias realizadas nos estabelecimentos rurais – estimativa em R\$, Coronel João Pessoa/RN, 2018



Fonte: Pesquisa de campo (2018)

O Gráfico 3 aponta que 69% dos produtores de cana de açúcar tiveram rendas provenientes das atividades agropecuárias de até R\$ 15 mil, sendo que, na média, 46% não alcançaram nem um salário mínimo de rendimento mensal. Acrescente-se que 9% dos produtores informaram não terem obtido renda agropecuária em 2017. Contudo, não se deve perder de vista que se trata de um município com baixo dinamismo econômico e elevada dependência de receitas provenientes de fontes externas (94,6%), sendo que 52,4% da população tinha rendimento nominal mensal *per capita* de até 1/2 salário mínimo no ano de 2016 (IBGE, 2018).

Considerando a realidade socioeconômica de Coronel João Pessoa/RN e também o tamanho reduzido dos estabelecimentos rurais, além dos efeitos da longa estiagem (2012-2017), pode-se afirmar que a renda agropecuária alcançada pelos produtores de cana de açúcar em 2017 foi satisfatória. Levantou-se também que os custos para o plantio, quando o produtor tem a “semente”, aproximam-se de R\$ 3 mil e que tal montante não seria compatível com a capacidade econômica da maioria dos produtores, inclusive porque os recursos disponíveis também se destinavam à manutenção dos rebanhos, tendo-se que adquirir alimentos e água durante a estiagem (2012-2017). É importante destacar que foram incluídos nos custos estimados para o plantio os dias trabalhados pelo produtor e outros membros da família, mas que não foram remunerados monetariamente.



Assim, parte dos custos estimados não representaram desembolsos monetários realizados pelos produtores de cana de açúcar.

Em relação ao cultivo da cana de açúcar (Figura 3), verificou-se que se iniciam as preparações das áreas entre os meses de outubro e novembro. Antes de tudo é necessário fazer a limpeza do terreno, seguidamente é iniciado um processo de umedecimento da terra através da irrigação. Depois algumas canas são fatiadas em pedaços com os nós (essas partes são tratadas como “sementes”) e plantadas em covas com espaçamentos de 50x20cm. Depois de colocadas nas covas, são molhadas novamente e só depois essas aberturas são cobertas com terra. O período do plantio até a colheita é de um ano, aproximadamente.

Figura 3: Fase inicial de crescimento da cana de açúcar, Coronel João Pessoa/RN



Fonte: Acervo dos autores (2018)

Apurou-se que é necessária uma boa quantidade de água para que a colheita ocorra normalmente, por isso, a produção é irrigada⁵ sendo que 95% dos produtores de cana de açúcar utilizaram a irrigação para o cultivo e 5% não recorreram à irrigação (Tabela 1). A necessidade em recorrer à irrigação se constituiu numa limitação adicional durante o período de estiagem (2012-2017) para o cultivo da cana de açúcar, pois representavam um custo com a reposição de alguns instrumentos, como tubos e conexões, num momento em que os recursos monetários também se destinavam, prioritariamente, para a manutenção dos animais existentes nos estabelecimentos rurais.

⁵ Os sistemas utilizados para a irrigação da cana de açúcar são simples, constituindo-se em alguns aspersores, canos, mangueiras e moto bombas que captam água de poços artesianos existentes nos estabelecimentos.

A tabela 1 apresenta os equipamentos, itens e condições em que os produtores de cana de açúcar de Coronel João Pessoa realizam o cultivo. Percebe-se que apenas 9% utilizam tratores na fase de cultivo, sugerindo que o Poder Público municipal não tem garantido o corte de terras através dos equipamentos (máquinas) repassadas pelo Governo Federal no tempo requerido para início das atividades. Aliás, em matéria de uso de recursos técnicos, tem-se apenas a irrigação como elemento incorporado ao cultivo, pois não utilizam implementos agrícolas (100%), apenas 5% usaram defensivos e 9% realizaram algum tipo de adubação.

Tabela 1: Disponibilidade/Acesso recursos técnicos, crédito e assistência técnica, Coronel João Pessoa/RN, 2018

QUESTÕES	SIM	NÃO	SIM (%)	NÃO (%)
Usa algum tipo de trator ou máquina para preparar a terra	20	2	91%	9%
Usa implemento agrícola para preparar a terra	0	22	0%	100%
Utiliza veneno ou pesticida	1	21	5%	95%
Utiliza algum tipo de adubo	2	20	9%	91%
Recebeu financiamento do PRONAF	3	19	14%	86%
Recurso do PRONAF contribui para o cultivo	3	0	100%	-
Recebeu alguma orientação da EMATER	0	22	0%	100%
Gostaria de receber alguma orientação	16	6	73%	27%
Utiliza irrigação	21	1	95%	5%

Fonte: Pesquisa de campo (2018)

Pelo exposto até aqui já se evidencia que a modernização, entendida estritamente pela capacidade de incorporação/uso do pacote tecnológico e agroquímico da “revolução verde” e pela figura do empresário rural, não se aplica ao caso dos produtores de cana de açúcar de Coronel João Pessoa/RN. Assim, pelo viés produtivista, pode-se afirmar que a atividade canavieira não vem contribuindo para o DR.

Apurou-se que em anos anteriores quando ocorreu boa regularidade nas precipitações pluviométricas, em virtude da pequena capacidade de processamento dos engenhos, passavam-se vários meses nas “moagens” da cana de açúcar e que a estiagem prolongada foi apontada como um fator determinante para a redução do cultivo.

A etapa de processamento da cana é a que requer maior número de trabalhadores, alguns especializados, como o “mestre” e o “caldeireiro”. A tabela 2 apresenta as funções e quantidades de mão de obra necessárias para produzir os derivados, como também a remuneração das diferentes categorias de trabalhadores. Os dados dizem respeito ao levantamento realizado com dois proprietários de engenhos situados na comunidade Poço de Varas em Coronel João Pessoa/RN.



Tabela 2: Divisão do trabalho nos Engenhos, especialidade e remuneração diária, Coronel João Pessoa/RN (em R\$), 2018

Funções	Mão de obra (quantidade)		Preço Diária (R\$)	
	Proprietário I	Proprietário II	Proprietário I	Proprietário II
Cortador de cana	4	4	55,00	55,00
Empilhador de cana	4	-	55,00	-
Pelador de cana	4	4	60,00	60,00
Banqueiro	2	2	60,00	60,00
Mestre	1	1	100,00	100,00
Caldeireiro	1	1	100,00	100,00
Ajudante de caldeireiro	1	1	60,00	60,00
Botador de Fogo	1	1	100,00	100,00
Tronqueiro	1	1	100,00	100,00
Bagaceiro verde	1	1	100,00	100,00
Bagaceiro seco	1	1	60,00	60,00
Puxador de Alfenim	4	2	60,00	60,00
Batedor de Batida	1	1	60,00	60,00
Cozinheira	1	1	60,00	60,00
Motorista (veículo)	1	-	50,00	-
Transporte tração animal (cambiteiro)	-	4	-	55,00

Fonte: Pesquisa de campo (2018)

A tabela 2 mostra a divisão do trabalho necessário para a realização do processamento da cana de açúcar nos engenhos rapadureiros. As funções desempenhadas têm como propósitos a obtenção dos seguintes derivados: rapadura, alfenim, mel, batida e caldo de cana (garapa). A média diária de remuneração indicada pelo proprietário I foi de R\$ 1.830,00 para a contratação de 28 trabalhadores e pelo proprietário II foi de R\$ 1.660,00 para a contratação de 25 trabalhadores. Percebe-se que é mobilizado um número razoável de trabalhadores para o funcionamento dos engenhos rapadureiros, especialmente, por se tratar de produção proveniente da agricultura familiar realizada em áreas reduzidas.

Considerando a possibilidade de retomada da atividade canavieira por um número maior de produtores, verifica-se a importância para a mobilização de contingente maior de trabalhadores durante maior período ao longo do ano, corroborando as falas de alguns produtores sobre o movimento intenso nas épocas de safras maiores. O ápice da produção verificada na série histórica apresentada no início desta seção foi de 1.800 toneladas no ano de 2010, ou seja, praticamente dez vezes mais do que foi produzido em 2017, sendo, portanto, plausível considerar que o crescimento do cultivo e processamento de cana de açúcar tem perspectivas para potencializar o DR em Coronel João Pessoa/RN.

A atividade, por ser pouco intensiva em uso de tecnologias, demanda razoável número de trabalhadores, sendo boa parte da mão de obra com exigências mínimas de capacitação (exceções feitas ao mestre e ao caldeireiro⁶, pois são postos que exigem conhecimentos específicos), conseqüentemente representa oportunidade para obtenção de renda, ainda que sazonal, para muita gente. A atividade canavieira funciona também como alternativa para diversificação das atividades produtivas nos minifúndios e permite, pelo processamento e fabricação dos derivados, agregação de valor para a cana de açúcar, conseqüentemente se apresenta como fonte de geração de renda para os agricultores familiares através do atendimento de nichos de mercado (local e regional). Saliente-se que não podem ser menosprezadas as possibilidades de exploração turística através de visitas aos engenhos, bem como, a possibilidade de realização de feiras para apreciação dos derivados.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O cultivo da cana de açúcar em Coronel João Pessoa/RN tem relação com as características edafoclimáticas existentes no município, mas esse não é o fator principal, pois esse tipo de cultivo é relativamente comum no Semiárido, especialmente, nos chamados Brejos de Altitude. Apurando-se que a motivação é fundamentalmente econômica, tendo em vista que os produtos (rapadura, mel, alfenim e batida) têm boa aceitação nos mercados local e regional e, em consequência, ainda se conseguem preços compensatórios.

Algumas dificuldades foram identificadas, tais como: insuficiência de profissionais qualificados para a realização das tarefas nos engenhos e falta de interesse dos mais jovens para desempenhar tais atividades, observando-se que o trabalho é realizado em ambiente insalubre e extenuante. Ademais, têm-se os problemas relacionados à inserção nos mercados. Como os produtos não são certificados não se obtém eventuais diferenciais de preços alcançados pelos produtos orgânicos, também não existe padronização dos produtos, com especificações exigidas na legislação para comercialização de alimentos, eliminando a possibilidade de venda dos produtos para o varejo formalizado (supermercados, por exemplo). Assim, a produção se destina ao autoconsumo e a comercialização no mercado informal (feiras livres, por exemplo), geralmente, realizada através de atravessadores.

Percebeu-se que a produção de cana de açúcar no município de Coronel João Pessoa/RN apresenta-se como uma atividade com potencial econômico e que exige baixo investimento para o

⁶ Um aspecto que tem preocupado o proprietário de um engenho pesquisado, relaciona-se à dificuldade crescente para encontrar mão de obra qualificada para realização de algumas tarefas, salientando também que não percebe interesse dos mais jovens em aprender tais profissões.



cultivo. A aceitação dos derivados no mercado indica que o Poder Público pode atuar na potenciação da atividade, contribuindo para instituição de padronização de produtos, e auxiliar para que os produtores obtenham certificações de orgânicos ou pelo menos para comercialização dos produtos.

Acredita-se que o Poder Público também pode desempenhar importante papel na exploração turística da atividade, através da organização de feiras e eventos associados às atividades dos engenhos rapadureiros, preservando-se um aspecto cultural que remonta ao período da ocupação das terras. Nesses termos, verificou-se que a organização econômica rural se vincula à agricultura familiar, tendo em vista que todos os produtores envolvidos na exploração da atividade canavieira se enquadram como agricultores familiares.

A atividade canavieira contribui economicamente para o município através da geração de renda e emprego. Na pesquisa foi possível determinar que no período de safra, o processo rapadureiro consegue empregar, mesmo que de maneira informal, cerca de 28 pessoas em cada engenho, sendo que esses conseguem obter uma renda diária de até R\$ 100,00. Neste sentido, pode-se afirmar que a atividade canavieira contribui para o desenvolvimento da agricultura no seio familiar. Por outro lado, verificou-se que, considerando o viés produtivista e de modernização agrícola, a atividade canavieira não consegue impulsionar o desenvolvimento rural, tendo em vista a insuficiente capacidade de incorporação tecnológica aos métodos de industrialização que são empregados no processo de produção dos derivados, bem como na fase de cultivo.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Ricardo. Agricultura familiar e desenvolvimento territorial. **Reforma agrária**, v. 28, n. 1, p. 2, 1998. Disponível em: <<http://www.ifibe.edu.br/arq/201508131525281087273037.pdf>>. Acesso em: 22 mar. 2019.

BRASIL. Lei nº 11.326 de 24 de julho de 2006. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. Brasília, DF. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111326.htm>. Acesso em: 10 jan. 2019.

BUAINAIN, Antônio Márcio. **Agricultura familiar, agroecologia e desenvolvimento sustentável**: questões para debate. Brasília: IICA, 2006. Disponível em: <<https://forodesarrolloterritorial.org/gallery/volumen%205.pdf>> Acesso em: 29 jan. 2019.

FREITAS, Alan Ferreira de; FREITAS, Alair Ferreira de; DIAS, Marcelo Miná. Mudanças conceituais do desenvolvimento rural e suas influências nas políticas públicas. **Revista Administração Pública**. Rio de Janeiro 46 (6): 1575 - 1597, nov./dez. 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-76122012000600008>. Acesso em: 25 mar. 2019.

FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. 34ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Histórico do município de Coronel João Pessoa/RN**. 2019. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rn/coronel-joao-pessoa/historico>>. Acesso em: 31 maio 2019.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Demográfico**. 2010. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rn/coronel-joao-pessoa/pesquisa/23/27652?detalhes=true>>. Acesso em: 31 maio 2019.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Agropecuário 2006**. 2007. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/51/agro_2006.pdf>. Acesso em: 18 mar. 2019.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Agropecuário 2017**. 2019. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rn/coronel-joao-pessoa/pesquisa/24/76693>>. Acesso em: 18 mar. 2019.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Produção Agropecuária – Lavoura Temporária**. (Diversos anos). Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rn/coronel-joao-pessoa/pesquisa/14/10193?ano=2010>>. Acesso em: 21 mar. 2019.

KAGEYAMA, Ângela. Desenvolvimento rural: conceito e medida. **Cadernos de Ciência & Tecnologia**, v. 21, n. 3, p. 379-408, 2004. Disponível em: <<https://seer.sct.embrapa.br/index.php/cct/article/view/8702>>. Acesso em: 25 mar. 2019.

MATTEI, Lauro. O papel e a importância da agricultura familiar no desenvolvimento rural brasileiro contemporâneo. **Revista Econômica do Nordeste**, v. 45, n. 5, p. 83-92, 2014. Disponível em: <<https://ren.emnuvens.com.br/ren/article/view/500>>. Acesso em: 04 fev. 2019.

PERONDI, Miguel Angelo. **Diversificação dos meios de vida e mercantilização da agricultura familiar**. 2007. Disponível em: <<https://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/11009>>. Acesso em: 04 abr. 2019.

SCHNEIDER, Sérgio. Reflexões sobre diversidade e diversificação-agricultura, formas familiares e desenvolvimento rural. **RURIS - Revista do Centro de Estudos Rurais -UNICAMP**, v. 4, n. 1, 2010. Disponível em: <<https://www.ifch.unicamp.br/ojs/index.php/ruris/article/view/708>>. Acesso em: 22 mar. 2019.

_____; NIEDERLE, Paulo André. **Agricultura familiar e teoria social**: a diversidade das formas familiares de produção na agricultura. Savanas: desafios e estratégias para o equilíbrio entre sociedade, agronegócio e recursos naturais. Planaltina, DF: Embrapa Cerrados, p. 989-1014, 2008. Disponível em: <http://simposio.cpac.embrapa.br/simposio_pc210/projeto/palestras/capitulo_32.pdf>. Acesso em: 04 fev. 2019.



_____. Teoria social, agricultura familiar e pluriatividade. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. São Paulo. vol. 18, n. 51 (fev. 2003), p. 99-122, 2003. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v18n51/15988>>. Acesso em: 04 jan. 2019.

_____. **Agricultura Familiar e Industrialização**: pluriatividade e descentralização industrial no Rio Grande do Sul. Porto Alegre: UFRGS, 1999.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. Agricultura familiar e campesinato: rupturas e continuidade. **Estudos Sociedade e Agricultura**, v. 11, nº 2. Out, p. 42-61, 2003.

_____. A ruralidade no Brasil moderno. Por um pacto social pelo desenvolvimento rural. In: GIARRACA, Norma. **Una nueva ruralidad en América Latina?** Buenos Aires: CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2001. p. 31-44. Disponível em: <<https://conectarural.org/sitio/sites/default/files/documentos/giarraca.pdf#page=2>>. Acesso em: 25 fev. 2019.

Recebido em 25 de Junho de 2019
Aprovado em 28 de Outubro de 2019



PRODUÇÃO DE FEIJÃO E MILHO COM BASE NA PRECIPITAÇÃO EM ÁREA SUSCEPTÍVEL À DESERTIFICAÇÃO NO SERIDÓ DA PARAÍBA

PRODUCTION OF BEAN AND CORN ON BASIS OF PRECIPITATION IN AREA SUSCEPTIBLE THE DESERTIFICATION IN SERIDÓ OF PARAÍBA

PRODUCCIÓN DE FRIJOL Y MAÍZ BASADA EN LLUVIAS DE LA ZONA SUSCEPTIBLE A LA DESERTIFICACIÓN EN EL SERIDÓ DE PARAÍBA

DOI 10.33360/RGN.2318-2695.2019.i3.p.227-245

Edinete Maria de Oliveira

Doutoranda pela Universidade Federal de Pernambuco
(PRODEMA/UFPE)

E-mail: edineteoliver@yahoo.com.br

Evaniely Sayonara dos S. C. G. de Sá

Mestre do Programa de Pós-Graduação em Ciências do Solo pela Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE)

E-mail: evanielycosta@gmail.com

Vanice Santiago Fragoso Selva

Professora da Universidade Federal de Pernambuco
(PRODEMA/UFPE)

E-mail: Vanice.ufpe@gmail.com

Joel Silva dos Santos

Professor da Universidade Federal da Paraíba
(UFPB - Campus IV) e PRODEMA/UFPB

E-mail: joelgrafia.santos@gmail.com

RESUMO:

Estudar a influência das chuvas na produção de feijão e milho em área susceptível ao processo de desertificação requer um olhar multidisciplinar, uma vez que abrange fatores ambientais e socioeconômicos para a compreensão da produção agrícola. Sendo assim, merece atenção especial o semiárido brasileiro, em face da escassez de recursos hídricos e das chuvas irregulares que ocorrem na região que depende diretamente da produção agropecuária. Diante deste contexto, a pesquisa foi realizada no município de Juazeirinho, Microrregião do Seridó Oriental da Paraíba, semiárido brasileiro. Para a realização da pesquisa, a metodologia está estruturada em três etapas: a primeira diz respeito à revisão bibliográfica sobre a temática em questão; a segunda fase corresponde à coleta de dados realizada em órgãos públicos da região; e a terceira fase da pesquisa refere-se à organização, tratamento e análise dos dados da série climatológica de 1994 - 2016 e dos dados referentes aos totais de produção de feijão e milho do período 1990-2015. Os resultados do trabalho demonstram que o município apresentou oscilações pluviométricas na série estudada com períodos de grande diminuição de chuvas nos anos de 1998, 2003, 2012 e 2015. Verificou-se também instabilidade na variabilidade interanual, revelando na série climatológica, distribuição temporal dispersa de chuvas com doze anos acima da média (489,2). No que diz respeito à produção total de feijão e milho da área estudada, não correspondem com o aumento das chuvas, pois mesmo com baixa pluviosidade, houve crescimento da produção com destaque para 1996 e 1997, com respectivamente 1.100 (feijão) - 1.100 (milho); 2.400 (feijão) - 2.350 (milho) tonelada/ano. Observou-se também estabilidade e aumento da produção entre 1994 a 1997 com queda drástica em 1998, considerado o ano mais seco da série. A produção de feijão e milho do período analisado foi provavelmente afetada pela variabilidade das chuvas, no entanto, não é possível afirmar que este seja único fator.

Palavras-chave: Pluviometria; Produção; Degradação; Semiárido.

ABSTRACT:

Studying the influence of rains on the production of beans and maize in area susceptible the desertification process requires a multidisciplinary view, once, covering environmental and socioeconomic factors for understanding of agricultural production. Therefore, the Brazilian semiarid region deserves special attention due to the scarcity of water resources and the irregular rains occurring in the region that depend directly on agricultural production. In this context, this research was carried out in the municipality of Juazeirinho, Microregion of the Seridó Oriental in Paraíba, semiarid region of Brazil. For the accomplishment of the research, the methodology is structured in three stages: the first one concerns the bibliographical revision on the subject in question; the second phase corresponds to the collection of data from public agencies in the region; and the third phase of the survey, refers to the organization, processing and analysis of data from climatological series 1994-2016, and the data on total production of beans and maize of the period 1990 - 2015. The results show that the municipality presented oscillations rainfall in the series studied with periods of great rainfall decrease in the years 1998, 2003, 2012 and 2015. Checked also an instability in yearly inter variability, revealing in the climatological series, dispersed temporal distribution of rains aged twelve years above the mean (489.2). The total production of beans and maize of the studied area do not correspond with the increase of the rainfall, because even with low rainfall, there was a growth of production with highlight to 1996 and 1997 with 1,100 (beans) -1,100 (maize) respectively; 2,400 (beans) - 2,350 (maize) tons per year. Observed also stability and increased production between 1994 and 1997, with a drastic fall in 1998, considered the driest year of the series. The production of beans and maize of the analyzed period was probably affected by rainfall variability, however, is not possible to affirm that this is the only factor.

Keywords: Pluviometry; Production; Degradation; Semiarid.

RESUMEN:

Estudiar la influencia de las lluvias en la producción de frijol y maíz en área susceptible a la desertificación requiere una mirada multidisciplinar, que abarca factores ambientales y socioeconómicos a la comprensión de la producción agrícola. Por lo tanto, merece especial atención la región semiárida brasileña, ante la escasez de los recursos hídricos y de las lluvias irregulares que ocurren en la región, que depende directamente de la producción agrícola. En este contexto, la encuesta fue realizada en el municipio de Juazeirinho, en el noreste de Paraíba, región semiárida brasileña. Para la realización de la investigación, la metodología se estructura en tres fases: la primera refiere a la revisión de la literatura sobre el tema en cuestión; la segunda fase corresponde a la recolección de datos realizados en el sector público del gobierno de la región; y la tercera fase de la investigación refiere a la organización, procesamiento y análisis de datos de la serie climatológica 1994-2016 y los datos relativos a la producción total de granos y maíz en 1990-2015. Los resultados del trabajo muestran que el municipio presenta en la serie estudiada precipitaciones fluctuantes con períodos de disminución significativa en 1998, 2003, 2012 y 2015. También hubo disturbios en la variabilidad interanual, revelando en serie climatológica, distribución temporal de lluvias dispersas con doce años encima de la media (489,2). En cuanto a la producción total de frijol y maíz en zona del estudio, no corresponde con el aumento de las lluvias, porque incluso con escasas precipitaciones, hubo crecimiento en la producción con énfasis para 1996 y 1997 con 1.100 (frijoles) -1,100 (maíz); 2.400 (frijoles) -2,350 (maíz) ton / año, respectivamente. También se observó estabilidad y aumento de la producción entre 1994 a 1997 con la drástica caída en 1998, considerado el año más seco de la serie. La producción de frijol y maíz del período analizado fue probablemente afectado por la variabilidad de las precipitaciones, sin embargo, no es posible decir que este es solo uno de los factores.

Palabras clave: Precipitación; Producción; Degradación; Semiárido.

1 INTRODUÇÃO

Analisar a influência das chuvas na produção de feijão e milho em área susceptível ao processo de desertificação requer um olhar multidisciplinar, uma vez que abrange fatores ambientais e socioeconômicos para a produção agrícola. Trata-se de um estudo que envolve a escassez de recursos hídricos e consequentemente o processo de desertificação, já que estes

fenômenos se retroalimentam. Especificamente na região do semiárido brasileiro (SAB), existe uma predisposição geoecológica e climática para o estabelecimento do processo de desertificação que afeta diretamente a produção agrícola na região. As Áreas Susceptíveis à Desertificação (ASD) estão classificadas conforme sua potencialidade agrícola (MMA, 2007). Dentre os diversos problemas ambientais, as mudanças climáticas e o avanço da desertificação têm sido na atualidade um dos assuntos mais discutidos tanto na academia como nos diversos segmentos da sociedade. Embora as alterações do clima e a desertificação representem grandes desafios para a humanidade, os estudos desses fenômenos em sua maioria são realizados isoladamente (RIBEIRO *et al.*, 2016). Os mesmos autores chamam a atenção para a evidência das mudanças climáticas e a intensificação dos processos de desertificação com a expansão das Áreas Susceptíveis à Desertificação no Nordeste do Brasil (NEB).

De acordo com a Organização das Nações Unidas (ONU), a desertificação atinge terras áridas, semiáridas e subúmidas. As terras secas compreendem uma área de 41,3% da superfície terrestre do planeta, onde vivem um quinto da população mundial e 44% das terras cultiváveis (MMA, 2004). A desertificação pode ser compreendida como uma degradação contínua e silenciosa e quando não há preservação por parte de quem depende da mesma, as consequências são muito graves, pois, ano a ano, as respostas dessas áreas afetadas são terras inférteis e improdutivas (ONU; UNESCO 2018).

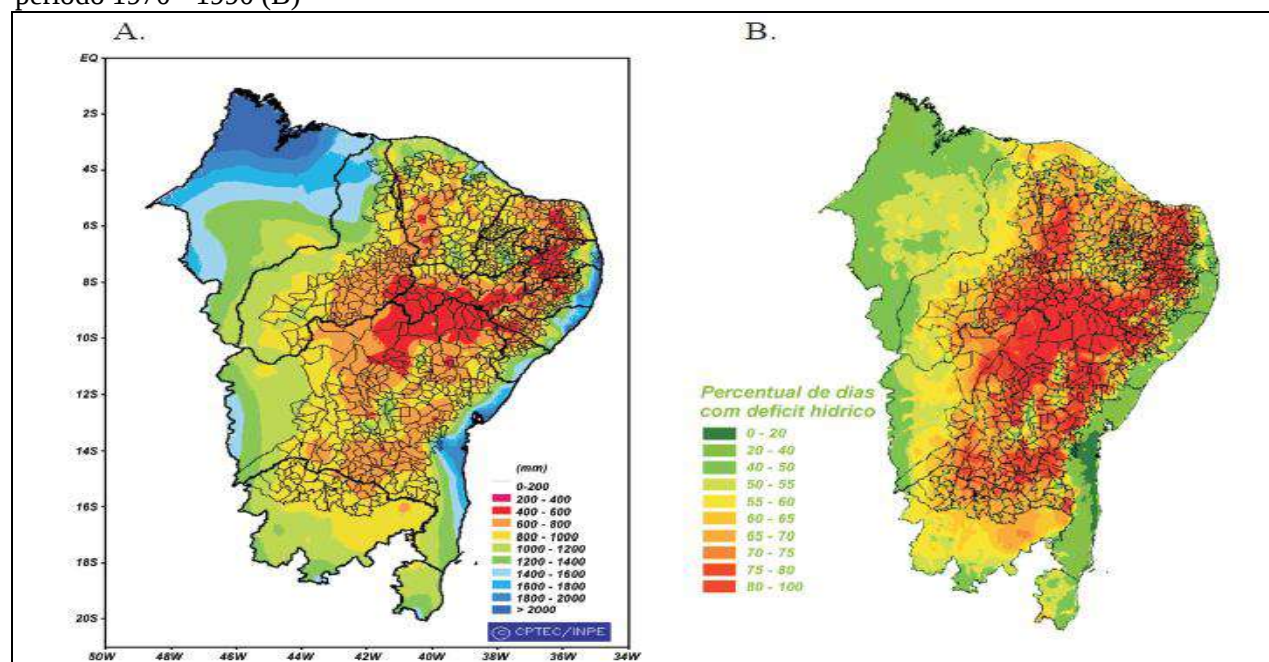
No Brasil, o semiárido é a área que merece atenção em relação à desertificação, uma vez que a área se encontra dentro do escopo climático definido pela ONU como área susceptível à ocorrência de processos de desertificação. Além disso, a região apresenta considerável susceptibilidade agroecológica e antrópica devido as principais atividades econômicas da região estarem baseadas no setor primário da economia, o que necessita de água para a produção. O Nordeste é a região que mais sofre com a escassez de água (SILVA *et al.*, 2009). É uma região marcada por altas taxas de evapotranspiração e solo rasos com reduzida capacidade de retenção de água. As características supracitadas possibilitaram ao MMA, através do Programa de Ação de Combate à Desertificação, PAN- Brasil (2004), delimitar suas ações em Áreas Susceptíveis a desertificação (ASD). Conforme estudos do IDEMA (2004), citado por Fernandes e Medeiros (2009), o processo de desertificação vem colocando fora de produção, anualmente, cerca de 6 milhões de hectares com perdas econômicas anuais em torno de 1 bilhão de dólares. Os autores afirmam que o custo de recuperação das terras em todo o mundo pode chegar a 2 bilhões de dólares por ano. Referenciados por Farias (2016), Khan e Campos (1992), pesquisando os efeitos das secas no NEB no período de 1979-1984, estimaram que as perdas totais agrícolas do período chegam aos



impressionantes números de 1,6 milhão de toneladas de algodão (*Gossypium hirsutum* L.), 1 milhão de toneladas de mandioca (*Manihot esculenta* Crantz), 3 milhões de toneladas de milho (*Zea mays*), 952 mil toneladas de feijão (*Phaseolus vulgaris*), além de perdas de diversos outros produtos.

No que diz respeito às condições climáticas, Marengo *et al.* (2011) destacam que na região semiárida do Brasil, a estação seca ocorre, em sua maioria, entre os meses de agosto e outubro. Este pesquisador utilizou como critério de avaliação, a vulnerabilidade climática da região, e o percentual de dias com déficit hídrico (relação entre o número de dias com déficit hídrico e o número total de dias), para o período 1970-90 (Figura 1), sugerindo que o semiárido apresenta déficit hídrico de pelo menos 70% ao ano.

Figura 1: Mapa de precipitação no período de 1961 - 1990 em mm (A), e dias (%) com déficit hídrico no período 1970 - 1990 (B)



Fonte: Marengo *et al.* (2011)

Conforme Farias (2016) embora a primeira causa das secas resida na irregularidade das precipitações pluviais, existe uma sequência de causas e efeitos que acontecem em função da intensidade dos eventos e dos tipos de secas, que podem ser: meteorológica, agrícola, hidrológica e socioeconômica. A certeza é que a região foi castigada por severos impactos na agropecuária afetando a vida de milhões de brasileiros no NEB deixando marcas profundas na atividade econômica. A seca de 2012-2015 causou indisponibilidade de água em aproximadamente 95% dos reservatórios, colapso no abastecimento provocando uma crise sem precedentes nos municípios.

Para Sampaio *et al.* (2003), a desertificação e seca são fenômenos diferentes em seus efeitos no tempo, espaço e causas. A seca é natural, reversível, esporádica ou repetida em periodicidade

complexa e não esclarecida. Já o processo de desertificação, desencadeado principalmente por causas antrópicas e potencializadas por fatores naturais. As áreas susceptíveis a desertificação (ASD) são mais vulneráveis aos efeitos da seca. Tal relação tem afetado diretamente a produção agrícola no estado da Paraíba. A Paraíba possui mais de 70% de suas terras afetadas pelo processo de desertificação. Pelo menos 29% das terras do território paraibano se encontram em graves condições (CANDIDO *et al.*, 2002).

Embora as características edáficas e climáticas da Paraíba não sejam favoráveis à produção e produtividade da cultura de feijão e milho, o Estado é culturalmente marcado e dependente destes grãos, pois são à base da agricultura local. A produção em sua maioria é de sequeiro, ou seja, mais sujeita aos fatores climáticos. Segundo Lima *et al.* (2007), o milho e feijão são os principais componentes da dieta alimentar no Nordeste, gerando também emprego e renda, tanto na zona rural, quanto na zona urbana. Conforme Bergamaschi e Matzenauer (2009), citados por Mangili e Ely (2014), o clima é o fator preponderante das frustrações das safras agrícolas no Brasil.

O feijão (*Phaseolus vulgaris* L.) é a leguminosa comestível cultivada em ambientes em que a temperatura oscila entre 10° e 35°C. É sensível aos extremos hídricos e térmicos. A melhor temperatura para esta cultura gira em torno de 21°C, podendo variar entre 30 e 40 °C, já ocasionando influências no rendimento da produção. É uma cultura pouco tolerante à deficiência hídrica, principalmente, nos períodos de floração e início de formação das vagens. O ciclo da cultura do feijão é completado de 70 a 110 dias, dependendo do cultivo e das condições climáticas (CARAMORI, 2001). Já o milho é uma cultura de dupla expressividade no Nordeste do Brasil, uma vez que é de extrema relevância tanto na agricultura de subsistência como no agronegócio. É consideravelmente vulnerável à ocorrência de períodos de secas, variação de preços no mercado e eminentemente de agricultura de sequeiro (MMA, 2007). Conforme Cruz *et al.* (2011), é uma cultura temporária e consideravelmente importante na produção e na alimentação animal, representando assim, a maior parte do consumo deste cereal, ou seja, cerca de 70% no mundo, principalmente na forma de rações, onde aparece como componente principal, devido a seu alto potencial energético.

Diante deste contexto, este artigo tem como objetivo principal verificar a influência da pluviosidade na cultura de feijão e milho de uma região susceptível ao processo de desertificação. A área de estudo compreende o município de Juazeirinho, no Seridó Paraibano.

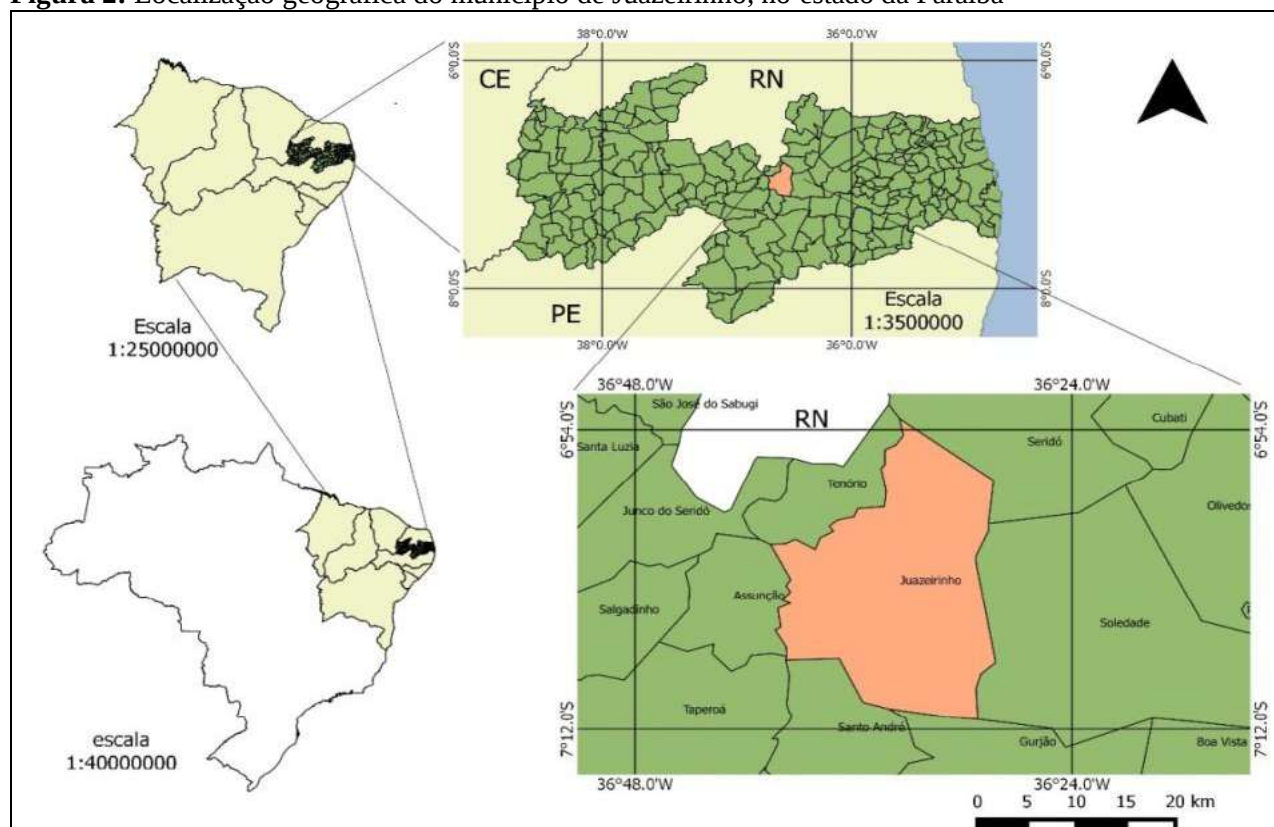


2 METODOLOGIA

2.1 CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO

A área de estudo desta pesquisa foi o município de Juazeirinho, microrregião do Seridó Oriental da Paraíba, semiárido do Nordeste (Figura 2). Este município possui uma população de 16.776 habitantes, ocupando a posição 48 dentre os 223 municípios no Estado, sua densidade demográfica é de 35,88 por km², área territorial de 467,526 km², entre latitude 07° 04' 04"S e longitude 36° 34' 40"O, com altitude de 554m (IBGE, 2010). O município limita-se ao Norte com Tenório e São Vicente do Seridó, ao Sul com Santo André e Gurjão, ao Leste com Soledade e ao Oeste com Assunção.

Figura 2: Localização geográfica do município de Juazeirinho, no estado da Paraíba



Fonte: IBGE e QGIS

Juazeirinho é considerado como um dos municípios mais secos do Nordeste com clima semiárido, apresentando um período de nove a onze meses secos, e temperatura variando entre 20 a 38° C. O município possui solos rasos e pedregosos com vegetação seca de Caatinga com 68,42km² (IBGE, 2009), possui 11 açudes, população urbana de 54,39% e rural de 45,62%. O IDHM do município é de 0,567 (IBGE, 2010). Caracterizada por uma florística própria dos climas de

semiárido a áridos, destaca-se a predominância de plantas espinhosas decíduais (LIMA *et al.*, 2011). O município também apresenta média pluviométrica de 526 mm/ano, já considerado fortemente susceptível à ocorrência de desertificação (MMA, 2004). No que diz respeito à economia da área de estudo, o município destaca as seguintes atividades: comércio, mineração, caprinocultura e a agricultura de subsistência.

2.2 ETAPAS DA PESQUISA

Para a realização desta pesquisa foram definidas três etapas: a primeira corresponde ao levantamento e uma revisão bibliográfica relacionada com a temática em questão, com o intuito de fornecer embasamento teórico para o desenvolvimento do trabalho; a segunda etapa está diretamente relacionada à coleta de dados em órgãos públicos e sites oficiais de intuições públicas de pesquisa. Desta forma, a Agência Executiva de Gestão das Águas do Estado da Paraíba (AESA) disponibilizou dados pluviométricos do período de 1994 a 2016, e o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatístico (IBGE), os dados referentes aos totais de produção de feijão e milho do período de 1990 a 2015. A intenção foi buscar dados do período entre 1990 a 2016, a fim de analisar uma série de precipitação e produção de feijão e milho. No entanto, foi possível obter a pluviometria do período entre 1994 a 2016 e totais de produção de feijão e milho de 1990 a 2015, mesmo sem dados para alguns anos e nessa condição. Sendo assim, optou-se por considerar como sem produção para ano equivalente; a terceira etapa de realização do trabalho diz respeito à organização e tratamento dos dados pluviométricos e de produção agrícola (feijão e milho).

Os resultados foram elaborados através da utilização de planilha do Microsoft Excel 2013, onde foi possível realizar cálculos de média aritmética e gerar resultados em tabelas e gráficos. Para a análise de regressão linear, utilizou-se a equação $y = ax + b$ adaptado de (TABARI *et al.*, 2011; WANDERLEY *et al.*, 2013), representando para os cálculos relacionados à série temporal escolhida no estudo. Desta forma, foi possível produzir resultados referentes à oscilação pluviométrica mensal; variabilidade interanual das chuvas e correlacionar a variabilidade interanual das chuvas com os totais de produção de feijão e milho do município.



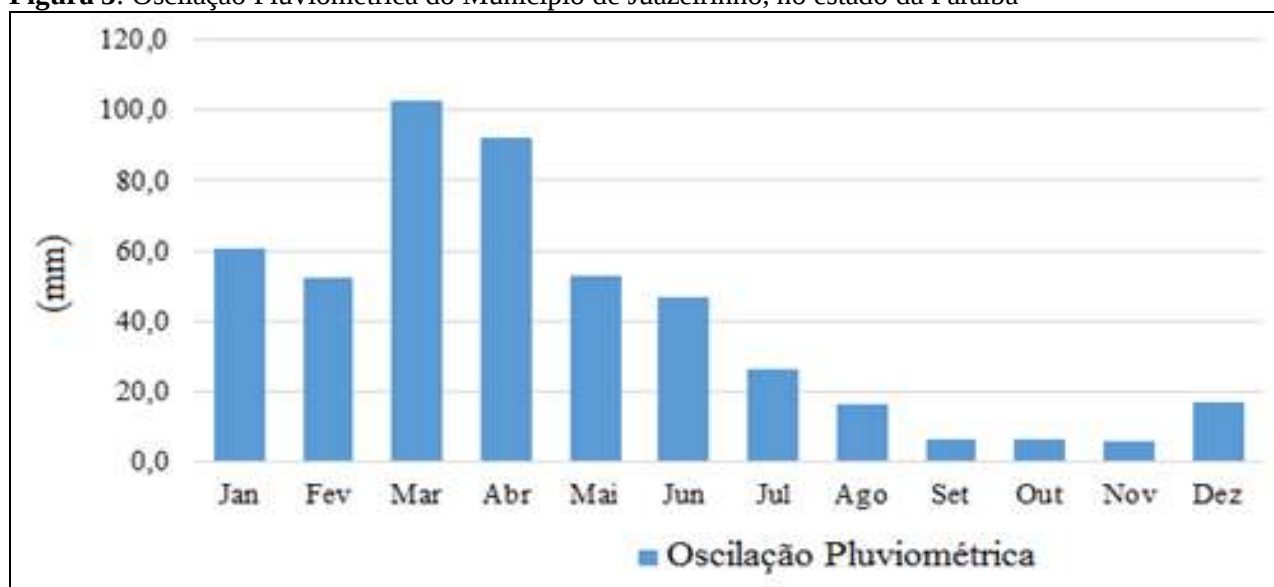
3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

3.1 OSCILAÇÃO PLUVIOMÉTRICA MENSAL DO MUNICÍPIO

Alves *et al.* (2006) afirmam que existem ao menos seis sistemas que influenciam as condições de tempo meteorológico no Nordeste do Brasil: a Zona de Convergência Intertropical (ZCIT), as bandas de nebulosidade associadas à Frentes Frias, os Distúrbios de Leste, os Ciclones na média e alta troposfera do tipo baixa fria, conhecidos como Vórtice Ciclônico de Ar Superior (VCAS), as Brisas terrestre e marítima, e um mecanismo de escala planetária, conhecido como a Oscilação numa faixa de 30 a 60 dias. O mesmo autor destaca os dois primeiros sistemas, como os mais importantes para o regime pluviométrico da região do Nordeste Brasileiro.

Dessa forma, os resultados obtidos nessa pesquisa sobre a oscilação pluviométrica do município baseadas nas séries climatológicas de 1994 a 2016 (Figura 3), evidenciam consideráveis instabilidades entre os meses, com valores abaixo da média, na maioria dos meses, revelando agosto, setembro, outubro, novembro e dezembro como os meses mais secos, fato considerado um comportamento “normal” para o regime pluviométrico do semiárido do Nordeste brasileiro. Neste sentido, Costa *et al.* (2013) destacam que as precipitações na microrregião do Seridó, principalmente no município de Juazeirinho, ocorrem em maiores proporções quanto a atuação da ZCIT e das frentes frias, como destacado anteriormente. A ZCIT apresenta maior contribuição para a pluviosidade da região, com valores máximos no mês de março (equinócio de outono) e/ou abril. Os períodos de diminuição das chuvas ocorrem nos meses de setembro a novembro, com destaque para o mês de outubro, período marcado pelo equinócio de primavera. Almeida (2008) declara que no semiárido nordestino, particularmente no estado da Paraíba, a distribuição e quantidades de chuvas anuais são escassas e irregulares, apresentando chuvas torrenciais em um curto espaço de tempo.

Através da figura 3, é possível observar também que os meses com maiores médias pluviométricas ocorram entre janeiro a maio. Os resultados encontrados por Araújo (2010) corroboram em parte com esta pesquisa uma vez que, estudando a sub-bacia do rio Taperoá, constatou que a espacialização temporal da precipitação média mensal da região é de aproximadamente 30 mm, e que o período chuvoso tem início no mês de fevereiro e termina no mês de maio, quadra mais chuvosa, com valores máximos de precipitação ultrapassando 90 mm em média no mês de março.

Figura 3: Oscilação Pluviométrica do Município de Juazeirinho, no estado da Paraíba

Fonte: AESA (2017)

Nesse sentido, estudando o regime da precipitação pluvial desta mesma sub-bacia, Farias (2016) encontrou resultados semelhantes, apresentando valores das médias e medianas de 112,5 e 110,8; 105,3 e 107,1mm para os meses de março e abril respectivamente. Nesta mesma pesquisa, o autor identifica a ocorrência de 30 secas no município de Juazeirinho entre 1963 e 2014 e as classificou como secas severas e extremas. Nas análises de Índice Padronizado de Precipitação (IPP), de 12 meses identificaram-se seis secas, cinco severas e uma extrema. As severas ocorreram entre agosto de 1970 e junho de 1971, junho de 1979 e março de 1980, julho de 1983 e fevereiro de 1984, abril de 1998 e abril de 1999, junho de 2012 e janeiro de 2014. A seca extrema ocorreu entre abril de 1982 e janeiro de 1983.

3.2 VARIABILIDADE INTERANUAL DAS CHUVAS

A variabilidade interanual das chuvas da área de estudo, através dos dados pluviométricos disponibilizados referentes ao período entre 1994 a 2016, é apresentada na figura 4. A média da série histórica da precipitação anual foi de 489,2 mm, com desvio padrão de 220,778mm e tendência linear ($y = -2,264x + 516,42$) obtida pela equação de regressão linear revelando a tendência negativa das precipitações; onde pode ser evidenciado em 2000, 2006 e 2011, anos com maior acumulado de chuva no município. No entanto, 1998 e 2012 foram os anos com menor volume de chuvas com valores aproximados de 126,9mm e 151,6mm, respectivamente. No período compreendido entre os anos de 1994,1995, 2000 a 2002, 2004 a 2006 e 2008 a 2011 (12 anos), as chuvas foram superiores à média histórica. Esses resultados revelam uma distribuição temporal



dispersa. Conforme Jatobá *et al.* (2017), essa irregularidade espacial e temporal de precipitações são traços marcantes de áreas com clima BSh. Para esses autores, é possível correlacionar a semiaridez do Nordeste brasileiro com a inversão dos alísios de SE que ocorrem sobre a corrente fria de Benguela e o Sudoeste africano desértico, em que verificaram a existência de um desvio positivo nas precipitações pluviométricas em Petrolina (Pernambuco), nos anos de ocorrência do “Niño Benguela”.

Figura 4: Variabilidade Pluviométrica Interanual, Total anual e Média de Juazeirinho, no estado da Paraíba



Fonte: AESA (2017)

A precipitação é uma das variáveis climáticas de maior influência no meio ambiente, na economia e na sociedade (MINUZZI, 2014). Os estudos sobre as variações das chuvas respondem a muitos fenômenos climáticos da região Nordeste. Nessa área ocorre uma grande variabilidade interanual e intrasazonal de precipitação, com a influência térmica dos oceanos Pacífico e Atlântico Tropical oscilando os anos de secas com anos de chuvas intensas (ALVES *et al.*, 2017). Tais oscilações podem influenciar a base primária da economia na região: a produção agropecuária. Além disso, tais oscilações nessa região contribuem para a instalação e avanço do processo de desertificação, principalmente por interferir nos níveis de semiaridez, no entanto esse fator não é único e não atua isoladamente, uma vez que as formas de uso e ocupação do solo nessa região são desordenadas e sem planejamento que respeite os limites ambientais.

Quanto à equação apresentada na figura 4, a mesma representou o comportamento da influência pluviométrica em relação aos níveis de chuvas representados na série temporal de 1994 a 2016, no município de Juazeirinho, situação que representou um coeficiente de correlação (r^2) de 48%, muito baixo para esse estudo estatístico nessa série de 22 anos, o que compreende, portanto, que a variabilidade das precipitações dessa região semiárida, no Seridó paraibano, é alta e instável, explicando o fato desses fenômenos meteorológicos interferirem direta e indiretamente no crescimento das culturas.

Verificando o comportamento pluviométrico do semiárido brasileiro, Lopes (2016) constatou os anos mais chuvosos na região: 1992, 1994, 2000, 2004, 2006 e 2009. No entanto, 1993, 1998, 2001, 2003 e 2012 apresentaram-se como mais secos. O autor observou também, no seu trabalho, que o ano de 2009 foi o único que ultrapassou o total anual de 900 mm e o ano de 1998 foi considerado o mais seco, com 510 mm, mostrando que a região do SAB é vulnerável a enchentes e chuvas intensas como também veranicos e períodos de seca. Este mesmo autor, com base nos resultados de variabilidade interanual da chuva, associa tais variações com os padrões de Temperatura da Superfície do Mar (TSM) sobre os oceanos tropicais, o que pode interferir na atuação de sistemas atmosféricos pertencentes às várias escalas de tempo, afetando a posição e a intensidade da Zona de Convergência Intertropical (ZCIT) sobre o Oceano Atlântico. Isso traz consequências para toda a região do semiárido brasileiro.

Muitos estudos realizados mostram a importância da relação entre produção e produtividade com a variabilidade das chuvas em ambiente semiárido em outras regiões do mundo. Hsu *et al.* (2014) destacaram os impactos da variabilidade interanual da precipitação e concluíram que as mudanças climáticas causam interferências na variabilidade da precipitação interanual. Isso irá refletir na produção primária da região que é controlada pela precipitação e pela dinâmica da umidade do solo, principalmente em áreas com água limitada. Murungweni *et al.* (2016) observaram a produção de culturas de milho, sorgo e amendoim na África subsaariana, em ambiente semiárido, e perceberam que o rendimento das culturas depende da variabilidade das chuvas. Para Souza *et al.* (2016), a sazonalidade das chuvas e a variabilidade interanual tem grandes impactos na caatinga, adaptando-se a estação de extremas chuvas e de secas. A vegetação em diferentes cenários de precipitação revelou a existência de um máximo na produtividade do ecossistema em níveis intermediários de sazonalidade das chuvas.

Andrade *et al.* (2016) concluíram que os municípios localizados no Sertão Central, Sertão do Inhamuns e Zona Jaguaribana apresentaram uma maior frequência da variabilidade interanuais (anos de seca) e intra-anuais das chuvas, caracterizando assim, a maior vulnerabilidade da



agricultura de sequeiro nesses períodos. Barnes *et al.* (2016) observaram que a produtividade da vegetação corresponde à variabilidade climática, precipitação e temperatura, no bioma semiárido do sudoeste dos Estados Unidos – Califórnia, e provaram que as condições climáticas sub-anuais e a inclusão do efeito da temperatura no balanço hídrico permitem generalizar as respostas funcionais da vegetação às condições climáticas previstas para o futuro, e que em todos os biomas, as condições de seca, durante os períodos climáticos críticos sub-anuais, podem ter um forte impacto negativo na produção de vegetação.

Petrie *et al.* (2014) observam que as tendências regionais juntamente com a variabilidade interanual das chuvas no deserto do norte de Chihuahuan - EUA - afetam as comunidades vegetais e os serviços ecossistêmicos. Rademacher-schulz *et al.* (2014) estudaram sobre a relação entre a variabilidade das chuvas e a segurança alimentar, e concluíram que a migração nas comunidades rurais do ambiente semiárido no norte de Gana é uma estratégia de subsistência comum usada para fugir da estação seca para áreas agrícolas mais adequadas e para locais de mineração. Isso pode indicar uma mudança nos padrões de migração sazonal com consequências potencialmente prejudiciais para a segurança dos meios de subsistência do lar no futuro.

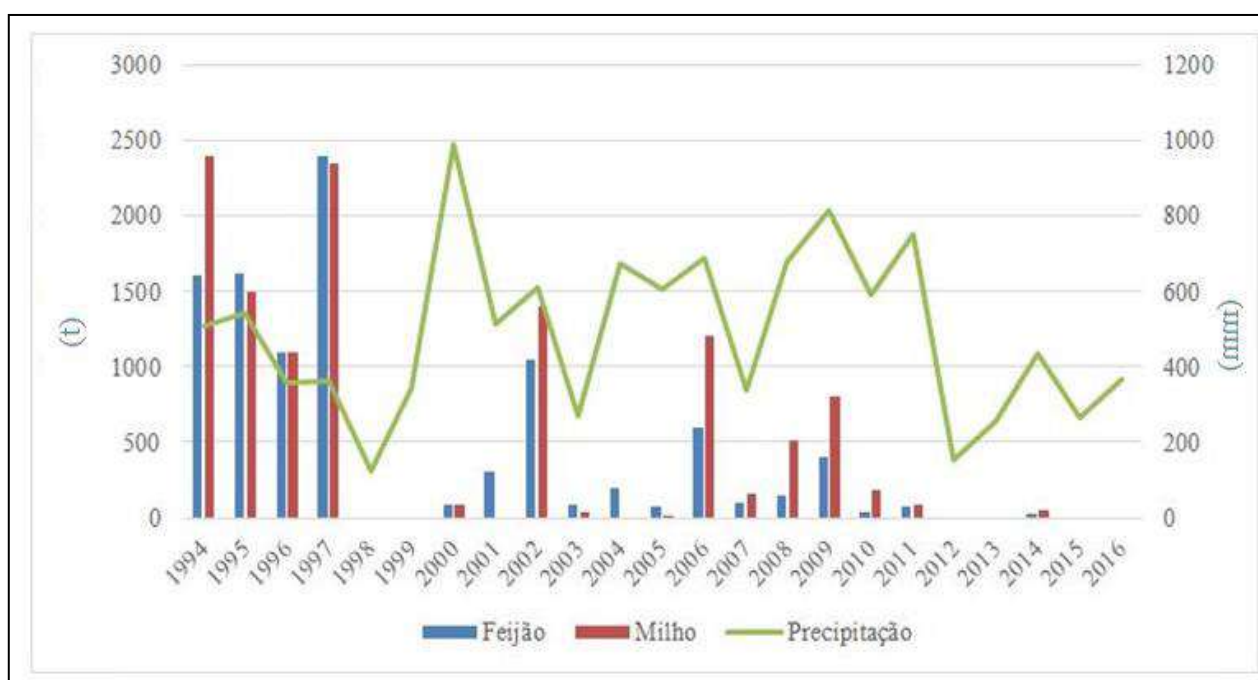
3.3 VARIABILIDADE INTERANUAL DAS CHUVAS E PRODUÇÃO DE FEIJÃO E MILHO

Os dados da área plantada em hectare de feijão e milho do município de Juazeirinho, apresentado na Tabela 1, corrobora com os resultados discutidos por outros autores nos totais de produção e prováveis perdas. Na produção de feijão e milho do município (Figura 5) é possível verificar a disparidade entre esses produtos em alguns anos com destaque na produção das culturas de 2001 (300-0t), 2004 (200-0t), 2005 (80-12t) e 2010 (32-180t). Tais resultados não devem ser atribuídos às chuvas, uma vez que não foram os piores anos da série. Nos demais anos, os dados mostram-se equilibrados e com maior coerência tanto na relação área plantada/totais de produção quanto na produção feijão/milho. Sabe-se que geralmente essas culturas são plantadas de forma consorciadas, o que não justificaria tamanha diferença/ausência nos totais de produção, no entanto, estes resultados poderão ser atribuídos a outros fatores, uma vez que estamos tratando de um município inserido em ASD.

Tabela 1: Área Plantada (ha) de feijão e milho e dados pluviométricos anuais – Juazeirinho - PB

Ano	Área plantada (ha) - Feijão - Milho	Pluviometria (mm) - Total Anual
2001	2.500 -2.500	545,5
2004	2.000 – 2.000	675,0
2005	800 - 800	607,3
2010	360-600	592,9

Fonte: IBGE (2017)

Figura 5: Acumulado de Chuvas (ano) e Produção de Feijão e Milho – Juazeirinho - PB

Fonte: AESA/IBGE (2017)

Na figura 5, apresenta-se a relação entre a variabilidade anual das chuvas com a produção de feijão e milho do município. Através dos dados analisados é possível observar que Juazeirinho apresentou oscilações significativas tanto na variabilidade interanual de chuvas, como na produção total de feijão e milho. Observa-se que nos anos de 2000, 2009 e 2011 a precipitação não correspondeu necessariamente ao aumento nos totais de produção de feijão e milho. Essa queda de produção poderá estar relacionada com a variabilidade interanual das chuvas que apresentou instabilidade e distribuição temporal dispersa ou provavelmente as chuvas não coincidiram com o período do plantio. Verifica-se também, uma considerável estabilidade na produção de feijão e milho entre os anos de 1994 a 1997 com aumento na produção e queda drástica no ano de 1998, período caracterizado por extremos climáticos, com baixas precipitações. Dessa forma, pode-se



verificar a influência da precipitação na produção de feijão e milho na área de estudo durante os anos investigados.

Ainda na figura 5, referente aos anos 2012 e 2013, refletem de forma mais expressiva a influência das chuvas na produção, pois nestes anos as precipitações foram 151,6 e 254,1mm, e os totais de produção reduzidos a zero. Resultados semelhantes foram encontrados por Farias (2016), no município de Taperoá, e conforme esse autor as culturas de milho, feijão, batata-doce foram extremamente afetadas e tiveram sua quantidade reduzida a zero na seca de 2012 e 2013, ou seja, não produziram nenhum kg/ha nesses anos. Para Farias (2016), a seca causou grande redução nas culturas do feijão e milho, pois no município não é possível realizar irrigação, e com isso as culturas citadas são totalmente dependentes das chuvas.

As produções de feijão e milho mais expressivas ocorreram em 1994, 1997 e 2002 com 1.605-2.400 toneladas; 2.400-2.350 toneladas e 1.050-1.400 toneladas, respectivamente. Nesses anos a pluviosidade variou entre 510,1mm, 365,1mm e 609,4mm. Através destes resultados, é possível inferir que as chuvas na região, bem como outros fatores, podem influenciar na produção dessas culturas, tornando-se assim, um indicador econômico (produção) valioso para a compreensão da degradação dos solos e queda na produção agrícola na região. Sampaio *et al.* (2003) afirmam que quando os efeitos da seca perduram para além do período de seca podem ser considerados como parte do processo de desertificação, e nessa situação, as secas seriam um agravante do processo. Neste sentido, conforme previsões da Convenção das Nações Unidas para o Combate à Desertificação (UNCCD), a América Latina poderá perder 25% de seu solo agricultável até 2030 interferindo assim na produção agrícola dessas áreas (MMA, 2017).

Ainda nesse sentido, Albuquerque (2010), ao estudar o Coeficiente de Cultura (Kc) do milho no território brasileiro, aponta que as condições climáticas desfavoráveis, faz o milho sofrer uma redução no rendimento de 20% a 30%, caso ocorra estresse hídrico durante seu florescimento. A cultura do milho requer quantidade de água e temperatura adequadas. Por esta razão:

O milho é plantado principalmente no período chuvoso, uma vez que a cultura demanda um consumo mínimo de 350 a 500 mm para garantir uma produção satisfatória sem necessidade de irrigação. Em condições de clima quente e seco, a cultura do milho raramente excede um consumo de 3 mm dia de água, já no período que vai da iniciação floral à maturação, o consumo pode atingir de 5 a 7 mm dia. As maiores produtividades têm ocorrido associadas a consumos de água entre 500 e 800 mm considerando todo o ciclo da cultura (EMBRAPA, 2012 citado por SANTOS, 2014, p. 560).

Araújo *et al.* (2013) analisaram a produtividade das culturas do milho, cana-de-açúcar e mandioca sob longos períodos de estiagem e concluíram que nas culturas de mandioca e milho

quando ocorre aumento na precipitação no período de verão, tais culturas resultam em acréscimo nos níveis de produtividade. Nos anos que houve registros de secas, a agricultura na região Nordeste foi bastante afetada. As culturas, portanto, sofrem relativas perdas de produtividade e, dentre todas, o do milho é a mais prejudicada.

Resultados encontrados por Omoyo *et al.* (2015) em zonas áridas e semiáridas do Quênia, mostraram que a variabilidade climática influenciou enormemente nas safras de milho. Adhikairi *et al.* (2015), estudando quatorze culturas agrícolas, dentre elas feijão e milho em países de África Saariana, constataram efeitos negativos na produção devido à variabilidade climática na região. Granados *et al.* (2017) observaram que a variabilidade climática tem grande impacto na produtividade agrícola, na segurança alimentar e na economia da cidade de Guanajuato no México, e que além de perdas de produção, outra consequência é a marginalização da população devido a renda reduzida com a queda das lavouras.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando a produção de feijão e milho no município de Juazeirinho, houve um crescimento, com destaque maior para o milho nos anos 1994, 1997 e 2002. Nesses anos a pluviosidade variou respectivamente entre 510,1, 365,1 e 609,4mm. Em 1997 o ano foi marcado por chuvas abaixo da média, mesmo assim os totais de produção foram maiores. Em 1998, configurou-se como um período marcado de extrema seca (126,9 mm) e apresentou a produção limitada à zero, tanto de feijão como de milho.

Na série histórica analisada os anos de 1998 e 2003 foram os extremos de seca, em contrapartida os anos de 1994, 1995, 2000 a 2002, 2004 a 2006 e 2008 a 2011 foram os mais chuvosos, acima da média, revelando assim irregularidade nas chuvas.

Destarte, a produção de feijão e milho está relacionada com a pluviosidade da região, mas não se configura como único fator de aumento, pois foram observados períodos com baixa pluviosidade e mesmo assim com maior ocorrência de produção, além de se tratar de um município inserido em área susceptível à desertificação (ASD) com fortes pressões ambientais decorrente da extração mineral.



REFERÊNCIAS

- ADHIKARI, U.; NEJADHASHEMI, A. P.; WOZNICKI, S. A. Climate change and eastern Africa: a review of impact on major crops. **Food and Energy Security**, v. 4, n. 2, p. 110–132, jul. 2015.
- AGÊNCIA EXECUTIVA DE GESTÃO DAS ÁGUAS DO ESTADO DA PARAÍBA (AESAs). Disponível em: <<http://www.aesa.pb.gov.br>>. Acesso em: 25 jun. 2017.
- ALBUQUERQUE, P. E. P. **Manejo de irrigação na cultura do milho**. Embrapa Milho e Sorgo. Sistema de Produção, Versão Eletrônica. 6ª edição Set./2010, 1 ISSN 1679-012X.
- ALMEIDA, H. A. de. **Climatologia aplicada à Geografia**. UEPB, Campina Grande, PB, Publicação Didática, 112p, 2008.
- ALVES, J. M.; FERREIRA, F. F.; CAMPOS, J. N. B.; SOUZA, E. B.; DURAN, B. J.; SERVAIN, J.; STUART. Mecanismos Atmosféricos Associados à Ocorrência de Precipitação Intensa sobre o Nordeste do Brasil durante janeiro/2004. **Revista Brasileira de Meteorologia**, Cachoeira Paulista - SP, v. 21, n. 1, p. 1-21, 2006.
- ALVES, J. M.; SILVA, E. M.; SOMBRA, S. S. Eventos Extremos Diários de Chuva no Nordeste do Brasil e Características Atmosféricas. **Revista Brasileira de Meteorologia**, v. 32, n. 2, p. 227-233, 2017.
- ANDRADE, E. M. de; SENA, M. G. T; SILVA; A. G. R. da; PEREIRA; F. J. S. Uncertainties of the rainfall regime in a tropical semi-arid region: the case of the State of Ceará. **Revista agro@mbiente on-line**, v. 10, n. 2, p. 88, 19 jul. 2016.
- ARAÚJO, L. E. **Climatologia e vulnerabilidade socioeconômica e ambiental da bacia hidrográfica do Rio Paraíba: estudo de caso do açude Epitácio Pessoa (Boqueirão)**. 121 p. Tese (Doutorado em Recursos Naturais) - Universidade Federal de Campina Grande, Campina Grande, 2010.
- ARAÚJO, P. H. C.; CUNHA, D. A.; DE LIMA, J. E.; FÉRES, J. G. Efeitos da Seca sobre a Produtividade Agrícola dos Municípios da Região Nordeste. In: Encontro de Economia Baiana, 9, 2013, Salvador. **Anais... Economia Baiana**, p. 151-167. 2013.
- BARNES, M. L.; Moran, M. S. Vegetation productivity responds to sub-annual climate conditions across semiarid biomes. **Ecosphere**, v. 7, n. 5, p. 13-39, maio, 2016.
- BERGAMASCHI, H.; MATZENAUER, R. Milho. In: MONTEIRO, J. B. A. (Org.). **Agrometeorologia dos cultivos: o fator meteorológico na produção agrícola**. Brasília: INMET, 2009.
- CANDIDO, H. G.; BARBOSA, M. P.; SILVA, M. J. da. Avaliação da degradação ambiental de parte do Seridó paraibano. **Revista Brasileira de Engenharia Agrícola e Ambiental**, v. 6, n. 2, p. 368-371, 2002.
- CARAMORI, Paulo Henrique *et al.* Zoneamento de riscos climáticos e definição de datas de semeadura para o feijão no Paraná. **Revista Brasileira de Agrometeorologia**, Passo Fundo, v. 9, n. 3, p. 477- 485, 2001.
- COSTA, E. B. G.; ALVES, J. J. A.; SILVA, V. dos S. **Um estudo da distribuição pluviométrica**

da microrregião do Seridó paraibano. In: I Workshop Internacional Sobre Água no Semiárido Brasileiro. Campina Grande – PB, 2013.

CRUZ, J. C.; PEREIRA FILHO, I. A.; PIMENTEL, M. A. G.; COELHO, A. M.; KARAM, D.; Cruz, I.; GARCIA, J. C.; ALMEIDA, J. A. A.; OLIVEIRA, M. F.; GONTIJO NETO, M. M.; ALBUQUERQUE, P. E. P.; VIANA, P. A.; MENDES, S. M.; Costa, R. V.; ALVARENGA, R. C.; MATRANGOLO, W. J. R. **Produção de milho na agricultura familiar.** Sete Lagoas, MG: Embrapa Milho e Sorgo, 2011.

FARIAS, A. A. de. **Caracterização e análise das secas na sub-bacia hidrográfica do Rio Taperoá e avaliação dos impactos e ações de convivência com a seca de 2012-2014 no município de Taperoá – PB.** 185p. Tese (Doutorado em Recursos Naturais) - Universidade Federal de Campina Grande, Campina Grande-PB, 2016.

FERNANDES, J. D; MEDEIROS, A. J. D. Desertificação no Nordeste: Uma aproximação sobre o fenômeno do rio Grande do Norte. **Holos**, Ano 25, Vol. 3, 2009.

GRANADOS, R.; SORIA, J.; CORTINA, M. Rainfall variability, rainfed agriculture and degree of human marginality in North. **Singapore Journal of Tropical Geography** p. 1–14, 2017.

HSU, J. S.; ADLER, P. B. Anticipating changes in variability of grassland production due to increases in interannual precipitation variability. **Ecosphere**, v. 5, n. 5, 2014.

DIRETRIZES PARA POLÍTICA DE CONTROLE DA DESERTIFICAÇÃO NO RIO GRANDE DO NORTE (IDEMA). Natal, 2004.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Divisão territorial.** 2010. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat>>. Acesso em: 04 out. 2017.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Manual técnico de vegetação brasileira.** Rio de Janeiro, 2009. 92 p.

JATOBÁ, L.; SILVA, A. F.; GALVÍNCIO, J. D. A dinâmica climática do semiárido em Petrolina-PE. **Revista Brasileira de Geografia Física**, Recife, v. 10, n. 01, p. 136-149, 2017.

KHAN, A. S.; CAMPOS, R. T. **Efeito das secas no setor agrícola do Nordeste (Estudo Especial).** Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 1992.

LIMA, C. J. G. S.; OLIVEIRA, F. A.; MEDEIROS, J. F.; OLIVEIRA, M. K. T.; ALMEIDA JÚNIOR, A. B. Resposta do feijão caupi a salinidade da água de irrigação. **Revista Verde Agroecologia Desenvolvimento Sustentável**, Mossoró, v. 2, n. 2, p. 79-86, 2007.

LIMA, R. C. C. da; CAVALCANTE, A. M. B; FIDELIS FILHO, J. Avaliação do processo de desertificação no semiárido paraibano utilizando geotecnologias. In: XV SIMPÓSIO BRASILEIRO DE SENSORIAMENTO REMOTO (SBSR). 2011, **Anais...** Curitiba – PR, p. 6874-6880.

LOPES, J. R. F. **Variabilidade espaço-temporal da pluviometria no semiárido brasileiro e sua relação com a produtividade de milho.** 64p. Dissertação (Mestrado em meteorologia) - Universidade Federal de Campina Grande- UFCG. Centro de Tecnologia e Recursos Naturais, 2016.

MANGILI, F. B.; ELY, D. F. Influência das chuvas na produção de milho safrinha em Londrina-



PR. **Geographia Opportuno Tempore**, Londrina, v. 1, número especial, p. 153-164, jul/dez.2014.

MARENGO, J. A.; ALVES, L. M.; BESERRA, A. E.; LACERDA, F. F. Variabilidade e mudanças climáticas no semiárido brasileiro, In: MEDEIROS, S. S.; GHEYI, H. R.; GALVÃO, C. O.; PAZ, V. P. da S. **Recursos hídricos em regiões áridas e semiáridas**, Campina Grande: INSA. 2011. p. 383-422.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. SECRETÁRIA DE RECURSOS HÍDRICOS (MMA). **Programa de ação nacional de combate à desertificação e mitigação dos efeitos da seca: PAN-Brasil**. Brasília, 2004.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. SECRETÁRIA DE RECURSOS HÍDRICOS (MMA). **Atlas das Áreas Susceptíveis a Desertificação do Brasil**. In: SANTANA, Marcos Oliveira, (Org). Universidade Federal da Paraíba, 134p, Brasília- MMA, 2007.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. SECRETÁRIA DE RECURSOS HÍDRICOS (MMA). **ONU Declara Década sobre Desertos e de Combate à Desertificação (ICID - 2010)**. Disponível em <<http://www.mma.gov.br/informma/item/6469-onu-proclama-decada-sobre-desertos-e-de-combate-a-desertificacao-na-icid-2010>>. Acesso em: 03 jun. 2017.

MINUZZI, R. B.; LOPEZ, F. Z. Variabilidade de índices de chuva nos estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul. **Bioscience Journal**. Uberlândia: UFU, v. 30, n. 3, p. 697-706, 2014.

MURUNGWENI, C.; VAN WIJK, M; SMALING E; GILLER, K. Climate-smart crop production in semi-arid areas through increased knowledge of varieties, environment and management factors. **Nutrient Cycling in Agroecosystems**, v. 105, n. 3, p. 183–197, 13 jul. 2016.

OMOYO, N. N.; WAKHUNGU, J.; OTENG, S. Effects of climate variability on maize yield in the arid and semi arid lands of lower eastern Kenya. **Agriculture & Food Security**, p. 1–13, 2015.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). **ONU pede mudança nos padrões de consumo para evitar seca e desertificação**. UNESCO, 2018. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/onu-pede-mudanca-nos-padroes-de-consumo-para-evitar-seca-e-desertificacao/>>. Acesso em: 18 mai. 2019.

PETRIE, M. D; Collins, S.L.; Gutzler, D.S; Moore, D.M. Regional trends and local variability in monsoon precipitation in the northern Chihuahuan Desert, USA. **Journal of Arid Environments**, v. 103, p. 63–70, abr. 2014.

RADEMACHER-SCHULZ, C.; SCHRAVEN, B.; MAHAMA, E. S. Time matters: shifting seasonal migration in Northern Ghana in response to rainfall variability and food insecurity. **Climate and Development**, v. 6, n. 1, p. 46–52, 2 jan. 2014.

RIBEIRO, Eberson Pessoa; MOREIRA, Elvis Bergue Mariz; SOARES, Deivide Benicio; BILAR, Alexsandro Bezerra Correia; LIMA, Maria Salomé de. Climate change and desertification in the semiarid region of northeastern Brazil. **Revista Geama**, v. 5, n. 1, Abr/Mai/Jun, 2016.

SANTOS, W. de O. Coeficientes de cultivo e necessidades hídricas da cultura do milho verde nas condições do semiárido. **Irriga: brazilian journal of irrigation and drainage**, v. 19, n. 4, p. 559, 2014.

SAMPAIO, E. V. S. B; SAMPAIO, Y; VITAL, T; ARAÚJO, M. S. B.; SAMPAIO, G. R.

Desertificação no Brasil: Conceitos, Núcleos e Tecnologias de Recuperação e Convivência. FADURPE/ SINEP, 196p, 2003.

SILVA, Ana Paula Nunes da *et al.* Dinâmica espaço-temporal da vegetação no semiárido de Pernambuco. **Revista Caatinga**, Mossoró, v. 22, n. 4, p. 195-205, out.- dez. 2009.

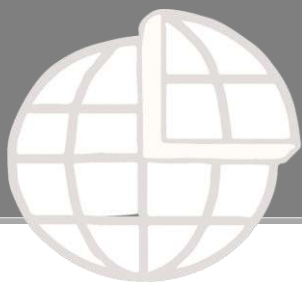
SOUZA, R; FENG, X; Antonino, A; MONTENEGRO, S; SOUZA, E. Vegetation response to rainfall seasonality and interannual variability in tropical dry forests. **Hydrological Processes**, v. 30, n. 20, p. 3583-3595, 30 set. 2016.

TABARI, H.; MAROFI, S.; AEINI, A.; TALAEI, P. H.; MOHAMMADI, K. **Trend analysis of reference evapotranspiration in the western half of Iran.** Agricultural and Forest Meteorology, v. 151, p. 128-136, 2011.

WANDERLEY, H. S. SEDIYAMA, G. C.; JUSTINO, F. B.; ALENCAR, L. P.; DELGADO, R. C. Variabilidade da precipitação no Sertão do São Francisco, estado de Alagoas. **Revista Brasileira de Engenharia Agrícola e Ambiental**. Campina Grande, v. 17, n. 7, p. 790-795, jul. 2013.

Recebido em 18 de Setembro de 2018
Aprovado em 10 de Outubro de 2019





UMA RELEITURA DO ESPAÇO SERTANEJO: O LEGADO CULTURAL DOS MESTIÇOS

A REREADING OF THE SERTANEJO SPACE: THE MIXED-RACE CULTURAL LEGACY

UNA RELECTURA DEL ESPACIO SERTANEJO: EL LEGADO CULTURAL DE LOS MESTIZOS

DOI 10.33360/RGN.2318-2695.2019.i3.p.246-262

Priscila de Oliveira Romcy

Professora do Instituto Federal de Alagoas (IFAL)

Doutora em Geografia pela Universidade Estadual do Ceará (UECE)

E-mail: promcy66@gmail.com

RESUMO:

Os sujeitos sertanejos, quais sejam os mestiços, desempenharam papel ativo na sociabilidade do sertão e contribuíram para a cultura no interior do Nordeste do Brasil. A importância destes, muitas vezes é subvalorizada enquanto expressão de um modo de vida particular da região sertaneja, seja pela ideologia de uma supremacia étnica, seja pela não contextualização desses sujeitos no processo histórico em que a ocupação do sertão Nordestino se deu. O presente artigo parte de uma pesquisa bibliográfica e documental para analisar os registros realizados no início do século XX sobre a formação do sertão, identificando que os mesmos foram realizados sob o ponto de vista da classe dominante. Intentamos compreender a importância dos sujeitos evidenciados sob a conformação do modo de vida sertanejo – desmistificando as relações sertanejas entre patrões e subordinados - que nos trouxe seu legado histórico e cultural para a caracterização do sertão. O resultado foi encontrar os mestiços do sertão enquanto uma população invisibilizada pelo discurso dominante e desfavorecida socialmente, e que mesmo assim teceu a sociabilidade sertaneja e difundiu a própria realidade a partir de gente como o vaqueiro, o artesão e demais indivíduos que marcaram esse espaço.

Palavras-chave: Sertão; Nordeste; Mestiços.

ABSTRACT:

The 'sertanejo' subjects whatever the mestizos, played an active role in the sociability of the backcountry, greatly contributed to the culture in the Northeastern Brazil. The importance of these are often undervalued as an expression of a particular way of life of the country region, be it by the ideology of an ethnic supremacy, or by the non contextualization of these subjects in the historical process in which the occupation of the Northeastern Countryside occurred. This article starts from a bibliographic and documentary research to analyze the records made in the early twentieth century about the formation of the *sertão*, identifying that they were performed from the point of view of the ruling class. We try to understand the importance of the subjects evidenced under the conformation of the backcountry way of life - demystifying the backcountry relations between bosses and subordinates - that brought us their historical and cultural legacy to characterize the backcountry. The result was to find the mixed-race of the *sertão* as a population invisible and socially disadvantaged, which nevertheless wove the country sociability and spread the reality itself from people like the cowboy, the craftsman and other individuals that marked this space.

Keywords: Sertão; Northeast; Mixed-race.

RESUMEN:

Los sujetos sertanejos, los mestizos, desempeñaron un papel activo en la sociabilidad del sertão y contribuyeron en gran medida a la cultura en el interior del Noreste de Brasil. Su importancia a menudo se subestima como una expresión de un estilo de vida particular en las tierras remotas, ya sea por la ideología

de una supremacía étnica o por la no contextualización de estos temas en el proceso histórico en el que tuvo lugar la ocupación de lo sertão del Noreste. Este artículo parte de una investigación bibliográfica y documental para analizar los registros realizados a principios del siglo XX sobre la formación del interior, identificando que se realizaron desde el punto de vista de la clase dominante. Tratamos de comprender la importancia de los temas evidenciados bajo la conformación de la forma de vida sertaneja - desmitificando las relaciones entre jefes y subordinados - que nos ha traído su legado histórico y cultural para caracterizar el sertão. El resultado fue encontrar a los mestizos del interior como una población invisible por el discurso dominante y socialmente desfavorecido, que sin embargo tejió la sociabilidad del país y difundió la realidad de personas como el vaquero, el artesano y otras personas que marcaron este espacio.

Palabras clave: Sertão; Nordeste; Mestizos.

1 INTRODUÇÃO

A organização socioespacial sertaneja, forjada sob o confronto entre indígenas e colonos pela ocupação da terra, tem uma dinâmica cultural que marca o sertão a partir da formação histórica desse espaço. Nesse sentido, sujeitos como o vaqueiro são expressão de um modo de vida e organização social mestiça onde as relações étnicas e familiares ainda permeiam o traço cultural do sertão nordestino no século XXI.

É importante atentarmos para as publicações documentais e sínteses históricas que discorreram sobre o tema, entretanto, entendemos que devemos averiguar os conteúdos espaciais presentes nas publicações históricas sobre o sertão, assim como Said (2011) o fez em relação à literatura europeia e americana: “[...] esforçando-nos para extrair, estender, enfatizar e dar voz ao que está calado, ou marginalmente presente ou ideologicamente representado em tais obras” (SAID, 2011, p. 123).

A pesquisa bibliográfica e documental foi fundamental para a apreensão dos acontecimentos históricos e do saber espacial apresentado pelos estudiosos que propuseram compreender o território brasileiro. Para tanto, a busca de documentos no acervo do Instituto Histórico, Geográfico e Antropológico do Ceará foi fundamental. Outras fontes históricas importantes também foram conseguidas junto ao acervo do Museu do Ceará.

Não obstante a pesquisa documental realizada, a pesquisa bibliográfica em plataformas digitais e nas bibliotecas das Universidades nos possibilitou um diálogo com as sínteses e análises realizadas por pesquisadores da temática em questão.

O presente artigo, derivado da tese de doutorado da autora, tem como enfoque a desmistificação das relações sertanejas entre padrões e subordinados sob a particularidade das relações de compadrio, da desigualdade étnica e social que permearam a sociabilidade no sertão por gerações.

Iniciamos nossa discussão a partir da particularidade da estruturação dos núcleos coloniais



no sertão, os quais, em suas características sociais e produtivas, demarcaram historicamente a cultura e o modo de vida sertanejo. Sob a particularidade sertaneja e suas características produtivas e decorrente modo de vida, ressaltamos a importância do vaqueiro enquanto expressão cultural do sertão.

2 MISCIGENAÇÃO E POVOAMENTO DO SERTÃO: A BASE DA HIERARQUIA SOCIAL

O interior do que conhecemos como Nordeste teve sua ocupação advinda principalmente a partir de Pernambuco e Bahia, nos quais “os caminhos e veredas do semiárido, por onde fluíam as tropas e os guerreiros bárbaros, acompanhavam sinuosamente o sistema resultante da respiração sazonal da bacia hidrográfica” (PUNTONI, 2002, p. 39). Essa assertiva condiz com a perspectiva de Pompeu Sobrinho (1937), quando este afirma que os caminhos existentes no sertão advêm das “veredas dos índios”, as quais se serviram expedições “[...] a (sic) procura de escravos, de campos propícios à criação de gado e também para surpreender e destruir os quilombos” (op. cit. p. 125).

A consolidação da economia pastoril se realizou no seio do escravismo operante na exploração e constituição do Brasil, e a pecuária foi uma tentativa de povoar o interior da América, ao passo que era expandida a ocupação da empresa colonial. Temos na economia pastoril uma particularidade, que segundo Puntoni (2002), se diferenciou pelo seu sistema de relações e remuneração. Nas palavras do autor:

O proprietário de imensas terras, como era o patrão nos tempos coloniais e de grandes quantidades de gado, responsabilizava vaqueiros pelo trato de algumas cabeças que ficavam sob seus cuidados e dos ajudantes que fossem recrutados (PUNTONI, 2002, p. 36).

Sob essa perspectiva, o autor ressalta ainda uma relação de confiança e lealdade entre o vaqueiro e o dono da fazenda que foi pertinente à economia e modo de vida pautado pela pecuária. Esse traço de aceitação/subalternidade expressa nessa relação comum ao sertão se dá no contexto da produção de acessórios para o povoamento e organização econômica do espaço brasileiro. O conjunto econômico e social do sertão se difere do litoral, visto que o usual neste espaço é a manutenção de escravizados enquanto mercadoria voltada à produção agrícola para exportação.

Esta relação de confiança presente nos currais tem origens, de modo geral, nos conflitos e violência com os povos nativos, e de maneira particular, com as mulheres e com os frutos – os mestiços – desse processo.

No que tange a esse processo civilizatório no Brasil, Ribeiro (1995) afirma ter existido um processo denominado pelo autor como “incorporação”, que proporcionou a miscigenação como tática de relações de poder por parte dos colonos. Para o autor, as nações indígenas foram interrompidas em seu desenvolvimento a partir da relação com o europeu, posto que este “recruta seus remanescentes como mão-de-obra servil de uma nova sociedade” (RIBEIRO, 1995, p. 74).

Essa prática de sociabilidade, aparentemente amistosa, se mostrou violenta a partir da relação de poder estabelecida pelos valores do homem branco, pois, “[...] para os colonos, os índios eram gado humano, cuja natureza, mais próxima de bicho que de gente, só se recomendava a escravidão” (RIBEIRO, 1995, p. 53). Logo, a influência social adquirida através da mestiçagem se deu com base na subordinação subjetiva dos povos nativos sob a classe dominante, estrangeira, bem como na dominação do povo nascente. Nas palavras de Martins (2013, p. 28) nos é ilustrado a base social brasileira: “Sociedade estamental, Portugal regulamentou no Brasil as relações sociais apenas onde fosse necessário para assegurar os privilégios da elite branca e católica e as diferenças sociais em que se fundavam”.

Esse processo de miscigenação como cooptação para consolidação de poder e influência se consolidou não só pelo tencionamento do estrangeiro europeu, mas também pela sujeição indígena, quando da incorporação de alguns costumes.

Na tradição indígena, o ser que nasce levava a descendência paterna, e não materna, sendo a mulher considerada como um receptáculo gerador da criança (RIBEIRO, 1995). Nas palavras do autor: “Como cada europeu posto na costa podia fazer muitíssimos desses casamentos, a instituição funcionava como uma forma vasta e eficaz de recrutamento de mão-de-obra para os trabalhos pesados [...]” (Ibid. p. 82). Segundo Menezes (1995), tal miscigenação originou “a população livre e mestiçada” (ibid. p. 63) que serviriam às tropas do exército, ao trabalho produtivo, bem como seriam os retirantes em períodos de seca.

Não obstante o controle dos povos nativos, uma das bases de condições materiais para a produção e reprodução social do referido processo civilizatório é a

[...] introdução do gado, que fornecia carne e couro – além de animais de transporte e tração -, bem como a criação de porcos, galinhas e outros animais domésticos que, associado à lavoura tropical indígena, proveria a subsistência dos núcleos coloniais (op. cit. p. 74).



Logo, tal processo de dominação dos habitantes de Pindorama¹ foi crucial para o desenvolvimento do Brasil enquanto país e marcou o embate e interação étnica em nosso estado nacional.

No que tange à análise do Brasil para o fim do século XIX e início de século XX, Machado (2018) alega haver um interesse dominante nessa época para compreender o estabelecimento das condições que culminaram na organização espacial do país. Nesse sentido, as produções de Abreu (1930 [1930]) e Pompeu Sobrinho (1937) compõem o saber espacial produzido nessa época.

De fato, o pensamento geográfico esteve presente nos debates sobre a natureza físico-climática do território, a adaptação do indivíduo ao meio, as características raciais dos habitantes, e as possíveis consequências desses aspectos sobre a formação social do povo brasileiro. Em síntese, a questão principal era o estabelecimento do potencial e dos limites da natureza física, social e política do país diante das idéias programáticas do “progresso” (MACHADO, 2018, p. 310)

Apesar da argumentação tortuosa desses documentos históricos no que refere a sua análise dos grupos etnográficos, o arrolamento das informações contidas nessas publicações antes do advento da geografia científica no país é de considerável importância. Cunha (2012), em sua Tese de Doutorado, ao realizar análise de documentos históricos para a região do Cariri cearense afirma que discursos e documentos promoveram historicamente conjuntos de aspectos para integrar e definir uma regionalização. Ou seja, a história oficial, instituída legalmente por documentos e regulada socialmente, nos mostrou que “a capacidade de representar, retratar, caracterizar e figurar não está simplesmente à disposição de qualquer membro de qualquer sociedade” (SAID, 2011, p. 243). É nessa perspectiva que Machado (op. cit.) afirma que no final do século XIX e nas primeiras décadas do século XX as ideologias científicas no Brasil marcaram as representações do interesse dominante sobre o espaço. Contudo, revisitar os documentos nos permite uma leitura reflexiva das informações.

3 DA OCUPAÇÃO DO SERTÃO À CONSOLIDAÇÃO DA ECONOMIA PASTORIL

Na concepção de Ribeiro (1995), os campos de criação de gado, os sertões, foram formados principalmente por mamelucos e por brancos pobres. Essa realidade foi possibilitada pela realização da já mencionada ‘incorporação’ pela realização do cunhadismo, prática de miscigenação realizada através do casamento de uma índia com um estrangeiro (homem branco). “A importância era enorme e

¹ Pindorama é o nome dado pelos índios à sua morada antes do período de colonização do território que nós conhecemos por Brasil.

decorria de que aquele adventício passava a contar com uma multidão de parentes, que podia pôr a seu serviço, seja para seu conforto pessoal, seja para a produção de mercadorias” (Op. cit. p. 81).

O povoamento decorrente de tais práticas delineou as relações de confiança expostas por Puntoni (2002) como características da economia pastoril. Diegues (1999) endossa essa perspectiva ao afirmar que a cultura sertaneja, no decurso desse movimento de expansão, como especializada na criação de animais de pastoreio, está “marcada pela dispersão espacial e por traços característicos identificáveis no modo de vida, na organização familiar, na estruturação do poder [...]” (op. cit. p. 50). Tal argumento se ratifica com Abreu (1996 [1930]) ao reconhecer que “a criação do gado influe (sic) sobre o modo por que se forma a população” (op. cit. p. 226), mostrando assim a formação da sociabilidade sertaneja e sua relação com os currais e com o couro.

Nesse sentido, a dinâmica social do sertão se desenvolve com base na contraditória agregação étnica, que soma culturas do opressor e do povo nativo para melhor controlá-las sob o jugo do primeiro, no contexto criado por este, de ocupação e domínio territorial, tendo o gado e o couro como base produtiva e reprodutiva dessa sociabilidade.

Para Pompeu Sobrinho (1937), a ocupação dos sertões nordestinos começou na última metade do século XVII, quando as terras litorâneas já estavam povoadas e produzindo. Puntoni (2002) reforça essa perspectiva afirmando que “o objetivo era manter povoado o interior da América, expandir a ocupação da empresa colonial, ao mesmo tempo, enfrentar os problemas que esta mesma expansão criava” (op. cit. p. 26). Tal objetivo só pôde ser concretizado, segundo argumentação de Abreu (1996 [1930]), visto que a criação do gado foi capaz de vencer distâncias, facilitando o transporte, o que foi importante num país tão vasto, pois as próprias reses fizeram o percurso.

A consolidação da economia pastoril com a decorrente reprodução social sertaneja aconteceu a partir de embates diretos com os indígenas já presente nessas terras. Abreu (1966 [1930]) discorre que no século XVII os bandeirantes estavam organizados e desse modo eram contratados pelo governo para “pacificar uma região determinada, recebendo em paga parte dos prisioneiros feitos ou terrenos que ficavam devolutos, ou postos, pensões e comendas” (ABREU, 1996 [1930], p. 225). Nas palavras do referido autor:

[...] contornando as águas do alto Paraná, procuravam as do S. Francisco, que seguiam até seu destino. Os que chegaram por este caminho ao Ceará provavelmente acostaram-se ao Pajehú, de onde, transposta a Borburema, rendido os índios do Piancó, Seridó e outros afluentes do Piranhas, se passaram às águas do baixo Jaguaribe. Por ahi corre até nossos dias um dos caminhos que ligam Ceará a Pernambuco (ABREU, 1966 [1930], p. 225-226).



Tal inserção do colono para o interior a partir de rios, perenes ou não, era impulsionada para o domínio de novas áreas além do litoral. E mesmo com a pouca lucratividade da lavoura em áreas de caatinga, “[...] urgia dar-lhes destino, mesmo porque a área dos catingaes era enorme, e descurla (sic) tanto montava a deixar sem proveito a maior parte do paiz (sic)” (ABREU, 1996 [1930], p. 78). Em nota de rodapé, Abreu (1996 [1930]) caracteriza as adversidades da caatinga por esta ser acessível, mas não fácil de transpassar, e é por essa adversidade que o autor afirma: “só o gado poude (sic) primeiro trilhar a caatinga” (op. cit. p. 78-79), mostrando assim a importância da pecuária no sertão nordestino.

A marcha colonizadora pelo sertão foi primordial, visto a dificuldade de transporte para a circulação nacional pela via marítima ser problemática², logo os caminhos do interior foram indispensáveis para habitação e comunicação entre o sertão e as áreas de expressão comercial. Em relação a esses caminhos,

[...] quase todos os que serviram durante os tempos coloniais provieram das veredas dos índios aproveitadas pelos primeiros exploradores, pelas expedições contra os indígenas rebelados e pelos fazendeiros que se situaram às margens dos rios e riachos (POMPEU SOBRINHO, 1937, p. 334).

O autor ainda ressalta que muito depois do aproveitamento dos caminhos indígenas apareceram os caminhos criados politicamente, mas que estes consistiam muitas vezes em melhorias de caminhos antigos.

Contudo, a apropriação dos espaços ocupados pelos índios nativos não aconteceu de maneira rápida ou fácil. A difusão da presença do colono se deu ao passo da resistência indígena, dentre os quais os Cariris, sinaliza Abreu (1996 [1930]), foram os mais persistentes em sua defesa em todo o país. Mesmo assim, estes³ foram mortos, reduzidos a aldeamentos, “outros agregados a fazendas, fundindo-se e confundindo-se com os colonizadores alienígenas” (ABREU, [1930]) 1996, p. 60).

Menezes (1995) também ressaltou a brava resistência dos índios e salientou que a passagem de Pernambuco para o interior da capitania cearense foi muito dificultada pela defesa dos índios Paiacus entre o Assú e a serra do Apodi.

Em relação às áreas dominadas, Pompeu Sobrinho (1937) mostra a influência indígena na construção dos primeiros abrigos dos colonos, com casas muito simples de taipa com telha ou de palha trançada à similitude das cabanas indígenas, quando até os utensílios eram produzidos a partir das palmeiras ou plantas similares, quando estas abundavam.

² Os ventos no litoral, que sopram numa só direção, dificultavam e retardavam o diálogo entre as capitanias, principalmente Pernambuco, que era central para as operações econômicas da época.

³ Os Cariris existiam em territórios desde a Paraíba ao Ceará.

Não obstante aos caminhos pelos quais o gado penetrou, como usufruto que “foi sem dúvida pela trilha do índio e guiado por índio” (ABREU, [1930]) 1996, p. 79), têm-se também a herança na habitação, com a construção de cabanas ventiladas, e a alimentação. Nessa perspectiva podemos observar a assertiva de Pompeu Sobrinho (1937, p. 369) com base nos apontamentos do naturalista Koster ao notar que até pouco tempo o sertanejo, de maneira geral, não usava mesa nem cadeira para as refeições: “o costume mais geral, diz Koster, é acocarem-se em cima de uma esteira, onde toda a família forma um círculo em roda de cabaças e assim é que fazem suas refeições” (KOSTER apud, POMPEU SOBRINHO, 1937, p. 369).

Vale ressaltar que assim como o artesanato em palha é resquício da cultura indígena associada ao nascente modo de vida sertanejo, a base alimentar pautada em tubérculos como macaxeira e milho é outra herança; “com a massa de mandioca Puba preparam-se bolos e papas, com a goma beijus, tapiocas, com a farinha pará, carare pisada ou paçoca de carne, paçoca de peixe, etc” (PINHEIRO, 2009, p. 49).

Vemos assim uma forte contribuição cultural indígena associada ao desenvolvimento da reprodução social sertaneja, que como nos lembra Andrade (1995), tal herança é delegada aos colonizadores, sendo estes muitas vezes já miscigenados. Tal influência “também deu margem à utilização de utensílios de couro, como portas de casa, leitos, cordas, borracha de carregar água, alforje, malas, mochilas, peias para cavalo, bainhas de faca etc. [...]” (op. cit. p. 48).

Não obstante à herança e influência indígena para com a cultura em processo, outro legado se deu em relação à formação dos povoados. Pompeu Sobrinho (1936), em relação ao povoamento, discorre sobre a formação das vilas, mostrando as diferentes influências para a formação das mesmas. O autor afirma que as primeiras vilas e cidades fizeram-se a partir dos aldeamentos indígenas, mas que esses aglomerados também podem ter se originado “de um primitivo centro, sede de fazendas de criar ou de sítios de plantar, convenientemente situados no interesse das relações comerciais” (POMPEU SOBRINHO, 1937, p. 333). Logo, seja por influência política ou por necessidades da justiça, as vilas e cidades sertanejas foram sendo instituídas, e materializadas enquanto amálgama da sociedade camponesa e sertaneja nascente.

Além de atestar as diferenciações quanto as origens de povoados e vilas, Pompeu Sobrinho (1937) distingue três áreas etnográficas no Nordeste brasileiro, quais sejam: a dos vaqueiros, a dos engenhos e a dos pescadores. Sendo a área do vaqueiro a terra do sertão, a qual desenvolveremos a seguir.



4 DESENVOLVIMENTO DA SOCIABILIDADE NO SERTÃO

Com o processo de povoamento, a igreja teve importante atuação em consonância com as bandeiras para a redução da força indígena, visto que Bezerra (apud MENEZES, 1995) afirma que o motivo da doutrinação indígena pela religião era manter em segurança o gado e os colonos. Nas palavras de Ribeiro (1995, p. 8), “Nada que os índios tinham ou faziam foi visto com qualquer apreço, senão eles próprios, como objeto diverso de gozo e como fazedores do que não entendiam, produtores do que não consumiam”, logo dominá-los pela ideologia ou pela força era essencial ao projeto colonizador.

Não obstante a lógica estabelecida de dominação territorial e da subjetividade do nativo, a expansão do pastoreio pela dispersão dos currais promoveu um desenvolvimento da economia pastoril e do modo de vida peculiar no sertão, com “espírito de patriarcado” (PINHEIRO, 2009) que ao longo dos séculos se concretizou com seus costumes próprios. Sobre esse processo, Ribeiro (1995, p. 340) afirma:

Conformou, também, um tipo particular de população com subcultura própria, a sertaneja, marcada por sua especialização ao pastoreio, por sua dispersão espacial e por traços característicos identificáveis no modo de vida, na organização da família, na estruturação do poder, na vestimenta típica, nos folguedos estacionais, na dieta [...].

Essa caracterização da reprodução social do sertão, com seus costumes e modo de vida contrasta com o litoral, primeiro espaço povoado para fins de exploração econômica, com melhores solos para a produção, principalmente na zona da mata, e de maneira geral, lócus de funcionamento das instâncias jurídicas e comerciais representativas perante o exterior. A concentração de poderes e autoridade no litoral, representados por ouvidores, governadores, vigários e fregueses é exposta por Abreu (1996 [1930]) ao caracterizar este espaço como cenário de lutas políticas. Tal concentração de instâncias políticas e jurídicas também eram tidas como marcos de civilização, presente no litoral e não no sertão.

No que tange ao espaço cearense, mesmo que Abreu (1996 [1930]) afirmasse que no século XVII o Ceará já estivesse “devassado” e os índios reduzidos às aldeias, Menezes (1998, p. 176) precisa que somente no século XVIII a criação de gado foi fomentada no Ceará, mostrando que “as ‘fazendas de criação’ desempenharam o papel de linha avançada da marcha colonizadora, a fronteira movediça dos conflitos mais violentos”.

Sob o contexto da consolidação da pecuária e decorrente povoamento do sertão, Pompeu Sobrinho (1937) justifica o sucesso da criação de gado, afirmando que a difusão do gado foi prodigiosa nas caatingas por ser rendosa e haver poucas despesas. O fato do transporte dessa mercadoria se dá por ela mesma, sem custos, facilitou a troca com outros gêneros de maior valor nos centros comerciais.

No espaço dos currais o comércio era inexpressivo, e as necessidades das pessoas quanto à alimentação e vestuário eram sanadas localmente, com produção agrícola de subsistência para consumo e produção de artefatos artesanais para demais usos (POMPEU SOBRINHO, 1937). Na descrição do autor fica clara a existência dessas outras atividades, que não a pecuária, compondo a realidade e dinâmica do sertão, mesmo tendo o gado por central:

Não havia agricultura, senão raramente em pequenos tratos nas coroas dos rios, onde alguns agregados se davam ao trabalho de cultivar uma insignificância de milho, feijão, melancia, algodão. Pouco bastava, porque a terra fértil oferecia rendimento espantoso e escassas eram as bocas para o consumo dos cereais e legumes. Com o algodão, fiavam-se e teciam-se em toscos teares fazendas grosseiras e principalmente redes de dormir. O comércio era insignificante e os artigos da sua predileção tiravam-se do próprio gado. A pele dos ruminantes domésticos chegou a ser matéria prima de aplicação quasi universal entre os sertanejos do XVIII século. As grandes necessidades de alimento, satisfazia-as o gado – a carne fresca e seca, o queijo e o leite [...] o mais, isto é, a rapadura e a farinha, obtinha-se em troca dos couros das reses sacrificadas para o consumo e pelas morrinhas (POMPEU SOBRINHO, 1937, p. 338).

As necessidades locais eram sanadas em sua maior parte pelo artesanato em couro, seja a confecção de instrumentos de trabalho no campo ou de uso doméstico, já as demandas por produtos que não se produzia e nem confeccionavam artesanalmente no local, também eram adquiridos a partir das rezes enquanto fonte de capital e “os gêneros de maior valor, tecidos caros, utensílios que os artífices locais não sabiam fabricar, tiveram de ser comprados nas praças da Baía e Pernambuco, com o produto das boiadas” (op. cit., p. 339). Mesmo homens e mulheres mais pobres tinham suas roupas (comumente de algodão e chita) tecidas em casa, e também compravam tecidos na cidade pelo intermédio dos “passadores de gado” (POMPEU SOBRINHO, 1937). Pinheiro (2009) reforça a exposição de como a dinâmica do sertão acontecia e como permaneceu até meados do século XIX. Nas palavras do autor:

No século XIX, nos sertões, a vida era quase autárquica. Além de vestir-se nosso matuto do algodão de suas roças, tecido em seus teares, alimentava-se de legumes que plantava, da rapadura de seus engenhos, calçava alpercatas de couro cru e resguardava-lhe a cabeça do sol e da chuva seu célebre chapéu de couro curtido (PINHEIRO, 2009, p. 113).



Logo, constatamos a importância do artesanato como meio transformador da natureza. Essa atividade, fundamental na construção social do sertão do século XVIII, tinha por base primordial o couro das boiadas, as quais, como vimos, é a base econômica e social dos costumes e modo de vida experienciado e disseminado por gerações. Assim, os artesãos do couro e os vaqueiros são importante expressão histórico-espacial desse constructo social, atravessaram gerações e ainda hoje nos congratulam com sua existência e conhecimento adquirido ao longo das gerações.

5 OS SUJEITOS PARA ALÉM DOS DENOMINADOS FILHOS ILUSTRES DA TERRA

Faz-se necessário expor o contexto e problematização em torno daqueles que dinamizaram a realidade do sertão, sejam eles artesãos, vaqueiros, e demais mestiços que com muito empenho trabalharam com a terra, o gado e viveram nesta sociedade.

É importante pautar a discussão sobre os grupos étnicos, miscigenação e seu papel social no período histórico em questão, pois a mentalidade do Brasil durante o século XVIII é de que o imigrante, na figura do colono, representa a ordem, e a ele foram concedidas terras para trabalho, sejam por sesmarias, no início da colônia, como por concessões de produção já no século XVIII, em detrimento do papel do mestiço e sua contribuição social.

Contudo, esses colonos, que foram os imigrantes italianos nos estudos de Martins (1992), e o português no Nordeste (POMPEU SOBRINHO, 1937) no século XVIII, eram a expressão da europeização que as elites coloniais idealizavam enquanto um ideal de civilização para o Brasil. Desse modo, ao contrário do imigrante europeu, a população mestiça e de origem indígena era:

Destituída de direito à propriedade numa sociedade em que tal direito estava vinculado à pureza racial, ao mesmo tempo em que não contava com a tutela e a proteção a que estavam obrigados os senhores de escravos em relação aos seus cativos. Embora formalmente livre, era uma população privada de direitos, obrigada a viver de favor e de pequenos trabalhos para os grandes fazendeiros ou para si mesma. Em todo o país, desde os tempos coloniais, foi uma população forçada a viver no limite da sociedade, obrigada a desenvolver uma sociabilidade em grande parte própria, apoiada em estratégias de sobrevivência (MARTINS, 1992, p. 137).

Essa segregação social de base étnica constitui a base das relações sociais e do poder da classe dominante de narrar sob a sua perspectiva (científicas e da literatura) a função dos papéis sociais dentre aqueles que compõem a realidade, em nosso caso, a realidade pastoril do sertão nordestino.

Pompeu Sobrinho (1937, p. 341), ao identificar as bases étnicas predominantes do Nordeste brasileiro afirma que “é de conhecimento de todos o ariano peninsular, particularmente o português dos séculos XVI a XVIII, o africano importado e o ameríndio que ocupava a região ao tempo da conquista”. No que tange à caracterização do ariano, português em relação à colonização do sertão, este é caracterizado como: “mesmo rodeado de índios mansos e mamelucos destemidos, o português ou o mazombo que se aventurava a tanto devia possuir dotes excepcionais de coragem e energia (...)” (op. cit. p. 341). Já os negros, são tidos como menos presente nos sertões nordestinos, seja por ser uma mercadoria cara e de menor necessidade nos sertões comparado ao tipo de trabalho que demandava essa mão-de-obra no litoral, como, segundo Pompeu Sobrinho (1937, p. 348), por serem “os menos amparados contra o flagelo (das secas), em vista da inferioridade das suas condições sociais”. No que tange ao índio, “sob o aspecto humoral e psíquico há que salientar a grande resistência física que lhes permitia enormes caminhadas, rapidez extraordinária nas corridas [...] Essas qualidades eram tais que causavam admiração aos fortes soldados da Holanda” (op. cit. p. 354).

As pretensas justificativas para caracterizar os tipos étnicos, partilharam da premissa da superioridade da raça pura, sendo esta a branca, expressa nas citações presentes, como em demais explicações no documento original. Mesmo com elogios ao índio, este o faz a partir de relatórios naturalistas já realizados por povos de etnia branca (holandeses), enquanto as alegações de inferioridade aos negros não são fundamentadas, mas ainda sim postas como verídicas, o que nos mostra como os documentos da história oficial estão vinculados a uma perspectiva ideológica tendenciosa. Entretanto, tal posicionamento do autor é compreensível, visto que, “A constituição de um objeto narrativo, por mais anormal ou insólito que seja, sempre é um ato social por excelência, e como tal carrega atrás ou dentro de si a autoridade da história e da sociedade” (SAID, 2011, p. 139). O que mostra o ponto de vista segundo os preceitos e ideologia que nortearam seu pensamento.

Consoante às assertivas de Pompeu Sobrinho (1937), Menezes (1995) sintetizou como se deu a culminância do processo de povoamento do sertão nordestino, afirmando que foi a partir da população indígena que provieram os contingentes futuros da população trabalhadora, pela miscigenação, juntamente com a população negra, e brancos, em menor proporção, por estes serem a minoria beneficiada.

Apresentado os nossos elementos sociais da base econômica pecuária, vemos que a criação do gado, base econômica comum à realidade sertaneja, era realizada pelos vaqueiros. Estes eram trabalhadores livres relacionados diretamente aos interesses dos fazendeiros (em contexto nacional de escravidão) que eram pagos “em generos de quatro bezerros um, de modo que em poucos annos



(sic) têm semente com que começar vantajosamente a luta pela existência” (ABREU, 1996, [1930], p. 100). Não obstante ao recebimento de pagamento em gêneros, os vaqueiros são caracterizados por Menezes (1995) e Abreu (1996, [1930]) como trabalhadores de vida aventurosa, por se aventurar em espaços nos quais não iam os criadores, denotando um trabalho de liberdade e de espírito livre, por estes serem mamelucos, reforçando a relação da origem indígena e branca. Logo, nessa perspectiva, “desagradava-lhes a tarefa contínua e absorvente da lavoura” (MENEZES, 1995, p. 88).

Essa composição do vaqueiro como um forte e valente, procede para com o trabalho que estes realizam, além de ser um trabalho pautado no conhecimento de habilidades adquiridas pela experiência. Contudo, tal sujeito figura como um mito, muitas vezes exaltado fora de contexto da realidade.

A profissão de vaqueiro é reconhecida por nós e pelos autores em questão como uma profissão digna, que requer coragem e habilidade. Contudo, o que apontamos para a reflexão é a maneira como ela é propalada de modo desarticulado da sua relação com o criador de gado e subjugada a este. Considerando que os criadores são de etnia branca e os vaqueiros mamelucos, no contexto de segregação étnica, quase estamental (MARTINS, 1992), entendemos que o vaqueiro, mesmo exaltado, é uma profissão de “2ª. Classe”, é a manutenção da subordinação do mestiço ao *status quo* dominante sob o enaltecimento de características étnicas brancas e indígenas. Essa relação de complexidade, foi pontuada por Puntonni (2002) ao expor que tal relação entre patrão e empregado tem por base a relação de confiança (e subordinação) que não é comum no presente contexto, visto no litoral a relação é entre senhor de escravo e mercadoria. Entretanto, não nos furtamos ao debate, pois não é porque a relação no sertão é de confiança que está imune de preconceito e coação.

Analisemos a assertiva de Pompeu Sobrinho (1937, p. 337):

[...] os vaqueiros e seus agregados e ajudantes, quasi únicos habitantes desses rincões, sabem que seus pais não exerceram ali atividade diversa; a tradição apegou-os fortemente à tradição de seus maiores, profissão que, por sua vez, tem atrativos poderosos. O vaqueiro goza de uma liberdade ampla, não tem patrão muitas vezes e, quando o tem, esse é antes um sócio a que ele acompanha pela superioridade que lhe confere o conhecimento da terra, do gado, dos métodos de criação, e a responsabilidade direta das cousas da fazenda. A vida do vaqueiro é pouco atormentada: não lhe preocupam o espirito aborrecidos, trabalhos materiais sobre que tenha de meditar, nem a possibilidade de sêcas destruidoras, nem os negócios econômicos ou a manutenção da família. Não podia haver profissão mais adequada aos descendentes dos indígenas, habituados a uma vida sem coação de ordem administrativa.

A alegação de Pompeu Sobrinho (1937) enaltece uma liberdade falseada, visto que a relação do vaqueiro para com o fazendeiro remete a traços de servidão, seja por falta de posses de terra, como pelo ganho relativo à produção. Além do que é valorizado o trabalho na lida em detrimento do trabalho intelectual, como se o mestiço não fosse capaz de realizá-lo, enquanto na verdade, este trabalho administrativo, que é intelectual, é concebido ao senhor, ao fazendeiro, ou seja, ao colono, enquanto etnia superior. É essa falsa relação amistosa apresentada e defendida por Pompeu Sobrinho (1937) que criticamos, visto que subvaloriza o real trabalho do vaqueiro.

No âmbito da composição social sertaneja, os naturalistas e estudiosos dos séculos XIX e XX nos trazem elementos importantes para situarmos a diferenciação social no sertão. A partir dos escritos de Pinheiro (2009), Pompeu Sobrinho (1937) e Menezes (1995), podemos distinguir os “habitantes respeitáveis”, constituídos por brasileiros, quase todos lojistas, políticos ou fazendeiros; enquanto o mestiço, pobre, é visto como um “cabra” de índole ruim ou violenta, ou mesmo um “matuto”, o qual eram os empregados que transportavam mercadorias em lombos de animais, mais conhecidos por camboeiros. Ademais, temos o “homem da enxada” e o “vaqueiro” fazendo parte do conjunto dos pobres e mestiços, contudo, estes são elogiados como “duros e sóbrios” pelos “ilustres filhos da terra” (cidadãos pertencentes às elites).

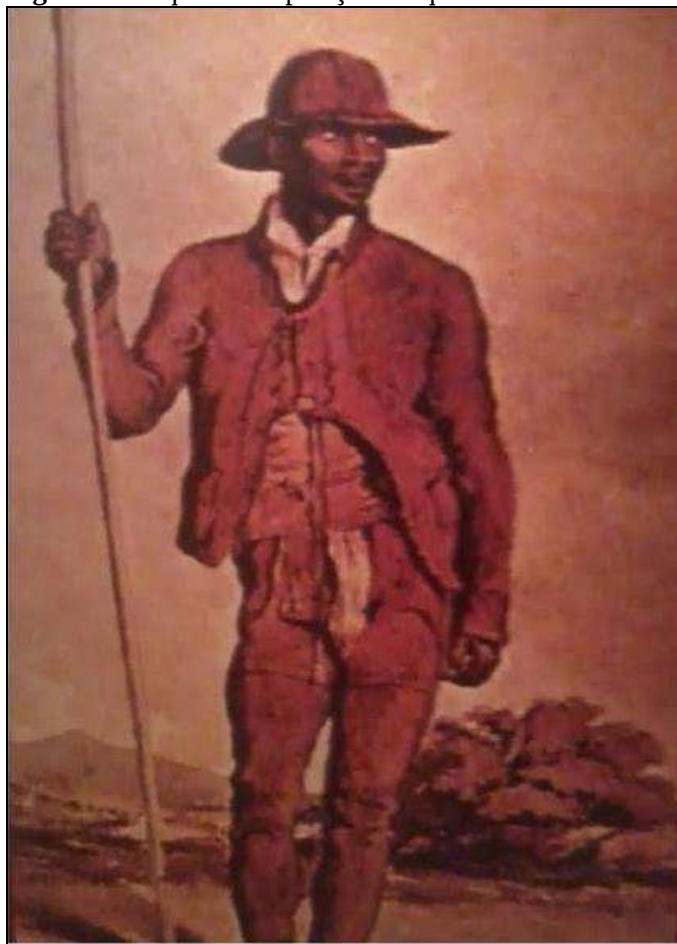
Essa sociabilidade própria, de produção para a subsistência numa realidade de liberdade formal, esteve diretamente atrelada à uma relação de patriarcado, pois,

No Nordeste o patriarcado rural, acima nomeado, requinta-se atingindo uma verdadeira intimidade entre o amo e seu vaqueiro, ou seu trabalhador de enxada, que conversam familiarmente, sentados lado a lado, comem na mesa, etc (POMPEU SOBRINHO, 1937, p. 43).

De todo modo, o trabalho de vaqueiro (Figura 1) e a vida da gente simples e livre do sertão, no século XVIII, ainda privada de direitos, proporcionou o desenvolvimento de uma sociabilidade própria para a manutenção da sobrevivência sobre o legado indígena da produção de macaxeira, milho e pequenas roças para o consumo, associado ao trabalho com o couro, seja com curtumes para o trato da pele, como com o artesanato a partir da confecção de instrumentos e acessórios necessários ao dia a dia.



Figura 1: Vaqueiro. Exposição 'Vaqueiros'



Fonte: Museu da Cultura Cearense/CE

No que tange ao artesão, o era o próprio vaqueiro, que por muitas vezes produzia suas peças de trabalho. Quando não, seleiros faziam especialmente selas e artefatos voltados à montaria, com precisão e qualidade para a efetivação do trabalho com o gado. Estes, compunham o setor social que eram respeitados, porém, subjugados pelos detentores do poder.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Entendemos que o espaço do sertão no século XVIII foi a síntese da relação de poderes e interação social entre brancos, índios, negros e mestiços. Síntese esta que promoveu uma convivência tendo por pressuposto uma segregação étnica e social, que se harmonizou pelos laços de familiaridade e compadrio disseminados e cultivados de maneira interesseira desde os tempos de colonização. Os segregados filhos da terra, como o vaqueiro, que sem o respaldo cultural de civilidade europeia, realizaram por si a corajosa empreitada de viver pela e a partir da experiência junto aos currais, ao gado, aos ciclos naturais. Tais sujeitos, congregadores dos saberes indígenas,

africanos e colonos, legaram um modo de vida particular sertanejo de profunda riqueza cultural que ainda no tempo presente resiste frente às transformações e ressignificações do mundo moderno.

Os documentos elaborados sobre o Brasil no final do século XIX e início do século XX, como afirmou Machado (2018), trazem ideias de mudança e evolução na transição de um Brasil colonial para moderno. Concordamos com a autora na perspectiva de que a transição pautada pela ideia do progresso situou o pensamento geográfico nas questões de limites de natureza física, social e política do país. Entretanto, a realidade experienciada pelos sujeitos sertanejos por gerações não se alinha ao anseio intelectual da época, visto que essas experiências se expressam na cultura e na heterogeneidade socioespacial. As lentes escolhidas para analisar o progresso refutaram a contribuição cultural indígena, africana bem como desvalorizaram o mestiço a partir de julgamentos morais através de argumentos pseudo-científicos. Faz-se necessário descolonizar a leitura sobre o espaço sertanejo brasileiro e a partir da teoria de Said (2011) levar a cabo a proposta de desnudar a contribuição cultural do sujeito sertanejo no sertão do Brasil.

REFERÊNCIAS

- ABREU, Capistrano de. **Caminhos antigos e povoamento do Brasil**. Ed fac-sim. [1930]. São Paulo: Xérox do Brasil/Câmara Brasileira do Livro, 1996.
- CUNHA, Maria Soares. **Pontos de (re)visão e explorações historiográficas da abordagem regional: exercício a partir do Cariri cearense (séculos XIX e XX)**. Tese de Doutorado. Programa de Geografia, UFC, 2012.
- DIEGUES, Antônio Carlos. **Biodiversidade e comunidades tradicionais no Brasil**. São Paulo: NUPUB – USP, MMA, CNPQ, 1999.
- MACHADO, Lia Osório. Origens do pensamento geográfico no Brasil: meio tropical, espaços vazios e a idéia de ordem (1870-1930). In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo César da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato (Orgs.). **Geografia: Conceitos e temas**. 18ª edição. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2018.
- MARTINS, José de Souza. **Subúrbio**. Vida cotidiana e história no subúrbio da cidade de São Paulo: São Caetano, do fim do Império ao fim da república Velha. São Paulo: Hucitec, 1992.
- MARTINS, José de Souza. **A sociabilidade do homem simples: cotidiano e história na modernidade anômala**. 3ª edição. 2ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2013.
- MENEZES, Djacir. **O outro Nordeste: ensaio sobre a evolução social e política do Nordeste da “civilização do couro” e suas implicações históricas nos problemas gerais**. 3ª edição. Fortaleza: UFC. Casa José de Alencar/Programa Editorial, 1995.
- PINHEIRO, Irineu. **O Cariri: seu descobrimento, povoamento e costumes**. Ed fac-sim. [1950]. Fortaleza: Fundação Waldemar Alcântara, 2009.



POMPEU SOBRINHO, Thomaz. **O homem do Nordeste**. Disponível em: <<http://www.institutodoceara.org.br/revista/Rev-apresentacao/RevPorAno/1937/1937-OHomemdoNordeste.pdf>> Revista do Instituto do Ceará – Anno LI – 1937.

PUNTONI, Pedro. **Guerra dos Bárbaros**: Povos indígenas e a colonização do Sertão Nordeste do Brasil, 1650 – 1720. São Paulo: HUCITEC - FAPESP, 2002.

RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro**: A formação e o sentido de Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

SAID, Edward. **Cultura e imperialismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

Recebido em 01 de Fevereiro de 2018
Aprovado em 15 de Janeiro de 2020



MAPEAMENTO GEOLÓGICO DA REGIÃO DE POÇAS, MUNICÍPIO DE CONDE, LITORAL NORTE DO ESTADO DA BAHIA

GEOLOGICAL MAPPING OF POÇAS, COUNTY OF CONDE, NORTHERN COAST OF THE STATE OF BAHIA

CARTOGRAPHIE GÉOLOGIQUE DE POÇAS, MUNICIPALITÉ DE CONDE, CÔTE NORD DE L'ÉTAT DE BAHIA

DOI 10.33360/RGN.2318-2695.2019.i3.p.263-281

Camila Magalhães dos Santos

Instituto de Geociências (IGEO) da Universidade Federal da Bahia (UFBA)
E-mail: camillamagalhaes39@gmail.com

Daniel Moura Muniz de Oliveira

Instituto de Geociências (IGEO) da Universidade Federal da Bahia (UFBA)
E-mail: dmmo96@hotmail.com

Gabriel Moutinho Gayoso Sá Barreto

Instituto de Geociências (IGEO) da Universidade Federal da Bahia (UFBA)
E-mail: gab_sba@hotmail.com

João Pedro Dantas Guedes

Instituto de Geociências (IGEO) da Universidade Federal da Bahia (UFBA)
E-mail: joao_pedrogd@hotmail.com

RESUMO:

A zona costeira da região da Vila de Poças, Conde, no Litoral Norte da Bahia apresenta uma variedade de unidades geológicas, cujos processos de deposições estão associados à períodos de transgressão e regressão marinha e oscilações climáticas durante o Quaternário. O mapeamento geológico na escala 1:25.000 da região de Poças – BA foi realizado com o uso de fotografias aéreas e o mapa confeccionado através do *software* livre e gratuito QGIS e de informações coletadas durante a visita de campo. O presente trabalho descreve as unidades geológicas identificadas durante a etapa de campo e as ferramentas e extensões presentes no *software* QGIS que foram utilizados para produzir o mapa geológico.

Palavras-chave: Mapeamento Geológico; QGIS; Conde.

ABSTRACT:

The coastal zone of the Poças Village, Conde, on the North Coast of Bahia presents a variety of geological units whose deposition processes are associated to periods of transgression and marine regression and climatic oscillations during the Quaternary. The geological mapping in semi-detail scale (1:25.000) of Poças region (Bahia) was performed with the use of aerial photographs and the map made using the free and open software QGIS and information collected during the field visit. The present work describes the geological units identified during the field stage and the tools ad extensions presents in the QGIS software that were used to produce the geological map.

Keywords: Geological Mapping; QGIS; Conde.

RÉSUMÉ:

La zone côtière du village de Poças, Conde, sur la côte nord de Bahia, présente diverses unités géologiques dont les processus de déposition sont associés à des périodes de transgression, de régression marine et d'oscillations climatiques pendant le Quaternaire. La cartographie géologique à l'échelle 1:25 000 de la région de Poças-BA a été réalisée à l'aide de photographies et la carte a été réalisée à l'aide du logiciel gratuit et libre QGIS et des informations recueillies lors de la visite sur le terrain. Le présent travail décrit les unités géologiques identifiées lors de la phase de terrain et les outils et extensions présents dans le logiciel QGIS qui ont été utilisés pour produire la carte géologique.

Mots-clés: Cartographie Géologique; QGIS; Conde.

1 INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas a questão ambiental e o uso sustentável do planeta ganharam força nas discussões políticas. Reuniões entre líderes governamentais, tais como a Eco-92 e a Rio+20, resultaram em sérias avaliações das políticas ambientais dos países e compromissos com o desenvolvimento sustentável. Recentemente, em 2018, o IPCC (Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas) alertou que precisamos diminuir em 45% a emissão de CO₂, em relação aos níveis de 2010, para que consigamos frear o aquecimento global e alcançar a sustentabilidade. Nesse contexto, as geociências e seus pesquisadores têm papel fundamental na disseminação e sensibilização da população frente a questão ambiental.

Uma das formas de atuação do(a) geólogo(a) na área ambiental se verifica através do mapeamento visando, por exemplo, à instituição de uma unidade de conservação. A lei nº 9.985/2000 criou o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) como incentivo à definição de novas unidades de conservação (UC) que pudessem vir a potencializar a conservação do ecossistema, geração de empregos e o desenvolvimento de uma região. São estabelecidos 12 tipos de UC que diferem na administração, ocupação do espaço, entre outras questões.

Na região estudada existem atualmente três UCs, duas são Unidades de Uso Sustentável categorizadas como Área de Preservação Ambiental (APA), sendo elas a APA do Litoral Norte, criada pelo Governo da Bahia sob o decreto estadual nº 1.946/92, de 17 de março de 1992, e a APA da Plataforma Continental do Litoral Norte, decreto nº 8.553/03, de 05 de junho de 2003. A outra UC foi criada recentemente, e consiste em uma Unidade de Proteção Integral categorizada como Monumento Natural (MN). O MN Península da Siribinha, como é chamado, foi criado pela Prefeitura Municipal de Conde a partir da lei nº 936, de 04 de setembro de 2018, e está localizado próximo à área de estudo, no distrito de Siribinha. Dessa forma, percebeu-se a necessidade da criação de uma nova UC na região, haja vista que o MN Península da Siribinha compreende uma parcela da faixa de areia na desembocadura do rio Itapicuru, não alcançando o distrito de Poças.

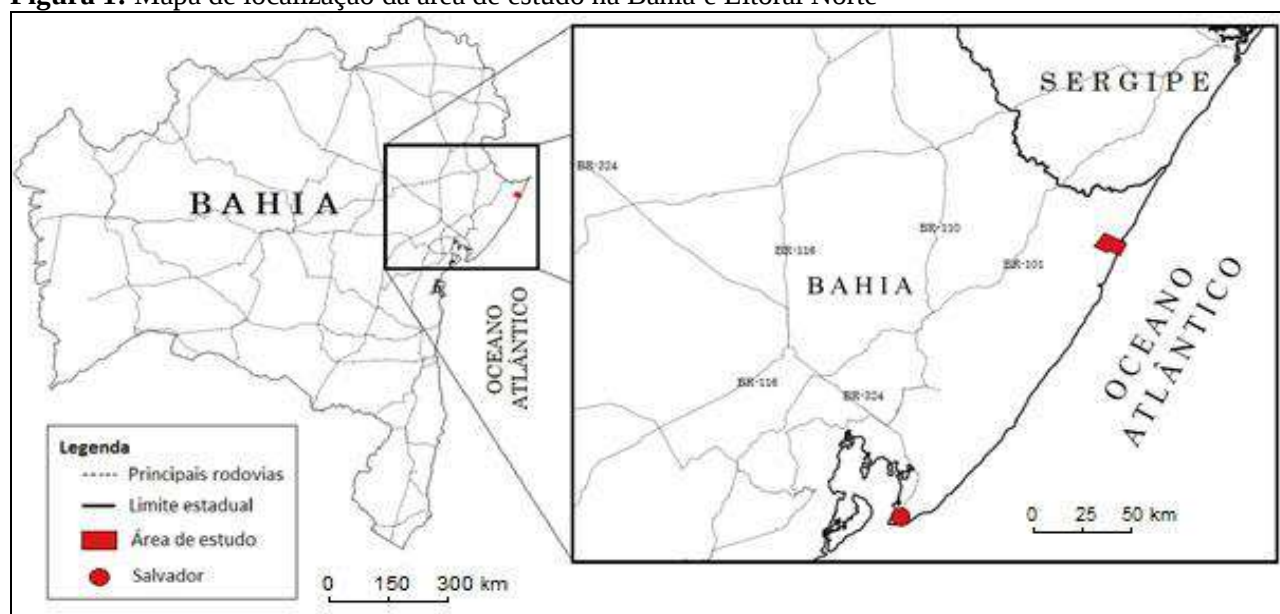
Para alcançar tal objetivo, foi estabelecida uma parceria entre o IGeo/UFBA e a Prefeitura de Conde. Esta parceria estabelece que os estudantes da disciplina GEO307 - Geologia de Campo I, do curso de Geologia da UFBA, desenvolverão atividades de mapeamento que gerarão mapas temáticos, dentre eles o mapa geológico.

Na disciplina GEO307 a área total a ser mapeada foi dividida em outras 05 áreas menores por localidades, as quais foram atribuídas à diferentes equipes. Cada equipe realizou o seu mapeamento, e a integração dos mapas será disponibilizada para a prefeitura, sendo utilizado como base para a delimitação da área da UC a ser criada.

2 LOCALIZAÇÃO E ACESSOS

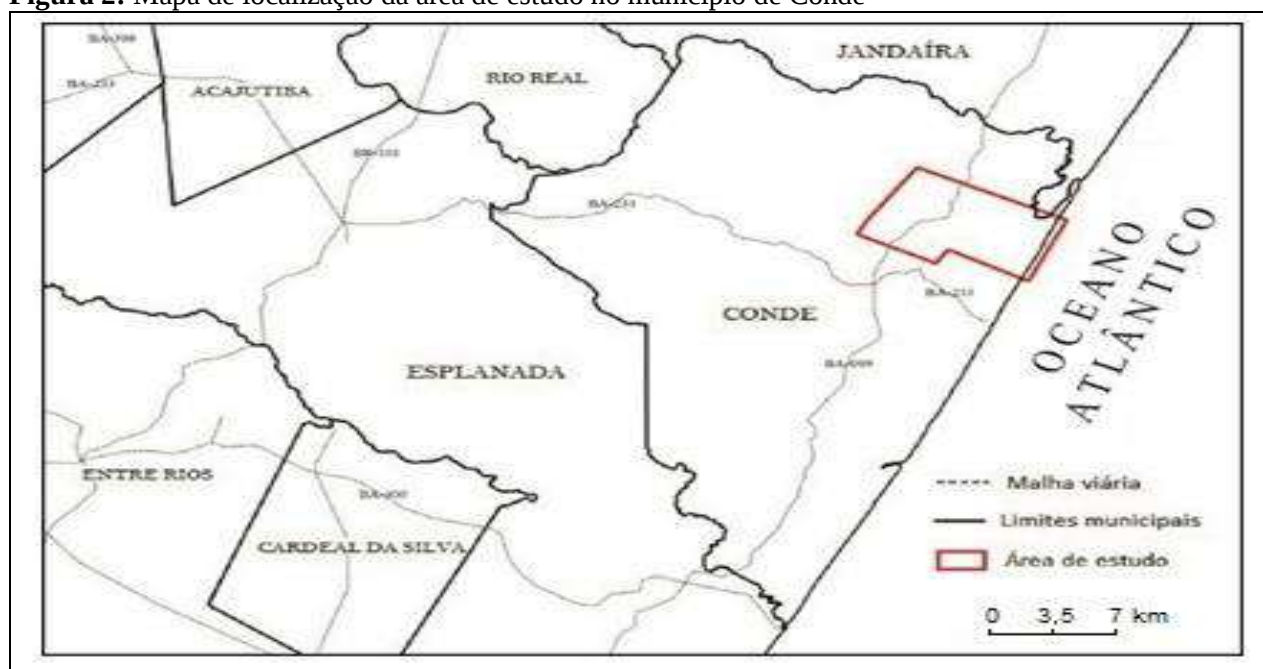
A área de estudo está localizada na porção nordeste de Conde (Figuras 1 e 2), município baiano situado no Litoral Norte da Bahia, cuja sede dista em torno de 180 km de Salvador. O município está localizado no extremo leste do estado da Bahia, com $11^{\circ} 48' 49''$ de latitude sul, e $37^{\circ} 36' 38''$ de longitude à oeste. A norte faz divisa com o município de Jandaíra, à noroeste com Rio Real, à oeste/sul com Esplanada e a Leste com o Oceano Atlântico.

Figura 1: Mapa de localização da área de estudo na Bahia e Litoral Norte



Fonte: Autores



Figura 2: Mapa de localização da área de estudo no município de Conde

Fonte: Autores

Partindo da capital, o acesso pode ser feito a partir da BA-099, rodovia que liga a cidade de Lauro de Freitas (Região Metropolitana de Salvador) diretamente à área de estudo, ou com o uso de transporte marítimo pelo Oceano Atlântico, partindo de Salvador pelo litoral em sentido ao norte, até alcançar o Município de Conde. O acesso também pode ser feito por meio de avião até o município de Esplanada, que dista cerca de 50 km de Conde, e posteriormente pela BA-233, que conecta os referidos municípios.

Dentro da área de estudo a locomoção se torna mais difícil, devido ao pouco número de estradas e à falta de pavimentação das existentes. Em alguns pontos é necessário o uso de veículos 4x4, barcos ou até mesmo a locomoção sem automóveis por meio de trilhas.

3 MATERIAIS E MÉTODOS

Materiais e métodos listados a seguir foram utilizados nas seguintes fases do trabalho: pré-campo, campo e pós-campo. Na fase pré-campo, o trabalho consistiu inicialmente de pesquisa bibliográfica e, posteriormente, da fotointerpretação de fotografias aéreas pancromáticas disponibilizadas pela Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia (CONDER), do ano de 1993, escala 1:25.000. Durante a fotointerpretação, foi utilizado o estereoscópio de espelho modelo OPTO EM-2 para delimitação de rede de drenagem, malha viária e zonas homólogas de geologia.

A fase campo constituiu na verificação das zonas homólogas anteriormente inferidas, e coletas de dados geológicos *in situ* – por meio de descrição de afloramentos. Aspectos como, composição mineral, morfoscopia e tamanho dos sedimentos e presença de estruturas primárias e/ou secundárias, foram descritos e catalogados em cadernetas apropriadas. Os principais materiais utilizados nessa etapa foram:

- Aparelho portátil com sistema GPS (*Global Positioning System*) e GLLONASS (*Global Navegation System*) modelo GPSmap 60CSx, para coleta de coordenadas e cotas altimétricas nos pontos de estudo.
- Bússola do tipo Brunton, para navegação e tomada de atitudes de planos e linhas.
- Câmera fotográfica Canon modelo PC1742, para registro fotográfico.

A fase pós-campo compreendeu a elaboração do Mapa Geológico, com as atualizações e correções obtidas na etapa de campo. Foram utilizados os *softwares* QGIS versão 2.18.13, para visualização, edição e análise de dados georreferenciados, e o software CorelDRAW, versão 2017, para elaborar desenhos vetoriais bidimensional.

As informações obtidas em campo foram digitalizadas e no momento seguinte, por meio do *software* QGIS, foi realizada a coleta das coordenadas dos pontos de controle, através da expansão *OpenLayers plugin* com a finalidade de geocodificar o material em projeção cartográfica UTM/Datum SIRGAS2000, zona 24S, através da ferramenta *Georreferenciador*.

O QGIS também foi utilizado para a vetorização dos elementos que compõem o mapa, com a criação de camadas vetoriais de acordo com a característica do elemento, por meio da ferramenta *Shapefile*. Vale salientar que foi importante ativar a ferramenta de aderência das camadas a fim de uma vetorização com feições mais suavizadas e bem conectadas. Para o vetor do tipo polígono, por exemplo, foi essencial o uso das ferramentas “Quebrar feições” e “Preencher anel” para separar unidades geológicas distintas, essa última sendo usada quando a unidade geológica se encontrava isolada.

Com relação ao meio de transporte utilizado durante a campanha de campo, utilizou-se carro para visita de afloramentos de corte de estrada em áreas mais próximas à BA-099, e para o mapeamento de sedimentos nas áreas próximas aos rios Itapicuru e Poças, fez-se uso de barco. Os aspectos geológicos observados nos afloramentos foram o relevo, tipo de rocha, granulometria, mineralotipia e presença de estruturas na rocha.

Com o fim da vetorização foi elaborada a tabela de atributos dos vetores na qual a drenagem foi classificada em perene e intermitente, além de uma coluna com os nomes dos principais rios da região para posteriormente serem rotulados no *layout* do mapa. Para as unidades geológicas, a



tabela de atributos foi preenchida com os nomes das unidades geológicas encontradas na área de estudo.

Com a etapa vetorização concluída foi iniciada a confecção do *layout* do mapa, com a categorização dos arquivos vetoriais de acordo com as classificações usadas na tabela de atributos de cada vetor. Quanto à especificidade de cada camada vetorial:

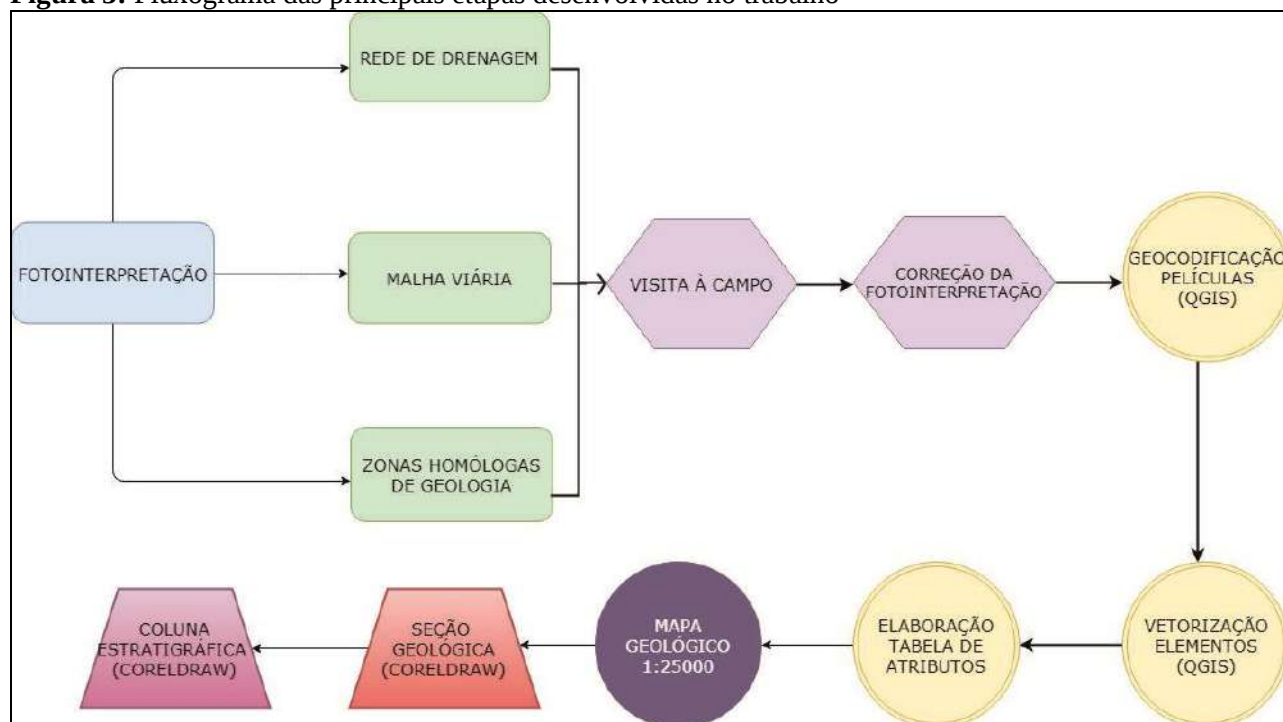
a) Drenagem: as drenagens intermitentes foram representadas com linha tracejada e pontilhada, enquanto as drenagens perenes com linhas contínuas. Além disso, os principais rios da região foram rotulados.

b) Malha viária: as vias pavimentadas foram representadas com linhas contínuas, enquanto as vias não pavimentadas com linhas tracejadas e as trilhas com linhas pontilhadas.

c) Unidades geológicas: as unidades geológicas foram delimitadas como polígonos e os atributos foram adicionados à legenda do mapa.

Por fim, o layout do Mapa Geológico na escala 1:25.000 foi realizado. O layout do mapa foi realizado por meio da ferramenta “Novo compositor de impressão”, em tamanho de papel A0, no qual foram adicionados os arquivos vetoriais já categorizados, a legenda do mapa, mapa de localização, mapa de situação e a escala. A figura 3 apresenta um fluxograma que contém as principais atividades realizadas no presente trabalho.

Figura 3: Fluxograma das principais etapas desenvolvidas no trabalho



Fonte: Autores

4 GEOLOGIA REGIONAL

O litoral norte do estado da Bahia se encontra inserido na porção nordeste do Cráton São Francisco (CSF), e tem como principal contexto geológico as deposições recentes relacionadas a ambientes fluviais, de leques aluviais, eólicos e marinhos transicionais (ESQUIVEL, 2006) e, em alguns locais, ocorre o afloramento das rochas do embasamento do CSF. O CSF é definido por Almeida (1977) como uma macroentidade geotectônica que abrange boa parte da Bahia chegando até a região do quadrilátero ferrífero em Minas Gerais, e tem o fim da sua evolução tectônica no Paleoproterozóico (2,1 Ga). Barbosa e Sabaté (2004) teorizam sua formação através de uma colisão paleoproterozóica dos blocos arqueanos Gavião, Serrinha, Jequié e Itabuna-Salvador-Curaçá, que gerou o Orógeno Itabuna-Salvador-Curaçá. Esse orógeno se estendeu desde o sul da Bahia, na região da cidade de Itabuna/BA, e na altura do paralelo de Salvador se bifurca em dois, continuando a oeste até a região de Curaçá, e constituindo a leste, uma faixa móvel denominada Cinturão Salvador-Esplanada (BARBOSA E DOMINGUEZ, 1996) e nela são caracterizadas as rochas do embasamento que podem aflorar na área de estudo.

Durante o início do Cretáceo, a área é novamente exposta a um evento tectônico que influencia diretamente nas formações das unidades geológicas que encontramos hoje na região. A bacia sedimentar que dominava a área da depressão Afro-Brasileira atingiu seu limite de deformação plástica, excedendo-o, formando assim um *rift-valley*. Uma junção tríplice, na altura da cidade de Salvador, fracionou a então consolidada depressão supracitada (NETTO, 2012). O rifteamento se desenvolveu entre 220 e 98 Ma, gerando, por conseguinte, uma margem passiva e deriva continental entre a costa leste brasileira e a oeste africana, de 98 Ma até o presente (CORRÊA-GOMES E DESTRO, 2012). Esta deriva colocou a área de estudo em exposição, tornando-a susceptíveis a novos agentes intempéricos e erosivos com destaque para as influências do Atlântico sul.

Sobre o embasamento se desenvolveram unidades sedimentares de variados ambientes. Durante o Neógeno, um clima mais árido que o atual facilitou a deposição de sedimentos através de leques aluviais e em ambientes fluviais meandantes e entrelaçados, com influência marinha, que deram origem à formação Barreiras. Ela é encontrada em uma faixa ampla do litoral brasileiro, desde a costa do Estado do Amapá até o Estado do Rio de Janeiro (ARAI, 2006; VILAS BOAS, SAMPAIO E PEREIRA, 2001).

Durante o Quaternário, desenvolveram feições oriundas do retrabalhamento da Formação Barreiras, associadas principalmente às variações de nível do mar que ocorreram nos últimos 2 Ma,



sendo as duas principais no Pleistoceno e Holoceno (MARTIN *et al.* 1980). Em 1980, Martin e colaboradores dividem os depósitos quaternários em dois grandes grupos: (i) depósitos marinhos, vinculados à grandes episódios transgressivos, e (ii) depósitos continentais, ligados às mudanças climáticas que tiveram lugar durante os períodos regressivos. Com isso, a geologia local da área é dividida em 3 unidades litocronoestratigráficas: Embasamento cristalino; Formação Barreiras; e Quaternário Costeiro.

5 RESULTADOS E DISCUSSÃO

5.1 EMBASAMENTO CRISTALINO

Na área de estudo, o embasamento cristalino é caracterizado por rochas metamórficas. Em campo foi descrito apenas um afloramento associado a essa unidade, entretanto, devido à escala do trabalho, 1:25.000, no mapa final não há uma delimitação para esse grupo.

O afloramento interpretado é do tipo lajedo (Figura 4), e foi encontrado na margem do rio Crumaí. Está bem preservado a agentes intempéricos, e sua mineralogia é majoritariamente quartzo, k-feldspato e minerais máficos e magnéticos. Duas regiões são predominantes no afloramento, sendo uma isotrópica e outra com bandamento gnáissico. Foliações desse bandamento foram medidas, e têm atitude predominante de N190°/90°.

Figura 4: Afloramento do embasamento na área. Vista em planta, norte indicado. 651876 mE 8697696 mN



Fonte: Autores

5.2 FORMAÇÃO BARREIRAS (NMfb)

Afloramentos dos depósitos sedimentares da Formação Barreiras são amplamente encontrados na área de estudo, principalmente em taludes de cortes de estrada na rodovia BA-099. Além dessa alta densidade de afloramentos, a geomorfologia mais percebida, principalmente na região a NW da área, é característica dessa formação: topos tabulares e convexos, em um relevo ondulado, com encostas com alta declividade, maiores que 30°, vales abertos em forma de U e altitude máxima de 90 m.

Foram descritas duas fácies distintas, com um contato bem marcado entre elas. A primeira, na base, é composta por argilas inconsolidadas de cores variegadas brancas, vermelhas e lilás (Figura 5).

Figura 5: a) Contato entre as duas fácies da Formação Barreiras descritas na área. Visada para SW. b) Contato em detalhe. 654795 mE 8699838 mN



Fonte: Autores

A segunda fácies (Figura 6) encontrada é caracterizada por clastos de granulometria grânulos, seixos e calhaus, dispersos em uma matriz argilo-arenosa. Os clastos são polimíticos, em sua maioria de rochas cristalina, indicando sua fonte no embasamento, mal selecionados, angulosos a subangulosos e pouco esféricos. Comumente, se apresentavam como níveis conglomeráticos com os clastos levemente imbricados. A matriz varia de argila a areia grossa. Visto que a argila normalmente é gerada a partir dos k-feldspatos, a presença dela indica uma baixa maturidade



mineralógica. As areias são mal selecionadas, subangulosas a subarredondadas e de baixa esfericidade, indicando sua baixa maturidade textural.

Figura 6: a) Vista geral da fácies superior da Formação Barreiras descrita na área. b) Detalhe da figura anterior. 651149 mE 8697561 mN



Fonte: Autores

A análise conjunta dessas fácies indica os tipos de depósitos definidos por Vilas Boas e colaboradores (2001). Tal estudo define três tipos de deposição dos sedimentos da Formação Barreiras. O primeiro, depósitos de fluxo de detritos, caracterizados por uma distribuição aleatória de clastos cascalhosos em uma matriz lamosa em camadas tabulares. Sedimentos suportados em uma matriz mais arenosa caracterizam o depósito de fluxo de detritos pseudoplásticos, enquanto os depósitos subaquosos são divididos em depósitos de acreção vertical e fluxo de corrente. Das fácies que ocorrem na área, a primeira descrita pode responder à deposição por processo subaquoso. A segunda fácies é interpretada como resultado de depósito de fluxo de detritos pseudoplástico, por conta de sua matriz mais arenosa.

5.3 QUATERNÁRIO COSTEIRO

Depósitos de Leques Aluviais Pleistocênicos (QPla)

São encontrados principalmente no sopé das encostas da Formação Barreiras, e com topo variando de 10 a 20 metros. São caracterizados por sedimentos inconsolidados mal selecionados, sendo descritos desde argilas até seixos. (MARTIN *ET AL.*, 1980; DOMINGUEZ E BITTENCOURT, 2012).

Na área de estudo, clastos polimíticos, subangulosos a subarredondados, de grânulos a calhaus, baixa a média esfericidade, estão dispersos em uma matriz de argila a areia, também com baixa maturidade textural.

Foram identificadas evidências de que os leques aluviais pleistocênicos foram retrabalhados por processos eólicos. Sedimentos de cor branca, selecionamento moderado a ruim, com grânulos a areia fina, subarredondados a subangulosos, de estrutura maciça (Figura 7), são encontrados em um relevo plano com vegetação de restingas. Neles, também são vistas superfícies de deflação, corroborando o retrabalhamento.

Figura 7: a) Corte feito nos Depósitos de Leques Aluviais Pleistocênicos retrabalhados eolicamente para análise de possível estruturas. Visada para NE. b) Detalhe dos sedimentos da foto a. 649077 mE 8697027 mN



Fonte: Autores

Depósitos de Areias Litorâneas Regressivas Pleistocênicas (QPI)

Encontrados em terreno plano, são depósitos de sedimentos inconsolidados, tamanho areia fina a média de coloração cinza claro a escuro. A composição mineralógica principal desses depósitos é quartzo. Normalmente, a vegetação é escassa ou rasteira e os sedimentos não apresentam estruturas até uma profundidade de 20cm (Figura 08 a). Foi comum encontrar esses depósitos com indícios de retabalhamento eólico (Figura 8 b). Em uma altitude de 5 metros, com relevo plano, as areias, finas a médias, são mais claras, predominantemente brancas, com um grau de selecionamento melhor. Em relação a maturidade textural, os sedimentos são subarredondados a



arredondados com um grau de esfericidade maior. Essas características levaram à conclusão que, localmente, há retrabalhamento eólico nesses depósitos.

Figura 8: a) Corte de cerca de 20cm nos sedimentos inconsolidados dos Depósitos de Areias Litorâneas Regressivas Pleistocênicas. 658082 mE 8696887 mN. b) Detalhe nos sedimentos dos Depósitos de Areias Litorâneas Regressivas Pleistocênicas com possível retrabalhamento eólico. 657668 mE 8697071 mN



Fonte: Autores

Depósitos de Areias Litorâneas Regressivas Holocênicas (QHI)

Consistem em depósitos análogos ao anterior, mas de idade holocênica. Esses depósitos têm espessura de alguns centímetros a até 6 metros. Datações em conchas forneceram uma idade mais recente de 7.500 anos antes do presente. (MARTIN *et al.*, 1980; DOMINGUEZ E BITTENCOURT, 2012).

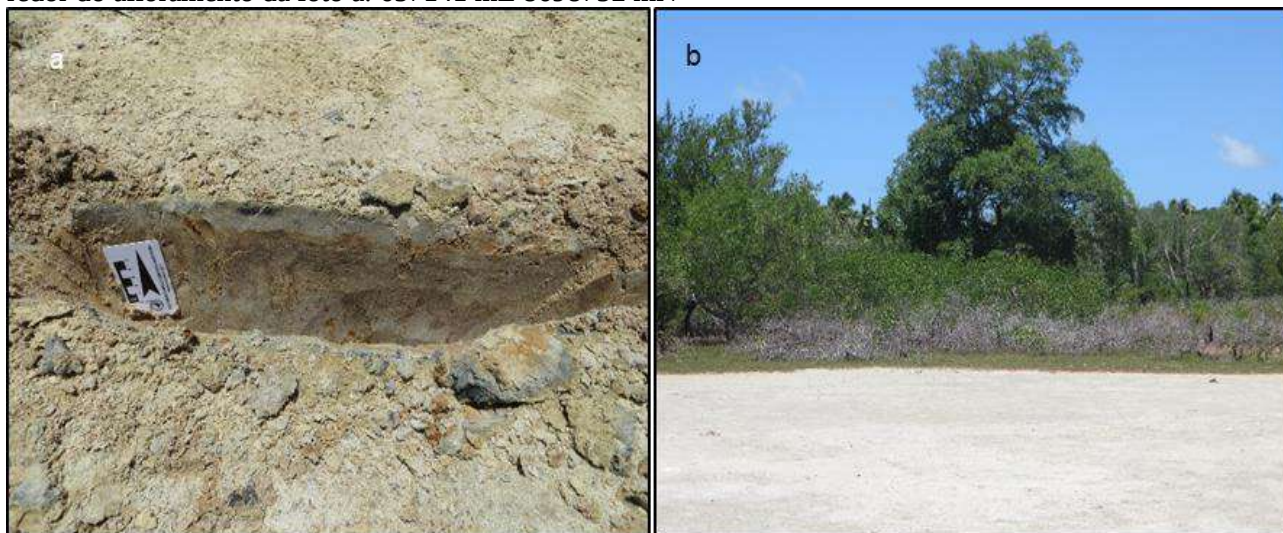
Na área de estudo ocorrem em terrenos planos, mas em algumas localidades apresenta um relevo suavemente ondulado, possível registro de paleodunas. São caracterizados por sedimentos de quartzo, inconsolidados, com bom selecionamento, esféricos e arredondados, de cor castanho claro. A presença de bioclastos é fundamental para a identificação e distinção desse depósito.

Depósitos Argilo-Orgânicos de Planícies de Maré (QHpm)

Correspondem a depósitos sedimentares mal consolidados, compostos basicamente por areia fina a argila. Não apresentam estruturas até uma profundidade de cerca de 15cm (Figura 09 a). Esta unidade está associada a relevo plano e, ao redor da área de exposições, há uma vegetação típica de

mangue (Figura 9 b), o que indica a influência marinha para o depósito. As areias são compostas basicamente de quartzo, apresentando matéria orgânica. Elas têm selecionamento moderado a bom, e são angulosas a subarredondadas. Segundo moradores do local, a área em que os sedimentos estavam expostos fica alagada no período de maio a agosto.

Figura 9: a) Corte de cerca de 15 cm em um afloramento dos depósitos flúvio-marinhos. b) Vegetação ao redor do afloramento da foto a. 657141 mE 8698752 mN



Fonte: Autores

Depósitos Holocênicos da Superfície de Praia (QHsp)

Na região próxima à costa, foram identificados três diferentes depósitos: cordões dunares, areias de praia e arenitos de praia. Individualmente, não possuem expressão em área suficiente para representação na escala do mapa, e por isso foram unificadas como “Superfície de Praia”.

O cordão dunas apresenta altimetria de 8 metros, e faz contato com as areias de praia (Figura 10 a). São sedimentos inconsolidados, compostos majoritariamente por quartzo, tamanho areia fina a média, com cor castanho claro. São bem selecionados, com grau de selecionamento melhor que as areias de praia e com boa maturidade textural, sendo seus grãos arredondados e esféricos. Apresenta vegetação rasteira, e não foi possível realizar um corte para a observação de possíveis estruturas.

As areias de praia são sedimentos compostos por quartzo, minerais máficos, bioclastos, apresentando conchas dispersas. Esses sedimentos têm boa maturidade textural, são tamanho areia fina a média, bem selecionados, arredondados e esféricos. O relevo é plano, levemente inclinado em direção ao mar (Figura 10 a).

Os arenitos de praia (Figura 10 b) são rochas sedimentares, bem consolidadas, e expostas na zona de quebra-mar. Compostos por areia média de selecionamento moderado, subangulosos a



subarredondados, e alta esfericidade. Apresentam cor castanha, um relevo plano e uma estratificação plano paralela e cruzadas, dos tipos sigmoidal e acanalada (Figura 11). Em relação à composição mineral, apresenta quartzo, além disso, foi comum a visualização de bioclastos.

Figura 10: a) Cordão dunas e areias de praia. 659837 mE 8696914 mN. b) Arenitos de praia. 659259 mE 8695471 mN.



Fonte: Autores

Figura 11: Estratificação cruzada acanalada e sigmoidal em arenitos de praia. Visada para SW. 0659436 mE 8695954 mS



Fonte: Autores

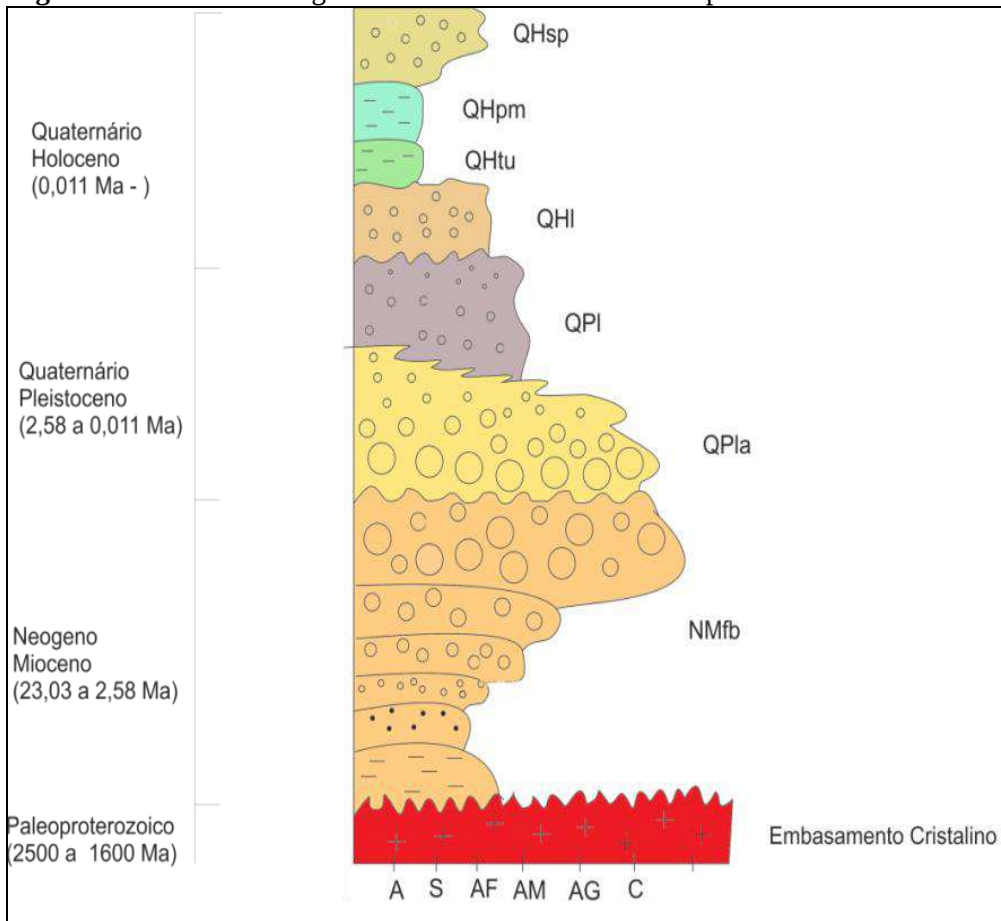
5.4 MAPEAMENTO GEOLÓGICO

O layout do mapa foi realizado por meio da ferramenta “Novo compositor de impressão” em tamanho de papel A0, no qual foram adicionados os arquivos vetoriais já categorizados, a legenda do mapa, mapa de localização, mapa de situação e a escala do mapa. A coluna estratigráfica e seção geológica, que foram elaboradas no *software* CORELDRAW, (Figuras 12 e 14) estão representadas

separadamente, para uma melhor visualização. A figura 13 apresenta uma versão reduzida do mapa geológico supracitado.

A coluna estratigráfica e a seção geológica buscam aprimorar a visualização em 3 dimensões da área. Elas indicam principalmente as relações de contato entre os depósitos descritos na área. Entre o embasamento do Cráton São Francisco e a Formação Barreiras existe um hiato de cerca de 2 Ga com uma ausência de deposição e predomínio da erosão, com isso, observamos um contato erosivo entre eles. Assim como entre a Formação Barreiras e os Depósitos de Leques Aluviais Pleistocênicos. Esses depósitos são contemporâneos com os Depósitos de Areias Litorâneas Regressivas Pleistocênicas, e, devido a isso, apresentam contato interdigitado, gerado na variação de fluxo de detritos e deposição marinha. Os demais depósitos apresentaram contato erosivo entre si.

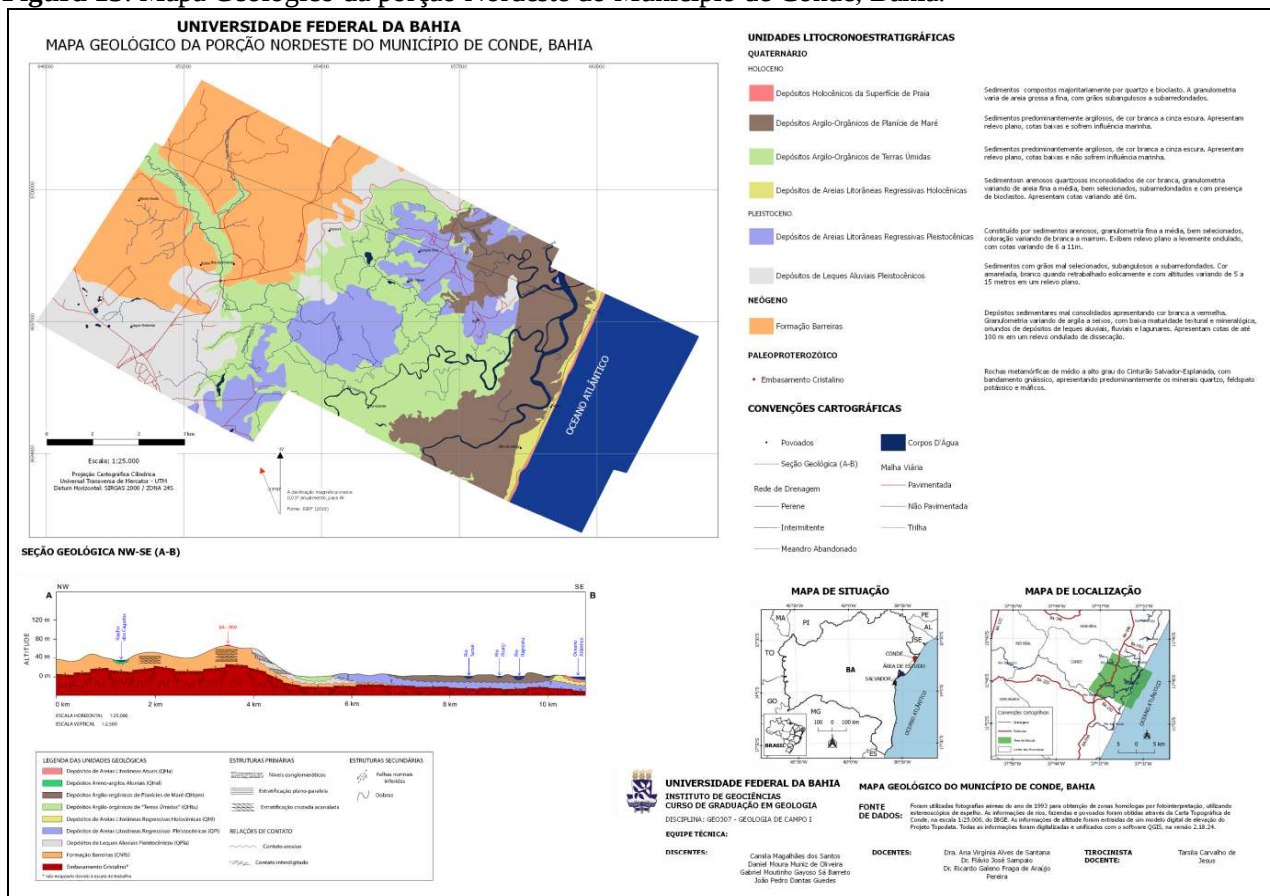
Figura 12: Coluna estratigráfica mostrando as camadas mapeadas na área de estudo



Fonte: Modificado de Silva *et al.*, 2018

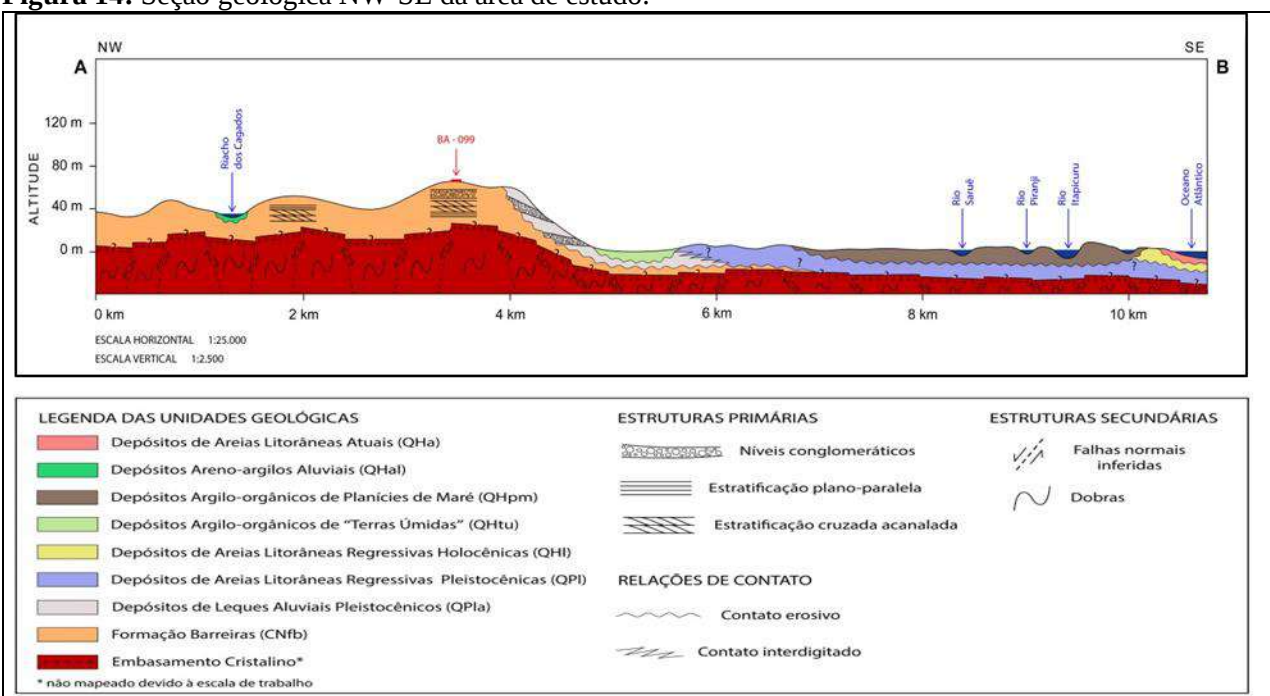


Figura 13: Mapa Geológico da porção Nordeste do Município de Conde, Bahia.



Fonte: Modificado de Silva *et al.*, 2018.

Figura 14: Seção geológica NW-SE da área de estudo.



Fonte: Silva *et al.*, 2018.

5.5 SUGESTÃO DE UMA UNIDADE DE CONSERVAÇÃO (UC)

A unidade geológica dos Depósitos Argilo-Orgânicos de Planícies de Maré está presente em um ambiente de transição entre o mar e o continente. Nessa zona de transição, a vegetação de mangue se instala, promovendo a biodiversidade e a produção de matéria orgânica no local. Tal vegetação é importante para a preservação de espécies marinhas e terrestre que encontram nessa região refúgio para a reprodução. Visto que esse ambiente é importante para a biodiversidade, é aconselhado que uma unidade de conservação seja implementada nas áreas dominadas por essa unidade geológica visto que a mesma vem sendo submetida a impactos ambientais, como a crescente expansão urbana e turística e a pesca predatória.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O software QGIS se mostrou eficiente para a realização desse mapeamento geológico. O programa apresenta as ferramentas e extensões necessárias para realizar as etapas de geocodificação das películas, vetorização da rede de drenagem, da malha viária e das unidades geológicas, elaboração da tabela de atributos e de layout do mapa.

A delimitação das unidades geológicas da região de Poças através da fotointerpretação durante a etapa pré-campo com o uso do estereoscópio de espelhos se mostrou eficaz. As dúvidas sobre os contatos entre as unidades e suas classificações estabelecidos durante a etapa de pré-campo se mostraram congruentes ao serem checadas na etapa campo.

O mapeamento da região de Poças mostrou que uma porção do mapa apresentado possui algum tipo de limitação ocupacional, seja por fenômenos geológicos ou determinada pela legislação. Assim, a determinação dessa unidade de conservação é essencial para que o município de Conde possa investir com cautela na área de turismo, buscando o desenvolvimento sustentável.

Por fim, a sugestão de uma Unidade de Conservação (UC) na região de estudo deve ser estabelecida após a integração com os mapas das outras equipes, o que irá possibilitar uma visão mais ampla dos aspectos naturais mais relevantes, visto que foi mapeado apenas uma fração do município de Conde. Fica também evidente a importância de trabalhos futuros de aprofundamento na área, que busquem delimitar áreas de maior risco de degradação ambiental.



AGRADECIMENTOS:

Aos professores Ana Virgínia Alves de Santana, Flávio José Sampaio e Ricardo Galeno Fraga de Araújo Pereira, pelas correções e incentivo, à Prefeitura Municipal de Conde, pelo apoio logístico durante as atividades de campo, e aos revisores do trabalho.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, A. B. *et al.* Geomorfologia da região de Siribinha, município de Conde – Litoral norte do Estado da Bahia. 2003. In: **IX Congresso da Associação Brasileira de Estudos do Quaternário/II Congresso do Quaternário de Países de Línguas Ibéricas/II Congresso sobre Planejamento e Gestão da Zona Costeira dos Países de Expressão Portuguesa**. Recife, 2003. Publicação em CD Rom. São Paulo, Associação Brasileira de Estudos do Quaternário.

ALMEIDA, F. F. M. O Cráton do São Francisco. In: **Revista Brasileira de Geociências**. Ano VII, n. 1. 1977.

ARAI, M. *et al.* Considerações sobre a idade do Grupo Barreiras no Nordeste do Estado do Pará. In: **CONGRESSO BRASILEIRO DE GEOLOGIA**, 35. 1988. Belém. Anais ... Belém, SBG, 1988. v. 2, p. 738-752.

BARBOSA, J. S. F.; CRUZ, S. C. P.; SOUZA, J. S. DE. Terrenos Metamórficos do Embasamento. In: BARBOSA, J. S. F.; MASCARENHAS, J. F.; CORREA-GOMES; L. C.; DOMINGUEZ, J. M. L. J.; SOUZA, S. de (Orgs.). **Geologia da Bahia, pesquisa e atualização**. Salvador: Companhia Baiana de Pesquisa Mineral. v. 1: 101-201. 2012.

BARBOSA, J. S. F.; DOMINGUEZ, J. M. L. (Eds.) **Texto Explicativo para o Mapa Geológico ao Milionésimo**. Edição Especial. Salvador: SICM/ SGM. 1996.

CORRÊA-GOMES, L. C.; DESTRO, N. Tectônica das Bacias Paleozoicas e Mesozoicas. In: BARBOSA, J. S. F.; MASCARENHAS, J. F.; CORREA-GOMES; L. C.; DOMINGUEZ, J. M. L. J.; SOUZA, S. de (Orgs.). **Geologia da Bahia, pesquisa e atualização**. Salvador: Companhia Baiana de Pesquisa Mineral. v. 2: 255-326. 2012.

DOMINGUEZ, J. M. L.; BITTENCOURT, A. C. S. P. Zona Costeira do Estado da Bahia. In: BARBOSA, J. S. F.; MASCARENHAS, J. F.; CORREA-GOMES; L. C.; DOMINGUEZ, J. M. L. J.; SOUZA, S. de (Orgs.). **Geologia da Bahia, pesquisa e atualização**. 1ed. Salvador: Companhia Baiana de Pesquisa Mineral. v. 2: 395-426. 2012.

ESQUIVEL, M. S. A Zona Costeira dos municípios do litoral norte e entorno da Baía de Todos os Santos – Estado da Bahia: Implicações para gestão ambiental. **Tese de Doutorado**, Instituto de Geociências, Universidade Federal da Bahia, 141p. 2016.

ESQUIVEL, M. S. O Quaternário costeiro do município de Conde: implicações para a gestão ambiental. Salvador, 1 v. **Dissertação (Mestrado)** – Instituto de Geociências, Universidade Federal da Bahia. 103 p. 2006.

MARTIN, L. *et al.* **Mapa geológico do Quaternário costeiro do Estado da Bahia**: escala 1:250.000 Texto explicativo. Coordenação da Produção Mineral, Secretaria das Minas e Energia do Estado da Bahia. Salvador. 1980.

NETTO, A. S. T. Bacias Paleozoicas e Mesozoicas. In: BARBOSA, J. S. F.; MASCARENHAS J. F.; CORREA-GOMES, L. C.; DOMINGUEZ, J. M. L. J.; SOUZA, S. de (Orgs.). **Geologia da Bahia, pesquisa e atualização**. Salvador: Companhia Baiana de Pesquisa Mineral. v. 2: 233-254. 2012.

OLIVEIRA, D. M. M.; SANTOS, C. M.; BARRETO, G. M. G. S. B.; GUEDES, J. P. D. **Mapeamento Temático de Siribinha e Entorno, Conde, Ba.** Trabalho final da disciplina GEO307 – Geologia de Campo I, Universidade Federal da Bahia. 2018. 77p.

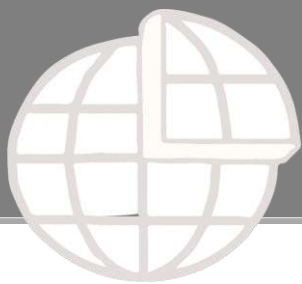
SILVA, A. M. *et al.* **Mapa geológico da porção Nordeste do município de Conde, Bahia.** Trabalho final da disciplina GEO307 - Geologia de Campo I, Universidade Federal da Bahia. 2018.

SILVA, L. C. *et al.* Reavaliação de evolução geológica em terrenos pré-cambrianos brasileiros com base em novos dados U-PB SHRIMP, parte 1: Limite centro-oriental do Cráton São Francisco na Bahia. **Revista Brasileira de Geociências**. v. 32(4): 501-512. 2002.

VILAS BOAS, G. S.; SAMPAIO, F. J.; PEREIRA, A. M. S. The Barreiras Group in the northeastern coast of the State of Bahia, Brasil: depositional mechanisms and processes. **Anais da Academia Brasileira de Ciências**, v. 73 (3): 417-427. 2001.

Recebido em 21 de Outubro de 2019
Aprovado em 21 de Outubro de 2019





UM SER HUMANO FASCINANTE: ADELCI FIGUEIREDO SANTOS

AN AMAZING HUMAN BEING: ADELCI FIGUEIREDO SANTOS

UN SER HUMANO INCREÍBLE: ADELCI FIGUEIREDO SANTOS

DOI 10.33360/RGN.2318-2695.2019.i3.p.282-298

Vera Lúcia Salazar Pessoa

Professora Titular da Universidade Federal de Uberlândia (UFU)

E-mail: vspessoa.salazar715@gmail.com

Ewerton Vieira Machado

Professor da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)

E-mail: vetovm@gmail.com

RESUMO:

O objetivo deste texto é relatar a trajetória acadêmica da professora Doutora Adelci Figueiredo Santos. Selecionamos partes do material que conseguimos no Departamento de Geografia e no Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGEO) da Universidade Federal de Sergipe (UFS). Não poderíamos também deixar de destacar sua vida como ser humano expressa nos depoimentos de amigos que conviveram com ela. Professora Adelci é referência pela sua atuação acadêmico-científica nos estudos e pesquisas realizadas no estado de Sergipe e pelo exemplo de vida para as pessoas que tiveram o privilégio de conviver com ela.

Palavras-chave: Geografia/UFS; Geografia Brasileira; Esboço Biográfico; Adelci Figueiredo Santos.

ABSTRACT:

The objective of this text is to report the academic trajectory of professor Phd. Adelci Figueiredo Santos. We selected parts of the material we obtained from the Department of Geography and Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGEO) of Universidade Federal de Sergipe (UFS). We could also not highlight her life as a human being expressed in the testimonies of friends who lived with her. Teacher Adelci is a reference for her academic-scientific performance in studies and research conducted in the state of Sergipe and for the example of life for people who had the privilege of living with it.

Keywords: Geography/UFS; Brazilian Geography; Biographical Sketch; Adelci Figueiredo Santos.

RESUMEN:

El propósito de este texto es informar sobre la trayectoria académica de la profesora Dra. Adelci Figueiredo Santos. Seleccionamos partes del material que obtuvimos en el Departamento de Geografía y Programa de Posgrado en Geografía (PPGEO) de la Universidad Federal de Sergipe (UFS). Tampoco podíamos dejar de destacar su vida como ser humano expresada en los testimonios de amigos que han vivido con ella. La profesora Adelci es una referencia por su desempeño académico-científico en los estudios e investigaciones realizados en el estado de Sergipe y por su ejemplo de vida para las personas que tuvieron el privilegio de vivir con ella.

Palabras clave: Geografía/UFS; Geografía Brasileña; Bosquejo Biográfico; Adelci Figueiredo Santos.

1 INTRODUÇÃO

Escrever sobre Adelci, depois de sete meses de sua partida (julho de 2019), não é tarefa simples, porque entendemos que não é fazer apenas um relato de sua vida acadêmica na

Universidade Federal de Sergipe (UFS). O legado deixado por ela é significativo tanto como profissional (ética, séria e competente) como ser humano (gentil, amiga, carinhosa e solidária). Estes são alguns adjetivos que podemos enumerar para a amiga e colega com quem convivemos por longos anos.

Para nós, Adelci é “professora fascinante”, parafraseando o autor Augusto Cury (2003) em seu livro *“Pais brilhantes, professores fascinantes – a educação de nossos sonhos: formando jovens felizes e inteligentes”*. E por que Adelci é “professora fascinante”? Porque “Bons professores são mestres temporários, professores fascinantes são mestres inesquecíveis” (p. 72). Continuando, o autor assim diz: “Este hábito dos professores fascinantes contribui para desenvolver: sabedoria, sensibilidade, afetividade, serenidade, amor pela vida, capacidade de falar ao coração, de influenciar as pessoas” (p. 72). E para finalizar, “um bom professor é lembrado nos tempos de escola. Um professor fascinante é mestre inesquecível” (p. 72). Adelci foi assim. E será sempre lembrada pelos seus alunos. É mestra inesquecível!

O texto, além da introdução e considerações finais, apresenta três partes nas quais estão contidos o reconhecimento acadêmico-científico, o percurso profissional e a homenagem de ex-aluno(a)s e amigo(a)s em forma de depoimentos.

2 (RE)CONHECENDO UM POUCO DE ADELCI: TRAJETÓRIAS

Filha de Alcides Borges dos Santos e Maria de Lourdes Figueiredo Santos, proprietários rurais, Adelci nasceu em Malhador, município do Agreste sergipano, no dia 19 de agosto de 1932. Foi uma pessoa alegre, otimista e com um coração “gigante” para atender a todos com quem convivia e preocupada com o bem-estar das pessoas.

Durante muitos anos, dedicou-se a trabalho social de grande relevância, ajudando um grupo de voluntárias a confeccionar enxovais para recém-nascidos, trabalho iniciado por sua mãe em uma casa religiosa. Também dedicou parte de seu tempo à alfabetização de adultos. Em sua trajetória, o ser humano e a profissional se misturavam pelo carinho com que tratava as pessoas. Assim, foi Adelci.

No que se refere à sua formação, estudou em Aracaju, no Colégio Nossa Senhora de Lourdes e na Faculdade Católica de Filosofia de Sergipe, formando-se em Geografia e História (Bacharelado e Licenciatura) em 16 de dezembro de 1955. Obteve o título de Doutora no Concurso de Livre Docente em Geografia da População, estudando o tema Migração em Sergipe, homologado pelo Conselho de Ensino e Pesquisa em 1977.



Sempre preocupada com sua formação, fez cursos e estágio que lhe possibilitaram aperfeiçoamentos. No Brasil, fez os cursos de: Geografia para professores do Curso Superior no Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), no Rio de Janeiro (RJ), em julho de 1967, e Curso de Atualização Geográfica; de Geografia Agrária no Departamento de Geociências da Universidade de Brasília (UnB), ministrado pelo prof. Dr. José Alexandre Felizola Diniz em 1972; de Geografia Regional ministrado pela profa. Dra. Ignez Barbosa no Departamento de Geociências da Universidade de Brasília também em 1972; de Atualização em Métodos Geográficos, ministrado pelo prof. Dr. José Alexandre Felizola Diniz no período de 26 a 31 de agosto de 1974, na Universidade Federal de Sergipe. No exterior, participou do Curso de Supervisão de Ensino no Departamento de Saúde e Educação dos EUA, ministrado na Universidade do Noroeste (*Northwestern University*), localizada na cidade de Evanston, e na Universidade Estadual da Pensilvânia (*Pennsylvania State University*).

Fez também estágio em Geografia da Agricultura, realizado sob a orientação do Prof. Dr. José Alexandre Felizola Diniz na UNESP - Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Rio Claro (SP) - e no Departamento de Geociências da Universidade de Brasília (UNB) no período de março a dezembro de 1972.

3 PERCURSOS PROFISSIONAIS

Nos percursos profissionais Adelci ocupou cargos, foi professora e sua contribuição acadêmica foi importante, conforme destacaremos.

Iniciou sua carreira acadêmica na Faculdade Católica de Filosofia e Letras em 1966. Posteriormente, ingressou na Universidade Federal de Sergipe (UFS), fundada em 1968, quando a referida universidade incorporou as escolas dos cursos superiores existentes no estado. Ocupou os seguintes cargos: vice-reitora, de 22 de agosto de 1980 a 22 de março de 1982; chefe do Departamento de Geografia, de 7 de fevereiro de 1974 a 1982. Nesse período muito se empenhou para o fortalecimento e dinamismo do Curso de Geografia, assim como para sua divulgação em níveis regional e nacional, participando de eventos e atividades ligadas à comunidade acadêmica geográfica. Foi também coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGEO) de 1986 a 1990 e, quando se aposentou foi professora visitante no referido Programa entre 1992 e 2003.

Enquanto docente, foi professora o Instituto de Educação Ruy Barbosa (IERB), também conhecida como Escola Normal, em diversos colégios e faculdades da capital sergipana. Na UFS,

foi professora nos Cursos de Graduação e Pós-Graduação em Geografia. Sua presença no Departamento de Geografia lhe possibilitou a participação em bancas de concurso público, defesas de monografias de Curso de Especialização em Geografia Aplicada ao Planejamento (1978) e de dissertações de Mestrado e Doutorado. Publicou livros e vários artigos em revistas e capítulos em livros. Também desempenhou papel fundamental em suas orientações de Mestrado com seriedade e profissionalismo e nos projetos de pesquisa desenvolvidos enquanto pesquisadora do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

Quando o Programa de Pós-Graduação em Geografia (UFS) completou 10 anos, em 1993, Adelci escreveu na edição da **Revista GeoNordeste** o artigo “*Uma experiência em Pós-Graduação*”, relatando um pouco da história. Vamos transcrever algumas passagens do referido artigo, sem seguir as normas de citações.

Assim a história do PPGeo começou: “Em agosto de 1983, a UFS criava seu Programa de Pós-Graduação começando pelos cursos de especialização, organizados em quatro núcleos distintos, dentre eles o da Geografia. Em dezembro de 1984 começava a funcionar no Núcleo de Geografia o curso de Mestrado, permitindo com isso a absorção de alunos mais habilitados que haviam cursado a especialização, bem como a inclusão de novos alunos, via seleção.” (p. 13).

Continuando, Adelci mostra como o PPGeo se estruturou: “A elaboração do plano da Pós-Graduação na UFS, a partir de 1981, foi iniciada com o surgimento da Coordenação da Pós-Graduação e precedida de um estudo e análise sobre a experiência vivida nos últimos 10 anos pelas universidades brasileiras detentoras da Pós-Graduação. A própria Coordenação liderou a formação de um Grupo de Trabalho envolvendo professores dos Centros e Departamentos da UFS com o objetivo de discutir e propor diretrizes do Programa. Paralelamente, foram convidados professores de outras Universidades com experiência no assunto os quais colaboraram com o Grupo de Sergipe. Entre eles Carolina Bori da USP, Antônio Paes de Carvalho e Giúlio Massarini da UFRJ. Das reuniões, alguns pontos fundamentais foram destacados tais como: os recursos humanos disponíveis na UFS, atuação de grupos de pesquisa já existentes e as necessidades da própria Região, vez que no Nordeste só havia um Mestrado em Geografia, o do Recife.” (p. 13).

Nesse artigo, Adelci ainda faz uma reflexão sobre o momento atual da época (1993) e que não está muito diferente de hoje (2020): “é difícil refletir, no momento atual [1993], sobre a Universidade brasileira, ou mesmo sobre o sistema educacional global. A crise que o Brasil atravessa se alastra de maneira contundente no ensino e, sobretudo, na Universidade, ambiente propício para a formação de lideranças capazes de, através da sua atuação, minimizar os problemas que atingem toda a sociedade. Criar uma massa crítica pensante, conscientizar a juventude do seu



papel como cidadão e atender os anseios da comunidade é papel da Universidade. Embutido nestes liames se encontra o Curso de Pós-Graduação e difusão de conhecimentos técnicos-científicos contribuindo desta forma pela melhoria de uma sociedade mais justa e mais atuante” (p. 13).

Adelci ainda fala que “não foi, nem tem sido fácil a manutenção deste Programa na UFS, pois problemas os mais variados têm afetado o seu funcionamento desde sua origem até os nossos dias” (p. 13). Mas, ao fazer um “balanço” sobre a seriedade com que o curso foi conduzido, a contribuição significativa dos colegas professores orientadores, a responsabilidade de orientadores e orientandos para cumprir os prazos para a entrega das dissertações e teses, o esforço do MEC para garantir o mínimo de bolsas para cada programa, Adelci nos mostra que as “pedras no caminho” foram sendo retiradas a cada vitória conquistada com as defesas das dissertações e teses; a criação da **Revista GeoNordeste**, importante veículo de divulgação dos trabalhos não só locais, mas também regionais, nacionais e internacionais; e as pesquisas desenvolvidas por meio de convênios.

Outro ponto importante destacado por Adelci foi “a criação do Doutorado da UNESP - Rio Claro - em Aracaju a partir de 1992. O PPGeo “passou a ter maior intercâmbio entre os professores dos dois cursos, na troca de ideias e experiências, tendo em vista que disciplinas de ambos os centros são ministradas por docentes de Rio Claro e de Aracaju. Temos ainda a oportunidade de receber maior número de ilustres professores estrangeiros como já vínhamos recebendo da Alemanha, Canadá, México, Espanha, França, Yugoslávia, EUA e agora Reino Unido que participavam de seminários necessários à atualização do Curso” (p. 16).

E para terminar estes relatos sobre os 10 anos do PPGeo (1983-1993), Adelci deixou uma mensagem positiva sobre essa trajetória: “O ano de 1993 representa, pois, o 10º ano de realização da Pós-Graduação na UFS. Apesar de todas as crises que atravessamos durante todo este período, não podemos indiscutivelmente deixar passar despercebida uma data histórica para nós que fazemos a Pós-Graduação em Geografia na UFS. Se a crise compromete o modelo, contraditoriamente, nos obriga a repensar os acertos e os erros e propor modificações. A crise pressupõe, antes de tudo, uma mudança, iniciando-se desta forma um novo começo ou um novo modelo. É chegado o momento de todos aqueles que atuam juntos, alunos, professores, pesquisadores e a própria Universidade como um todo se integrarem num esforço comum contribuindo para um redirecionamento ou ampliação de um dos baluartes da Universidade: a Pós-Graduação. O programa continua, apesar dos altos e baixos, lutando para sobreviver à custa de alguns abnegados conscientes de que **lutar por uma causa justa, democrática ainda vale a pena**” (p. 17, grifos nossos).

Assim, Adelci, ao finalizar sua reflexão sobre os 10 anos do PPGeo, em 1993, nos faz refletir também a importância do Programa, hoje (2020) completando 35 anos! Valeu a pena! Sim!

Depois de conhecermos um pouco sobre Adelci e traçar seu percurso profissional, vamos destacar o ser humano que ela representou para aqueles que conviveram com ela. Essa parte será contada no próximo item por meio de depoimentos de amigos que tiveram o privilégio de conhecê-la.

4 VIVÊNCIAS COM ADELCI

Uma amizade nascida no ENGA (Professora Dra. Vera Lúcia Salazar Pessôa - UFU): conheci Adelci no 2º Encontro de Geografia Agrária (ENGA), realizado em 1979, em Águas de São Pedro (SP) organizado pela UNESP *Campus* Rio Claro. Gostaria de destacar que o 1º ENGA foi realizado em Salgado (SE), em 1978, pelo prof. José Alexandre Felizola Diniz, Adelci e outros colegas. Os ENGAS foram importantes para nosso crescimento na Geografia Agrária. Mas, nossa amizade começa mesmo no 4º ENGA, realizado na Universidade Federal de Uberlândia (UFU) em Uberlândia – MG no ano de 1983. Amizade esta que se estendeu até 2019 quando Adelci partiu! Foram 36 anos de agradável convivência!

Adelci começou a fazer parte de minha família e, eu, da sua! Meus pais a queriam muito bem e ela a eles. Quando tinha oportunidade, ia a Uberlândia e ficava alguns dias desfrutando de nossa companhia. Eu, da mesma forma, com seus irmãos e sobrinhos os queria muito bem. Quando ia a Aracaju, gostava de visitar Ariovaldo (carinhosamente chamado de Valdo) para conversar sobre vários assuntos. Tempos muito bons dessa vivência.

Do ponto de vista “acadêmico”, além dos eventos (ENGA/EGAL/1º ENCONTRO SOBRE O MEIO AMBIENTE em Cuba [1988]; UGI em Lisboa [1998]), participar das bancas de defesas de Mestrado, sob sua orientação, no PPGEU/UFES, foi importante. Tanto nos eventos, como nas defesas era sempre um aprendizado e um crescimento científico.

Também fizemos viagens de turismo pelo mundo. A geografia sempre esteve presente. O nosso olhar geográfico nos permitia aprender muito. Tivemos muitas passagens interessantes durante as viagens onde, muitas vezes, o grupo com quem dividíamos a viagem ou o próprio guia não entendia [risos...]. Uma passagem muito pitoresca, aconteceu na cidade do Cairo, em 1993. Estávamos voltando de Luxor e, quando chegamos no aeroporto do Cairo, o guia foi nos buscar. No trajeto para o hotel, atravessamos um trecho da rua onde avistamos uma feira. Já passavam das 19 horas. Ficamos muito curiosas para conhecer. O guia, sem entender bem o porquê não queria parar com receio que pudesse acontecer alguma coisa conosco. Insistimos tanto que ele acabou nos levando e explicou que as feiras, em vários pontos da cidade, aconteciam à noite para que as



peessoas, que trabalhassem durante o dia, pudessem ir fazer suas compras. Foi uma excelente “excursão”. Ele nos explicava sobre as verduras, frutas e até comidas, quando passávamos pelas bancas. O burburinho da feira era muito interessante. As pessoas nos olhavam com um “jeito diferente”, mas acabavam deixando escapar um sorriso. Um passeio rico de conhecimento porque, em poucos minutos, conhecemos parte do cotidiano das pessoas. No final do “tour” agradecemos ao guia por esta oportunidade que nos foi dada.

Outro momento que destaco foi nossa participação na reunião da “*International Geographical Union (UGI) – Regional Conference 98*”, conforme destacado acima, realizada em Lisboa para comemorar os 506 anos sobre o descobrimento da América. O tema do evento foi “*The Atlantic: past, present and future*”. O responsável pela conferência de abertura foi o professor Milton Santos, explanada em português, o que não é comum nas reuniões da UGI, cujos idiomas são inglês e francês. Mas, para prof. Milton Santos essa deferência foi permitida. Uma conferência que dispensa comentários diante da sabedoria do professor. E assim, em cada uma de nossas viagens, a Geologia, Geografia Física, Geografia Agrária, Cultura, da População... estavam presentes. Unir o útil ao agradável para aprender mais era sempre nosso lema. E, para culminar, este “ar geográfico das viagens”, fazíamos à noite, ou em outro horário, quando tínhamos disponibilidade, nossa “caderneta de campo”. Anotávamos tudo que tínhamos feito durante o dia. Assim foram em todas nossas viagens. Poderia ficar aqui relatando muitas passagens, mas o importante foi destacar a convivência rica de amizade e aprendizado com esta grande amiga a quem terei sempre eterna gratidão por ter feito tantos amigos no PPGEU/UFS nesses mais de 35 anos (Dra. Vera Lúcia Salazar Pessôa/UFU).

Continuando nossa vivência, o professor Ewerton Vieira Machado (UFSC) mostra como foi sua aproximação com Adelci **nos/pelos caminhos da UFS: minhas aproximações à Professora Adelci Figueiredo**: comecei a ouvir falar da Professora Adelci, enquanto estudante da Escola Técnica Federal de Sergipe (ETFSE), no início da década de 1970, através de minha professora de Geografia no ensino daquela escola e das suas atuações num curso de especialização que acontecia na UFS, com a presença de renomados geógrafos brasileiros de então, de universidades e ou do IBGE

Com meu ingresso à vida universitária da UFS (1977), fui seu aluno na disciplina Geografia Urbana e da População onde, em suas aulas, a distinta mestra sempre que podia trazia informações sobre lugares do mundo em que ela esteve principalmente em viagens de turismo e, consequentemente, ampliando seu calidoscópico de Geografias. Como acadêmicos-aprendizes, para mim e meus colegas sempre era uma “festa pedagógica”, ouvir as descrições das aventuras da nossa

Del e de seus amigos, das suas privilegiadas viagens. Informações que agregavam aos nossos limitados repertórios e despertavam a curiosidade para, quem sabe, um dia também seguir pistas dessas aventuras terráqueas.

Quando exerci funções de monitoria em Geografia Humana junto à querida mestra, por quase dois anos (fins dos anos 1970), nossas aproximações começaram a ser mais frequentes e passei a colaborar auxiliando em levantamentos bibliográficos, no acervo de livros e revistas das estantes existentes, no então Departamento de Geografia, que ainda funcionava no CECH da rua Campos. Meu exercício de aprendiz consistia em realizar fichamentos para as suas pesquisas e registros bibliográficos para “controles administrativo e departamental”, em que a Profa. Adelci exercia a Chefia. Frequentemente, eu circulava pela salinha de pesquisas da Geografia lá no CECH, em que um grupo de pesquisadores estiveram elaborando a publicação da Organização do Espaço do Estado de Sergipe, através de convênio com o antigo Conselho de Desenvolvimento do Estado de Sergipe (CONDESE) e, entre esses pesquisadores estavam os professores Adelci Figueiredo, José Alexandre Felizola Diniz, Fernando Porto, Emmanuel Franco, José Augusto Andrade, Maria Hosana de Souza e os geógrafos-técnicos Cibele Correia e Carlos Roberto de Assis, entre outros. Esse trabalho pioneiro no Brasil baseado em “métodos quantitativos” deu origem, posteriormente, ao **Atlas de Sergipe** (1979, SEPLAN-UFS), publicado com apoio do Governo do Estado de Sergipe, em cujas impressões de cartas e mapas foram orientadas tecnicamente, pela Aerofoto Cruzeiro do Sul.

Em percursos pedagógicos que integrei como monitor às programações acadêmicas da Professora Adelci, destaco a Viagem de Estudos à Nossa Senhora da Glória com graduandos em Geografia e, um dos pontos altos dessa atividade de extensão foram as entrevistas que os vários grupos de nós alunos realizamos com comerciantes ambulantes, através da aplicação de questionários na feira, num certo sábado. No giro pela cidade, a professora Adelci chamou-nos atenção para a presença naquela ocasião, de um “calçadão” como equipamento e mobiliário urbano, na área central da cidadezinha sertaneja que reproduzia, proporcionalmente, influências assimiladas pela capital sergipana na introdução de “modernizações de urbanismo” a partir das práticas do arquiteto Jaime Lerner.

Acredito que, por conta das nossas relações acadêmicas, frutificou o convite para eu integrar o grupo de pesquisadores que elaborou o pioneiro **Atlas Escolar de Sergipe** (1979), sob sua coordenação geral e orientação pedagógica da Professora Livia de Oliveira (UNESP Rio Claro). Que privilégio, conhecer a Dona Livia (já havia ouvido falar dessa importante geógrafa, através da Professora Tereza Souza Cruz, que foi orientada por ela, em seu Mestrado na UNESP), visto que



trabalhamos muitas vezes nas elaborações dos cartogramas e textos para o citado Atlas, numa salinha da reitoria anexa à sala onde Profa. Adelci exercia a Vice-Reitoria, ao lado do Professor Gilson Cajueiro de Holanda, então Reitor. Já licenciado (1980) e retornando à UFS para cumprir créditos do Bacharelado (primeira turma, funcionando no *Campus* do Rosa Elze em São Cristóvão) certamente, através da professora Adelci, continuei a integrar ao grupo de pesquisadores na UFS, contratado pela Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), sob a coordenação do Professor Alexandre Diniz, para realizar atividades junto ao projeto de pesquisa “Nordeste Centro-Occidental” (Coordenação geral do “Grande Projeto” do Professor Mario Lacerda da Universidade Federal de Pernambuco), exercitando tarefas de gabinete e levantamentos de campo.

Nesses trabalhos de campos, circulamos por regiões de sertões baianos, piauienses e maranhenses, onde as frentes pioneiras das modernizações agrícolas e agronegócios estavam se instalando. Quanta aventura em pequenos aviões ou em automóveis da UFS (que nos diga Sr. Bosco, o nosso querido motorista!), percorrendo e (re)conhecendo lugares e suas lugaridades, coisa que até então eu só havia experimentado em operações do Projeto Rondon.

Ao concluir a formação de Bacharelado, elaborei minha monografia (1981) sob a orientação da Professora Neuza Maria Góis Ribeiro, em que discuti as transformações urbanas em curso na Avenida Barão de Maruim (Cidade de Aracaju). Para a defesa pública, a Professora Adelci juntamente com o Professor Edvaldo Teles Santos Rocha Teles, compuseram a banca de defesa. Não esqueço das suas avaliações e sugestões, muito significativas. E entre as recomendações da Professora Adelci, divulgar os caderninhos de “Iniciação à Pesquisa”, em que as primeiras monografias eram preparadas, com incentivos do CECH/UFS. Comecei, também, a “dar saltos” e levei esse TCC ao ENG/AGB de Porto Alegre (1982), fazendo ali minha primeira “Comunicação Livre”, num evento nacional de destaque. Na plateia, lembro-me bem das presenças de ilustre mestres como os Professores Milton Santos e Roberto Lobato Correia. Nos comentários desse último destacando a iniciativa dos estudantes em apresentar suas pesquisas, chamou atenção para a importância em se estudar temas de estruturas internas das cidades que, muitas vezes, passavam despercebidos entre conteúdos mais amplos das preocupações de consagrados pesquisadores.

Com a minha ida à UFSC para fazer Mestrado, a minha dissertação (ARACAJU: Paisagens e Fetiches, 1989) foi orientada pelo Professor Dr. Maurício de Almeida Abreu (UFRJ – colaboração interinstitucional), que eu o conheci através da Professora Adelci, em uma das suas idas à Aracaju, para ministrar cursos de extensão. Assim, para a minha defesa de Mestrado (primeira na área de concentração Desenvolvimento Regional e Urbano/Geografia-UFSC), convidamos a Professora Adelci que, juntamente com o Prof. Armen Mamigonian compuseram a Banca Examinadora

E foi, também, através da Profa. Adelci que surgiram outras possibilidades de acesso à convidados do Departamento de Geografia, em inúmeras atividades na UFS, em que muitos desse Geógrafos passaram a estreitar relações acadêmicas em minha trajetória. Destaco Professores como Manuel Correia de Andrade (UFPE); Professor Roberto Lobato Correia (IBGE/UFRJ); Professor Milton Santos (que o conheci no CNG/Fortaleza, 1978); Prof. Rivaldo Pinto de Gusmão (IBGE); Prof. Aluizio Capdeville Duarte (IBGE); Professor Gervásio Rodrigo Neves (UFRGS); Profa. Maria do Carmo Galvão (UFRJ), entre outros. Com o Professor Carlos Augusto de Figueiredo Monteiro (que se tornou um de meus queridos mestres e amigos, a partir da condição de ser seu aluno no Mestrado da UFSC, mesmo já o conhecendo da reunião da AGB em Fortaleza), sempre que ele se referia à Geografia em Sergipe, fazia menção às qualidades e afetividade que nutria à Profa. Adelci, e a ela se referia como “minha prima”. Foi assim que quase todos esses professores, sempre nutriam e tratavam a Professora Adelci com reverências e amizades e, carinhosamente, a chamavam de “Doris Day brasileira”.

Depois que saí de Sergipe (1982), para dar continuidades em minha formação acadêmica em Florianópolis (onde posteriormente tornei-me professor), não tive oportunidades de estabelecer relações profissionais com a Professora Adelci. No entanto, cultuamos fraternos laços de amizade, mesmo à distância. Sempre mantínhamos conversações e quase sempre nos encontrávamos em algum evento da área da Geografia, geralmente em reuniões da AGB (já em 1978 em Fortaleza ou no CNG em Porto Alegre, 1982). Destaco essa reunião de Porto Alegre, onde Profa. Adelci antes de chegar ao evento passou por Florianópolis e podemos circular na cidade para eu mostrar a ela e outros colegas de Sergipe, aspectos da Ilha de Santa Catarina, assim como visitar à UFSC. Seguimos para o ENG, no mesmo ônibus da delegação catarinense.

Os contatos presenciais esporádicos ou telefônicos frequentes, atualizavam nosso almanaque de notícias. Como sempre, com suas gentilezas, lembrava de mim em suas viagens ao exterior, presenteando-me com algum souvenir. Muitos objetos como chaveiros, ainda hoje os guardo com carinho, entre meus “temas de colecionismo”. Foram frequentes telefonemas em seu aniversário (19/08) ou visitas pessoais que eu a fazia em épocas natalinas. Sempre uma deferência quando me recebia com seu sorriso alegre e olhos azuis. Uma festa! E é assim que quero lembrar sempre da querida Mestra que, mesmo acometida por problemas de saúde em seus anos finais, ao olhar para mim externava o tradicional carinho, que tanto lhe era peculiar (Dr. Ewerton Vieira Machado – Professor da UFSC).

E nossa “prosa” sobre Adelci continua com a fala da professora Sônia de Sousa Mendonça (DGE e PPGeo - UFS): **Os ensinamentos da Profa. Adelci deixaram marcas na minha vida.**



Conheci a professora Adelci, no curso de graduação em Geografia nos idos dos anos oitenta. Professora inteligente, elegante, dedicada, dinâmica, exigente, capacidade ímpar de leitura do espaço e de instigar os alunos, quer seja nas suas aulas de geografia urbana e das regionais, assim como nos trabalhos e visitas de campo. Demonstrava a todo tempo a alegria e o orgulho de ser professora, sempre com o sorriso nos lábios, a relação escalar era uma prática cotidiana nas suas aulas, o que nos instigava a estudar e sonhar com a geografia dos lugares a conhecer povos e culturas diferentes na escala local, nacional e global.

Para além da sala de aula, a Profa. Adelci dedicava-se aos projetos de pesquisas com diversos tipos de financiamentos, e realizava pesquisas no interior do estado com vários colegas, mas, especialmente com o Prof. José Augusto de Andrade seu grande amigo e parceiro em diversas empreitadas. Ela ressaltava a importância da pesquisa em sala de aula e, naquele período as bolsas de iniciação científica e de pesquisas para os alunos era algo raro, sempre convidava os alunos da graduação para participar dessas visitas e trabalho de campo. Eu, particularmente, participei de várias dessas visitas o que me rendeu muitas experiências no conhecimento do estado de Sergipe. Colaborávamos com a aplicação de questionários com agricultores, lideranças e no espaço urbano de alguns municípios. Essas pesquisas renderam várias publicações como o **“Atlas de Sergipe”**, a **“Nova Geografia de Sergipe”**, **“Delimitação e Regionalização do Brasil Semiárido/Sergipe”**, entre outras publicações relativas ao espaço urbano, sobretudo, de Aracaju.

Depois de dezessete anos fora da Universidade, retorno em 1999, à UFS para participar da seleção do Mestrado no então NPGEIO. Fui aprovada e ao iniciar o curso eu não tinha orientador, mas, estava traçado o meu objeto de pesquisa – os queijos artesanais. Ao conhecer o meu projeto, ela interessou-se e após conversarmos sobre a temática, tornou-se minha orientadora. As orientações eram realizadas nas salas de seu apartamento, instigava-me a exaurir o conhecimento a respeito do objeto da pesquisa e do recorte geográfico no qual estava assentada a investigação. A cada orientação incentivava a atentar às diferentes fontes de pesquisa e ressaltava a relevância em sonhar com o objeto da pesquisa em não se desligar dele, deveria valorizar a investigação!! Após os encaminhamentos da pesquisa, conversávamos sobre as viagens, a respeito das experiências dela como docente, como coordenadora do NPGEIO, do DGE, falava das conquistas, das dificuldades enfrentadas e compartilhava as experiências vivenciadas no trabalho. Emanava um imenso carinho pela **Revista GeoNordeste** e pelo NPGEIO, atual PPGEIO, e estava sempre pensando em dar visibilidade à Pós-Graduação, por meio de publicações, projetos de pesquisa e das orientações.

Ela também comentava e emanava o afeto pelos seus amigos e amigas, era visível a facilidade na construção de amizades e a fidelidade que as mantinha, cultivava regando com telefonemas, encontros e viagens.

Foram dois anos de orientação, nos quais mantivemos a cordialidade, construímos uma amizade e seus ensinamentos contribuíram para o meu amadurecimento e crescimento acadêmico. Nesse período, conheci vários dos amigos/professores e que hoje os considero como amigos, dentre eles destaco a Profa. Vera Salazar que contribuiu para a minha formação com os seus ensinamentos nas disciplinas ministradas no PPGEIO. Também tive a grata satisfação de contar na minha banca de defesa de Mestrado com a participação do Prof. Manoel Correia de Andrade, amigo pessoal da Profa. Adelci, e do Prof. José Alexandre Diniz os quais contribuíram na avaliação da minha pesquisa e no meu processo de formação acadêmica. À professora Adelci minha gratidão por todos os ensinamentos/aprendizados, pelo carinho e amizade!! Sua garra, força, dedicação e compromisso nos inspira e inspirará sempre!! (Dra. Sônia de Souza Mendonça Menezes – DGE e PPGEIO - UFS)

Outra vivência relatada é a de professor Francisco Fransualdo de Azevedo (UFRN): **Precisamos falar de Ciência “e porquê não” do Humano e de afetos... relatos de uma vivência/experiência acadêmica marcada por rigor científico, acadêmico, profissional, mas também por sentimentos de respeito, admiração e afeto mútuo.** No ano de 1999 decidi continuar meus estudos em nível de pós-graduação, aspirando cursar um Mestrado numa instituição pública qualificada que pudesse me proporcionar uma boa formação acadêmica e profissional, mas também humana. Foi quando decidi prestar a seleção do Mestrado em Geografia na Universidade Federal de Sergipe (UFS), por recomendação da minha orientadora de monografia no curso de Ciências Econômicas da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN), a Profa. Dra. Maria das Graças do Lago Borges, tendo em vista a influência da UFS na formação da mesma, pois ela havia cursado o Mestrado em Geografia naquela instituição, bem como o Doutorado em Geografia num processo de cooperação acadêmica entre a UFS e a UNESP - Rio Claro. A orientação da referida professora foi crucial no meu processo de formação, me possibilitando conhecer outras professoras (e orientadoras) que contribuíram singularmente no meu processo de formação acadêmica, profissional e humanística. Na seleção do Mestrado em Geografia da UFS conheci, no mês de janeiro de 2000, a Professora Adelci Figueiredo Santos, juntamente com as Professoras Ana Virgínia Menezes e Maria Augusta Mundim Vargas, as quais compunham a comissão de avaliação do referido processo seletivo. Com o pouco conhecimento que eu tinha na área do saber geográfico, tendo em vista a minha formação em Economia, como Bacharel em Ciências Econômicas, me submeti ao processo seletivo sendo avaliado pelas referidas professoras. Com muitas incertezas,



medos e insegurança, mas também com muita expectativa, esperança e fé consegui ser aprovado em 7º lugar num quadro de oferta de 12 vagas existentes naquele ano. Durante o processo de avaliação senti muita empatia por todas as professoras. Especialmente a Professora Adelci me chamou a atenção pelo seu jeito amoroso e simpático de ser, lembrando em alguns gestos e atitudes a figura da minha avó Leopoldina Medeiros, com a qual tenho uma relação de muito amor e carinho. No ato da entrevista quando fui questionado sobre a possibilidade de orientação cogitei ser orientado pela referida professora, a qual me interpelou imediatamente dizendo que só assumiria orientações de alunos bons e comprometidos. Isso me deixou com um pouco de receio pelo fato de não ser geógrafo e não ter o conhecimento necessário para corresponder à expectativa da mesma. Mas a força de vontade e o desejo de cursar uma pós-graduação, me qualificar e me emancipar falou mais alto. Insisti que gostaria de ser orientado por ela e de fato a relação de orientação se estabeleceu dando início a um período de grande aprendizado em todos os sentidos, acadêmico, profissional, geográfico e humano.

A professora Adelci foi e é uma referência em estudos clássicos sobre a geografia regional brasileira, especialmente na Geografia do Nordeste, Geografia do Semiárido e Geografia de Sergipe, dispondo de livros, capítulos de livros e artigos científicos publicados em anais de eventos e revistas científicas sobre temas ligados a esses campos do conhecimento geográfico. Durante décadas a referida professora atuou com dedicação, disciplina e forte carisma como professora da UFS dedicando boa parte da sua vida a ministrar aulas, orientar alunos nos níveis de graduação e pós-graduação, portanto contribuindo para a consolidação da geografia como uma ciência humana comprometida com as causas sociais, ambientais, e com as pessoas e os seus territórios, especialmente os mais vulneráveis. Vale lembrar que no seu período de trabalho, durante vários anos, quando se aposentou, atuou como professora visitante, dedicando o seu tempo, sobretudo ao Núcleo de Pós-Graduação em Geografia (NPGeo/UFS), período no qual a conheci e estabelecemos a relação orientadora – orientando. Durante mais de dois anos de convivência com a professora Adelci na condição de orientando tivemos vários encontros de orientação e de convívio pessoal, estabelecendo-se uma relação de amizade, carinho e profundo respeito mútuo, amizade esta que durou até o momento da sua partida, pois sempre que eu ia a Aracaju fazia questão de visitá-la e relembrar os bons momentos vividos juntos. Antes mesmo de concluir o Mestrado fui aprovado no concurso para professor substituto da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, bem como para professor efetivo na Universidade do Estado Rio Grande do Norte, tornando-me (em 2002) colega de profissão das minhas professoras orientadoras, Graça (UFRN) e Adelci (UFS). Defendi a dissertação já atuando como professor, deixando sempre evidente o papel das mesmas na minha

formação e nas conquistas obtidas. Na sequência decidi cursar o Doutorado e mais uma vez o conhecimento e a relação profissional e pessoal da professora Adelci com seus pares (colegas) foi de fundamental importância, pois por influência da mesma conheci aquela que se constituiria como a minha orientadora de Doutorado em 2004 - a Professora Vera Lúcia Salazar Pessôa - a qual conheci numa disciplina no Mestrado em Geografia da UFS no ano 2000. Ambas se consideravam amigas e “quase irmãs”, de modo que segui a minha trajetória sendo formado e orientado por pessoas tão especiais, de índoles, perfis e rigores profissionais, éticos e humanos muito parecidos. Destaco, enfim, que esta relação foi de fundamental importância para a minha formação, mas, sobretudo para o que sou hoje, inspirando-me sempre nas lições que recebi e aprendi com estas mulheres tão especiais na minha vida, as quais contarão sempre com o meu respeito, carinho, admiração, consideração e apreço. À professora Adelci (in memoriam) o meu eterno agradecimento pelo que representou e representa para mim e para muitos que passaram pela sua vida e tiveram o prazer do agradável convívio e aprendizado. Que a sua história nos sirva de exemplo! (Dr. Francisco Fransualdo de Azevedo - Professor do Departamento de Geografia, do Programa de Pós-Graduação em Geografia - Mestrado e Doutorado - e do Programa de Pós-Graduação em Turismo - Mestrado e Doutorado - da Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN - e Professor Visitante Sênior da Universidade de Barcelona, Espanha, 2019 - 2020).

Mais vivências com profa. Adelci. Assim, Professora Vera Lúcia Alves França a define: **forte baluarte da Geografia Sergipana**. Conheci a professora Adelci, em 1977, quando tive a oportunidade de cursar Geografia, no Departamento que ela chefiava, função que desempenhava com muito empenho, zelo e dedicação.

Juntamente com o prof. José Alexandre Diniz, introduziram na Universidade, através do Departamento de Geografia, as atividades de pesquisa, iniciando com importantes estudos sobre o Estado de Sergipe, a exemplo da “Organização Espacial de Sergipe”. Dentro das atividades docentes, ministrava disciplinas como Geografia Urbana e Geografia da População, oportunidade em que trazia exemplos das inúmeras viagens que realizava pelo mundo, agregando novos conhecimentos da sua rica experiência.

Sempre alegre e divertida, passava para seus alunos a importância de ser professor e do seu compromisso com a construção da cidadania.

Participou ativamente, com o Prof. Alexandre Diniz, das discussões e planejamento para a criação do Curso de Especialização em Geografia da Agricultura, iniciado em 1983, dando origem a formação do Núcleo de Pós-Graduação em Geografia, com o envolvimento de professores de outros departamentos, transformando-se no Mestrado, em 1985. Posteriormente foi Coordenadora do



NPGeo, lecionando disciplinas e orientando dissertação de Mestrado de 13 alunos. Tem vasta produção bibliográfica, publicada em livros, artigos, cadernos, anais de eventos nacionais e internacionais, nos quais apresentava os resultados de suas pesquisas. Coordenou, juntamente com o Prof. José Augusto Andrade a pesquisa que resultou no livro **“Delimitação do Brasil Semiárido Sergipe”**, elaborado com financiamento do CNPq e SUDENE, publicado, posteriormente, pelo SESI, sendo muito utilizado até os dias de hoje, de grande importância para estudiosos da temática. Coordenou a elaboração do **“Atlas de Sergipe, Nossa Terra Nossa Gente”**, em convênio com a Secretaria de Educação, e o livro **“Geografia de Sergipe”**, para alunos do Ensino Fundamental.

Sou muito grata à profa. Adelci pelas oportunidades que me concedeu de participar de pesquisas como Delimitação do Semiárido Sergipano e do livro Geografia de Sergipe, assim como da divulgação do Atlas Sergipe Nossa Terra Nossa Gente, elaborado em convênio com a Secretaria da Educação, dos quais foi coordenadora.

Seu exemplo de dedicação e competência ficará para sempre na memória daqueles que tiveram o privilégio de usufruir de sua convivência e amizade. Grande exemplo! (Dra. Vera Lúcia Alves França – Professora aposentada da UFS ainda em atividade no PPGeo - UFS).

E para finalizar os depoimentos de vivências, a profa. Maria Hosana de Souza assim se expressou: **Uma página para você! Professora Adelci:** contemplo o ano de 1966, cursando o terceiro ano de licenciatura em Geografia, aguardando a professora de geografia regional geral. Conduzida pelo então diretor da Faculdade de Filosofia me foi apresentada a professora Adelci Figueiredo Santos para ministrar a disciplina. A sua postura e desenvoltura me encantaram no primeiro momento; seguimos juntas, eu e a professora, até o final do meu curso em 1967. Recém-formada, fui convidada pela Faculdade para compor a banca examinadora do vestibular de economia e, novamente, estávamos juntas, eu e a professora Adelci para examinar os pretendentes do curso. Desta forma fui iniciada para uma promissora e longa caminhada, sempre perpassada pela experiência da professora Adelci.

Estivemos juntas de forma muito próxima e frutuosa. Assumindo a chefia do Departamento de Geografia da Universidade Federal de Sergipe trabalhamos em comum, ela na chefia e eu sempre na vice-chefia. A professora Adelci foi aquele profissional idealista e realista sonhador que tinha na sua mira o Departamento de Geografia e este, reconhecido, como a “menina dos seus olhos”. Resoluta, experiente e com visão larga, apostava na expansão e evolução da universidade, como um todo, e do Departamento em particular.

A vida da professora Adelci foi pautada pelo trabalho sem, contudo, negligenciar o potencial dos seus atributos pessoais. Seguindo a dinâmica do seu trabalho abalou estruturas, movimentou o

corpo docente, conquistou a identidade do Departamento lapidando pedras brutas fazendo-as brilhar.

Os primeiros passos foram dados na direção do Bacharelado; proliferaram os trabalhos de pesquisa elaborados pelos bacharelados que visam suas titulações. Com material humano existente constituiu uma equipe para pesquisa fazendo disparar sobre maneira a nossa produção científica. Num determinado momento a professora Adelci assumiu outro direcionamento no sentido de dar projeção ainda maior ao nosso curso de Geografia. Passou, na condição de chefe do Departamento, a contratar docentes já titulados em outras unidades de ensino superior e, dessa forma, enriqueceu o nosso quadro com docentes com a mais alta titulação. Foi muito importante nessa nova performance do Departamento de Geografia a colaboração do professor Dr. José Alexandre Felizola Diniz que se encontrava em atividade docente na Universidade de Brasília e foi resgatado, dessa forma, pela nossa Universidade e nos revigorou, ainda mais. Com esse novo tempo de formação abre-se um luminoso caminho para o nosso Departamento e uma expectativa ainda maior para se trabalhar. Contando com o Bacharelado já existente o Departamento implantou o Curso de Pós-Graduação Lato Sensu para seus docentes, mais tarde, alçarem novos níveis de aperfeiçoamento. Persuadindo o propósito de avançar, logo foi implantado o curso de Mestrado e, por último, o de Doutorado.

A professora Adelci, incansável, com acesso fácil a todos os espaços afins, fez disseminar e despertar em todos a disposição para a pesquisa. Trabalhou para órgãos governamentais da esfera estadual e também regional. Assim, caminhamos de forma intensiva e muito gratificante em prol da nossa identidade departamental no seio da comunidade e fora dela.

A professora Adelci foi aquela amiga para todas as horas. Tinha um jogo franco, aberto maduro. Era cordial e transmitia alegria e felicidade aos que a cercavam. Muito inteligente, intelectualizada, apreciava tudo de bom que a vida lhe ofertava. Contemporizei com ela importantes momentos de descontração quando juntas participávamos de encontros de geografia aqui, no estado, ou fora dele. Ressalto algumas reuniões da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), encontros no Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Encontros Nacionais de Geografia (ENG), quando nas folgas buscávamos os espaços de entretenimento. Era apreciadora do belo - as artes, o teatro, espetáculos variados. Do convívio social aqui na terrinha era notada por sua postura e pelo seu estilo em se relacionar. Preservava com muito carinho suas verdadeiras amizades como sempre a mesma falava para nós. Por sua elegância física e beleza no trato era incomensuravelmente querida e amada por todos. Que Deus a mantenha no seu reino glorioso! Amém! (MSc. Maria Hosana de Souza - Professora aposentada da UFS).



5 CONSIDERAÇÕES À GUIA DE CONCLUSÃO

Para encerrarmos esta homenagem à Adelci retomamos adjetivos e expressões que lhe foram dirigidas tais como: ética, competência, responsável, dedicada ao trabalho, determinada em suas ações, incentivadora, gentileza, amizade, carinho, solidariedade, alegria, otimista, mestra inesquecível. Nesse jogo de palavras traçamos seu perfil como importante profissional e ser humano que representou para alunos, colegas e amigos. A gratidão está presente nos relatos. Assim foi Adelci, e continuará sendo, pois, seu legado será sempre lembrado.

REFERÊNCIAS

CURY, Augusto. **Pais brilhantes, professores fascinantes:** a educação de nossos sonhos: formando jovens felizes e inteligentes. 5ª edição. Rio de Janeiro: Sextante, 2003.

INFORMAÇÕES obtidas na DICAR e PPGeo/UFS/2019.

SANTOS, Adelci Figueiredo. Uma experiência em pós-graduação. **GeoNordeste**, São Cristóvão, ano VIII, nº 1, 1993 (Edição comemorativa dos 10 anos da Pós-Graduação em Geografia da UFS).